



Editora Fundação Fênix



PASSADO E PRESENTE DE IMIGRANTES ALEMÃES E DESCENDENTES NO BRASIL

historiografia, representações, atividades econômicas,
participação política, religião e identidades

Org. Karl Monsma

Os capítulos deste livro, escritos por historiadores, sociólogos e uma antropóloga, abordam as consequências da imigração alemã ao Brasil, especialmente da alteridade dos alemães com relação aos brasileiros. Focalizam diversos aspectos da vida dos imigrantes e descendentes, tais como as representações do Brasil e dos colonos alemães que circulavam entre os alemães europeus do século XIX, as atividades econômicas e políticas da elite teuto-brasileira, a religiosidade dos colonos, a promoção da identidade "alemã" pelos pastores luteranos e o papel do folclore alemão no Brasil hoje. Também discutem a ampla historiografia sobre esse grupo e as reações dos brasileiros a sua presença, especialmente as representações dos alemães como resistentes à integração e como simpatizantes ao nazismo.



Editora Fundação Fênix



PASSADO E PRESENTE DE IMIGRANTES ALEMÃES E DESCENDENTES NO BRASIL

historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião
e identidades

Série Humanidades e interdisciplinaridade

Conselho Editorial

Editor

Agemir Bavaresco

Conselho Científico

Agemir Bavaresco – Evandro Pontel

Jair Inácio Tauchen – Nuno Pereira Castanheira

Conselho Editorial

Augusto Jobim do Amaral

Cleide Calgaro

Draiton Gonzaga de Souza

Evandro Pontel

Everton Miguel Maciel

Fabián Ludueña Romandini

Fabio Caprio Leite de Castro

Fábio Caires Coreia

Gabriela Lafetá

Ingo Wolfgang Sarlet

Isis Hochmann de Freitas

Jardel de Carvalho Costa

Jair Inácio Tauchen

Jozivan Guedes

Leno Francisco Danner

Lucio Alvaro Marques

Nelson Costa Fossatti

Norman Roland Madarasz

Nuno Pereira Castanheira

Nythamar de Oliveira

Orci Paulino Bretanha Teixeira

Oneide Perius

Raimundo Rajobac

Renata Guadagnin

Ricardo Timm de Souza

Rosana Pizzatto

Rosalvo Schütz

Rosemary Sadami Arai Shinkai

Sandro Chignola

Karl Monsma
Organizador

PASSADO E PRESENTE DE IMIGRANTES ALEMÃES E DESCENDENTES NO BRASIL

historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião
e identidades



Editora Fundação Fênix

Porto Alegre, 2022

Direção editorial: Agemir Bavaresco
Diagramação: Editora Fundação Fênix
Concepção da Capa: Editora Fundação Fênix
Imagem: O artista é Flávio Scholles e o quadro se chama Colheita de batatas. Disponível em: <http://www.fscholles.net/>

O padrão ortográfico, o sistema de citações, as referências bibliográficas, o conteúdo e a revisão de cada capítulo são de inteira responsabilidade de seu respectivo autor.

Todas as obras publicadas pela Editora Fundação Fênix estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 –
http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Este livro foi editado com o apoio financeiro do Ministério das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha através do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD).



Série Humanidades e Interdisciplinaridade – 09

Catálogo na Fonte

P286 Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil [recurso eletrônico] : historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades / Karl Monsma Organizador. – Porto Alegre : Editora Fundação Fênix, 2022.
292 p. : il. (Série Humanidades e interdisciplinaridade ; 09)

Disponível em: <<http://www.fundarfenix.com.br>>

ISBN 978-65-5460-003-3

DOI <https://doi.org/10.36592/9786554600033>

1. Imigrantes – Alemães - Brasil . 2. Colonização – Rio Grande do Sul. 3. Nazismo – Brasil. 4. Neonazismo – Brasil. 5. Alemães – Política – Religião – Economia – Identidade. I. Monsma, Karl (org.).

CDD: 325

Responsável pela catalogação: Lidiane Corrêa Souza Morschel CRB10/1721

Sumário

Apresentação <i>Karl Monsma</i>	11
1. A historiografia das migrações alemãs no Bicentenário (1824-2024) <i>Marcos Antônio Witt</i>	23
2. Civilizadores substitutos: discursos de teuto-europeus sobre colonos alemães no Brasil <i>Eugene S. Cassidy</i>	61
3. Elites imigrantes alemãs no sul do Rio Grande do Sul: redes, transnacionalismo e empreendedorismo <i>Patrícia Bosenbecker</i>	81
4. “Vimos para ocupar o nosso espaço”: a inserção política de imigrantes alemães e descendentes no Rio Grande do Sul republicano (1889-1945) <i>Rodrigo Luis dos Santos</i>	111
5. A mobilização dos pastores luteranos alemães do Sínodo Rio-Grandense na ressignificação da etnicidade teuto-brasileira no Sul do Brasil <i>Fernando Diehl</i>	135
6. Religião e identidade étnica entre os pomeranos do estado do Espírito Santo <i>Joana Bahia</i>	169
7. Uma etnografia de bibliotecas sobre folclore: Práticas de leitura e mediação cultural no espaço do folclore “alemão” no Brasil <i>Lucas Voigt</i>	201
8. Os imigrantes alemães e descendentes resistiram a integração no Brasil? Evidência de dois momentos históricos sobre padrões de casamento e mistura étnica <i>Karl Monsma</i>	235
9. Verdades e dúvidas em relação a nazismo e neonazismo no Brasil <i>René E. Gertz</i>	255
Sobre os autores	289

Apresentação

Desde os primórdios da imigração “alemã” ao Brasil, no início do século XIX, esse grupo foi visto pelos brasileiros como diferente de outros imigrantes. Não era o primeiro grupo imigrante não português, considerando os muitos migrantes dos países vizinhos já estabelecidos no Brasil, especialmente nas províncias do Sul. Aqueles denominados “alemães”, apesar da inexistência de um Estado alemão antes da unificação de 1871, eram identificados principalmente pela língua, incluindo os falantes de vários dialetos regionais e, às vezes, aqueles que falavam outras línguas germânicas, como o dinamarquês ou o holandês. Este era o primeiro grupo europeu não português a chegar ao Brasil em números relativamente grandes, o primeiro que falava uma língua não latina, o primeiro que incluía um número significativo – mais ou menos a metade – de protestantes e um dos primeiros a ser assentado em colônias agrárias.

A histografia tipicamente aponta a proximidade da família real portuguesa com os príncipes de fala alemã, especialmente a origem austríaca da Dona Leopoldina, primeira esposa do Dom Pedro I, como o motivo principal do favorecimento da imigração das terras “alemãs”, em combinação da boa fama dos alemães como trabalhadores. De fato, foi o secretário pessoal de Dona Leopoldina, o major Georg Anton von Schäffer, que foi enviado a Europa para recrutar soldados e colonos nos principados alemães (Oberacker 1987, p. 222). Mas é importante notar também que havia muitos alemães disponíveis para emigrar na primeira metade do século XIX, em função, principalmente, do rápido crescimento da população, em combinação com impedimentos ao acesso à terra, o que fez com que os países alemães também fossem a origem principal dos imigrantes aos Estados Unidos nessa época (Easterlin 1961; Reulecke 1977). O grande crescimento populacional do sul da Europa e emigração em massa dessa região, principalmente da Itália, seria registrado mais tarde, a partir da segunda metade do século XIX (Baily 2016, pp. 56-58; Hatton e Williamson 1994).

As monarquias portuguesa e brasileira, observando o sucesso da colonização por agricultores familiares nos Estados Unidos e o desenvolvimento econômico

impulsionado por ela, estavam empenhadas na importação de agricultores familiares para povoar o Sul, ajudar na defesa contra as incursões militares dos castelhanos e, posteriormente, dos argentinos, bem como aumentar a produção de comida para as cidades e os destacamentos militares. Já no século XVIII, a coroa portuguesa importou famílias açorianas para o Sul do Brasil, dando-lhes terras e ferramentas agrícolas, sendo que as primeiras colônias de alemães seguiram o mesmo modelo. Durante o Império, também surgiu a ideia da substituição gradual do modelo escravista de agricultura, visto como entrave ao desenvolvimento, pela agricultura familiar, assim como a crescente pressão inglesa pelo fim do tráfico negreiro aumentava a urgência de diminuir a dependência da escravidão (Cunha 2017).

Depois da colônia de suíços de fala francesa de Novo Friburgo, Rio de Janeiro, fundada pela monarquia portuguesa em 1819, e de tentativas malsucedidas de assentar alemães na Bahia, a colônia alemã de São Leopoldo, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, seria a primeira colônia fundada pelo governo imperial. Nem todos os imigrantes eram famílias de agricultores ou artesãos: 384 vieram das prisões Mecklenburg-Schwerin ou de Hamburg (Cunha 2017, 2019), cujas autoridades aparentemente aproveitaram a oportunidade para livrarem-se de pessoas consideradas indesejáveis. São Leopoldo também serviria para assentar os mercenários alemães que haviam lutado na Guerra Cisplatina. Ainda nessa primeira fase de colonização alemã, o governo imperial fundou as colônias alemãs de Três Forquilhas, no atual município de Torres - RS, e São Pedro de Alcântara, SC, que não prosperaram, em função do isolamento e a consequente dificuldade de escoamento da produção dos colonos. Naquele período, os imigrantes tipicamente recebiam as terras gratuitamente.

Depois da suspensão da colonização durante a Regência e com o fim da Guerra Farroupilha, houve a proliferação de novas colônias, a partir de então, sob a responsabilidade das províncias ou de empresas particulares de colonização. Os empresários tipicamente recebiam concessões de terras, ou compravam-nas, organizavam o recrutamento e transporte de colonos e distribuíam os lotes aos imigrantes, que pagavam em prestações pelo transporte e pelas terras. Alguns desses empresários da colonização também lucravam com a monopolização do

comércio com “suas” colônias. Ao mesmo tempo em que a população de São Leopoldo expandia e os descendentes de alemães ocupavam as terras da encosta da serra gaúcha, houve o estabelecimento de várias colônias alemãs novas no Rio Grande do Sul, como Santa Cruz do Sul, Feliz, São Lourenço do Sul, Santo Ângelo (posteriormente, Agudo), e, em Santa Catarina, como Itajaí, Blumenau e Dona Francisca (atual Joinville), para nomear somente algumas das mais importantes.

No mesmo período, houve o primeiro experimento com o emprego de imigrantes alemães e portugueses como meeiros nas fazendas de café de São Paulo, visando substituir, gradativamente, os trabalhadores negros escravizados. O experimento não prosperou, em grande medida porque os colonos ficavam com dívidas impagáveis pelos custos da passagem e adiantamentos de ferramentas e mantimentos (Stolcke e Hall 1983). A revolta em 1856 dos colonos de Ibicaba em Limeira, fazenda do principal promotor desse esquema de imigração, o senador Nicolau Vergueiro, e o subsequente Rescrito de Heydt, promulgado na Prússia três anos depois, que proibiu a propaganda promovendo o Brasil como destino de migrantes e cancelou as licenças de vários agentes da emigração, acabaram com o recrutamento de novos imigrantes meeiros (Souza 2021), mas as fontes disponíveis mostram que alguns alemães ainda trabalhavam nas fazendas dessa região – a depressão periférica de São Paulo - décadas depois.¹ Hoje, muitos descendentes de alemães ainda moram nessa região, que inclui cidades como Campinas, Limeira, Rio Claro e Piracicaba, mas não há colônias identificadas como “alemãs”, como é o caso nos estados do Sul ou de Espírito Santo.

Os alemães que conseguiam pagar suas próprias passagens, geralmente, preferiam ir aos Estados Unidos, país mais próximo, com passagens mais baratas, salários mais altos, terras disponíveis e um grande número de alemães já estabelecidos – aproximadamente 200.000 deles já haviam migrado às treze colônias ou aos Estados Unidos independente no século XVIII (Reulecke 1977). Aqueles que vieram ao Brasil eram atraídos pela oportunidade de adquirir terras, ou por doação ou, posteriormente, por compra em prestações, pelas passagens pagas pelo governo ou por empresas de colonização, pelo clima menos rigoroso que o do

¹ Já pesquisei vários processos criminais de Rio Claro e Campinas das décadas de 1860 e 1870 em que os colonos alemães ainda aparecem.

norte dos Estados Unidos, pela presença de parentes que migraram antes ou pela propaganda enganosa de agentes da emigração. O número de alemães que migraram ao Brasil era relativamente pequeno, sendo, aproximadamente, cinco por cento de todos os imigrantes ao Brasil (Deutsche Welle, 10/05/2004). Até o início da segunda guerra mundial, chegaram, aproximadamente, 221.000 imigrantes alemães ao Brasil, sendo mais ou menos 61.000 durante o Império, 57.000 entre 1890 e o fim da primeira guerra mundial, e 103.000 entre as duas guerras.² Entretanto, o número de descendentes no Brasil multiplicou-se, porque os alemães chegaram antes dos outros grupos europeus e tiveram taxas altas de natalidade e condições de vida relativamente saudáveis, especialmente nas colônias do Sul. Uma classificação das origens dos sobrenomes paternos de uma amostra da população atual chegou à conclusão de que 3,3% têm sobrenomes de origem alemã (Monastério 2016). No seu capítulo para este livro, Monsma usa informações sobre ancestralidade paterna e materna relatadas pelos entrevistados em um *survey* representativo nacional para chegar à estimativa de 7,6% com alguma ancestralidade "alemã" conhecida, cifra que, sem dúvida, inclui também descendentes de imigrantes de outras regiões de fala alemão, como a Suíça, a Áustria ou a região do Volga, na Rússia, além de certo número de descendentes de falantes de outras línguas germânicas.

Os projetos de colonização continuavam na Primeira República, mas com uma ênfase maior no estabelecimento de colônias mistas, para diluir a alteridade das colônias formadas de um único grupo étnico, principalmente as colônias alemãs, percebidas como uma ameaça à unidade da nação. O auge da imigração alemã chegou depois da Primeira Guerra Mundial, especialmente na década de 1920, quando a Alemanha sofria condições econômicas devastadoras e o Brasil ainda estava aberto à imigração. Depois da segunda guerra, e até hoje, sempre houve alguma imigração de alemães, mas em um nível bem menor, em parte pelas restrições à imigração impostas a partir do primeiro governo de Vargas, mas também pela rápida recuperação econômica da Alemanha depois da guerra.

Nem todos os imigrantes ficaram no Brasil. Havia relativamente pouca migração de retorno nas primeiras décadas da imigração alemã, mas com o

² Calculado a partir de dados em Schäffer 1994.

crescimento da navegação a vapor na segunda metade do século XIX, especialmente, a partir da década de 1870, o custo das passagens e o tempo das viagens entre Europa e Brasil caíram bastante, facilitando viagens de retorno, que deviam ter sido mais comuns entre os imigrantes que não adquiriram terras. A onda relativamente grande de imigração alemã entre as guerras foi predominantemente para as cidades, e muitos deviam ter voltado ao país de origem, ou durante o período nazista ou, especialmente, depois do fim da segunda guerra.

Os capítulos deste livro não abordam tanto as causas da imigração alemã ao Brasil, concentrando-se muito mais nas consequências dessa migração, especialmente da alteridade dos alemães com relação aos brasileiros. Os autores são historiadores, sociólogos e uma antropóloga. Abordam, principalmente, questões econômicas, políticas, religiosas e identitárias dos imigrantes alemães e descendentes no Rio Grande do Sul, com algumas discussões complementares sobre as populações teuto-brasileiras de São Paulo e do Espírito Santo.

As características únicas da colonização alemã combinaram-se com a fascinação com as raízes e as histórias familiares, típica de populações imigrantes, para produzir uma ampla literatura histórica sobre a imigração e colonização alemãs. O capítulo de Marcos Witt, neste livro, fornece uma discussão bastante abrangente da bibliografia sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul. Os colonos alemães atraíram muita atenção dos historiadores por sua anterioridade com respeito aos outros imigrantes europeus ao Brasil independente, por sua alteridade, por suas altas taxas de alfabetização, que, junto com a presença da elite intelectual imigrante, levou à produção de muitas fontes escritas, e pelo rápido crescimento do número de descendentes de alemães no Brasil, que deixou uma população atual de milhões de descendentes potencialmente interessados em conhecer ou escrever sobre sua história. A literatura pertinente inclui não somente as produções de historiadores profissionais e de outros pesquisadores acadêmicas, mas também inúmeros escritos de não profissionais na forma de memoriais, genealogias ou autobiografias. Essas histórias não profissionais mostram o grande interesse da população, particularmente, nas regiões coloniais, pela história da imigração e colonização. Muitos desses escritos também são valiosos para os pesquisadores profissionais, por trazer fontes e detalhes da história local não disponíveis nos arquivos públicos.

Ademais, podem evidenciar aspectos do imaginário popular com respeito à colonização.

Se o governo brasileiro, os empresários da imigração e os fazendeiros queriam aproveitar os colonos alemães para seus próprios fins, os alemães da Europa pensavam os emigrantes ao Brasil como integrantes de um projeto colonialista da nação alemã maior, ou expandida. Eugene Cassidy, no capítulo 2, examina como escritores alemães na Europa do século XIX descreviam os colonos dessa origem no Brasil. Os alemães e descendentes nos Estados Unidos eram considerados perdidos para a nacionalidade alemã, por seu alto grau de integração no novo país e seu interesse limitado em manter a identidade alemã e os vínculos com a terra de origem, mas os colonos alemães no Brasil atraíam a atenção por sua germanidade, ou *Deutschtum*, a tendência de manter muitos costumes e dialetos da língua alemã, além de uma identidade distinta dos luso-brasileiros e dos outros grupos imigrantes. Já décadas antes da unificação da Alemanha, os nacionalistas alemães pensavam os emigrantes ao Brasil e seus descendentes como representantes da germanidade, capazes de expandir a influência no mundo dessa nação ainda sem Estado abrangente, ao mesmo tempo em que serviriam para “civilizar” a terra e o povo do Brasil, em uma versão teutônica do “fardo do homem branco”, ou dever de civilizar os povos “atrasados” do mundo, usado como justificativa para o colonialismo inglês. Na visão dos autores teuto-europeus, os colonos alemães conquistavam as florestas dos indígenas e tornavam-nas produtivas. Também ensinariam os luso-brasileiros - percebidos como preguiçosos, em função, principalmente, da disponibilidade da mão de obra escravizada – os benefícios de se dedicar ao trabalho. Versões dessas ideias foram repetidas nos escritos da elite intelectual dos teuto-brasileiros, produzindo a circulação transatlântica de representações da suposta missão civilizatória alemã que se reforçavam mutuamente.

Ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, o Brasil recebeu vários empresários alemães, alguns dos quais promoviam a colonização e outros desenvolviam o comércio ou a indústria, particularmente, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. O capítulo de Patrícia Bosenbecker aborda a elite alemã da cidade portuária de Rio Grande no período imperial. Essa cidade, localizada na entrada da

grande Laguna dos Patos, no Sul da então província do Rio Grande do Sul, era o principal entreposto do comércio dessa província com o exterior e com o resto do Brasil. De maneira geral, os comerciantes e empresários alemães estabelecidos em Rio Grande não emergiram da diferenciação social das regiões coloniais, com o enriquecimento dos donos de vendas, de madeireiros ou de barcos, como aconteceu em algumas outras regiões do Sul. Em vez disso, os comerciantes alemães de Rio Grande, geralmente, chegaram com algum capital e vínculos sociais com outros comerciantes alemães já estabelecidos na cidade. Essa elite étnica integrou-se com a elite luso-brasileira local por meio da conversão ao catolicismo e da construção de uma teia de relações comerciais e financeiros, de casamento e de padrinagem. Entretanto, esses comerciantes e empresários também mantinham relações na terra de origem, lucrando da intermediação entre dois mundos sociais. Os contatos nos Estados alemães e, posteriormente, na Alemanha unificada serviram para facilitar a importação de produtos industrializados e a exportação de produtos da agropecuária, além de facilitar o recrutamento de colonos, no caso dos empresários da colonização, como Jacob Rheingantz, ou o recrutamento de mão de obra especializada, no caso dos donos da indústria riograndense incipiente.

O capítulo de Rodrigo Luis dos Santos, sobre a atuação política da elite teuto-brasileira da região de Taquara, Novo Hamburgo e São Leopoldo, mostra que as elites teuto-brasileiros sabiam organizar-se para ocupar posições de destaque na política local, mas faziam isso de maneira bem brasileira, acionando redes familiares e, muitas vezes, incluíam luso-brasileiros ou descendentes de outros grupos imigrantes nas suas redes de poder. Ou seja, em vez de suplantarem as oligarquias tradicionais, acabaram promovendo certo processo de fusão com essas oligarquias, pelo menos em nível local. O trabalho de Rodrigo Santos também contraria alguns estereótipos positivos que os descendentes de alemães guardam a respeito de si mesmo, como a ideia de que os alemães são "mais honestos" ou "menos corruptos" que os luso-brasileiros. Essa análise dos grupos políticos locais mostra que o clientelismo e o nepotismo faziam parte da rotina da elite "alemã" local. Em vários casos, as relações familiares e comerciais predominavam sobre os interesses políticos e encontram-se integrantes da mesma rede familiar em ambos os lados de disputas partidárias. Fica claro nos capítulos de Bosenbecker e de Santos sobre as

elites teuto-brasileiras que elas, normalmente, não se pensavam como representantes de um projeto imperialista alemão, visando expandir a influência alemã no mundo e “civilizar” o Brasil. Em vez disso, cuidavam, principalmente, de seus interesses individuais e familiares, integrando-se com as elites brasileiras e salientando sua germanidade somente quando conveniente para seus interesses particulares. Os colonos comuns interessavam-se menos ainda pelo projeto de uma Alemanha maior.

Os colonos eram bastante afastados da vida e da cultura da Alemanha, mas como mantinham uma identidade étnica distinta dos luso-brasileiros, isso fornecia uma abertura para aqueles interessados em reforçar o vínculo com a Alemanha. Além da elite intelectual imigrante mencionada acima, depois da unificação da Alemanha, boa parte da promoção da identidade alemã no Brasil foi realizada por lideranças religiosas. O capítulo de Fernando Diehl salienta o papel dos pastores luteranos e seus vínculos com a Alemanha nesse processo. Já fazia muito tempo que o Estado prussiano e a igreja luterano estavam estreitamente ligados e, depois da unificação da Alemanha em 1871, sob a liderança da Prússia, muitos dos pastores enviados da Alemanha para servir os luteranos do Brasil pensavam-se também como representantes do Estado alemão. No capítulo de Diehl, fica evidente que alguns dos pastores mais proeminentes agiam como se a promoção da germanidade fosse mais importante que cuidar das necessidades espirituais dos fiéis, o que levou a atritos com os missionários luteranos do Sínodo de Missouri, que pouco se importavam com a identidade étnica. Podemos duvidar da eficácia desses esforços para promover o nacionalismo alemão entre os colonos, mas, sem dúvida, contribuíram para o alarme de alguns nacionalistas brasileiros a respeito do que percebiam como “cistos” alienígenas no corpo da nação.

Se os colonos eram, em grande medida, indiferentes ao nacionalismo alemão, mesmo assim o luteranismo fortalecia sua identidade distinta dos luso-brasileiros. No seu capítulo, Joana Bahia examina as relações entre a religião e a identidade étnica dos descendentes de imigrantes pomeranos no interior do Espírito Santo atual. Fica evidente que a identidade étnica se fortalece pelo uso do alemão nos ritos religiosos. Neste caso, há três línguas em jogo: o português serve para interações

burocráticas e para eventos públicas oficiais; o alemão padrão, ou *Hochdeutsch*, é visto como língua sagrada, porque usada na igreja; e o pomerano é a língua falada em casa e na vida cotidiana. Além dos ritos oficiais da igreja, existem ritos mágicos populares, muitas vezes, condenados pelos pastores, ao redor das passagens significativas da vida, como o casamento e a morte, para lidar com problemas cotidianos, como as doenças e as ameaças à produção agrícola, e para identificar suspeitos de bruxaria. Esse conhecimento mágico detém-se, principalmente, por mulheres, que executam simpatias, cujas fórmulas são de conhecimento geral, e benzeções, conhecidas somente pelas benzedadeiras, usando, sobretudo, o pomerano, com trechos em alemão, especialmente as citações da Bíblia. As fórmulas mágicas, junto com as línguas alemã e pomerana, reforçam valores dos camponeses pomeranos, distinguem-nos dos outros brasileiros e fortalecem a identidade pomerana.

Tentativas de fortalecer a identidade “alemã” dos descendentes de imigrantes continuam hoje, com o propósito, muitas vezes, de promover o turismo nas regiões coloniais, onde os turistas podem participar de várias festas temáticas, com música e comidas apresentadas como “tipicamente alemãs”, mesmo quando inventadas ou transformadas no Brasil, como no caso da *cuca* ou do café colonial. As tentativas de preservar ou reinventar a identidade étnica deram origem a um grupo profissional curioso, o dos especialistas no folclore alemão, que ensinam aos outros as maneiras “corretas” de realizar danças tradicionais e como produzir trajes folclóricos de diferentes regiões da Alemanha. O capítulo de Lucas Voigt, neste livro, aborda a atuação desse grupo profissional e o papel dos livros como repositórios do conhecimento transmitido do passado sobre as danças folclóricas e os trajes regionais. Até recentemente, uma característica que distinguia os especialistas das danças “autênticas” era o acesso a uma coleção de livros sobre o tema, reunidos ou por uma instituição ou pelo próprio especialista. Entretanto, esse monopólio do conhecimento folclórico “autêntico” está ameaçado hoje pelos recursos da internet, sobretudo, as danças gravadas em vídeo e facilmente acessíveis em plataformas, como Youtube.

Nos primeiros quase cinquenta anos da colonização alemã, as representações dos colonos alemães que circulavam entre as elites e na imprensa eram,

predominantemente, positivas. Os colonos eram vistos como agricultores melhores e mais trabalhadores que os brasileiros. Sempre havia alguns da elite brasileira que se posicionavam contra a tolerância a protestantes e alguns que ficavam nervosos com a atuação pública e política da elite imigrante, ou que ressentiam a competição dos empresários alemães, mas as alegações da falta de integração dos alemães no Brasil só ganharam destaque no debate público depois da unificação da Alemanha em 1871.

A consolidação de uma identidade teuto-brasileira e, especialmente, os esforços do Estado alemão para promover a identificação com o país de origem fortaleceram as críticas ao suposto isolamento e falta de brasilidade dos descendentes de imigrantes alemães, vistos como potenciais agentes de uma potência estrangeira. Ao final do século XIX, uma reinterpretação brasileira das teorias do racismo científico europeias e norte-americanas deu ainda mais força a essas críticas. Para os europeus, a mistura de raças levaria à degeneração, mas vários teóricos brasileiros, pensando que o sangue branco fosse mais forte, promoviam a miscigenação, com o propósito de branquear a população brasileira e, depois de algumas gerações, transformar os brasileiros pretos e pardos em brancos. Os proponentes do branqueamento acusaram os imigrantes alemães e os teuto-brasileiros de só casar-se com outros da mesma origem, assim faltando a seu “dever” de contribuir para o branqueamento da nação (Seyferth 1996). A suspeita da falta de lealdade ao Brasil dos teuto-brasileiros cresceria mais ainda durante o período nazista da Alemanha.

O capítulo de Karl Monsma aborda a questão da integração dos teuto-brasileiros a partir de evidências sobre padrões de casamento, mostrando que, ao contrário das acusações de falta de integração, o casamento entre alemães ou descendentes e integrantes de outros grupos étnicos era relativamente comum, especialmente, para aqueles que saíram das regiões coloniais e moravam nas cidades. Contudo, os alemães, tal como os outros grupos de origem europeia, geralmente evitavam o casamento com negros, preferindo o casamento com luso-brasileiros brancos ou com imigrantes europeus ou descendentes, mesmo quando estes não fossem alemães. Nesse comportamento, os alemães e descendentes não

eram muito diferentes de outros grupos étnicos de origem europeia. Os teuto-brasileiros que ficavam nas regiões coloniais, muitas vezes, casavam-se com outros da mesma origem porque não tinham a oportunidade de conhecer pessoas de outros grupos ou porque parentes arranjavam casamentos como maneira de manter a posse de terras na família, mas mesmo essas tendências eram longes de ser universais. O outro grupo com forte tendência de casar-se com outros alemães ou descendentes é os luteranos. No entanto, os dados analisados mostram uma tendência para a diminuição do número de luteranos ao longo do tempo e o aumento do número de católicos e de integrantes de outros cultos protestantes, provavelmente, em função de conversões para evitar a discriminação contra não católicos durante o Império ou para facilitar os casamentos com pessoas de outras religiões. Como é o caso de muitos grupos imigrantes, aqueles com ancestralidade mista e que se identificam pouco com o país de origem nem são percebidos como "alemães" por outros brasileiros, ao passo que aqueles que vivem em comunidades relativamente homogêneas e sentem-se diferentes dos outros brasileiros, muitas vezes, são os únicos percebidos como "alemães" pelo resto da população. Esse olhar seletivo exagera a percepção, por parte dos outros brasileiros, da alteridade dos "alemães".

As críticas aos "quistos étnicos" chegaram ao auge no Estado Novo, em especial, depois do ingresso do Brasil na segunda guerra mundial ao lado dos aliados (Alves 1997). A lógica do populismo, tanto da esquerda como da direita, promove a mobilização da população em apoio a um líder forte e contra grupos étnicos ou políticos que supostamente conspiram contra a nação. Há uma forte tendência de os populismos salientarem a unidade da nação e de serem intolerantes à diversidade cultural, étnica e ideológica. O governo Vargas não somente promovia a integração forçada dos descendentes de alemães e outros imigrantes europeus, como também reprimiu a Frente Negra Brasileira. As colônias alemãs e japonesas constituíram um alvo fácil para o governo Vargas por sua alteridade e, depois do ingresso do Brasil à guerra, por seus supostos vínculos com Estados inimigos.

Certamente, havia algum grau de simpatia ao nazismo nas colônias alemãs e entre as elites teuto-brasileiras nas décadas de 1930 e 1940, mas isso estava longe de constituir uma "quinta coluna" ou uma ameaça real ao Estado brasileiro. O

capítulo de René Gertz discute a história das representações dos teuto-brasileiros como “nazistas”, que emergem em parte do velho estereótipo das colônias alemães como “quistos” alienígenas e ameaçadores à unidade nacional. Não existem evidências de que o governo nacional-socialista da Alemanha queria conquistar ou anexar o Sul do Brasil, como, às vezes, alegava-se. Os nazistas alemães realmente tentaram mobilizar o apoio dos alemães e descendentes no Brasil, mas com pouco sucesso. As organizações ligadas ao nazismo no Brasil só conseguiram atrair uma fração relativamente pequena dos teuto-brasileiros. Contudo, o estereótipo de “alemães nazistas” perdurou no imaginário popular e reaparece periodicamente nos escritos de jornalistas sobre as colônias teuto-brasileiras e até em pesquisas acadêmicas e nas falas de autoridades. Gertz relata algumas dessas afirmações, que aparecem sem evidência ou com evidências rasas, como, por exemplo, a aparição de algumas pichações de suásticas em uma região com descendentes de alemães. Gertz também apresenta evidências de que a grande maioria dos simpatizantes brasileiros ao nazismo não era colonos.

Ainda há outros temas importantes não abordados neste livro a respeito dos imigrantes alemães e dos teuto-brasileiros. No entanto, acredito que os capítulos deste livro constituem uma contribuição sólida ao conhecimento dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. Finalmente, agradeço o apoio do Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA), da UFRGS e da PUCRS, sem o qual a publicação deste livro não seria possível.

Karl Monsma.

1. A historiografia das migrações alemãs no Bicentenário (1824-2024)



<https://doi.org/10.36592/9786554600033-01>

Marcos Antônio Witt

O trabalho de Giralda Seyferth mostra o alto nível a que estão chegando as ciências sociais e a pesquisa histórica no país. Parece, felizmente, terem chegado ao fim os trabalhos apologéticos e laudatórios tão ao gosto do academicismo rançoso, preocupado mais com elogios do que em apurar a verdade. Os historiadores trapeiros, como os denominava Macendie, simples ajuntadores de fatos – normalmente o lixo da história – cedem seus lugares, em todos os níveis, aos verdadeiros pesquisadores (Voltaire Schilling)¹

Palavras iniciais – a complexa arte de classificar

O presente texto tem, como objetivo, identificar e analisar a historiografia acerca das migrações alemãs entre 1824 e 2022, no âmbito do estado do Rio Grande do Sul. Esse recorte cronológico contempla praticamente todo o período do Bicentenário (1824-2024), comemoração que marcará os 200 anos das migrações alemãs para o Brasil. Contudo, não tem a pretensão de esgotar o tema, algo praticamente impossível, nem em termos quantitativos, nem do ponto de vista qualitativo.² Ao longo desse intervalo temporal, pesquisadores acadêmicos e não acadêmicos produziram estudos a respeito do tema, os quais podem ser agrupados em biográficos, genealógicos e memorialistas/municipalistas, entre outros. Somam-se a essa classificação as pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, sobretudo, a partir da década de 1990. Com o incremento da pós-

¹ In: SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974. [Texto da contra-capá]. Seyferth, em seu último livro, retomou o texto no qual analisa a historiografia da imigração alemã. Ver: SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. In: SEYFERTH, Giralda. *Estudos sobre a imigração alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 15-138.

² Prezado leitor, os esquecimentos são de minha responsabilidade. Mesmo tendo ciência de que é impossível abarcar toda a historiografia da imigração alemã em um período de quase duzentos anos, muito provavelmente obras que deveriam integrar o presente texto sejam empalidecidas em função das armadilhas da memória localizadas nas complexidades de esquecer e lembrar.

graduação no Brasil, os temas pesquisados que abordam as migrações alemãs foram inovados, aprofundados e/ou revisitados. Afora isso, o acesso a novas fontes suscitou novas pesquisas, por consequência, estudos inéditos foram produzidos e incorporados à historiografia aqui abordada.

O título do presente subcapítulo – a complexa arte de classificar – fala por si só. É deveras difícil escrever sobre a historiografia que tem se dedicado aos estudos migratórios – e as razões não são poucas. Talvez, o mais fácil seja classificar os historiadores/pesquisadores por acadêmicos e não acadêmicos. Uns são graduados em história e pesquisam/escrevem a partir dos pressupostos dessa ciência; outros pesquisam e escrevem sobre história mediante a sua bagagem cultural, com maior ou menor diálogo com as ciências humanas. Dito isso, o novelo começa a emaranhar-se. No campo acadêmico, pesquisadores de outras ciências investem tempo e demais recursos nas temáticas das migrações: antropólogos, filósofos, geógrafos, juristas, literatos, sociólogos, teólogos, turismólogos, entre outros. Portanto, o estudo das migrações não se restringe ao universo acadêmico dos historiadores. Nomes como o de Giralda Seyferth (2016), antropóloga; Helion Pova Netto (2016), geógrafo; e Oswaldo Truzzi (2005), sociólogo, exemplificam a diversidade dos acadêmicos que se entregam à seara das migrações. No extremo oposto, pesquisadores e escritores não acadêmicos também assinam obras que integram a historiografia desse tema. A exemplo, mulheres e homens comuns em suas comunidades registram memórias do passado e de suas próprias vivências, muitas vezes, tendo acesso a fontes preciosamente guardadas no seio das famílias. O livro de Benno Wendling, *A história de Walachai* (2014), constituído de suas memórias como professor e residente da localidade de Walachai, traduz esse modo de escrita.

Considerando a complexidade da classificação anterior, o próximo passo seria perguntar o que define a produção acadêmica e a não acadêmica. A primeira, além de se orientar pelos pressupostos das ciências humanas – ou mais especificamente da história –, geralmente é produzida no interior dos Programas de Pós-Graduação. A narrativa segue determinados ritos, o que, muitas vezes, resulta em leitura pouco facilitada para o leitor comum. Isso significa dizer que a produção acadêmica, muitas

vezes, tem dificuldade em romper os limites das universidades e/ou das instituições culturais nas quais é produzida. O seu leitor, via de regra, é um par. A segunda, a produção não acadêmica, é caracterizada por uma narrativa memorialista e/ou municipalista³. Não obstante a isso, costuma-se encontrar aspectos memorialistas em obras assinadas por pesquisadores que cursaram graduações vinculadas ao campo das ciências humanas ou próximas a elas. As publicações de Felipe Kuhn Braun (2011, 2010), jornalista; Solange Maria Hamester Johann (2010, 2009), licenciada em Letras; e Telmo Lauro Müller (2001, 1984, 1978), historiador, têm esse significado. Comumente, uma obra memorialista e/ou municipalista está preocupada em narrar o início do processo colonizatório, com ênfase nas dificuldades iniciais e no progressivo sucesso⁴ conquistado pelos imigrantes e descendentes. Os pioneiros, homens e suas famílias, são colocados em destaque, bem como a construção das primeiras igrejas e escolas. Aspectos pitorescos do imaginário, conflitos advindos da política, relações conflituosas geradas no domínio religioso, questões ligadas à saúde e à morte, entre outros correlatos, integram as narrativas aqui exemplificadas.

Afora isso, obras de memorialistas e/ou municipalistas têm o potencial de revelar arquivos pessoais, na maioria das vezes, preservados pelos anciãos das famílias descendentes de imigrantes. Documentos de foro íntimo, como cartas, cartões postais, diários, fotografias e outros tipos de memórias compõem esse acervo. Tão importante quanto esses documentos são os depoimentos, as entrevistas informais realizadas pelos pesquisadores que têm acesso à população anciã das suas comunidades. Um terceiro elemento, não menos significativo, é a tradição oral, ou seja, os relatos que as gerações mais velhas transmitem para as mais jovens, os quais orbitam entre memórias, causos e outras categorias orais.

³ Obras memorialistas e/ou municipalistas são praticamente idênticas. A diferença entre elas é muito sutil, isto é, as municipalistas trazem informações administrativas, burocráticas e políticas da comunidade ou do município investigado. O autor, muitas vezes, tem forte vínculo com instituições urbanas que representam o poder público. No entanto, mesmo tendo essas características, o registro municipalista poderá ser apresentado através do viés memorialista: a criação da comunidade ou do município, os pioneiros, as dificuldades e o conseqüente sucesso, homens e famílias importantes, detalhes pitorescos, entre outros.

⁴ O sucesso e os seus sinônimos são um dos aspectos que mais se acentua na narrativa das migrações. Opondo-se a essa assertiva, no sentido de desvelar outras experiências menos frutíferas, Cláudio Pereira Elmir e Marcos Antônio Witt organizaram livro que tem nas histórias de fracasso dos imigrantes e descendentes a sua razão de existir. Ver: ELMIR e WITT, 2014.

Diferente das pesquisas acadêmicas, as quais, muitas vezes, apresentam os grandes arquivos ao leitor, como o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, as produções memorialistas e/ou municipalistas localizam e disponibilizam os acervos pessoais, nem sempre acessíveis aos “de fora”. Quase sempre, o acesso é facilitado para os membros da comunidade; já para os não conhecidos, é preciso usar as redes para contatar a família ou o guardião das fontes. Por essa razão, a pesquisa concernente à determinada comunidade é recorrentemente utilizada quando se buscam informações mais diretamente ligadas ao seu surgimento e desenvolvimento nos segmentos ambiental, cultural, econômico, político, religioso e social.

A complexa arte de classificar ganha novos contornos quando, no horizonte da teia historiográfica das migrações, questionamos o lugar ocupado pelos genealogistas. Apesar de eventuais restrições por parte de alguns historiadores, há perfeita sintonia entre os estudos migratórios e a genealogia, uma vez que desenhar e recheiar a árvore genealógica atende a muitos objetivos. Não se trata, somente, de descobrir o nome e sobrenome dos imigrantes, o ano da chegada ao Brasil e o local de sua instalação. A genealogia, vinculada às migrações, permite localizar o papel de cada componente familiar no desenvolvimento econômico-social daquele grupo. Isso é percebido, principalmente, através dos casamentos e apadrinhamentos, rituais que expressam sentimentos, mas, também estratégias de sobrevivência no Novo Mundo. Marcos Antônio Witt fez uso de dados genealógicos das famílias Voges e Diefenthäler, a fim de comprovar que havia comunicação e articulação entre as regiões de colonização alemã visando ao crescimento econômico-social das famílias exponenciais (2015). Mais recentemente, André Luís Hammann e Décio Aloisio Schauen publicaram *Colonizadores do Rio Grande do Sul: 1863-1873* (2021), obra de caráter quase puramente genealógico. Ainda assim, discorreram acerca da “formação do Império Alemão e suas implicações na emigração massiva dos alemães” (HAMMANN e SCHAUREN, 2015, p. 11).

Não é raro encontrar pesquisadores que unem genealogia e história para construir narrativa migratória. Um dos casos mais emblemáticos é a contribuição de Carlos Henrique Hunsche, autor que buscou, na genealogia, os subsídios

imprescindíveis para abordar os primeiros anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Os livros *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul* (Província de São Pedro) (1975) e *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul* (1977) apresentam dados genealógicos das primeiras famílias alemãs destinadas ao Rio Grande do Sul. Longe de apenas compor árvore genealógica ou informar o local de origem dos imigrantes, Hunsche faz uso da teia de sobrenomes para recheiar o todo da experiência migratória.

Os livros de Carlos Henrique Hunsche tornaram-se referência nos estudos migratórios. Daí foram alçados à categoria de clássicos, pois ocupam lugar seletivo junto à historiografia da imigração alemã. O termo clássico poderia sugerir que apenas obras acadêmicas e/ou da disciplina histórica seriam assim adjetivadas. Nesse raro universo, contribuições de diversas áreas das ciências humanas, mas também de memorialistas e/ou municipalistas, podem ser consideradas clássicas. E mais: os clássicos orbitam em constelações diferentes e têm brilhos distintos; também são de caráter mais ou menos holístico. Assim, a tese da historiadora Helga Iracema Landgraf Piccolo, *A política rio-grandense no II império (1868-1882)* (1974), o tratado do geógrafo Jean Roche, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* (1969)⁵, a tese do teólogo e historiador Martin N. Dreher, *Igreja e germanidade* (1984), enquadram-se na presente categoria. No que se refere mais diretamente à Colônia alemã e à futura cidade de São Leopoldo⁶, as obras do advogado e pesquisador Carlos de Souza Moraes e do comerciante e pesquisador Germano Oscar Moehlecke⁷

⁵ Em função de sua relevância para a historiografia da imigração alemã, neste ano de 2022, o Instituto Histórico de São Leopoldo e a Editora Oikos, com o apoio do Centro de Estudos Europeus e Alemães – CDEA, lançaram a segunda edição completa, revisada e atualizada de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. A publicação do livro de Jean Roche integra o projeto editorial “A caminho de 2024 - 200 anos - Migrações alemãs para o Brasil”, coordenado pelo Instituto Histórico de São Leopoldo e a Editora Oikos. Ver: ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2022. [Segunda edição completa, revisada e atualizada. Organização de Karen Pupp Spinassé].

⁶ Com os objetivos de produzir alimentos para a capital, Porto Alegre, dinamizar o mercado interno através da agricultura e do artesanato, ocupar as terras sulinas e aumentar o contingente de soldados, dentre outros motivos, o Império brasileiro fundou a primeira Colônia alemã de São Leopoldo na então província do Rio Grande do Sul, situada às margens do rio dos Sinos, em 25 de julho de 1824. Ver: AMADO, 2002; MÜLLER, 2001; TRAMONTINI, 2000 e DUARTE, José Bacchieri (Org.). *Sesquicentenário da imigração alemã: álbum comemorativo*. Porto Alegre: EDEL, 1974.

⁷ MOEHLECKE, Germano Oscar. *Estrada de ferro: contribuição para a história da primeira ferrovia do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermond, 2004; MOEHLECKE, Germano Oscar. *Os imigrantes alemães e a Revolução Farroupilha*. São Leopoldo: Gráfica da Universidade de Caxias do Sul, 1986; MOEHLECKE, Germano Oscar. *O Vale dos Sinos era assim*. São Leopoldo: Rotermond, 1978; MORAES, Carlos de Souza. *Feitoria do Linho Cãnhamo*. Porto Alegre: Parlenda, 1994; MORAES, Carlos de

são leitura obrigatória para os que se dedicam ao seu estudo. De cunho memorialista e municipalista, os livros de Moraes e Moehlecke também podem ser denominados de clássicos, mesmo que com uma abrangência mais regional/municipal.

Ainda, no âmbito dos estudos migratórios, a autobiografia, a biografia e a trajetória são formas de narrar constantemente requisitadas pelos pesquisadores dessa área. A história de um imigrante pioneiro, como a autobiografia de Josef Umann, *Memórias de um imigrante boêmio* (1997), ou a de um intelectual, como a tese de Tiago Weizenmann referente a Karl von Koseritz (2015), encontram sentido através dos recursos teórico-metodológicos da autobiografia, da biografia ou da trajetória. O enfoque da obra, por sua vez, lhe designará demais adjetivos, como biografia memorialista, por exemplo. O certo é que há inúmeros casos autobiográficos, biográficos ou de trajetórias no conjunto da historiografia da imigração alemã.

Ao final do primeiro subcapítulo do presente texto, percebe-se a dificuldade em classificar e/ou adjetivar. Muitas obras de memorialistas tornaram-se clássicas em razão de sua especificidade e disponibilização de fontes, como é o caso de Germano Oscar Moehlecke. No quesito das continuidades históricas, jovens escritores da atualidade se mantêm fiéis à corrente historiográfica que valoriza o pioneirismo e o sucesso dos imigrantes e descendentes, aqui representados por Felipe Kuhn Braun. Por sua vez, clássicos da imigração alemã fizeram uso da genealogia a fim de desenhar os primeiros anos da imigração no Rio Grande do Sul, modelo personificado no pesquisador Carlos Henrique Hunsche. Se classificar é importante, pois permite categorizar a historiografia, relativizar também o é. Perder de vista a complexidade significaria engessar a análise e produzir visões maniqueístas acerca do tema. Os próximos subcapítulos objetivam enriquecer e complexificar ainda mais o que foi exposto e proposto nestas primeiras linhas.

Souza. *O colono alemão: uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981; MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942. Em relação à trajetória política de Carlos de Souza Moraes, ver a tese de doutorado de SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Um caminho, múltiplas trajetórias: Carlos de Souza Moraes e sua atuação política e intelectual no Rio Grande do Sul (1933-1998)*. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2021.

A produção memorialista e/ou municipalista

A primeira observação a ser feita é a de que a produção memorialista e/ou municipalista é quantitativamente expressiva no campo dos estudos migratórios. Não há risco em se afirmar que é uma das áreas da história na qual mais se identifica esse tipo de produção. Complexas e difíceis de classificar, as obras produzidas no meio das comunidades ou para elas dirigidas encontram público leitor assíduo e numericamente respeitável. Tomando-se a Colônia alemã de São Leopoldo como parâmetro, os livros de Carlos de Souza Moraes (1994, 1981, 1942), Germano Oscar Moehlecke (2004, 1986, 1978), Leopoldo Petry (1923, 1966) e Telmo Lauro Müller (2001, 1984, 1978) representam o que entendemos por uma análise memorialista e/ou municipalista. Em todos os seus livros, há informações administrativas e burocráticas, como o vilamento de 1846 e a passagem para município em 1864; dados quantitativos relacionados à demografia e ao desenvolvimento agrícola e artesanal/fabril; nomes e sobrenomes de pioneiros e de famílias que se destacaram, principalmente no cenário econômico-político-social; e memórias de fatos inusitados, como conflitos decorrentes das reclamações acerca das promessas governamentais não cumpridas; enchentes do rio dos Sinos ou visitas oficiais, como a do presidente Geisel durante as comemorações do Sesquicentenário da imigração alemã, em 1974⁸. Em alguns casos, especialmente no de Moehlecke, há disponibilização das fontes pesquisadas, como no livro que explora a participação dos imigrantes alemães na Revolução Farroupilha (1986).

Um pouco mais ao norte do núcleo central da Colônia alemã de São Leopoldo, localizava-se a Colônia Bom Jardim, atualmente, o município de Ivoti. Essa comunidade abriga um grupo de pesquisadores que há décadas estuda a história da colonização alemã na microrregião de Ivoti, transitando entre a produção de cunho mais acadêmico e a memorialista. O livro *Mosaicos de então: pessoas, fatos, lugares de memórias, crônicas de Ivoti*, de 2020, exemplifica a ambiguidade dos

⁸ A dissertação em história de Tatiane de Lima aborda as comemorações do Sesquicentenário da imigração alemã, em 1974. Trata-se de um dos trabalhos mais recentes no que diz respeito às comemorações e aos "usos políticos do passado". Ver: LIMA, Tatiane. *Os "usos políticos do passado" nas comemorações oficiais do Biênio da Colonização e Imigração no Rio Grande do Sul (1974-1975)*. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2017.

pesquisadores ivotienses. O currículo dos organizadores, acadêmico e plural, poderia sugerir que a obra se caracterizasse puramente pelo academicismo. De acordo com as informações disponibilizadas no final do livro, Andréa Cristina Baum Schneck, mestre em educação, é o único organizador nascido em Ivoti. Os demais, Belmiro Meine, natural de Sertão Santana, tem graduação em letras; Hermedo Egidio Wagner, nascido em Sinimbu, é formado em pedagogia; Walter Egon Mundstock, natural de Santa Rosa, é cirurgião-dentista e político atuante na cidade de Ivoti⁹. Observamos, com isso, o caráter plural dos organizadores, os quais, mesmo tendo formação acadêmica, produzem obra de difícil classificação, uma vez que a direcionam ao grande público sem perderem de vista os elementos necessários para lhe configurar como produção histórica acadêmica. Talvez os pressupostos da história pública tenham orientado os organizadores na complexa tarefa de construir narrativa que atinja o grande público sem desfigurá-la no que se refere aos rigores da disciplina histórica. Memória, identidade étnica, educação patrimonial e línguas são temas norteadores do livro; porém, “crônicas e causos”, “lugares de memória e curiosidades” e “aspectos evolutivos da política ivotiense” também o integram. Estes últimos temas estariam mais propensos à classificação memorialista¹⁰. Por certo, o capítulo que toca na política e nos seus desdobramentos encontraria em Moehlecke a figura de um interlocutor e de um leitor assíduo.

Preocupações linguísticas também ocupam a agenda de pesquisadores da imigração alemã. Esse é o caso de Solange Maria Hamester Johann, de Santa Maria do Herval, a qual dedica parte do seu tempo a defender e veicular o projeto de ensino e tradução de obras para uma escrita do *Hunsrik*. Educadora e escritora, Johann publicou os livros *No coração verde da mata virgem: Thee Walt – Santa Maria do*

⁹ Roque Amadeu Kreutz é pesquisador, professor e também escreve sobre Ivoti. Com Andréa Cristina Baum Schneck, organizou *Dramas, comédias e tragédias nas Picadas de Bom Jardim/Ivoti: ecos do passado*. Ivoti: Feevale, 2014. Um ano antes, organizou e publicou *Bom Jardim – Ivoti: no palco da história* (KREUTZ, 2013). O conteúdo dos livros de Kreutz trazem elementos de obra memorialista e traços de publicação acadêmica.

¹⁰ Herta Sporket Patro escreveu *Ivoti: um pontinho no mapa*. [s/cidade, editora e ano]. Trata-se de livro modesto, de poucas páginas, mas que elucidou questão importante em minha tese de doutorado (WITT, 2015). O conhecimento do autor local e o acesso a fontes familiares fazem dele um ser único no ramo historiográfico das migrações. Afinal, somente o memorialista conhece as entranhas da comunidade e os locais específicos onde fontes dos mais variados formatos, às vezes inusitadas e raras, estão acondicionadas.

Herval (2010) e Do Velho Mundo para o Bucherberg ou Bugarberg um Novo Mundo (2009) na companhia de Ademir Rost, Aloísio Donato Braun e Sérgio Jacob Schmitt. No percurso cultural de Johann, percebemos a preocupação com o reavivamento étnico através do *Proyëkt Hunsrik*¹¹ e com a publicação de obras que apresentam elementos memorialísticos em seu conteúdo. Isso está visível no título dos dois livros citados, nos quais o Velho e o Novo Mundo se conectam mediante a vitória sobre a mata virgem brasileira.

A teia complexa da classificação também envolve a organização de eventos que têm as temáticas das migrações no seu horizonte. Nilza Huyer Ely, ao organizar cinco simpósios¹² a respeito da imigração alemã no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – LNRS¹³, denominados de Marcas do tempo, aproximou pesquisadores de diversas matizes, especialmente acadêmicos e não acadêmicos¹⁴. Os primeiros vieram de instituições universitárias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; os segundos, do próprio LNRS ou de regiões que também foram alvo de projetos de colonização. Os livros decorrentes dos eventos testemunham o encontro desses dois grupos de pesquisadores. Via de regra, as palestras eram proferidas pelos

¹¹ *Hunsrik e Proyëkt Hunsrik* – escritos conforme a proposta de Solange Maria Hamester Johann.

¹² I Simpósio sobre imigração alemã no Litoral Norte/RS - Terra de Areia: Marcas do tempo (2000). Porto Alegre: EST Editora; II Simpósio sobre imigração alemã no Litoral Norte/RS – Torres: Marcas do tempo (2003). Porto Alegre: EST Editora; III Simpósio sobre imigração alemã no Litoral Norte/RS - Três Cachoeiras: Marcas do tempo (2004). Porto Alegre: EST Editora; IV Simpósio sobre imigração alemã no Litoral Norte/RS - Arroio do Sal: Marcas do tempo (2006). Porto Alegre: EST Editora; V Simpósio sobre imigração alemã no Litoral Norte - Dom Pedro de Alcântara: Marcas do tempo (2010). Porto Alegre: EST Editora. Todos os simpósios e os respectivos livros têm a organização de Nilza Huyer Ely.

¹³ O terceiro projeto de colonização previsto para o Rio Grande do Sul compreendia a instalação de uma Colônia alemã junto à Ponta das Torres (hoje, o município de Torres). Em 17 de novembro de 1826, um pouco mais de quatrocentos colonos alemães chegaram ao seu destino; porém, questões administrativas e uma enchente do rio Mampituba fizeram com que o grupo fosse dividido. Assim, colonos alemães católicos fundaram o núcleo de São Pedro de Alcântara, atualmente, a região dos municípios de Dom Pedro de Alcântara, Mampituba, Morrinhos do Sul, Torres e Três Cachoeiras, enquanto os evangélico-luteranos dirigiram-se ao Vale do rio Três Forquilhas, o que compreende, na atualidade, os municípios de Itati, Três Forquilhas e parte de Terra de Areia. Quanto ao núcleo católico, ver os livros de José Krás Selau (1999, 1995) e Ruy Ruben Ruschel (1998); já em relação à Colônia evangélico-luterana, ver a contribuição de Elio Eugenio Müller (1993, 1992) e Nilza Huyer Ely (2004b, 1999). Com exceção de Ruschel, os livros de Ely, Müller e Selau apresentam características de obras memorialistas. Concernente à relação existente entre as Colônias alemãs do LNRS e as de São Leopoldo, ver a tese de WITT (2015).

¹⁴ Os simpósios organizados por Nilza Huyer Ely foram analisados por Sandra Cristina Donner em sua tese de doutorado em história, História local, memória e ofício do historiador entre Raízes e Marcas do tempo (1990-2012), defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em 2015. Em seu estudo, Donner também analisou o projeto desenvolvido por Vera Lúcia Maciel Barroso, Encontros dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha – Raízes. Nos livros decorrentes do Raízes se encontram textos que abordam a imigração e colonização alemã no LNRS.

acadêmicos e as comunicações, pelos pesquisadores locais, não acadêmicos. No entanto, essa regra tinha exceções e foi relativizada algumas vezes. Em seminários e simpósios dessa natureza, é perceptível a presença de pesquisadores memorialistas e/ou municipalistas, os quais apresentam os seus trabalhos na forma de palestra por sua relevância ou abrangência¹⁵. Afora isso, é preocupação da própria organização do evento promover a aproximação entre acadêmicos e não acadêmicos, o que se entende um ganho não somente para o evento, mas também para a comunidade que o sedia. A ideia de reavivamento étnico se faz presente muitas vezes e é reforçada pela contribuição de memorialistas e/ou municipalistas.

As regiões norte e noroeste colonial do Rio Grande do Sul receberam imigrantes alemães e descendentes mais para o final do século XIX e início do XX. Iniciativas do governo, mas principalmente companhias particulares de colonização lotearam extensas propriedades e promoveram a criação de próspero e conflituoso mercado de terras (NEUMANN, 2016). Desde a fundação de colônias mistas e privadas nessas regiões, pesquisadores dos mais diversos calibres registram o início e o desenvolvimento de tais projetos. Quanto a Passo Fundo e o grande entorno, Adari Francisco Ecker realizou levantamento minucioso dos loteamentos e da fragmentação da terra. O livro *A trilha dos pioneiros* (2017) é fruto de pesquisa em fontes documentais específicas, vinculadas às questões da história agrária. O título do livro talvez aponte para o apreço da figura do pioneiro, quiçá, do desbravador. Contudo, a empiria empalidece os aspectos memorialistas da obra de Ecker. A região noroeste colonial, por sua vez, tem, em Bruno Guido Wehrmann (2004) e Martin Fischer (1987), representantes de pesquisadores que se preocupam em guardar aspectos étnico-culturais de suas comunidades. Wehrmann se dedicou a Condor, enquanto Fischer a Ijuí, espaços nos quais a fronteira étnica é visível e proporcionou ambiente de pesquisa aos dois autores. O caso mais emblemático é o de Ivo Beuter (2014), de Panambi, o qual fez uso da longa duração para investigar a história do

¹⁵ Renato José Lopes apresentou *Presença teuta* na Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha, e Jacy Waldyr Fischer, *Alforria de escravos de colonos alemães em Três Forquilhas e Colônia São Pedro, no Marcas do tempo de Dom Pedro de Alcântara*, em 2010. Wolfgang Hans Collischonn, por sua vez, comunicou *Observações de um pastor alemão sobre a comunidade de Três Forquilhas* (2007), no *Arroio do Sal: marcas do tempo*. As palestras integram os livros decorrentes dos eventos (ELY, 2010; 2007). Os autores exemplificam a produção memorialista e/ou municipalista que participava dos eventos litorâneos.

município “desde os índios guaranis”, conforme consta no título do livro. O recorte cronológico extenso, com o qual se pretende dar conta de toda a história de uma região, identifica, de igual modo, a produção memorialista. Por vezes, deseja-se conectar diversos aspectos da história da Colônia alemã e do futuro município, demonstrando o vazio ambiental e/ou demográfico e a contribuição econômico-social dos imigrantes e seus descendentes.

A produção memorialista e/ou municipalista, em algumas situações, dialoga com o poder público, normalmente com as prefeituras municipais em função da proximidade. O pesquisador e professor de história Waldemar Richter, um dos fundadores da Associação Nacional dos Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras¹⁶, publicou diversos livros que orbitam entre a genealogia e a história (2019; 2018). O autor investiga aspectos genealógicos e históricos da região do Vale do Taquari, relacionados à imigração alemã. A sua pesquisa, de certa forma, não está dissociada da atuação política junto ao município, onde se elegeu prefeito. Na condição de político, projetou a remodelação arquitetônica do município, construindo prédios em estilo enxaimel e recuperando edificações antigas desse mesmo formato. Em Richter, aliam-se projetos de categorias aparentemente distintas, porém, reunidas, têm o objetivo de fazer de

¹⁶ A Associação Nacional dos Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras foi criada em 1997. De lá para cá, realizou quatro seminários em Lajeado (1997, 1998, 1999 e 2000) e dois em Santa Cruz do Sul (2001 e 2002). No ano de 2004, organizou dois seminários, um em Nova Friburgo/RJ e outro em Teutônia e Westfália. A partir desse ano, os eventos ocorreram nas seguintes cidades: São Vendelino (2006), Ivoti (2008), Novo Hamburgo (2010), Taquara (2012), São Leopoldo, em parceria com o Instituto Histórico de São Leopoldo (2014), Lajeado (2017) e Taquara (2019). No ano de 2021, o seminário ocorreu no formato *on line* devido à pandemia da Covid-19. De cada encontro, ocorre a publicação das palestras e comunicações apresentadas. Estreitos laços ligam a Associação às comunidades de colonização alemã. Da mesma forma que os simpósios organizados por Nilza Huyer Ely, os seminários da Associação congregam pesquisadores locais e representantes da academia, especialmente da área de história. Algumas de suas publicações: *ANAIS do I e II Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras*. Lajeado: Grafocem, 1999; *ANAIS do III Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras*. Lajeado: Garten Sul, 2000; ARENDT, Isabel Cristina e WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2004; FERNANDES, Evandro, NEUMANN, Rosane Márcia e WEBER, Roswithia (Orgs.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2008; REINHEIMER, Dalva Neraci e NEUMANN, Rosane Márcia (Orgs.). *Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história, memória e preservação*. São Leopoldo: Oikos, 2014; NEUMANN, Rosane Márcia et al (Orgs.). *Migrações, territorialidades e ambiente*. São Leopoldo: Oikos, 2021. [E-book]. Agradeço aos colegas Isabel Cristina Arendt, Rodrigo Luis dos Santos, Rosane Márcia Neumann e Welington Augusto Blume pelas informações sobre a Associação Nacional dos Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras.

Forquetinha um município reconhecidamente alemão¹⁷. Se os livros abordam o início da colonização alemã no Vale do Taquari, o crescimento das comunidades e as emancipações políticas, a contribuição das famílias, bem como as suas genealogias, por exemplo, a edificação material em estilo enxaimel faz do município laboratório singular para os pesquisadores das áreas da arquitetura, da história e do patrimônio histórico.

As crônicas de Bom Jardim (Ivoti), escritas pelo Pe. Carl Schlitz (2021) entre 1896 e 1898, e traduzidas por Arthur Bl. Rambo, exemplificam o campo historiográfico que se preocupou em dar visibilidade à “fundação da colônia”, à “vida de família na mata virgem”, “Um pedaço da Alemanha no Brasil. As condições sociais na colônia. O período logo após a fundação”, “a legitimação das terras”, “o episódio dos Mucker e da varíola”, entre outras temáticas¹⁸. De acordo com o que expusemos no início deste subcapítulo, elencar a produção historiográfica que, de alguma forma, compreende-se por memorialista e/ou municipalista é tarefa hercúlea. Desde o século XIX, toma-se a epopeia imigrantista no sul do Brasil como objeto de pesquisa e escrita, como o fez Schlitz. Ao longo do XX, centenas de mulheres e homens registraram a experiência e/i/migrante, voltando-se ao passado oitocentista e/ou narrando as novidades republicanas do Novecentos. A contribuição inegável e impagável dos memorialistas e/ou municipalistas é a disponibilização de acervos e fontes pessoais, os quais, muitas vezes, são transformados em arquivos municipais, bem como o acesso a anciãos que guardam a memória da comunidade¹⁹. Sem essa

¹⁷ O prédio da prefeitura municipal, o pórtico de entrada do município, as edificações do parque onde ocorrem as feiras/festas municipais, o pórtico de entrada da escola João Batista de Melo, o prédio da creche, por exemplo, são edificações novas construídas em estilo enxaimel. Ver: <https://forquetinha.rs.gov.br/>;

https://www.google.com/search?q=munic%C3%ADpio+de+forquetinha&rlz=1C1GCEA_enBR756BR758&sxsrf=APq-

[WBu6uUuMyULjRiAzPRKfn_bGxv3vVw:1648120362557&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUK Ewi5jYfmzt72AhVtIJUCHduLCOYQ_AUoA3oECAIQBQ&biw=1366&bih=667&dpr=1;](https://www.oaltotaquari.com.br/portal/2019/12/trabalho-do-engenheiro-civil-everson-sergio-kerbes-e-destaque-na-cidade-de-forquetinha/)

<https://www.oaltotaquari.com.br/portal/2019/12/trabalho-do-engenheiro-civil-everson-sergio-kerbes-e-destaque-na-cidade-de-forquetinha/> Todos os acessos em 24/3/2022, às 9h35min.

¹⁸ Itens do sumário do livro: SCHLITZ, Carl S.J. *Deitando raízes: crônica de Bom Jardim (Ivoti).* Flagrantes dos primeiros 70 anos da imigração alemã. São Leopoldo: Oikos, 2021 [Tradução de Arthur Bl. Rambo].

¹⁹ De acordo com Erny Mügge, o leitor e a leitora se veem nos textos memorialistas em função da iconografia e da linguagem; as pessoas são nominadas e se encontram nos textos. Isso explicaria em parte, conforme o editor, os porquês do sucesso editorial de obras memorialistas e/ou municipalistas. Depoente: Erny Mügge. São Leopoldo, 31 de março de 2022.

produção historiográfica, antigos baús permaneceriam lacrados e nonagenários descendentes de imigrantes alemães deixariam de ser ouvidos.

A escrita da imigração alemã no Rio Grande do Sul, segundo Martin N. Dreher

Com o subcapítulo em questão, objetivamos valorizar e dialogar com a produção de Martin N. Dreher, estudioso experiente das migrações, especialmente da imigração alemã. No livro *190 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças* (2014), Dreher publicou capítulo intitulado *Como se escreveu sobre imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Partimos, portanto, das conclusões do autor para se incorporarem novas pesquisas a esse debate. Assim, o texto de Dreher inicia chamando a atenção para a obra de Jean Roche, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* (1969), o que ratifica a relevância da contribuição de Roche para os estudos migratórios. Em seguida, discorre acerca da tese de Ferdinand Schröder, de 1931, *A imigração alemã para o Sul do Brasil até 1859* (2003). Schröder dedicou o seu estudo às primeiras décadas da imigração alemã para o Brasil, constituindo-se em referência para os pesquisadores que examinam o movimento migratório até a metade do Oitocentos. Afora isso, Schröder tem o perfil de um estrangeiro que residiu no Brasil, mas escreveu e publicou em solo alemão, no período entre guerras. Adiante, Dreher aprofunda a discussão ao apresentar as três matrizes interpretativas gestadas no período entre as duas grandes guerras mundiais.

A primeira matriz interpretativa é a do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Dreher evidencia três autores que representam essa instituição: Aurélio Porto, Ernesto Pellanda e Francisco de Leonardo Truda. De acordo com Dreher, o livro de Pellanda foi “encomendado pelo Governo do Estado, tendo sido prefaciado por Borges de Medeiros” (DREHER, 2014, p. 12). A publicação, em 1924, coincide com o Centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul e, ao que parece, também esteve a serviço da política. Com o livro, Borges de Medeiros “buscava cooptar os votos da população de ascendência teuta no Rio Grande do Sul” (DREHER, 2014, p. 12). Estratégia semelhante pode ter sido utilizada pelo intendente municipal de São Leopoldo, Theodomiro Porto da Fonseca, ao solicitar que seu primo, Aurélio

Porto, escrevesse e publicasse O trabalho alemão no Rio Grande do Sul, em 1934, ano das comemorações dos 110 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Ao que tudo indica, as obras de Pellanda e Porto viabilizaram-se mediante o estabelecimento de relações políticas com governantes proeminentes do estado – em nível estadual e municipal. Nesse caso, não há como analisá-las sem considerar o elemento do apadrinhamento e/ou do patrocínio.

O terceiro autor analisado por Dreher, Francisco de Leonardo Truda, publicou, em 1930, A colonização allemã no Rio Grande do Sul. A sua contribuição também não é isenta, uma vez que “Truda é representante da geração que, em 1930, assumiu com Vargas a Nacionalização e a formação do Estado Nacional” (DREHER, 2014, p. 13). De acordo com a análise de Dreher,

nas obras dos três autores mencionados [Pellanda, Porto e Truda], estão presentes aspectos que serão reproduzidos de forma estereotipada na historiografia sobre a imigração. Os imigrantes alemães são ordeiros, operosos, amantes do progresso, mas infelizmente não receberam a devida atenção de parte dos governantes. Por isso, isolaram-se, mantiveram seus costumes, seu idioma, não se integraram nem aprenderam o idioma pátrio. Não deram, também, a importante contribuição que poderiam ter dado para a formação da raça brasileira, mesmo que tenham contribuído enormemente para o progresso econômico das regiões em que habitam. Em suma, poderiam ter branqueado mais o Brasil. (DREHER, 2014, p. 13).

A segunda matriz interpretativa, segundo Dreher, é a “desenvolvida sob a influência de sacerdotes jesuítas alemães [...] No tocante ao mundo da imigração, a obra que maiores marcas deixou foi o livro de Ambrósio Schupp sj, Die ‘Mucker’” (2004) (DREHER, 2014, p. 13). Tão significativa quanto a contribuição de Schupp é o livro Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul (1999), publicado no Centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, em 1924, e apenas dois anos após o primeiro Centenário da Independência do Brasil. Esses dois aspectos prevalecem na abordagem dos autores que redigiram a obra. No tocante à autoria, para Dreher, o

livro foi produzido por coletivo de autores, mas tem as marcas da participação de Theodor Amstad S.J. (DREHER, 2014, p. 14). Desse modo,

o Centenário da Independência provocou a reflexão sobre a participação dos imigrantes alemães e seus descendentes no desenvolvimento do Brasil [...] As comemorações relativas ao centenário da imigração alemã (1924) provocaram aumento de consciência étnica entre os descendentes de alemães, que sublinhavam o orgulho em relação à herança dos antepassados. O livro que tem Theodor Amstad como um de seus principais autores faz eco a estas manifestações [...] (DREHER, 2014, p. 15).

Por fim, a terceira matriz historiográfica proposta por Dreher é a que nasceu com a criação do Sínodo Rio-grandense, em 1886, agremiação religiosa que reuniu a maior parte dos imigrantes alemães evangélico-luteranos²⁰. O fundador do Sínodo foi o pastor e editor Wilhelm Rotermund (1997), autor de inúmeras obras que têm a Colônia alemã e os seus aspectos culturais e políticos como foco central. Além disso, escreveu sobre educação e teologia. Por meio de sua editora e gráfica, confeccionou cartilhas para as escolas e impressos destinados ao público evangélico-luterano: anuários, bíblias e hinários, por exemplo. Após Rotermund, o nome que mais se sobressai é o de Hermann Gottlieb Dohms.²¹ Se em Rotermund a germanidade ainda é muito presente, em Dohms: “temos o descendente de imigrantes que quer [...] ser teuto e brasileiro” (DREHER, 2014, p. 16). Da escola de Dohms, surgem renomados autores da imigração, os quais estudaram em universidades europeias: Carlos Henrique Oberacker Junior (1936) e Carlos Henrique Hunsche (1938). Conforme as considerações de Dreher, a tese de Ferdinand Schröder pertence a essa terceira matriz historiográfica: “todo o rigor do positivismo historiográfico alemão está nela presente e se expressa, também, na profusão de notas de rodapé. Elas espelham a pesquisa feita em arquivos e a preocupação, oriunda de Ranke, de demonstrar ‘o que

²⁰ Também chamados de protestantes. Hoje, membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB.

²¹ Uma das maiores contribuições de Dohms foi a participação e influência na revista *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien: Monatsschrift für die Pflege des Volkstums und der Volkskirche*, veiculada entre os anos de 1919 e 1938. Para conhecer o pensamento de Dohms, ver: DREHER, Martin N. (Org.). *Hermann Gottlieb Dohms*. Textos escolhidos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

realmente foi” (DREHER, 2014, p. 17).

Na parte final do texto, Dreher apresenta, ainda, autores importantes para a compreensão da historiografia que se dedicou à imigração alemã no Rio Grande do Sul. Nomes como o do sociólogo alemão Emílio Willems, autor de *Aculturação dos alemães no Brasil* (1980); de Jean Roche (1969) e o de Leo Waibel (1955) coroam a finalização do capítulo de Dreher. Se Willems operou desde a sociologia, para o qual os conceitos de assimilação e aculturação são imprescindíveis, Roche e Waibel investigaram mediante os pressupostos da geografia. Para esses dois autores, clima, crescimento demográfico, métodos de produção agrícola, alimentação e aspectos socioculturais permitem o mapeamento da instalação e desenvolvimento dos núcleos coloniais alemães no Rio Grande do Sul.

A produção acadêmica: dissertações, teses e afins

A produção acadêmica vinculada à imigração alemã, anterior à década de 1970, foi analisada por Martin N. Dreher e encontra-se detalhada no subcapítulo anterior *A escrita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*, segundo Martin N. Dreher. Acrescentamos à listagem e às considerações de Dreher a produção de Balduino Rambo S.J., jesuíta que se dedicou à imigração e colonização alemã em seus estudos, principalmente, no aspecto da germanidade (1994²²; 1956; 1937). Na condição de descendente de imigrantes alemães, nascido em Tupandi, Rambo voltou-se a sua própria comunidade para verificar, *in loco*, determinados aspectos da germanidade. Em muitos momentos, fez mais do que isso: considerou oportuno e vital o apego a certos valores germânicos, como o uso da língua alemã.²³ Feito esse registro, o presente subcapítulo buscará analisar a produção acadêmica da imigração alemã desde 1970, década na qual foi produzido importante trabalho sobre a colonização alemã e o movimento religioso denominado de *Mucker*²⁴.

²² A versão original do texto publicado em 1994 é de 1958.

²³ A produção de e sobre Balduino Rambo é muito vasta. Para maiores detalhes, ver: ARENDT, Isabel Cristina. Pe. Balduino Rambo e a revista *Sankt Paulusblatt*: afirmação e defesa da germanidade. In: RAMBO, Arthur Bl., GRÜTZMANN, Imgart e ARENDT, Isabel Cristina (Orgs.). *Pe. Balduino Rambo – a pluralidade na unidade: memória, religião, cultura e ciência*. São Leopoldo: Unisinos, 2007, p. 171-187.

²⁴ O conflito religioso-social que abalou a Colônia alemã de São Leopoldo no final da década de 1860 e início da década de 1870 ficou conhecido como *Mucker*. Algumas famílias e alguns homens solteiros

A tese de Janaina Passos Amado, em história econômica, defendida na Universidade de São Paulo, em 1976, foi publicada em duas edições, 1978 e 2002. O tema desenvolvido pela autora é o movimento *Mucker*, na antiga Colônia alemã de São Leopoldo, o qual teve o seu desfecho trágico em 1874. Aparentemente, tratava-se apenas de uma questão religiosa, pois algumas famílias de imigrantes alemães desvincularam-se da Igreja Católica e da Igreja Evangélico-luterana. Contudo, Amado percebeu o peso das questões econômicas na criação e no desenvolvimento da Colônia alemã e do movimento, pois comerciantes de várias esferas e setores viram-se prejudicados pela formação de uma comunidade praticamente independente que decidiu isolar-se – ou viu-se forçada a isso. A tese de Amado é um dos primeiros trabalhos de fôlego acerca dos *Mucker* e que contribui para a historiografia da imigração alemã a partir da ótica da história econômica.

Na década de 1990, o tema dos *Mucker* ganhou reforço com a tese de Maria Amélia Schmidt Dickie, intitulada *Afetos e circunstâncias* – um estudo sobre os *Mucker* e seu tempo. O doutorado em ciência social (antropologia social) foi cursado na Universidade de São Paulo e teve a sua conclusão no ano de 1996. Uma das contribuições da tese de Dickie é o acesso a fontes praticamente inéditas, o que permitiu que a voz dos *Mucker* fosse ouvida. Buscando desvincular-se das caracterizações pejorativas atribuídas aos agentes históricos envolvidos, a autora permitiu que as fontes trouxessem, pela primeira vez, o que os colonos do Ferrabraz

criaram comunidade alternativa, praticamente independente, no que é hoje o município de Sapiranga, junto ao morro Ferrabraz, que à época, pertencia à Colônia alemã de São Leopoldo. Comerciantes, padres, pastores, políticos e outras autoridades sentiram-se prejudicados com a iniciativa do casal João Jorge Maurer, conhecedor de ervas e remédios caseiros, e Jacobina Mentz Maurer, líder religiosa. Jacobina, que pouco a pouco passou a liderar o movimento, recebeu adjetivos pejorativos, como Cristo-mulher, louca, prostituta, entre outros. Os conflitos tomaram dimensões que escaparam ao controle das autoridades e o fim trágico se deu no ano de 1874, quando as tropas imperiais dizimaram a comunidade *Mucker*, afugentando, prendendo e matando os seus membros. A produção sobre o tema é ampla e diversa. A título de exemplo, ver: AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002; ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. *Videiras de cristal*. 5.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997; DICKIE, Maria Amélia Schmidt. *Afetos e circunstâncias: os Mucker e seu tempo*. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2018. [Volume 37 – Coleção EHILA – PPGH-UNISINOS]; DREHER, Martin N. *A religião de Jacobina*. São Leopoldo: Oikos, 2017; GEVEHR, Daniel Luciano. *Pelos caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (re)significados*. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2007. Ao que consta, o trabalho mais recente é o livro de: BIEHL, João e MÜGGE, Miquéias H. *Escritos perdidos: vida e obra de um imigrante insurgente*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

vivenciaram e sentiram. Em 2018, o Instituto Histórico de São Leopoldo²⁵ e a Editora Oikos moveram ações que levaram à publicação da tese de Dickie, tendo o seu lançamento ocorrido no Seminário Internacional “Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos” e XXIII Simpósio de História da Imigração e Colonização²⁶.

Em 2003, o espaço onde ocorreu o conflito *Mucker* foi alvo de nova investigação. A primeira doutora formada pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Doris Rejane Fernandes [Magalhães], analisou como senhores, homens livres, colonos e escravos se relacionaram na ocupação nordeste da antiga Colônia alemã de São Leopoldo. Parte dessa região testemunhou a formação e a dissolução do movimento *Mucker*. Um ano depois, em 2004, Cristiano Christillino defendeu a dissertação em história, na mesma universidade, sob o título *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Já a tese em história, de 2010, *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*, é fruto de experiência acadêmica junto à Universidade Federal Fluminense. Em 2019, Christillino publicou a tese. Em seus estudos, Fernandes e Christillino investigaram a criação e o desenvolvimento do mercado de terras no Vale do rio dos Sinos e no Vale do rio Taquari. Assim sendo, se Fernandes e Christillino voltaram-se à ocupação do território, ao mercado de terras, Dalva Neraci Reinheimer defendeu a tese em história *A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação*, em 2007. No mestrado em história (1999), Reinheimer já havia se dedicado ao tema das navegações através da dissertação intitulada *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre*

²⁵ O Instituto Histórico de São Leopoldo – IHSL tem, como ano de fundação, 1975. Porém, a sua gestação está intimamente ligada às comemorações do Sesquicentenário da imigração alemã, festejadas em 1874. Desde a sua criação, realiza os simpósios de imigração e colonização. De cada evento, ocorre a publicação de um dos dois livros. Em 2021, realizou o Seminário Internacional “Migrações: fronteiras, territórios e culturas” e XXIV Simpósio de História da Imigração e Colonização, em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mesmo que o Instituto não se defina mais como uma instituição que estuda exclusivamente as migrações alemãs, muitos dos seus associados pesquisam e publicam acerca dessa temática. Para maiores detalhes, ver o site: institutohistoricosl.com.br

²⁶ Seminário realizado pelo Instituto Histórico de São Leopoldo em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900), ambos os estudos desenvolvidos na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Em 2010, Reinheimer publicou a tese. Os trabalhos de Fernandes, Christillino e Reinheimer se complementam, pois o espaço destinado à colonização, em permanente transformação – agrária, econômica e política –, tornou-se objeto de investigação dos autores.

Se Fernandes, Christillino e Reinheimer priorizaram a análise das questões decorrentes da ocupação, Ellen Fensterseifer Woortmann, ao fazer uso da comparação, deu ênfase ao estudo do parentesco e da reprodução social dos camponeses, sejam descendentes de imigrantes alemães do Rio Grande do Sul ou lavradores nacionais de Sergipe. A comparação proporcionou à autora olhar menos provinciano no que se refere à imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul. Woortmann concluiu a sua tese em antropologia, *Colonos e sitiantes: um estudo comparativo do parentesco e da reprodução social camponesa*, em 1988, junto à Universidade de Brasília. A publicação da sua tese ocorreu no ano de 1995. Visto de outro ângulo, Regina Weber preocupou-se com o trabalho e a etnicidade entre imigrantes e seus descendentes, dois aspectos fundamentais na constituição desse agente histórico. A sua tese em antropologia social, *Os operários e a colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*, foi defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1996. A publicação se deu no ano de 2002.

No que diz respeito à política, Marcos Justo Tramontini inovou ao verticalizar a sua análise e considerar os conflitos ocorridos no seio da Colônia alemã de São Leopoldo não como mácula, mas, sim, como estratégia político-social dos imigrantes alemães e seus descendentes. A sua tese em história, *A Colônia de São Leopoldo: a organização social dos imigrantes na fase pioneira (1824-1850)*, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, em 1997, encontra-se publicada pela editora da Unisinos (2000). Trilhando o mesmo referencial teórico-metodológico, Marcos Antônio Witt buscou verificar como a atuação política, mesclada com atividades comerciais, possibilitou o surgimento de uma fina camada social exponencial entre os imigrantes alemães e seus descendentes. A sua tese em história, *Em busca de um lugar ao Sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX)*,

de 2008, obteve aprovação junto à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Publicada, recebeu duas edições, 2008 e 2015. Se as teses de Tramontini e Witt estão circunscritas ao século XIX, Rodrigo Luis dos Santos rompeu a cronologia do Oitocentos e investigou descendentes de imigrantes alemães católicos e evangélico-luteranos na trama entre educação, política e religião na primeira metade do século XX. A dissertação de mestrado em história de Santos, Nomes, laços e interesses: formação de redes sociais e estratégias políticas de católicos e evangélicos-luteranos em Novo Hamburgo/RS (1924- 1945), é de 2016, sendo defendida junto à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. O autor a publicou em 2018.

Ainda nos domínios da política, mais especificamente nos horizontes da Nacionalização, há que se referir às dissertações de mestrado em história de Andrea Helena Petry e Rosane Márcia Neumann, intituladas, respectivamente, de “É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, Uno, coeso e forte, O BRASIL DO BRASILEIRO! ...” - Campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo e “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”. As colônias germânicas e a Campanha de Nacionalização, ambas são de 2003, e se vinculam à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Juntas, representam o esforço das autoras em evidenciar o impacto das políticas de Getúlio Vargas no que se refere às comunidades de descendentes de imigrantes alemães no período do Estado Novo (1937-1945). Neumann, em estudo posterior, dedicou-se ao estudo da colonização, trazendo para a sua análise aspectos biográficos do empreendedor Herrmann Meyer. A sua tese em história, de 2009, Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932), tem origem no doutorado cursado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. No ano de 2016, Neumann publicou a sua tese.

No que tange à relação entre biografia²⁷, colonização e empreendedorismo,

²⁷ O recurso metodológico da biografia ou da trajetória é recorrente nas pesquisas que se reportam à imigração alemã. Ele é perceptível, por exemplo, quando nos referimos a *Mucker* Jacobina Mentz Maurer (GEVEHER, 2007), a intelectual Josefina Wiersch (MÜGGE, 2022), aos pastores Carlos Leopoldo Voges (WITT, 2015) e Wilhelm Rotermund (DREHER, 2014b), ao jornalista Karl von Koseritz (WEIZENMANN, 2015)

Patrícia Bosenbecker analisou a imigração e colonização alemã no sul da província do Rio Grande do Sul, contribuindo para que a carência historiográfica em relação à Colônia de São Lourenço fosse suprida. A dissertação em história, de 2011, *A colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*, e a tese em sociologia, de 2017, *Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz*, ambas defendidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, utilizam recursos biográficos para demonstrar que empreendedores étnicos investiram em projetos de colonização, os quais podem ter dado origem a empresas familiares. Em 2020, Bosenbecker publicou a sua dissertação.

Os temas da germanidade e imprensa, por sua vez, também se viram contemplados nas pesquisas de Ingrid Grützmann e Isabel Cristina Arendt. Grützmann finalizou o doutorado em linguística e letras em 1999, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. A sua tese tem como título *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. Arendt, ao cursar o doutorado e o mestrado em história na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, produziu a tese *Representações de germanidade, escola e professor no Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul (2005)* e a dissertação *Representação do colono teuto-brasileiro católico através da negação do outro nos escritos de Pe. Balduino Rambo, S.J. (1998)*. As pesquisas de Arendt e Grützmann discutem identidade e representação do descendente de imigrantes alemães mediante o uso de fontes impressas, como anuários, jornais e revistas publicados, principalmente, em língua alemã. A tese e a dissertação de Arendt foram publicadas em 2008 e 2000.

Soma-se, no campo da cultura, a tese em história de Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, *O teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras – São Leopoldo, 1858-1930*, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no ano 2000, a qual contribui para a análise da performance político-cultural da elite imigrante. O Clube Orpheu, localizado na parte urbana da Colônia alemã de São Leopoldo, é o *locus* privilegiado onde homens da elite e suas famílias renomadas se encontravam para fazer política através da socialização. Em 2019, Ramos publicou a sua tese.

Ampliando o leque da observação, Roswithia Weber, através da sua tese em história, *Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica – RS*, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em 2006, aproximou os aspectos históricos, identitários e do turismo a fim de verificar a construção e a veiculação do projeto Rota Romântica. A dissertação de mestrado em história de Weber, defendida na mesma universidade, em 2000, tomou uma das comemorações que ocorrem nos municípios ao longo da Rota Romântica como objeto de estudo. Trata-se das comemorações do “25 de julho”, em São Leopoldo, no período de 1924-1949. Em 2004, Weber publicou a dissertação.

Os estudos referidos até o presente momento representam a produção acadêmica oriunda de instituições brasileiras.²⁸ Em âmbito internacional, mas, sobretudo, na Alemanha, outras teses têm o vasto tema da imigração alemã em suas abordagens. Neste sentido, Martin N. Dreher realizou o doutorado em teologia com concentração em história da igreja, na Ludwig-Maximilians-Universität München, sendo concluído em 1975. A tese de Dreher tem, como título original, *Kirche und Deutschtum in der Entwicklung der Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien* e foi publicada em duas edições, 1984 e 2003. É referência para os que se dedicam ao estudo da história da igreja evangélico-luterana e sua relação com a germanidade. Cinco anos depois, em 1980, René E. Gertz concluiu o doutorado em ciência política, na Freie Universität Berlin. O trabalho de Gertz tem, como título, *Politische Auswirkungen der deutschen Einwanderung in Südbrasilien: die Deutschstämmigen und die faschistischen Strömungen in den 30er Jahren*. A tese de Gertz recebeu tradução e impressão brasileira no ano de 1987, possibilitando ao público nacional conhecer e refletir acerca de temas que nortearam a carreira do pesquisador, ou seja, germanismo, nazismo e integralismo.

Na década seguinte, em 1994, Jorge Luiz da Cunha finalizou o seu doutorado em história medieval e moderna contemporânea, junto à Universität Hamburg. A tese original tem como título *Rio Grande do Sul und die Deutsche Kolonisation: ein Beitrag*

²⁸ Alguns dos trabalhos aqui referidos são frutos de experiência de doutorado sanduíche, o qual proporcionou acesso a instituições estrangeiras – arquivos, bibliotecas, institutos de pesquisa, memoriais, museus e universidades. Da mesma forma que os doutorados cursados integralmente no exterior, os trabalhos oriundos de doutorado sanduíche trouxeram novidades e/ou releituras para os leitores brasileiros.

zur Geschichte der Deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914²⁹. O recorte cronológico abarca o início da colonização no Brasil, em 1824, e o início da I Guerra Mundial, quando os efeitos da guerra interferem na mobilidade em direção à América. Mais recentemente, Eduardo Relly concluiu o seu doutorado em história, na Freie Universität Berlin, no ano de 2019. A sua tese tem como título Transferência de conhecimentos florestais e agrícolas entre o Brasil e a Alemanha através da imigração alemã (1850-1880) e pôde ser redigida em português. O Rio Grande do Sul e suas comunidades formadas por descendentes de imigrantes alemães estão presentes na abordagem de Relly, a qual estabelece fortes vínculos entre a história ambiental e as migrações.

No conjunto, uma das contribuições de Dreher, Gertz, Cunha e Relly está no fato de que, ao acessarem bibliotecas e arquivos alemães, lhes foi possível acessar fontes inéditas e/ou visitar fontes já disponíveis. Olhando do exterior para o Brasil, inovaram a respeito de determinados temas da imigração alemã. Fazendo o caminho oposto, Frederik Schulze, alemão, e Glen Goodman, americano, percorreram diversas áreas de colonização alemã no Brasil, especialmente no sudeste e no sul, a fim de angariar elementos para as suas pesquisas. A tese de Schulze, *Auswanderung und gescheiterte Kolonialdiscourse. Deutschtum in Südbrasilien (1824-1941)*, concluída em 2014, na Freie Universität Berlin, tem recorte cronológico mais amplo, como o de Jorge Luiz da Cunha, e foca mais diretamente nos descendentes de imigrantes alemães do sul do Brasil, em especial os do Rio Grande do Sul. A tese de Schulze foi publicada em 2016, em língua alemã. Já a tese de doutorado de Goodman, em história da América Latina, concluída em 2015, na Emory University, tem como título *From German Danger to German President: immigration, ethnicity and the making of Brazilian identities – 1924-1974*. Da mesma forma que Relly, os descendentes de imigrantes alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul marcam presença no estudo de Goodman.

A parte acadêmica da historiografia em debate provém, majoritariamente, dos Programas de Pós-Graduação brasileiros. Desde o incremento da pós-graduação no

²⁹ A tese de Jorge Luiz da Cunha foi publicada, originalmente, no formato de livro, em língua alemã.

Brasil, sobretudo, após a década de 1990, pesquisas receberam verbas para ampliar a visita a arquivos e instituições afins, no país ou no exterior. O resultado é quantitativo e qualitativo, uma vez que centenas de trabalhos são listados no banco de teses da CAPES³⁰ e das bibliotecas virtuais das universidades. Para além das dissertações e teses, traduções e tradutores – Arthur Bl. Rambo, Cléo Vilson Altenhofen, Gerson Roberto Neumann, Isabel Cristina Arendt, Karen Pupp Spinassé, Martin N. Dreher, René E. Gertz – têm enriquecido o rol de obras que, no centro de suas atenções, abordam aspectos da imigração alemã. A tradução de escritoras mulheres – Josefine Wiersch (MÜGGE, 2022) – que registraram o universo imigrantista mediante as suas observações e/ou experiência de vida, anuncia nova possibilidade de pesquisa e análise nas questões de gênero e migrações. Por outro lado, a tradução de escritores homens – Carl Schlitz (2021), Wilhelm Rotermund (1997) – possibilita a leitura de uma ótica de gênero que predominou na produção historiográfica da imigração alemã. Escrevendo desde a Europa ou nos rincões do Brasil oitocentista/novecentista, testemunhas oculares estrangeiras ou já nascidas em terras brasílicas deixaram escritos, que, no século XXI, são objeto de análise por parte de historiadores, linguistas, literatos, tradutores e outros profissionais das ciências humanas.

Palavras finais – compêndio de um (im)possível balanço historiográfico

A epígrafe que abre o presente texto é de autoria de Voltaire Schilling. Em 1974, a convite de Giralda Seyferth, o autor avalizou a publicação que tem a colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim/SC como tema central. Nas abas do livro de Seyferth, há referência a “trabalhos apologéticos e laudatórios”, os quais marcam e definem parte da produção historiográfica da imigração alemã. Se a academia contribuiu com novas pesquisas, mais arejadas quanto às fontes e à posterior análise, no espectro das continuidades, percebemos que o discurso apologético e laudatório encontra respaldo em livros e demais peças da produção memorialista e/ou municipalista. Contudo, por vezes, o entusiasmo e a paixão pelo objeto impregnam obras de cunho

³⁰ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

mais acadêmico. Esse é, talvez, um dos grandes dilemas da historiografia da imigração alemã. Quiçá, poderá ser amplamente discutido nas comemorações do Bicentenário, em 2024. Ao projetarem-se as comemorações dos 200 anos das migrações alemãs para o Brasil, especialmente para o Rio Grande do Sul, há de se questionar e perscrutar as lacunas em termos de pesquisa e publicação. Se há tempos atrás chegou-se a veicular a ideia de que praticamente não havia mais nada a se pesquisar ou escrever no campo dos estudos migratórios, novas pesquisas, originais e contributivas, provaram o contrário.

Do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – NETB³¹, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Martin N. Dreher elaborou projeto de pesquisa a fim de desvendar os equívocos que rondavam a vinda e a fixação dos emigrantes de Mecklenburg-Schwerin, Alemanha. Originaram-se, desse projeto, o livro *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da imigração alemã no Brasil* (2010), organizado por Dreher, e a dissertação de mestrado em história de Caroline von Mühlen, *Da exclusão à inclusão social: trajetórias de ex-prisioneiros no Rio Grande de São Pedro oitocentista* (2010). No ano de 2013, Mühlen publicou a dissertação. A tese em história da mesma autora, *Réus e vítimas: criminalidade, Justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871)*, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, em 2017, explora, igualmente, tema inovador, o qual tem, em Moehlecke, um precursor. A tese de Mühlen exemplifica o trânsito possível entre a pesquisa municipalista e a produção acadêmica. De igual modo, a dissertação de mestrado em história de Miquéias H. Mügge, *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania: Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX*, defendida, em 2012, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, aponta para um dos temas menos explorados na discussão historiográfica da imigração alemã. O autor demonstra que a vida militar ou similar,

³¹ Arthur Bl. Rambo criou o Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros – NETB, em 1990. Mais tarde, Isabel Cristina Arendt e Martin N. Dreher se somaram ao grupo de pesquisadores atuantes no núcleo. Em seu interior, projetos de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses nasceram e contribuíram para a historiografia da imigração alemã. Em 2017, os responsáveis pelo NETB, Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, *in memoriam*, Máira Ines Vendrame, Marcos Antônio Witt e Paulo Roberto Staudt Moreira, redimensionaram o núcleo alterando o seu nome para Centro de Estudos Internacionais de História das Mobilidades, Diásporas e Migrações – CEMIDI.

no Oitocentos, afetava e, por vezes, transtornava o cotidiano dos imigrantes alemães e seus descendentes. No mesmo ano, 2012, Mügge publicou a dissertação. Constatamos, mediante o exposto, que a antiga Colônia alemã de São Leopoldo continua a oferecer aos pesquisadores contínuas e promissoras oportunidades de investigação.

Isso se verifica, igualmente, ao se adentrar o site de René E. Gertz³². Ali, o pesquisador tem construído listagem bibliográfica cuja espinha dorsal é a imigração alemã. De acordo com suas palavras,

quanto à minha bibliografia - ela se refere exclusivamente à imigração alemã no Rio Grande do Sul. A última edição foi publicada em 1/3/2022, com um aumento de cerca de 30 páginas em relação à edição do ano anterior, contando agora com mais de 5.500 referências. Quanto à intenção da listagem. Em 2009, o Acervo Benno Mentz foi para o DELFOS/PUCRS, e convinha promovê-lo, e transformá-lo num centro de pesquisa sobre imigração alemã. Aí me ocorreu uma demanda frequente por bibliografia, pedi bolsa PIBIC, e a partir daí a listagem saiu e foi publicada. Como é uma das páginas mais frequentadas no meu site, tenho feito um esforço para continuar atualizando³³.

A leitura e análise atenta da listagem bibliográfica de René E. Gertz remete a uma das questões caras quando se organizam as comemorações do Bicentenário da imigração alemã. Dentre as áreas que inovam ou se renovam, a profícua relação da história da imigração alemã com a literatura e a história ambiental soa promissora. No caso da literatura, Gerson Roberto Neumann (2021) tem contribuído para aproximar as áreas e demonstrar que é viável e instigador revelar o que intelectuais, viajantes e outros escritores, nacionais e estrangeiros, observaram e redigiram quanto à e/imigração. Neste ano de 2022, Gerson Roberto Neumann, Ernani Mügge e Miquéias H. Mügge organizaram o livro Migrações alemãs para o

³² <https://www.renegertz.com/> Acesso em 25/3/22, às 11h12min.

³³ Depoente: René E. Gertz. Informações enviadas por e-mail, no dia 10/3/22, às 11h38min.

Brasil: história e literatura, o qual reúne contribuições de diversos autores que têm apreço pelo tema. No que se refere à história ambiental, a dissertação de mestrado em história de Eduardo Relly, *Floresta, capital social e comunidade: imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)*, defendida no Centro Universitário UNIVATES, em 2013, analisa o capital social trazido e ressignificado pelos imigrantes alemães em solo rio-grandense. Já o livro de Fabiano Quadros Rückert e Marluza Marques Harres (2015) volta-se à cidade de São Leopoldo, antiga Colônia alemã, para debater o impacto da ação humana e das políticas públicas em seu território³⁴.

De 2022 a 2024, novas publicações serão conhecidas pelo leitor que, de alguma forma, se dedica à leitura da imigração alemã. Uma delas é o livro comemorativo confeccionado à semelhança do organizado e veiculado por ocasião dos 180 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul (CUNHA, 2004). Com imagens antigas e contemporâneas e textos orientados pela história pública, o livro comemorativo pretende registrar, desde o ponto de vista da história, o ontem e o hoje da história da imigração e colonização alemã. Já confeccionado, Quadros que falam: narrativas migratórias (REINHEIMER, et al 2021) traz as pinturas do artista Flávio Scholles para contar parte da epopeia imigrantista no Rio Grande do Sul. Ali, as imagens são protagonistas e as palavras, coadjuvantes. Colorido, plural e inovador, o livro com as pinceladas de Scholles também integra o rol de publicações da historiografia da imigração alemã neste Bicentenário.

As considerações finais, por certo, apresentam mais lacunas do que a pretensa totalidade da historiografia da imigração alemã. Os mais de cinco mil títulos listados na bibliografia organizada por René E. Gertz explicitam as complexidades de tal análise. Ao se estruturar o texto da forma que o leitor o recebe em mãos, quisemos apresentar uma fração dessa historiografia mediante os pressupostos teórico-metodológicos da ciência histórica ³⁵. Contudo, tomaram-se emprestadas

³⁴ O livro de Rückert e Harres recebeu duas edições, 2011 e 2015, e retoma questões municipalistas de São Leopoldo, porém, trata-as com os rigores da disciplina histórica. Tomando-se os quase duzentos anos da cidade como parâmetro – Colônia, Vila e Município -, a abordagem dos autores convida à reflexão da longa duração do espaço pesquisado.

³⁵ Agradeço às Confeiras e aos Confrades do Instituto Histórico de São Leopoldo, Isabel Cristina Arendt, René E. Gertz e Rosane Márcia Neumann, bem como ao Confrade Erny Mügge e sua esposa Iria Hauenstein, diretores da Editora Oikos, pelas contribuições valiosas e pertinentes durante a escrita do texto ora lançado, bem como a leitura criteriosa do seu conteúdo.

orientações provenientes das irmãs de Clio, como intencionalidade e recepção, público-alvo e recursos narrativos, autoria e redes de interlocução, cronologia de produção e do conteúdo das obras, investimento pecuniário próprio e patrocínio. Todos esses fatores definem e caracterizam a historiografia da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

Referências

AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

AMADO, Janaína. *Conflito Social no Brasil: a revolta dos "Mucker"*. São Paulo: Símbolo, 1978.

AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, 1999. [Tradução de Arthur Bl. Rambo].

ANAIS do III Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. Lajeado: Garten Sul, 2000.

ANAIS do I e II Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. Lajeado: Grafocem, 1999.

ARENDT, Isabel Cristina. *Educação, religião e identidade étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

ARENDT, Isabel Cristina. Pe. Balduino Rambo e a revista Sankt Paulusblatt: afirmação e defesa da germanidade. In: RAMBO, Arthur Bl., GRÜTZMANN, Imgart e

ARENDT, Isabel Cristina (Orgs.). *Pe. Balduino Rambo – a pluralidade na unidade: memória, religião, cultura e ciência*. São Leopoldo: Unisinos, 2007, p. 171-187.

ARENDT, Isabel Cristina e WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2004.

ARENDT, Isabel Cristina e KLEBER, Haike Roselaine. *Representações do discurso teuto-católico e a construção de identidades*. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. *Videiras de cristal*. 5.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

BEUTER, Ivo. *De Elsenau a Panambi*. A história de Panambi desde os índios guaranis até os anos de 1955, ano da instalação do município. Santa Maria: Editora Palotti, 2014.

BIEHL, João e MÜGGE, Miquéias H. *Escritos perdidos: vida e obra de um imigrante insurgente*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

BOSENBECKER, Patrícia. *Uma colônia cercada de estâncias: a inserção de imigrantes alemães na Colônia São Lourenço/RS (1857-1877)*. Pelotas: UFPEL, 2020.

BOSENBECKER, Patrícia. *Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2017.

BRAUN, Felipe Kuhn. *Memórias de imigrantes alemães e seus descendentes no Sul do Brasil*. Nova Petrópolis: Amstad, 2011.

BRAUN, Felipe Kuhn. *História da imigração alemã no sul do Brasil*. Porto Alegre: Costoli Soluções Gráficas, 2010.

CHRISTILLINO, Cristiano. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Recife: UFPE, 2019.

CHRISTILLINO, Cristiano. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2004.

COLLISCHONN, Wolfgang Hans. Observações de um pastor alemão sobre a comunidade de Três Forquilhas. In: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Arroio do Sal: marcas do tempo*. Porto Alegre: Edições EST, 2007, p. 291-296.

CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã: 180 anos. 1824-2004*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.

CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die Deutsche Kolonisation: ein Beitrag zur Geschichte der Deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Santa Cruz do Sul: UNISC/Gráfica Léo Quatke, 1995.

Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien: Monatsschrift für die Pflege des Volkstums und der Volkskirche. Revista, 1919-1938.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt. *Afetos e circunstâncias: os Mucker e seu tempo*. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2018. [Volume 37 – Coleção EHILA – PPGH-UNISINOS].

DONNER, Sandra Cristina. *História local, memória e ofício do historiador entre Raízes e Marcas do tempo (1990-2012)*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2015.

DREHER, Martin N. *A religião de Jacobina*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

DREHER, Martin N. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DREHER, Martin N. *Wilhelm Rotermund: seu tempo – suas obras*. 2.ed. São Leopoldo: Oikos, 2014b.

DREHER, Martin N. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da imigração alemã no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

DREHER, Martin N. (Org.). *Hermann Gottlieb Dohms*. Textos escolhidos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo, Porto Alegre, Caxias do Sul: Sinodal, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Universidade de Caxias do Sul, 1984.

DUARTE, José Bacchieri (Org.). *Sesquicentenário da imigração alemã: álbum comemorativo*. Porto Alegre: EDEL, 1974.

ECKER, Adari Francisco. *A trilha dos pioneiros*. Passo Fundo: Berthier, 2017.

ELY, Nilza Huyer (Org.). *Dom Pedro de Alcântara: Marcas do tempo*. Porto Alegre: EST Edições, 2010.

ELY, Nilza Huyer (Org.). *Arroio do Sal: Marcas do tempo*. Porto Alegre: EST Edições, 2006.

ELY, Nilza Huyer (Org.). *Três Cachoeiras: Marcas do tempo*. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

ELY, Nilza Huyer (Org.). *Torres tem história: Ruy Ruben Ruschel*. Porto Alegre: EST, 2004b.

ELY, Nilza Huyer (Org.). *Torres: Marcas do tempo*. Porto Alegre: EST Edições, 2003. Três ELY,

ELY, Nilza Huyer (Org.). *Terra de Areia: Marcas do tempo*. Porto Alegre: EST Edições, 2000.

ELY, Nilza Huyer. *Vale do Três Forquilhas: veredas, vidas e costumes*. Porto Alegre: EST, 1999.

ELMIR, Cláudio Pereira e WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *Imigração na América Latina: histórias de fracassos*. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2014. [Volume 15 – Coleção EHILA – PPGH-UNISINOS].

FERNANDES [MAGALHÃES], Doris Rejane. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2003.

FERNANDES, Evandro, NEUMANN, Rosane Márcia e WEBER, Roswithia (Orgs.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

FISCHER, Jacy Waldyr. Alforria de escravos de colonos alemães em Três Forquilhas e Colônia São Pedro. In: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Dom Pedro de Alcântara: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST Edições, 2010, p. 143-147.

FISCHER, Martin. *Etnias diferenciadas na formação de Ijuí*. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1987.

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GEVEHR, Daniel Luciano. *Pelos caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (re)significados*. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2007.

GOODMAN, Glen. *From German Danger to German President: immigration, ethnicity and the making of Brazilian identities – 1924-1974*. Tese de doutorado. Emory University. Estados Unidos da América, 2015.

GRÜTZMANN, Imgart. *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 1999.

HAMMANN, André Luís e SCHAUREN, Décio Aloisio. *Colonizadores do Rio Grande do Sul: 1863-1873*. São Leopoldo: Oikos, 2021. [Volume 1].

HUNSCHE, Carlos Henrique. *O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: A Nação, 1975.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *Der brasilianische Integralismus*. Stuttgart: Kohlhammer-Verlag, 1938.

JOHANN, Solange Maria Hamester, ROST, Ademir, BRAUN, Aloísio Donato e SCHMITT, Sérgio Jacob. *No coração verde da mata virgem: Thee Walt – Santa Maria do Herval*. Santa Maria do Herval: Edição do autor, 2010.

JOHANN, Solange Maria Hamester. BRAUN, Aloísio Donato e SCHMITT, Sérgio Jacob. *Do Velho Mundo para o Bucherberg ou Bugerberg um Novo Mundo*. Santa Maria do Herval: Amstad, 2009.

KREUTZ, Roque Amadeu e SCHNECK, Andréa Cristina Baum (Orgs.). *Dramas, comédias e tragédias nas Picadas de Bom Jardim/Ivoti: ecos do passado*. Ivoti: Feevale, 2014.

KREUTZ, Roque Amadeu (Org.). *Bom Jardim – Ivoti: no palco da história*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

LIMA, Tatiane. *Os “usos políticos do passado” nas comemorações oficiais do Biênio da Colonização e Imigração no Rio Grande do Sul (1974-1975)*. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2017.

LOPES, Renato José. Presença teuta na Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha. In: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Dom Pedro de Alcântara: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST Edições, 2010, 139-142.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *Estrada de ferro: contribuição para a história da primeira ferrovia do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 2004.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *Os imigrantes alemães e a Revolução Farroupilha*. São Leopoldo: Gráfica da Universidade de Caxias do Sul, 1986.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *O Vale dos Sinos era assim*. São Leopoldo: Rotermund, 1978.

MORAES, Carlos de Souza. *Feitoria do Linho Cânhamo*. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão: uma experiência vitoriosa a partir de São Leopoldo*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942.

MÜGGE, Miquéias H. (Org.). *A trajetória de uma escritora imigrante: Josefina Wiersch entre três mundos*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

MÜGGE, Miquéias H. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania* (Rio Grande do Sul – século XIX). São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2012. [Volume 3 – Coleção EHILA – PPGH – UNISINOS].

MÜHLEN, Caroline von. *Réus e vítimas: criminalidade, Justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã* (São Leopoldo, 1846-1871). Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2017.

MÜHLEN, Caroline von. *Degredados e imigrantes: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil Meridional* (século XIX). Santa Maria: UFSM, 2013.

MÜLLER, Elio Eugenio. *Três Forquilhas (1900 – 1949)*. Tempos de república. Curitiba: Italprint, 1993.

MÜLLER, Elio Eugenio. *Três Forquilhas (1826 – 1899)*. Fase de formação da colônia. Curitiba: Fonte, 1992.

MÜLLER, Telmo Lauro. *175 anos de imigração alemã*. Porto Alegre: Edições EST, 2001.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã: 160 anos de história*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: Edições EST, 1984.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia alemã: histórias e memórias*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: Edições EST, 1978.

NEUMANN, Gerson Roberto, MÜGGE, Ernani e MÜGGE, Miquéias H. (Orgs.). *Migrações alemãs para o Brasil: história e literatura*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

NEUMANN, Gerson Roberto. *Literatura e história no contexto da imigração alemã para o Brasil nas obras de Caldre e Fião, Josué Guimarães e Valesca de Assis*. *Revista Prâksis*, v. 1, p. 84-98, 2021.

NEUMANN, Rosane Márcia et al (Orgs.). *Migrações, territorialidades e ambiente*. São Leopoldo: Oikos, 2021. [E-book].

NEUMANN, Rosane Márcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2016. [Volume 27 – Coleção EHILA – PPGH – UNISINOS].

NEUMANN, Rosane Márcia. *“Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”*. As colônias germânicas e a Campanha de Nacionalização. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2003.

OBERACKER JÚNIOR, Carlos Henrique. *Die Volkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)*. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1936.

PATRO, Herta Sporket. *Ivoti: um pontinho no mapa*. [s/cidade, editora e ano].

PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Barcelos, Bertaso & Cia, 1924.

PETRY, Leopoldo. *São Leopoldo: berço da colonização alemã do Rio Grande do Sul (1864-1966)*. São Leopoldo: Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 1966.

PETRY, Leopoldo. *O município de São Leopoldo no ano do 1º centenário da Independência do Brasil*. São Leopoldo: Rotermond, 1923.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Política Rio-Grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

PÓVOA NETO, Helion, SANTOS, Miriam de Oliveira e PETRUS, Regina (Orgs.). *Migrações: rumos, tendências e desafios*. Rio de Janeiro: PoloBooks, 2016.

RAMBO, Balduino S.J. A Nacionalização. In: RAMBO, Balduino. *Em busca da grande síntese*. São Leopoldo: Unisinos, 1994. [Tradução de Bruno Rabuske].

RAMBO, Balduino S.J. Imigração alemã no Rio Grande do Sul (1824-1914). In: *Enciclopédia Rio-Grandense*, v. I, O Rio Grande antigo, 1956, p. 75-123.

RAMBO, Balduino S.J. Beitrag des Herrn P. B. Rambo S.J. São Leopoldo. In: METZLER, Franz. *Volkstum und Volksgemeinschaft*. Porto Alegre: Comp. Metzler, 1937, p. 117-130.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *O teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras – São Leopoldo, 1850-1930*. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2019. [Volume 42 – Coleção EHILA – PPGH – UNISINOS].

REINHEIMER, Dalva Neraci, RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz, MÜGGE, Erny, ARENDT, Isabel Cristina e WITT e Marcos Antônio (Orgs.). *Quadros que falam: narrativas migratórias*. São Leopoldo, Oikos, 2021.

REINHEIMER, Dalva Neraci e NEUMANN, Rosane Márcia (Orgs.). *Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história, memória e preservação*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 1999.

RELLY, Eduardo. *Transferência de conhecimentos florestais e agrícolas entre o Brasil e a Alemanha através da imigração alemã (1850-1880)*. Tese de doutorado. Freie Universität Berlin. Berlim, 2019.

RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade: imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)*. Dissertação de mestrado. Centro Universitário UNIVATES. Lajeado, 2013.

RICHTER, Waldemar L. *Nie Gedacht = nunca pensei: história e genealogia de imigrantes alemães homenageados com nomes de ruas em Forquethinha*. Forquethinha: Edição do autor, 2019.

RICHTER, Waldemar L. e SCHMIDT, Heinz. *Pioneiros de Conventos: 1861*. Lajeado: Edição do autor, 2018.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2022. [Segunda edição completa, revisada e atualizada. Organização de Karen Pupp Spinassé].

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. v.1 e 2. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROTERMUND, Wilhelm. *Os dois vizinhos e outros textos*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Edições EST, 1997. [Tradução de Martin N. Dreher].

RÜCKERT, Fabiano Quadros e HARRES, Marluza Marques. *A natureza, o tempo e as marcas da ação humana: políticas públicas e ambiente em perspectiva histórica – São Leopoldo, RS*. 2.ed. São Leopoldo: Oikos, 2015.

RÜCKERT, Fabiano Quadros e HARRES, Marluza Marques. *A natureza, o tempo e as marcas da ação humana: políticas públicas e ambiente em perspectiva histórica – São Leopoldo, RS*. 2.ed. São Leopoldo: Oikos, 2011.

RUSCHEL, Ruy Ruben. Os assentamentos alemães em Torres, na correspondência de seu inspetor. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n.132, p.123-136, 1998.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Um caminho, múltiplas trajetórias: Carlos de Souza Moraes e sua atuação política e intelectual no Rio Grande do Sul (1933-1998)*. Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2021.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Tramas enlaçadas: política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. [E-book].

SCHLITZ, Carl S.J. *Deitando raízes: crônica de Bom Jardim (Ivoti)*. Flagrantes dos primeiros 70 anos da imigração alemã. São Leopoldo: Oikos, 2021 [Tradução de Arthur Bl. Rambo].

SCHNECK, Andréa Cristina Baum, MEINE, Belmiro, WAGNER, Hermedo Egidio e MUNDSTOCK, Walter Egon (Orgs.). *Mosaicos de então: pessoas, fatos, lugares de memórias e crônicas de Ivoti*. Ivoti: Sociedade Ivotiense de Estudos Humanísticos, 2020.

SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o Sul do Brasil até 1859*. Porto Alegre: Edipuc; São Leopoldo: Unisinos, 2003. [Tradução de Martin N. Dreher].

SCHULZE, Frederik. *Auswanderung als nationalistisches Projekt*. Deutschtum und Kolonialdiscourse im südlichen Brasilien. Colônia: Böhlau, 2016.

SCHUPP, Ambrósio. *Os Muckers*. Episódio histórico ocorrido nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, 2004.

SELAU, José Krás. *Imigração alemã em Torres: Por quê?* Torres: Jornal Gazeta, 1999.

SELAU, José Krás. *Colônia de São Pedro: um pouco da sua história*. Porto Alegre: Evangraf, 1995.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. In: SEYFERTH, Giralda. *Estudos sobre a imigração alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 15-138.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Unisinos, 2000.

TRUDA, Francisco de Leonardo. *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.

TRUZZI, Oswaldo e DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (Orgs.). *Estudos Migratórios – perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. 3.ed. Porto Alegre: Edições EST, 1997.

WAIBEL, Leo. *Die europäische Kolonisation Südbrasilens*. Bonn: F. Dümmerls Verlag, 1955.

WEBER, Regina. *Os operários e a colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: Unijuí, 2002.

WEBER, Roswithia. *Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica – RS*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2006.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o "25 de julho" em São Leopoldo, 1924/1949*. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

WEIZENMANN, Tiago. *"Sou, como sabem...": Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890)*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 2015.

WENDLING, Benno. *A história de Walachai*. Rio de Janeiro: Zilles Produções, 2014.

WEHRMANN, Bruno Guido. *Condor. Comunidade, história e cultura*. Ijuí: Unijuí, 2004.

WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil*. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2.ed. São Paulo: Nacional/ Instituto Nacional do Livro, 1980.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)*. 2.ed. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2015. [Volume 19 – Coleção EHILA – PPGH-UNISINOS].

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo, Brasília: Hucitec, EDUNB, 1995.

2. Civilizadores substitutos: discursos de teuto-europeus sobre colonos alemães no Brasil



<https://doi.org/10.36592/9786554600033-02>

Eugene S. Cassidy

Entre 1820, ano da chegada dos primeiros colonos, e 1890, um ano após o ocaso do Império brasileiro, cerca de 90.000 alemães imigraram para o Brasil, fazendo deste o segundo maior destinatário de alemães emigrados, atrás apenas dos Estados Unidos. Com início nos anos 1840 e intensificando-se nas décadas seguintes, o sul do Brasil afigurava-se aos alemães da Europa como um espaço excepcional para colonização. Em termos de colonização concreta (a ocupação do espaço físico por imigrantes alemães), o governo brasileiro, já em 1819, começara a recrutar e assentar colonos germânicos nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro, mas nenhuma dessas experiências foi bem-sucedida. Foi apenas em 1824, com a fundação de São Leopoldo, ao norte de Porto Alegre, capital da província do Rio Grande do Sul, que a colonização alemã, de fato, começou (MENENZES, 1997, p. 102-6; OBERACKER, 1967, p. 221-2; SEYFERTH, 2006, p. 131). Em 1900, o Brasil, especialmente o sul do país, já se tornara um dos principais destinos de emigrantes alemães, só ultrapassado pelos Estados Unidos (ROCHE, 1969; OBERACKER, 1979). A colonização concreta, o ato de criar colônias, era, portanto, inegável e isso ajudava a alimentar o interesse de alemães na Europa pela região. O Brasil, no entanto, era também uma zona de colonização discursiva. Em seu estudo sobre a Polônia como um espaço de colonização alemã, Kristin Kopp estabelece uma distinção entre colonização concreta e colonização discursiva, definindo a primeira como "diversas formas de dominação econômica, política e/ou cultural de uma população nativa por uma minoria forânea que ingressa em seu espaço." Isso difere da colonização discursiva, vista por ela como "um processo historicamente situado que reposiciona uma relação específica entre o eu e o Outro em categorias coloniais." A colonização discursiva demanda três elementos: primeiro, a criação da imagem do potencial colonizador como "colonizador"; em segundo lugar, tornar o Outro nativo em alvo legítimo de colonização; finalmente, afirmar de que modo a suposta natureza

superior do "colonizador" justifica sua intervenção sobre o Outro (KOPP, 2012, p. 6-7). No que tange ao Brasil, os alemães da Europa estiveram envolvidos nessas três ações. Assim, para entender como os teuto-europeus percebiam tanto a região como os colonos alemães ali estabelecidos, o sul do Brasil deve ser compreendido como um espaço, simultaneamente, de colonização concreta e colonização discursiva.

É importante mencionar como se desenvolveu, nos últimos 30 anos, o entendimento de pesquisadores deste campo de estudos sobre as conexões entre os alemães da Europa e os imigrantes alemães. Desde a década de 1990, a literatura acadêmica vem examinando a conexão entre germanidade, imigrantes alemães ultramar e os espaços em que estes estabeleceram-se; os historiadores passaram a explorar em que medida os teuto-europeus interessavam-se pela relação desses imigrantes com sua terra natal, muitas vezes, antes mesmo que a Alemanha adquirisse colônias formais, na década de 1880 (ZANTOP, 1997; KOTJE, 2004; REUSCH, 2008). Após 1848, particularmente, a imigração passou a ser associada a um receio crescente de que os imigrantes alemães perdessem seus vínculos linguístico-culturais com a terra-natal, um receio induzido, principalmente, por jornais e por diários de viagem (ZANTOP, 1998; BELGUM, 1997; ALVES, 2000; FITZPATRICK, 2007; KATHÖFER, 2009). Por volta dos anos 1860, jornais voltados para as classes médias passaram a referir-se àqueles que deixavam os estados alemães para estabelecerem-se em outros continentes como *Auslandsdeutsche* (alemães de ultramar) em lugar de *Auswanderer* (emigrantes), revelando a crescente percepção de que a natureza da germanidade não tinha amarras geográficas, existindo, antes, como essência, atributo inerente ao indivíduo (NARANCH, 2005, p. 26-8). Além disso, os receios relacionados à imigração coincidiam com a crescente ambição liberal por colônias além-mar, que os pesquisadores, inicialmente, datavam como posterior a 1871, mas que, no presente, consideram ter iniciado nos anos 1840 (FENSKE, 1991; NARANCH, 2006; FITZPATRICK, 2008).

Com a expansão da demanda por colônias e o crescente interesse relacionado aos emigrantes nesse período, a imagem do sul do Brasil passou daquela de um simples destino para imigração dentre outros à de uma região excepcional em termos de possibilidade para os colonos criarem uma sociedade em que sua

germanidade (vínculo linguístico-cultural com os teuto-europeus) pudesse florescer. Tais assertivas relacionadas ao vigor da germanidade dos colonos foi um dos principais aspectos que fizeram do Brasil um destino singular em comparação a outros lugares de colonização alemã ultramar. Elas ativaram visões nacionalistas entre teuto-europeus de um espaço idealizado de *Deutschtum* (germanidade) no exterior, tornando esplêndido o sul do Brasil no imaginário nacionalista alemão.

Ao examinar os discursos teuto-europeus sobre os colonos alemães estabelecidos no Brasil, pode-se inferir, primeiro, que os alemães da Europa apresentam os colonos alemães do Brasil como singulares por seu vínculo persistente com a terra natal, muitas vezes, em termos de uma comparação com a suposta perda da *Deutschtum* entre imigrantes estabelecidos nos Estados Unidos. Em segundo lugar, teuto-europeus criaram uma imagem dos alemães do Brasil como os principais baluartes de civilização e ordem no país, idealizando uma certa missão civilizadora do povo alemão, expressa em discursos sobre colonos alemães que, primeiramente, domesticaram a terra, tornando-a produtiva, construíram infraestrutura e civilizaram os luso-brasileiros ao transformar sua cultura de trabalho. Portanto, a idealização teuto-europeia dos alemães estabelecidos no sul do Brasil fez daquela região um autêntico espaço colonial no imaginário nacionalista germânico; a região tornou-se uma zona em que os alemães estariam supostamente exercendo uma "missão colonizadora" tal qual aquela em que potências colonizadoras como Grã-Bretanha e França haviam cumprido por décadas, mas da qual a Alemanha, sem dispor de colônias, ficara excluída. Em suma, os germânicos construíram uma imagem dos alemães no sul do Brasil que levou a uma percepção dessa região como a primeira experiência alemã de uma "autêntica" colonização além-mar.

Recorrendo à imagem do sul do Brasil e dos colonos alemães lá estabelecidos, os defensores da colonização naquela região destacavam suas vantagens, comparando a situação dos alemães lá com aquela nos Estados Unidos, particularmente em termos da capacidade dos emigrantes de manter seus vínculos econômicos e linguístico-culturais com a Alemanha. Muitos pensadores alemães, tanto na Europa como na América Latina, argumentavam que a colonização nos Estados Unidos em nada contribuía para a Alemanha e levava à perda dos

emigrantes para a pátria, tanto econômica como culturalmente. A ideia dos alemães como “fertilizadores” era claramente ilustrada na noção de que a emigração em massa estaria fortalecendo outros países, econômica e culturalmente, especialmente os Estados Unidos, ao passo que a Alemanha enfraquecia. O termo *Kulturdünger* surgiu em 1845 e os receios associados à assimilação de alemães emigrados em detrimento de sua pátria e em favor de outras nações, particularmente as inimigas da Alemanha, estenderam-se até o final do período Guilhermino (1890-1914) (BICKELMANN, 1991, p. 104; FENSKE, 1991, p. 194-5; NARANCH, 2006, p. 65-75; CONRAD, 2008, p. 75-9; MANZ, 2014, p. 59-64). Os nacionalistas liberais alemães, de um modo geral, viam especialmente os EUA como uma zona em que a assimilação ocorria de forma rápida e praticamente universal e, portanto, muitos se opunham explicitamente à ida de alemães para aquele país.

Hermann Blumenau, por exemplo, foi um cientista que se tornou entusiasta do colonialismo e que defendia a colonização alemã no Brasil. No entanto, ao contrário de muitos dos apoiadores da colonização nesse país, Blumenau foi além do campo teórico e criou um assentamento em Santa Catarina, que, mais tarde, se tornaria a cidade que ainda tem seu nome (VOIGT, 2004, p. 18-20). Ao investigar como os colonos alemães se saíam no exterior, Blumenau argumentou que os ganhos obtidos pelos Estados Unidos através do trabalho de imigrantes alemães representavam uma perda para os estados alemães. Enfatizava, ainda, a perda linguístico-cultural que a imigração para os EUA produziria, afirmando que o Brasil representava o lugar onde os colonizadores poderiam manter sua *Deutschtum*.

Em seu livro, *Deutsche Auswanderung und Colonisation*, publicado em Rudolfstadt, Blumenau (1846) destacava como a colonização no Brasil possibilitaria aos colonizadores manter sua filiação econômica e cultural com a Alemanha. Blumenau associava a preservação desses vínculos a um crescente comércio e prestígio internacional da Alemanha, uma vez que colonizadores que se mantivessem “alemães” também permaneceriam leais em suas preferências pelo país de origem, podendo, assim, influenciar o direcionamento político e econômico

de seu novo país a um rumo que beneficiasse a Alemanha.¹ Ao abordar a melhor forma de elaborar uma política alemã de futura colonização, Blumenau citava os EUA como um exemplo que não se deve reproduzir: “o fato desalentador das atuais condições na América do Norte, em que a população alemã, a despeito de seu grande número, não só não alcançou influência política e foi perdida pela pátria, como também corre o risco de perder sua língua e costumes, não se deve repetir em outro país.”²

Portanto, para os discursos germanófonos na Europa, os Estados Unidos representavam uma espécie de necrópole da germanidade, com os imigrantes lá estabelecidos estando supostamente perdidos econômica e culturalmente para a terra natal. Por outro lado, os alemães da Europa tinham uma perspectiva totalmente diversa do sul do Brasil e dos imigrantes ali estabelecidos, uma vez que ali os colonos teriam mantido sua germanidade em um grau sem paralelo fora da Alemanha. Além disso, não só esses imigrantes constituíam modelos da língua e da cultura alemãs, mas, segundo fontes na Europa, expressavam a especial habilidade da Alemanha para envolver-se em processos civilizatórios de terras e povos.

Ao tratar dos vínculos linguístico-culturais com a Alemanha, Hermann Blumenau também afirmava que a situação no sul do Brasil era muito diferente daquela nos EUA, argumentando que os imigrantes estabelecidos naquela região mantinham fortes laços com a terra natal. Em 1855, ele publicou *Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Süd-Brasilien*, no qual promovia aquela colônia como um destino para emigrantes. Blumenau afirmava que os colonos preservavam sua *Deutschtum*, assinalando que “a língua, os costumes e a educação alemãs eram mantidas no sul do Brasil.” Além disso, os colonos na região demonstravam a natureza do povo alemão, dando mostras de sua “índole laboriosa e diligente.” Blumenau comparava os colonos do sul do Brasil com aqueles dos EUA, os quais, lamentavelmente, viam-se diante de uma “forçosa educação de americanidade,” ao contrário dos colonos do sul do Brasil, “que progrediam sem se

¹ Hermann Blumenau, *Deutsche Auswanderung und Colonisation* (Leipzig: Verlag der J.C. Hinrichs'schen Buchhandlung, 1846), 7-8.

² *Ibid.*, 14.

tornarem presas da assimilação americana.”³

Johann Jakob von Tschudi foi um naturalista suíço e, depois, embaixador da Suíça no Brasil. Durante o exercício dessa função, fez explorações no país, coletando amostras para museus europeus. Uma de suas expedições levou-o ao Rio Grande do Sul, onde visitou a colônia de São Leopoldo. Em seu relato da experiência, publicado em Leipzig, Tschudi exaltou os colonos da região por seu contínuo vínculo linguístico e cultural com a Alemanha. “Sem ser necessário idealizar”, escreveu Tschudi, “pode-se dizer que os alemães de São Leopoldo são uma raça forte e bela.” Contudo, “são muito mais do que isso,” pensava Tschudi, porque eram um reflexo brilhante dos melhores atributos da germanidade. Essas pessoas “preservaram seus costumes e tradições alemãs, mas a maior parte delas despojou-se do servilismo” que marcava os alemães da Europa, na visão de Tschudi. Além disso, ele observou que os residentes de São Leopoldo continuavam a falar alemão por várias gerações. Na verdade, embora muitos colonos, tanto jovens como os de mais idade, falassem português, eles o faziam quando tratando com seus vizinhos não alemães: “entre eles, comunicam-se sempre em alemão.” Tschudi, inclusive, acreditava que, com base na “grande expansão da colônia e na constante difusão do elemento singular alemão” por todas as áreas vizinhas, os colonos alemães manteriam sua língua, apesar de sua condição de minoria linguística em face da população não alemã da província.⁴

Em seu minucioso estudo sobre a história e a sociedade brasileiras, publicado em Berlim, Oskar Canstatt também comentou sobre o que ele considerava uma notável pureza da *Deutschtum* dos colonos alemães. Durante sua visita a São Leopoldo, Canstatt surpreendeu-se com a forma como os colonos aferravam-se à sua língua e costumes. “Embora muitos [luso]brasileiros vivam nesta pequena cidade, eles desaparecem completamente quando comparados aos alemães, e não podem eludir-se à influência da maioria [alemã].” Canstatt jubilava-se em ver como, “ao contrário da experiência em outros países e partes do mundo, os alemães aqui

³ Hermann Blumenau, *Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Süd-Brasilien* (Rudolfstadt: G. Froebel, 1856), 17.

⁴ Johann Jakob von Tschudi, *Reisen durch Südamerika*, vol. 4 (Leipzig: F. A. Brockhaus, 1866), 31 – 2.

aferram-se obstinadamente aos costumes e idioma de sua terra natal.”⁵ Canstatt escreveria, mais tarde, que os colonos estavam criando uma espécie de pátria restaurada, afirmando que “não se pode negar que uma imensa nova Alemanha vem sendo construída com os costumes e a língua alemã, que deslumbra o continente sul-americano, e que quem venha a conhecer deve desejar-lhe o maior sucesso.”⁶

O explorador e jornalista Hugo Zöllner também escreveu sobre a contínua ligação linguística e cultural dos colonos teuto-brasileiros com a Alemanha. Zöllner afirmava que, de fato, essa conexão era única se comparada a qualquer outro lugar no mundo, tanto em termos de sua força quanto de seu desenvolvimento:

O fato de que, em um continente exótico, em condições praticamente desconhecidas e em meio a uma população estranha, um ramo vigoroso da industriabilidade e da cultura alemãs tenha se desenvolvido a partir dos elementos mais empobrecidos da emigração alemã, e não esteja simplesmente vegetando, mas disseminando seus abundantes brotos. Esse fato é tão singular, tão inaudito em qualquer lugar do mundo, que merece nossa atenção especial.⁷

O contexto em que ocorria esse discurso da suposta pureza da germanidade nas colônias brasileiras era aquele de uma missão civilizadora maior que o povo alemão possuía, na visão dos autores alemães da Europa. Isso ajudou a criar a imagem dos colonos teuto-brasileiros como a vanguarda de uma missão alemã mais ampla para remodelar o mundo, ajudando, assim, a conectar o sul do Brasil à missão global de “civilizar” que potências europeias, como Grã-Bretanha e França, reivindicavam como sua.

No que diz respeito à missão civilizatória alemã mais ampla, Robert von Mohl, parlamentar de Frankfurt, teórico do direito e ex-embaixador de Baden na Bavaria, escreveu extensamente sobre a emigração alemã e as colônias ultramar. Ele argumentava que o espriar dos alemães pelo planeta representava parte de uma

⁵ Oskar Canstatt, *Brasilien: Land und Leute* (Berlin: Ernst Siegfried Mittler und Sohn, 1877), 416.

⁶ *Ibid.*, 435


⁷ Hugo Zöllner, *Die Deutschen im brasilischen Urwald*, vol. 2 (Berlin und Stuttgart: W. Spemann, 1883), 144–5.

grande tarefa para o povo alemão, a de ajudar a civilizar o mundo: “não cumpriremos nossa missão como povo, se não nos inserirmos também na expansão ora em curso da civilização e nacionalidade europeias a outras partes do mundo, para transplantar nosso tipo nacional.” Os alemães devem, escreveu Mohl, unir-se às demais “nações civilizadas”, como os anglo-saxões, os franceses e os celtas, para levar sua cultura e expandir seu controle.⁸

Johann Jakob Sturz, que serviu como cônsul da Prússia no Brasil, tornando-se depois um dos mais francos apoiadores da colonização alemã no sul do Brasil na esfera pública germânica, também acreditava que o povo alemão tinha, por desígnio especial, disseminar civilização e cultura. Sturz chegou ao ponto de citar, como exemplo, a influência alemã na própria Europa, escrevendo que “o norte da Europa deve [seu desenvolvimento] principalmente ao espírito germânico, graças ao qual [a região] é dotada de hábil diligência e, por conta disso, se coloca poderosamente na Terra.” Segundo Sturz, foram líderes militares e estadistas alemães que tornaram poderoso o norte da Europa, enquanto os industriais alemães enriqueceram a região. Para Sturz, o mesmo pode ser dito dos Estados Unidos, onde ele observava que os alemães representavam o cerne dos setores industrial e produtivo americanos. Lamentavelmente, escreveu Sturz, a Alemanha nada ganhou com o impacto positivo dos alemães tanto na Europa como nos EUA. “Parece que os alemães estão destinados a propagar a cultura germânica por toda a Terra, mas sem retribuição para a terra natal, sem gratidão, e inclusive em seu prejuízo.” Portanto, era imperativo dispor de colônias onde os alemães pudessem manter seus vínculos com a pátria, o que tornava o sul do Brasil no mais forte candidato a essa colônia.⁹

Karl Arnd ecoou esses sentimentos. Arnd foi um importante economista do livre-comércio alemão, de tendência nacionalista. Ao tratar das colônias alemãs e de seus vínculos com a missão cultural da nação, Arnd relacionava-as ao movimento mais amplo entre as nações europeias de propagar a civilização. Ele escreveu que se devia “considerar a superioridade com que os povos cristãos da Europa se

⁸ Robert von Mohl, Ueber Auswanderung, in *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, vol. 4 (Tübingen: Verlag der H. Laupp'schen Buchhandlung, 1847), 325

⁹ Johann Jakob Sturz, *Soll und Kann Deutschland eine Dampfflotte haben und wie?: mit hinblick auf Deutschlands Schiffahrt, Handel-, Industrie und Auswanderung* (Berlin: F. Schneider, 1848), 20-21. 

distinguem de todos os outros povos do mundo, em razão de sua cultura mais elevada." Arnd aplaudiu o impacto mundial da expansão europeia, mas lamentou que, apesar do papel fundamental desempenhado pelos alemães tanto na criação como na disseminação da cultura europeia, a Alemanha pouco tenha lucrado com isso: "a civilização europeia está assentada, principalmente, sobre as bases da ciência e da engenhosidade alemãs. Em grande parte, foi o trabalho realizado por expedições alemãs que trouxe os países estrangeiros ao conhecimento do mundo cristão. Em grande parte, foi a atividade produtiva alemã e o comércio alemão que permitiram esse sucesso. Por fim, foram, principalmente, os emigrantes alemães que cultivaram e povoaram muitas das regiões desabitadas mundo afora." No entanto, apesar de tudo isso, a Alemanha permaneceu fraca internacionalmente e dividida internamente.¹⁰

Arnd defendia que o povo alemão deveria seguir levando a civilização a todos os cantos do mundo, mas argumentava que isso deveria ser feito de modo a beneficiar tanto a Alemanha quanto o mundo. Referia-se ao papel dos alemães no mundo como "um chamado histórico mundial." Nessa capacidade, os alemães seriam "apóstolos da civilização e da conduta cultivada," atuando para levar moralidade, racionalidade e desenvolvimento às partes desabitadas do mundo e "povoá-las com habitantes industriais, transformando-as, assim, em lugares venturosos para muitas gerações de vida racional." Arnd associava isso à unificação política, afirmando que apenas por meio de uma Marinha poderosa e de embaixadas representando um único Estado germânico se poderia tornar isso possível.¹¹

Portanto, autores teuto-europeus argumentavam que a Alemanha tinha um objetivo especial a cumprir, um papel central na difusão da civilização europeia, para cuja realização o povo alemão seria fundamental. Aos olhos de tais pensadores, era essencial encontrar uma forma de os emigrantes alemães permanecerem vinculados à sua pátria, o que fazia do sul do Brasil o lugar ideal para manter essas conexões e demonstrar a capacidade germânica de difundir civilização.

¹⁰ Karl Arnd, *Gedanken über die Fortbildung des deutschen Bundes* (Frankfurt am Main: H.L. Brönnner, 1860), 40–1.

¹¹ *Ibid.*, 41.

Na abordagem teuto-europeia das colônias alemãs na região, a difusão civilizatória manifestava-se de duas formas: a reparação da terra e a reparação da população não germânica da região. Supunha-se que os alemães tornariam produtivos tanto o seu ambiente como seus vizinhos, propagando as “bençãos da civilização” por meio de seu árduo trabalho e seu eminente exemplo.

Em termos da reparação da terra no sul do Brasil, os autores teuto-europeus, muitas vezes, retratavam os colonos alemães como os principais responsáveis por tornar a região produtiva para a agricultura. Em sua viagem pelo sul do Brasil, o médico e explorador alemão Robert Avé-Lallemant destacou, com frequência, como os teuto-brasileiros eram incumbidos de ocupar a natureza indômita do sul do Brasil e torná-la produtiva. Referindo-se ao primeiro assentamento em São Leopoldo, ele escreveu que os primeiros colonos precisaram limpar a terra com suas próprias mãos, enfrentando não apenas a paisagem, mas também os povos indígenas que viviam na área. Contudo, graças a seu vigor e diligência, os colonizadores triunfaram: “começaram com dificuldades, mas conquistaram o solo por si sós, e aqueles que na Alemanha eram servos tornaram-se mestres, por mérito de seu próprio trabalho.” Posteriormente, ao tratar de sua visita a Novo Hamburgo, ao norte de São Leopoldo, Avé-Lallemant comparou a próspera cidade com a natureza agreste que observava desde uma montanha próxima e maravilhou-se com o trabalho realizado pelos alemães: “onde, por milhas, havia o silêncio da selva, ou apenas papagaios e macacos gritavam, existe agora, após penosas lutas, uma brilhante, decisiva vitória, e os bravos guerreiros, que lutaram por si e por seus filhos e netos, conquistaram solo fértil e propriedades prósperas.”¹² Posteriormente, Avé-Lallemant visitou vários outros assentamentos alemães província adentro e ficou espantado com a capacidade dos colonos transformarem a natureza agreste não apenas em terra produtiva, mas em comunidades que carregavam a indubitável marca da germanidade: “e, assim, esses pioneiros de estirpe, costumes, e industriiosidade alemãs trabalham aprofundando-se cada vez mais nas florestas, de uma colina a outra, de um vale a outro, de cordilheira a cordilheira, de riacho a riacho!”¹³

¹² Robert Avé-Lallemant, *Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858*, vol. 1 (Leipzig: F. A. Brockhaus, 1859), 137–8.

¹³ *Ibid.*, 1:175.

Friedrich Epp foi outro viajante alemão que percorreu a região e ficou impactado pelo que viu como resultado da colonização alemã ali. Antes de passar um longo tempo no exterior, Epp conquistou seu diploma em Medicina em Heidelberg. Depois, serviu como médico nas Caraíbas Neerlandesas por mais de uma década. Autor prolífico, Epp escreveu livros e artigos sobre uma ampla gama de temas, do mundo natural ao espiritualismo. Em 1864, percorreu o sul do Brasil. Ficou tão impressionado pelo impacto transformador da presença alemã na região, assim como pela persistência de seu vínculo linguístico-cultural com a Alemanha, que chamou a região de “Nova Alemanha” no título do livro que documentou suas experiências ali (HEIDHUES, 1995, p. 25-43).

Epp apresentou os colonos do interior em termos que não só os destacava como desbravadores e civilizadores, mas também conectava os alemães no Brasil com aqueles do mundo antigo: “como os alemães da Antiguidade, cujos ataques massivos derrubaram o Império Romano, eles [os colonos da província] também têm travado batalhas, e vencido – não com a espada, mas com o machado. Diante dos pesados golpes de seus machados eles têm os gigantes caídos da floresta.” Aqui, a apresentação de Epp enfatiza a germanidade dos colonos de duas maneiras – primeiro, associando-os com o elo inquebrantável de sua *Deutschtum*, que se estende do mundo antigo ao moderno; mas, em segundo lugar, justapondo os alemães aos romanos, de quem os luso-brasileiros trazem sua herança cultural. Assim, os colonos são os baluartes da *Deutschtum* e contrastam radicalmente com seus vizinhos latinos.¹⁴

Epp enfatizava, ainda, que os alemães faziam mais do que simplesmente abrir a floresta – eles transformavam a natureza agreste em espaço de produtividade e civilização. Ao descrever a cena de pilhas de árvores queimando, Epp alertava o leitor de que a destruição era apenas temporária, pois “das cinzas [das árvores queimadas], brotarão as sementes da cultura. Lá onde uma vez só o jaguar rugia e o temível índio disparava seu projétil mortal em emboscada aos exploradores, agora o galo canta e crianças loiras de faces rosadas agora saltitam alegremente.” Assim, no Rio Grande do Sul, civilização, cultura e agricultura se estariam disseminando através

¹⁴ Friedrich Epp, *Rio Grande do Sul oder Neudeutschland*. (Mannheim: Verlag von Franz Bender, 1864), 99.

do trabalho dos alemães, um acre após outro. Epp convocava os alemães em todo o mundo a reconhecerem o sacrifício e o trabalho dos colonos do sul do Brasil: "Salve, Germânia, por teres esses filhos! Mesmo os descendentes de alemães no sul longínquo são teus filhos! Valorosos filhos da grande Pátria comunal."¹⁵

Os discursos germanófonos na Europa também ressaltavam o papel desempenhado pelos colonos alemães no Brasil na criação de infraestrutura, estendendo ainda mais, desse modo, o alcance da "civilização." Wilhelm Stricker, médico e membro da Sociedade Geográfica de Frankfurt, tinha paixão pela história e cultura alemãs. Ele publicou o breve *Germania, Archiv zur Kenntniß des deutschen Elements in allen Ländern der Erde*, além de uma história da medicina em Frankfurt (JUNG). Em 1845, publicou *A distribuição do povo germânico pelo planeta*, em que tratou das comunidades alemãs na Europa e no mundo todo, incluindo o Brasil. Stefan Manz citou esse trabalho como uma primeira contribuição importante para o processo "de conceber os alemães que vivem no exterior como partes integrantes da nação." (MANZ, 2014, p. 52) Em *A distribuição*, Stricker apresentava os alemães de ultramar como ativos morais e culturais para os novos países, pois faziam progredir qualquer lugar onde se estabelecessem. Por todo o mundo, escreveu Stricker, os alemães eram considerados por seus vizinhos não alemães por "sua honestidade, sua diligência, sua conduta social," e onde quer que existissem colonos alemães, ficava evidente que eles "constituem autênticos baluartes da civilização."¹⁶ A abordagem de Stricker dos alemães no Brasil refletia essa visão.

Embora desaconselhasse a imigração para o Brasil, pela combinação de um clima tropical com o que ele afirmava ser uma postura corrupta generalizada entre as autoridades brasileiras, Stricker mesmo assim assinalava que os colonos que lá se estabeleceram estavam promovendo avanços excepcionais no país.¹⁷ Em comparação a outros grupos no Brasil, ele escreveu que "os alemães estão quase sempre na vanguarda dos avanços materiais." Stricker demonstrava isso citando várias províncias onde os alemães lideravam projetos de engenharia civil. Por

¹⁵ Ibid., 98-9.^[1]_{SEP}

¹⁶ Wilhelm Stricker, *Die Verbreitung des deutschen Volkes über die Erde* (Leipzig: Gustav Mayer, 1845), III-IV.^[1]_{SEP}

¹⁷ Ibid., 138-41.

exemplo, na região amazônica, na fronteira do Brasil com a colônia britânica da Guayana, num projeto conjunto dos governos brasileiro e britânico, ambos escolheram alemães para inspecionar a fronteira: Major von Sewelop, de Hanover, representava o Império brasileiro, e Robert Schomburg, da Saxônia, representava a Grã-Bretanha.¹⁸ Assim, no entender de Stricker, os alemães desempenhavam um papel central em levar a ordem e o desenvolvimento moderno à natureza selvagem brasileira, mesmo no ofício extremo de colocar ordem na selva – a criação de fronteiras nacionais.

Portanto, os discursos germanófonos na Europa representavam os alemães no Brasil como fundamentais para o propósito de “civilizar” a terra. Ainda assim, os autores iam além, afirmando que os colonos estavam civilizando os próprios brasileiros, especialmente aqueles de descendência lusitana. Fontes teuto-europeias, geralmente, apresentavam os luso-brasileiros como indolentes, com frequência, afirmando que a intervenção de um grupo de fora (especialmente de colonos alemães) era necessária para ajudar os brasileiros a avançar em relação ao seu estado vigente.¹⁹ Tal visão dos luso-brasileiros como preguiçosos ou incompetentes apareceu em uma grande variedade de fontes, desde a imprensa popular, a diários de viagem e a trabalhos de entusiastas colonialistas que apoiavam a colonização no sul do Brasil. Mesmo na imprensa teuto-brasileira, os jornalistas comparavam a suposta aversão ao trabalho por parte dos luso-brasileiros à alegada capacidade para o trabalho dos colonos, criando uma imagem dos luso-brasileiros como parasitas, que viviam do trabalho dos colonos sem contribuir para o desenvolvimento do país. Por exemplo, na imprensa popular teuto-europeia, em abril de 1844, o *Illustrirte Zeitung*, publicado em Leipzig por Johann Jacob Weber, exibiu um artigo intitulado “O Brasil e seu vínculo com a Alemanha,” que constituía, em parte, uma apresentação do Brasil e, em parte, um chamado à colonização no país. Além de altos elogios ao Imperador brasileiro, D. Pedro, retratado como inteligente e

¹⁸ Ibid., 141-2.

¹⁹ Para um exemplo de naturalistas teuto-europeus que associam luso-brasileiros à indolência, ver Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius, *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majest Maximilian Joseph I. Königs von Baiern in den Jahren 1817 bis 1820*, vol. 1, 3 vols. (München: M. Lindauer, 1823). Para viajantes europeus não cientistas que ecoam essa percepção, ver Franz Xavier Ackermann, *Das Kaiserreich Brasilien: Beobachtungen und praktische Bemerkungen für deutsche Auswanderer* (Heidelberg: Neue akademische Buchhandlung von Karl Groos, 1834); Hugo Zöllner, *Die Deutschen im brasilianischen Urwald*, vol. 1, 2 vols. (Berlin e Stuttgart: W. Spemann, 1883).

talentoso, a matéria focalizava a natureza do povo brasileiro, descrevendo os brasileiros como “uma mistura muito heterogênea.” Com relação a isso, o artigo afirmava que, embora o Imperador tivesse as melhores intenções e muitos excelentes projetos para acelerar o desenvolvimento do Brasil, uma coisa continuava ausente “em grande medida” no país: “uma população capaz, trabalhadora e industriosa, que sabe como utilizar os recursos proporcionados pelo clima excelente e pela riqueza do solo, e que dispõe da vontade e do vigor para alcançar este fim sobretudo para o benefício do país.” Os alemães, afirmava a matéria, resolveriam o problema.²⁰ Assim, os brasileiros não germânicos, de acordo com a matéria, não estariam à altura de ajudar o Brasil a avançar, porque lhes faltavam habilidade e energia. A colonização alemã, portanto, mostrava-se como uma solução para o problema.

Neste sentido, A.W. Sellin, um ex-diretor da colonização alemã no Rio Grande do Sul, falou diretamente aos nacionalistas alemães em Berlim, na Sociedade Central de Geografia Econômica, em 1879. Em seu discurso, transcrito nas páginas do *Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre, Sellin afirmou que os alemães não estavam transformando apenas a economia do Brasil, mas também os luso-brasileiros através de seu exemplo de diligência. Sellin salientou, também, que, antes da chegada dos alemães, a economia brasileira estava travada em um estágio de “não desenvolvimento” pelo uso da escravidão. A colonização alemã, no entanto, estava se contrapondo a isso lá, não só por prover força de trabalho livre, mas também por reformular o próprio conceito de trabalho no país, ensinando os luso-brasileiros a respeitá-lo. “Não é uma bela tarefa histórico-cultural mostrar àqueles [brasileiros] [...] o valor do trabalho livre?”, ele perguntava.²¹ De fato, o impacto da colonização alemã era tão inegável, que, naquela época, as elites brasileiras estavam interessadas em aprender a língua alemã que, afirmava Sellin, “há algum tempo, é obrigatória nas melhores escolas brasileiras na província [do Rio Grande do Sul], fato que evidencia a alta importância do elemento germânico.”²²

²⁰ Brasilien und sein Verhältniss zu Deutschland. *Illustrierte Zeitung* 40 (April 1, 1844): 211–212.

²¹ Alfred W Sellin, Süd-Brasilien in seiner Bedeutung für die deutsche Colonisation. *Deutsche Zeitung*, May 2, 1879.

²² Sellin, Süd-Brasilien, May 9, 1879.

Um artigo publicado em 1885, no *Frankfurter Zeitung*, "Escravidão e o trabalho livre no Brasil," apontava que os alemães estavam exercendo uma forte influência moralizadora sobre os luso-brasileiros, transformando o caráter de seus vizinhos não alemães. Na parte especificamente voltada para o Rio Grande do Sul, a província que recebia o maior número de colonos, a matéria afirmava que a presença alemã lá, e seu conseqüente impacto sobre a população não alemã, fora responsável por transformar o relacionamento dos brasileiros com o trabalho livre, particularmente na agricultura: "quanto mais a agricultura alemã se propagava pela antes agreste região, com a expansão da colonização, mais brasileiros vinham para lá [a zona colonial] e se estabeleciam próximos aos imigrantes. Pela interação, a influência moral dos imigrantes sobre a população nativa é inescapável." No entanto, o artigo destacava que, embora os alemães influenciassem os brasileiros, o reverso não ocorria: "ambos os elementos trabalham juntos pacificamente, mas mantendo seu caráter nacional."²³ Assim, os alemães não só estavam transformando os luso-brasileiros em agricultores de moral elevada, como o faziam preservando sua germanidade.

Em sua abordagem da colonização alemã no sul do Brasil, o zoólogo Wilhelm Breitenbach apresentava os colonos como reformadores tanto da economia do Rio Grande do Sul como da população não alemã da província. Com relação ao impacto econômico dos alemães, Breitenbach escreveu que os alemães possuíam uma propensão natural para a agricultura e a colonização. "Antes do estabelecimento das colônias germânicas, dificilmente se poderia falar em agricultura [no sul do Brasil], mas agora uma parte significativa da natureza brasileira já está sendo cultivada, particularmente pelo trabalho árduo dos alemães. De uma nação pecuarista, surgirá uma agrícola, um estágio cultural mais elevado substituirá um inferior."²⁴

Além disso, segundo Breitenbach, esse "estágio cultural mais elevado" extrapolaria o âmbito da produção, adentrando aquele do caráter nacional: com sua diligência, os alemães estavam reformando os brasileiros, assim como o Brasil. "E, da imigração alemã chegada a essa terra, as conseqüências só agora começam a se

²³ Sklaverei und freie Arbeit Brasilien. *Frankfurter Zeitung*, December 29, 1885.

²⁴ Wilhelm Breitenbach, *Ueber das Deutschthum in Süd-Brasilien: Eine Studie* (Hamburg: Verlag von J.F. Richter, 1887), 33-4.

evidenciar: o respeito pelo trabalho do homem livre, que, realizado de forma consistente, é incompatível com a escravidão." Isso, conforme Breitenbach, estaria mudando a concepção de todos os brasileiros na província sobre o trabalho e, assim, alterando os próprios fundamentos da sociedade brasileira.²⁵

Portanto, a imagem dos colonos alemães no Brasil apresentada por fontes teuto-europeias foi, basicamente, de uma civilização e transformação positiva: os colonos alemães supostamente refizeram a paisagem brasileira e o povo brasileiro, transformando ambos em sujeitos produtivos e reformulados. Centrando-se na alegada pureza da *Deutschtum* dos colonos, os autores teuto-europeus associaram essa ação civilizadora ao povo alemão como um todo, conferindo à Alemanha, discursivamente, um lugar no esforço global das potências europeias de refazer o mundo à sua imagem e semelhança. Afirmações na esfera pública teuto-europeia elevaram o colono teuto-brasileiro à categoria de colonizador, alçando, assim, a Alemanha à mesma categoria. Nessa perspectiva, é importante compreender a colonização no Brasil não apenas como um capítulo na história da imigração alemã, mas também como um forte precursor aos esforços posteriores da Alemanha de criar e administrar colônias na África e na Ásia.

Referências

Fontes primárias

ACKERMANN, Franz Xavier. *Das Kaiserreich Brasilien: Beobachtungen und praktische Bemerkungen für deutsche Auswanderer*. Heidelberg: Neue akademische Buchhandlung von Karl Groos, 1834.

ARND, Karl. *Gedanken über die Fortbildung des Deutschen Bundes*. Frankfurt am Main: H.L. Brönnner, 1860.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858*, v. 1. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1859.

BLUMENAU, Hermann. *Deutsche Auswanderung und Colonisation*. Leipzig: Verlag der J.C. Hinrichs'schen Buchhandlung, 1846.

²⁵ Ibid.

— — —. *Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Süd-Brasilien*. Rudolfstadt: G. Froebel, 1856.

Brasilien und sein Verhältniss zu Deutschland. *Illustrierte Zeitung* 40, 1 abril 1844, p. 211–212.^[L]_[SEP]

BREITENBACH, Wilhelm. *Ueber das Deutschthum in Süd-Brasilien: Eine Studie*. Hamburg: Verlag von J.F. Richter, 1887.

CANSTATT, Oskar. *Brasilien: Land und Leute*. Berlin: Ernst Siegfried Mittler und Sohn, 1877.

EPP, Friedrich. *Rio Grande do Sul oder Neudeutschland*. Mannheim: Verlag von Franz Bender, 1864.

MOHL, Robert von. Ueber Auswanderung. In *Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, 4:320–48. Tübingen: Verlag der H. Laupp'schen Buchhandlung, 1847.^[L]_[SEP]

SELLIN, Alfred W. Süd-Brasilien in seiner Bedeutung für die deutsche Colonisation. *Deutsche Zeitung*. May 2, 1879.^[L]_[SEP]

Sklaverei und freie Arbeit Brasilien. *Frankfurter Zeitung*. 29 dezembro 1885.

SPIX, Johann Baptist von, and Karl Friedrich Philipp von Martius. *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majest Maximilian Joseph I. Königs von Baiern in den Jahren 1817 bis 1820*, v. 1. München: M. Lindauer, 1823.

STRICKER, Wilhelm. *Die Verbreitung des deutschen Volkes über die Erde*. Leipzig: Gustav Mayer, 1845.

STURZ, Johann Jakob. *Soll und Kann Deutschland eine Dampfflotte haben und wie?: mit Hinblick auf Deutschlands Schiffahrt, Handel-, Industrie und Auswanderung*. Berlin: F. Schneider, 1848.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Reisen durch Südamerika*, v. 1. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1866.

— — —. *Reisen durch Südamerika*, v. 4. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1866.

WEECH, J. Friedrich von. *Brasiliens gegenwartiger Zustand und Colonialsystem. Besonders in Bezug auf Landbau und Handel. Zunächst für Auswanderer*. Hamburg: Hoffmann und Campe, 1828.

ZÖLLER, Hugo. *Die Deutschen im brasilischen Urwald*, v. 1. Berlin e Stuttgart: W. Spemann, 1883.

— — —. *Die Deutschen im brasilischen Urwald*, v. 2. Berlin e Stuttgart: W. Spemann, 1883.

Fontes secundárias

ALVES, Débora Bendocchi. *Das Brasilienbild der deutschen Auswanderungswerbung im 19. Jahrhundert*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2000.

BELGUM, Kirsten. A nation for the masses: production of German identity in late-nineteenth-century popular press. In: DENHAM, Scott D.; KACANDES, Irene; PETROPOULOS, Jonathan (org.) *A user's guide to German cultural studies*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.

BICKELMANN, Hartmut. Auswanderungsvereine, Auswandererverkehr und Auswandererfürsorge in Deutschland 1815-1930. In: BRETTING, Agnes; BICKELMANN, Hartmut. *Auswanderungsagenturen und Auswanderungsvereine im 19. und 20. Jahrhundert*. Stuttgart: F. Steiner, 1991.

CONRAD, Sebastian. *Deutsche Kolonialgeschichte*. München: Beck, 2008. 

FENSKE, Hans. Ungeduldige Zuschauer: die Deutschen und die europäische Expansion, 1815- 1880. In *Imperialistische Kontinuität und nationale Ungeduld im 19. Jahrhundert*. In: REINHARD, Wolfgang (org.) Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1991.

FITZPATRICK, Matthew P. *liberal imperialism in Germany: expansionism and nationalism, 1848-1884*. New York and Oxford: Bergahn Books, 2008.

— — —. Narrating empire: 'die Gartenlaube' and Germany's nineteenth-century liberal expansionism. *German Studies Review*, v. 30, n. 1, 97-120, Feb. 2007.

HEIDHUES, Mary Somers. Dissecting the Indies: the 19th century German doctor Franz Epp. *Archipel*, v. 49, 25-43, 1995.

JUNG, Rudolf. Stricker, Wilhelm. *Allgemeine Deutsche Biographie*. <http://www.deutsche-biographie.de/sfz38715.html>. Acesso 10/10/2022.

KATHÖFER, Gabi. Travel writing, emigration laws, and racial whitening in nineteenth-century German-Brazilian History. In BRISSON, Ulrike; SCHWEIZER, Bernard (org.) *Not so innocent abroad: the politics of travel and travel writing*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars, 2009.

KONTJE, Todd. *Germano orientalisms*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

KOPP, Kristin. *Germany's wild East constructing Poland as colonial space*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2012.

MANZ, Stefan. *Constructing a German diaspora: the "greater German empire", 1871-1914*. Hoboken, NJ: Taylor and Francis, 2014.

MENEZES, Albene Miriam F. Colonos alemães na Bahia no século XIX, problemas de adaptação. In: MENEZES, Albene Miriam F. (org.) *História em Movimento (Temas e Perguntas)*. Brasília: Thesaurus, 1997.

NARANCH, Bradley. *Beyond the fatherland: colonial visions, overseas expansion and German nationalism, 1848-1885*. Ph.D. Dissertation, Johns Hopkins University, 2006.

———. Inventing the Auslandsdeutsche: emigration, colonial fantasy, and German national identity, 1848-71. In: AMES, Eric; KLOTZ, Marcia; WILDENTHAL, Lora (org.) *Germany's colonial pasts*. Lincoln e London: University of Nebraska Press, 2005.

OBERACKER, Carlos Heinrich. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *História geral da civilização brasileira*, v. 3, tomo II. São Paulo: DIFEL, 1967.

OBERACKER, Karl H.; ILG, Karl. Die Deutschen in Brasilien. In: FRÖSCHLE, Hartmut (org.) *Die Deutschen in Lateinamerika: Schicksal u. Leistung*. Tübingen; Basel: Erdmann, 1979.

REUSCH, Johann J. K. Germans as noble savages and castaways: alter egos and alterity in German collective consciousness during the long eighteenth century. *Eighteenth-Century Studies*, v. 42, n. 1, 91–129, Oct. 2008.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, v. 1, trad. Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SEYFERTH, Giralda. Os teuto-brasileiros e a integração cívica: observações sobre a problemática convivência do Deutschtum com o nacionalismo brasileiro. *Martius-Staden- Jahrbuch*, v. 53, 117–56, 2006.

VOIGT, André Fabiano. *Cartas Reveladas: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz*. Blumenau, SC: Cultura em Movimento, 2004.

ZANTOP, Susanne. *Colonial fantasies: conquest, family, and nation in precolonial Germany, 1770-1870*. Durham e London: Duke University Press, 1997.

3. Elites imigrantes alemãs no sul do Rio Grande do Sul: redes, transnacionalismo e empreendedorismo



<https://doi.org/10.36592/9786554600033-03>

Patrícia Bosenbecker

Investigar a inserção de imigração de alemães na metade sul do estado do Rio Grande do Sul é uma tarefa difícil e inusitada.¹ Difícil porque o cenário mais ao sul do Brasil é também periférico em termos de historiografia da imigração ou colonização alemã, apresentando um sinuoso e pouco abrangente conjunto de fontes documentais que possa suprir as necessidades dos pesquisadores, e inusitada porque as pesquisas nesses locais exigem outras perguntas e, sem dúvidas, outros pressupostos. Outras bases investigativas é outra prerrogativa das elites, inclusive as imigrantes. Os pressupostos são embasados *a priori* a partir das diferenças com a parte norte do Rio Grande do Sul, berço da colonização alemã, em 1824.

Embora considerada antiga (ROCHE, 1969), a colonização alemã na metade sul não é obra estatal, mas tem seu princípio e impressionante desenvolvimento pelas mãos de colonizadores privados, inclusive, atraindo os fluxos migratórios a partir dos países de origem, o que é relativamente raro no empreendimento privado de colonização (BOSENBECKER; TRUZZI, 2022). Apesar de importante em termos econômicos, as colônias formadas no sul gaúcho permaneceram agrícolas, sem significativo desenvolvimento industrial (excetuando-se aqui evidentemente as pequenas indústrias agrícolas ou coloniais), muito embora todos nós, pesquisadores da história da imigração alemã, sabemos que a grande indústria do Rio Grande do Sul começa com os alemães no extremo sul. A contradição desse aspecto é, em

¹ O texto aqui apresentado é uma mescla entre dois diferentes, embora complementares, trabalhos. A primeira parte do capítulo é oriunda do trabalho de tese, defendida no PPG-Sociologia (UFRGS), em 2017, que foi realizada com apoio da CAPES. Já a segunda parte é uma ampliação das pesquisas, garantida pela pesquisa de pós-doutoramento, intitulada "Padrões de naturalização e estratégias de mobilidade social: representação política entre elites imigrantes no sul brasileiro durante o Segundo Reinado", desenvolvida com bolsa PDJ-CNPq, com uma perspectiva mais comparativa, uma vez que incluiu os imigrantes ingleses, outro grupo de elite imigrante, estabelecidos em Rio Grande, e que também possuem uma rede que se conecta pela região platina. A pesquisa e bolsa de pós-doutoramento do CNPq foi recentemente finalizada (2022)

análise avançada, uma contradição enganosa. Colonizadores que se estabeleceram por toda a Serra dos Tapes e os grandes industriais e grandes e médios comerciantes que estavam por todas as cidades da metade sul não necessariamente pertencem ao mesmo grupo de imigrantes alemães. A contradição completa-se quando relembremos que o maior colonizador da região (inclusive, engajando imigrantes na Alemanha), Jacob Rheingantz, é um imigrante alemão e grande comerciante estabelecido em Rio Grande. Contudo, embora seja peça chave na colonização da metade sul, Rheingantz não chegou ao Brasil atraído no escopo do processo de colonização do Rio Grande do Sul com imigrantes alemães no século XIX.

O primeiro pressuposto é entender que existiu uma elite imigrante alemã estabelecida pelas cidades da metade sul, com centralidade no eixo Rio Grande e Pelotas, que não teve seu processo migratório individual ou familiar relacionado ao processo de colonização da época. Eram homens e famílias de imigrantes alemães que chegaram às cidades da região ainda na primeira metade do século XIX e que dominaram o comércio de importação e exportação via porto de Rio Grande. Lembramo-nos das migrações circulatórias, de Charles Tilly², ou seja, de grupos profissionais que, geralmente, voltam ao país de origem após construção e desenvolvimento dos negócios.

O quadro que desenhamos aqui é, de maneira singela, um reflexo do grupo de grandes comerciantes do setor de importação-exportação que teve destaque na economia do Rio Grande do Sul em meados do século XIX. Esse setor estava ligado à exportação de derivados da produção agropecuária e à importação de industrializados ou manufaturados que abasteciam a então província. Infelizmente, não há um estudo mais substancial sobre o grande e o médio comércio no eixo Pelotas-Rio Grande nos moldes do estudo de Magda Gans (2004) sobre os imigrantes alemães que se ressaltaram nos setores comerciais de Porto Alegre.³ A análise de Gans (2004), que remonta ao período de 1850 a 1899, mostra que os imigrantes alemães e seus descendentes possuíam um bom padrão de vida em Porto

² Veja a discussão em Truzzi (2008).

³ Entre 1850 até 1889, a autora catalogou 343 comerciantes teutos estabelecidos em Porto Alegre, dos quais 142 foram classificados em grandes comerciantes e 176 em médios comerciantes (GANS, 2004, p. 89).

Alegre, ocupando especialmente nichos comerciais ligados à importação de produtos e ao comércio de alimentos e vestuário, também apresentaram melhor inserção no mercado de trabalho em comparação com os nativos, além de estarem bem localizados no espaço urbano da capital, com melhores moradias. A posição defendida por Gans (2004) parece aplicar-se aos grandes e médios comerciantes alemães de Rio Grande. Nas principais cidades portuárias e comerciais do interior do estado, Pelotas e Rio Grande, a presença de alemães como imigrantes espontâneos ocorreu também marcadamente no comércio e na indústria (SINGER, 1977; ROCHE, 1969, p. 434-449), dos quais o comércio e as fábricas construídas pela família Rheingantz foram um exemplo significativo.

Por outro lado, alguns autores acreditam que a inserção dos alemães na sociedade local (Rio Grande) parece não ser mais abrangente, ou seja, parece restrita ao domínio do ramo comercial, sem maiores influências na sociedade. Particularmente, não partilhamos dessa ideia. Acreditamos que o grupo de imigrantes alemães especialmente ligado ao grande comércio tinha uma abrangente integração com a sociedade local e, por conseguinte, maior influência e mais interesses representados nos mais diversos níveis (econômico ou político, por exemplo). A percepção de que não há uma presença marcante dos alemães nas cidades do eixo Rio Grande e Pelotas está diretamente relacionada ao fato de que os alemães teriam permanecido isolados nessas cidades, como se formassem "colônias" urbanas (ROCHE, 1969, p. 192). Esse quadro é desenhado por Roche (1969, p. 193) da seguinte maneira:

[Os alemães] Desempenharam papel mais importante em Rio Grande, controlando, há uns cem anos, o grande comércio de importação. Era em Rio Grande, porta para o oceano do Estado, que faziam escala os navios europeus que não podiam ou não queriam subir até Porto Alegre; certas casas de comércio da capital possuíam uma agência em Rio Grande, às vezes mesmo era o inverso. Também em Rio Grande se fundaram as primeiras fábricas alemães, a dos tecidos Rheingantz e a dos charutos Poock. Os alemães, entretanto, nele se isolaram no comércio e nunca foram contados senão por centenas, ainda a maior

parte deles olhava para a Alemanha antes que para o interior do Estado, em cuja vida pouco estavam integrados.

Se excetuarmos, pois, algumas firmas comerciais e algumas marcas de fábricas, sua presença quase não se fará sentir, e essas cidades [Pelotas e Rio Grande] conservam até hoje⁴ esse aspecto tipicamente luso-brasileiro: calçadas de mosaicos brancos e pretos, casas “uma porta e uma janela”; fachadas cobertas de azulejos ou caiadas de verde e rosa portuguesas.

Tais pressupostos, entretanto, precisam ser matizados para ampliarmos o escopo de análise sobre a situação dos alemães nas cidades de Pelotas e Rio Grande e para que seja possível mostrar, ao longo deste trabalho, que as influências da elite imigrante alemã estavam diluídas nos interesses e nas representações dos grupos dominantes das referidas cidades. A primeira questão colocada por Roche é a de que os alemães tinham maior representatividade em Rio Grande. Contudo, é preciso lembrar que boa parte dos grandes comerciantes alemães de Rio Grande circulava também por Pelotas e que era esta última que monopolizava a construção das colônias agrícolas de imigrantes, algumas de propriedade desses comerciantes. Loner (2001) trabalha com dados para a região de Pelotas e Rio Grande para a virada do século XIX para o XX. Para a autora, os estrangeiros tinham peso significativo nas áreas urbanas das duas cidades, nas quais os imigrantes portugueses sempre foram metade dos números totais de estrangeiros para as zonas urbanas de cada uma das referidas cidades, registrando ainda que Rio Grande possuía população rural muito menor. Em Rio Grande, os alemães destacaram-se como grandes comerciantes e empresários, mas a predominância no comércio em geral sempre foi dos portugueses (LONER, 2001, p. 59). Sobre a situação da migração em Rio Grande, os aspectos parecem permanecer ainda durante República Velha:

Quanto à imigração, ela foi apenas urbana, não sobrevivendo nenhuma das acanhadas tentativas de colonização oficial e nem havendo iniciativas

⁴ Jean Roche escreveu o referido livro durante a década de 1950, defendendo o trabalho como tese de doutorado em 1962, na Universidade de Paris V, Sorbonne. O autor pesquisou e reuniu o material durante estada de sua família no Rio Grande do Sul, entre 1945 e 1953. Veja mais informações em Dreher (2014).

particulares. O elemento imigrante constituía-se basicamente de portugueses e italianos, contando também com alemães, espanhóis e orientais, em menor número. Outros contingentes tinham escassa participação, a maioria vindo como contratados para o trabalho nas fábricas. (LONER, 2001, p. 56)

Não queremos dizer que não existisse na região, especialmente em Pelotas, São Lourenço e Camaquã, uma elite migrante oriunda do processo de colonização, isto é, migrantes ou seus filhos que conquistaram espaços centrais na economia local, especialmente aqueles que atuaram como vendedores (SINGER, 1977). Em geral, eram pequenos comerciantes que buscaram, após juntar algum pecúlio, estabelecer-se nas localidades mais urbanizadas das regiões coloniais e, como intermediários oriundos da colonização, garantiram posições de prestígio e representatividade no interior das colônias. Mais uma vez, há outra diferença com relação aos capitais desses grupos alemães. As elites migrantes originadas na colônia devem seu capital, social e financeiro, ao processo de colonização, já as elites imigrantes comerciais das grandes cidades têm seu capital financeiro ligado ao grande comércio e como representantes das grandes empresas, majoritariamente, hamburguesas ou bremenses, e seu capital social derivado da sua capacidade de adaptação no interior de uma rede binacional: entre Alemanha e o local de estabelecimento, que, no nosso estudo, é a cidade de Rio Grande.

O porto de Rio Grande concentrava o transporte de grande escala, que não tinha como ser realizado em Porto Alegre, devido ao calado dos navios ser maior que o permitido pela Laguna dos Patos. Porém, há um problema cronológico aqui. Até a virada do século XIX para o XX, Rio Grande era o centro de todo o comércio importador-exportador, perdendo esse posto para a capital gaúcha somente após a Primeira Grande Guerra (SINGER, 1977). O grande comércio marítimo continuou, entretanto, a ser feito em Rio Grande após esse período, mesmo que o porto local estivesse caracterizado como entreposto comercial frente à nova importância da capital rio-grandense, contudo, o porto ainda continuava sendo referência para o comércio em nível nacional e de ligação com a região do Prata (REINHEINMER, 2010). O porto de Rio Grande foi ainda outra justificativa para a fundação das grandes fábricas alemãs no extremo sul, aliado ao predomínio econômico do eixo Pelotas-

Rio Grande, mesclando a melhor posição e estrutura local, que possibilitaria o transporte e o recebimento do mais moderno maquinário oriundo da Europa, que chegaria pelos navios, intermediado por outros comerciantes estrangeiros.

Roche acredita que os grupos alemães estabelecidos nas grandes cidades do extremo sul do Rio Grande do Sul olhassem mais para a Alemanha do que para o próprio estado do Rio Grande do Sul. Assim, embora possamos concordar que os imigrantes alemães se importassem bastante com o que ocorria em sua terra natal, bem como dependiam economicamente das redes e das condições privilegiadas de negócios, eles também estavam preocupados com as posições e as condições de suas vidas no Brasil, adquirindo práticas locais e ampliando redes alemãs através do Atlântico. Isso significa dizer que o referido grupo estava perfeitamente integrado com a sociedade local, com extensas relações e interesses aliados aos grupos que poderiam proporcionar as melhores oportunidades, em especial, aquelas de caráter econômico. Esse conjunto precisa ser considerado. Esses grupos alemães estavam fortemente aliados aos interesses dos grupos dominantes locais, talvez, por isso, Roche não percebeu que estava aí sua maior influência e inserção na sociedade local. Ao contrário, o autor procura as influências em aspectos mais concretos, como os sinais que busca na arquitetura das cidades da região, que, por sua vez, são reivindicações culturais dos portugueses. Por outro lado, quando Roche escreve tal texto [1950], a situação das cidades de Rio Grande e Pelotas é diferente da que está sendo apontada neste trabalho, bem como a participação das antigas elites imigrantes alemãs não se fazia mais presente. Dessa forma, é preciso considerar o fator tempo na análise dessas conjunturas locais.

É preciso ainda pensar esses grupos de elites a partir de novos conceitos. Geralmente, prefiro tratar as elites imigrantes, como o caso das elites alemãs no extremo sul do país, aqui referidas, como uma mescla entre empreendedorismo e transmigração. Primeiro, porque estamos nos referindo àquele tipo de empreendedorismo que requer a utilização de laços transmigrantes para o sucesso dos negócios. O que, aparentemente, em termos teóricos, parece responder melhor que a ideia de empreendedorismo étnico, como mostrou Zhou (2004, p. 1041 e seguintes) quando apontou que o empreendedorismo étnico ocorre de duas formas,

através das minorias intermediárias e dos enclaves. No primeiro, os empreendedores são aqueles que negociam entre a elite de uma sociedade e as massas, caracterizados por buscar lucro rápido em negócios de pequeno e médio prazo, em empresas de fácil liquidação. Os estudos concentram-se em pequenos nichos de negócios, geralmente, em bairros de minorias pobres, em setores econômicos pouco explorados pelos grupos dominantes na sociedade local. Já o segundo tipo é chamado de enclave, aquele tipo de empresa étnica limitada por trabalhadores co-étnicos e uma estrutura social e espacial co-étnica. O típico empreendimento tem trabalhadores da mesma etnia, em redes sociais migratórias, formando um tipo de enclave autossustentável.

Outra ideia é a de economia étnica (LIGHT, BACHU, KARAGEORGIS 2009), na qual os imigrantes empresários controlam a propriedade dos negócios e a força de trabalho e, assim, a rede de emprego, canalizando membros co-étnicos para suas empresas (ZHOU, 2004, p. 1043). As consequências dessas atividades empresariais podem ser notadas até na segunda geração de empreendedores de uma família de empresários étnicos, que se beneficia sensivelmente. Por outro lado, as redes imigrantes modificam a economia no país de destino, não apenas nos processos de ajuda mútua, mas também possibilitando o desenvolvimento de ganhos aos imigrantes (LIGHT, BACHU, KARAGEORGIS 2009, p. 29-38).

Já a perspectiva do empreendedorismo transnacional, nos termos de Zhou, avança o conceito de empreendedorismo étnico em quatro aspectos. O primeiro, porque mostra que os empresários imigrantes não reagem apenas às desvantagens estruturais que enfrentam nos países de acolhimento, pois procuram novas oportunidades ou nichos de mercado, por exemplo, utilizando as suas competências biculturais e as redes étnicas, por exemplo. Em segundo lugar, o empreendedorismo transnacional não impacta o grupo étnico ou imigrante da mesma forma que impacta indivíduos ou famílias. Em terceiro lugar, mostra que os efeitos dos importantes recursos de capital social são desiguais. E em quarto, que, mesmo existindo negócios no país de acolhida, a vida cotidiana desses imigrantes pode estar fixada no país de acolhimento ou no de origem, sem prejudicar o conjunto teórico (ZHOU, 2004, p. 1059).

O estudo das elites imigrantes de origem alemã no sul do Rio Grande do Sul é, dessa forma, o foco deste trabalho. Estabelecidos na cidade portuária de Rio Grande, comerciantes e empresários de origem alemã construíram uma sólida rede migratória interconectando co-étnicos por toda a região platina. De caráter urbano, tal migração diferencia-se da imigração dirigida para a colonização do sul do país, apresentando aspectos distintos, pois grandes e médios comerciantes mantêm redes de relações com outros grandes comerciantes, nacionais ou estrangeiros, nas principais cidades da região, além disso, possuem sólidos laços com elites locais, o que se consolida com o casamento dos filhos e, conseqüentemente, o ingresso no partido republicano, durante a República Velha, por exemplo. Assim, é preciso compreender as configurações sócio-históricas dessas elites alemãs, bem como buscar entender sua dinâmica a partir de redes transnacionais, especialmente, mas não exclusivamente, desenvolvidas e operadas a partir da dimensão econômica desse processo migratório.

Trajetórias de comerciantes e suas firmas: o caso de Ziegenbein

Em meados de 1843, Jacob Rheingantz desembarcou no porto local. Ele estaria acompanhando a entrega de um pequeno vapor ao seu comprador, um comerciante alemão estabelecido na cidade portuária de Rio Grande, no extremo sul brasileiro. Havia uma relativa quantidade de comerciantes estrangeiros estabelecida nessa cidade, investindo na importação-exportação de mercadorias, como veremos mais à frente. O pequeno vapor comprado nos Estados Unidos seria denominado *Rio-grandense* e faria, além do transporte de passageiros, entregas de mercadorias por toda a extensão da Laguna dos Patos. Embora os negócios não estivessem em boa fase, devido à Guerra dos Farrapos (1835-1845), a cidade portuária mantinha suas atividades comerciais.

O comprador da embarcação era Friedrich Wilhelm Ziegenbein,⁵ que, a partir de agora, será tratado apenas por Guilherme Ziegenbein, natural de Bockenem, cidade localizada no distrito de Hildesheim, estado de Baixa Saxônia, centro da atual Alemanha. De religião luterana, nascido em 17 de maio de 1809, morava no Brasil desde pelo menos 1836.⁶ Não encontramos informações sobre como Ziegenbein chegou ao Brasil, apenas podemos comprovar que mantinha uma casa de negócios em Rio Grande, a qual abriu uma filial em Pelotas, depois de 1846. Casado desde 1837, com Joana Hillert Martin, viúva do Barão von Fella,⁷ ele batizou seus três filhos na Igreja Católica, conforme pode ser visto no Quadro 1 a seguir. Dois dos filhos tiveram por padrinhos moradores locais, já a filha mais nova teve por padrinhos J. Metzler, um comerciante natural de Bremen, e a Senhora Thonsen, esposa de Cristiano Thonsen, sócio de uma importante casa comercial de Rio Grande. Embora Cristiano e Florentina Thonsen tivessem nascido em Hamburgo, casaram-se em Rio Grande.

⁵ Não podemos afirmar se o vapor havia sido comprado por Ziegenbein para sua própria empresa, para uma firma que ele representava ou ainda para um grupo de investidores da cidade. De fato, alguns anos mais tarde, o *Vaporzinho rio-grandense* tornou-se propriedade de um grupo de investidores que dividiu a embarcação em várias partes, como cotas, formando o total de 24 ações. Consultando os registros de compra e venda de Rio Grande, encontramos transações entre alguns comerciantes, especialmente, para a década de 1850 e, assim, constatamos que, entre seus donos, estavam: Antônio da Silva Machado, que vendeu sua parte para Francisco Bento; o major João Augusto Penedo, que, mais tarde, venderia suas ações ao Major José da Silva Jr. que, por sua vez, juntou 16 ações da embarcação, vendendo-as ao Coronel Thomaz José de Campos, um dos maiores capitalistas da cidade, que já havia sido proprietário de inúmeras embarcações, tais como o *Continentista* e o *Charrua*. Veja, entre outros: *Escritura de venda que faz o Major José da Silva Junior, por seu procurador, ao Coronel Thomaz José de Campos da parte que tem no Vapor Rio Grandense, pela quantia de 12:000\$000 reis, como abaixo se declara*. APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 25, fl. 163. Veja também Rheingantz (1941).

⁶ Processo de requisição de cidadania de Friedrich Wilhelm Ziegenbein, em 09 jun. 1856. Staatsarchiv Hamburg. 332-7. B. I. Staatsangehörigkeitsaufsicht. a)1856/nº 861.

⁷ Sobre o barão von Fella, veja Rheingantz (1941).

Quadro 1 – Padrinhos de batismo para filhos de Ziegenbein

Nome	Data de batismo	Padrinhos	Perfil dos padrinhos
Henrique Francisco	11.07.1841	Francisco Affonso dos Santos e sua esposa Belarmina Joaquina dos Santos	Moradores locais
Anna Guilhermina	15.03.1841	Estanislao José de Freitas e Ana de Freitas	Moradores locais
Guilhermina Dorotéia	10.07.1848	Jorge F. Metzler e Florentina Thonsen	Ele era de Bremen, comerciante em Rio Grande, ela era de Hamburgo, esposa de C. Thonsen, grande comerciante em Rio Grande.

Fonte: Batismos da Matriz de São Pedro do Rio Grande. Livro 13 (1838-1841), p. 142v e livro 14 (1839-1851), p. 191v.

Nota: os registros das meninas foram lavrados na mesma página, com a data de batismo diferente.

Ao longo desta pesquisa, encontramos, em registros católicos, alguns estrangeiros que, na sua localidade de origem, professavam a religião protestante.⁸ Em trabalho anterior (BOSENBECKER, 2020), já mencionamos alguns grupos alemães que registraram filhos na religião católica na colônia São Lourenço, embora, na terra natal, fossem protestantes. Como não foi foco desta pesquisa analisar os comerciantes que mantiveram ou não tal prática, apenas podemos avaliar a conversão para os membros familiares aqui tratados. A princípio, tais registros podem ter razões mais simples, como a falta de outro tipo de registro no país, a falta de pastores, diferentes concepções religiosas, entre outros fatores. Assim, no começo da pesquisa, tratamos a questão como um problema geral do estabelecimento de imigrantes na região sul brasileira. Todavia, há um aspecto simbólico que precisa ser discutido. Para elites imigrantes, caso dos comerciantes aqui tratados, a conversão religiosa ou reconversão é aspecto relevante no processo de adaptação no país de destino, diminuindo estranhamentos e auxiliando na inserção dos recém-chegados em um grupo estabelecido e bastante coeso. Para

⁸ Outro exemplo de comerciantes alemães e evangélicos que registram filhos na religião católica, para registros da época, foi Carlos Júlio Bernardo Westendorff, de religião luterana, que batizou dois filhos, Carlos Júlio e José Júlio, em 1854 e 1856, respectivamente. Livro 15 de batismos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, p. 100 e 141.

Guilherme Ziegenbein, incorporar práticas, inclusive religiosas, comuns aos habitantes locais, era importante para integrá-lo como comerciante *bem estabelecido* na região. Ao que tudo indica, a adoção de algumas práticas comuns entre os grandes comerciantes estrangeiros também foi uma estratégia utilizada pela família Rheingantz para sua inserção nesse grupo.

A família Rheingantz, no Brasil, sempre foi um grupo católico, não há margem para dúvidas. Estudos preliminares (BOSENBECKER, 2020) mostraram que a família, em sua primeira geração, especialmente, Jacob Rheingantz, não tinha muita participação em eventos de caráter religioso e quase não existem afiliados dos Rheingantz nesse período, o que difere consideravelmente de famílias abastadas brasileiras, seja de comerciantes, seja de fazendeiros. Consideramos, naquele momento, que apadrinhamentos e fatores religiosos não eram aspectos relevantes para as relações da família. Durante o processo de conferência de dados, durante a minha pesquisa de doutorado, não encontramos informações sobre a família nos livros de registros católicos alemães. Contudo, e praticamente ao acaso, descobrimos que toda a família Rheingantz na Alemanha era evangélica, inclusive Jacob Rheingantz e seus irmãos foram batizados de tal forma.⁹ Na genealogia da família (RHEINGANTZ, 1941), não consta a opção religiosa dos membros ao longo do tempo, excetuando uma única referência a um aspecto religioso: a existência de um antepassado presbítero e magistrado. Tal informação não é suficiente para elaborar sequer um esboço sobre as práticas familiares na antiga Prússia, até porque tanto Rheingantz quanto Ziegenbein parecem manter a religião protestante quando retornam à Alemanha.

A chegada da família ao Brasil revelou a adoção de práticas religiosas diferentes. Um dos processos mais interessantes é do irmão de Jacob, chamado

⁹ O primeiro dado suspeito foi encontrado, ou melhor, não foi encontrado no livro de famílias católicas de Sponheim: KARBACH, Franz, Josef; SCHMIEDEN, Josef, FINZEL, Hans. *Katholisches Familienbuch Pfarrei Sponheim (1683-1892)*. Köln: Westdeutsche Gesellschaft für Familienkund e. V., 1999. A família foi encontrada nos registros da comunidade evangélica da referida cidade: SCHAUSS, Erich. *Familienbuch der evangelischen Gemeinde Sponheim (1814-1885)*. Teil 1. Burg Sponheim: Freudeskreis der Burg Sponheim e. V., 2008, p. 107-108. Outra informação complementar e importante é que os Rheingantz de Sponheim são uma família relativamente pequena. O avô de Jacob Rheingantz migrou para Sponheim, provavelmente, por conta do seu casamento com Anna Gertrudes Klitz, que tinha maior ramo familiar na localidade. O núcleo maior da família Rheingantz permaneceu em Rheinböllen. Veja: FRAUENBERGER, Michael. *Gemeinsames Familienbuch der reformierten Pfarreien Rheinböllen 1700-1798 und Ellern 1744-1798*. Boppard: [edição do autor], 1995.

Guilherme, que chegou ao Brasil, com a esposa, em 1857. Guilherme e a esposa casaram-se civilmente na Alemanha, pois ele era evangélico e ela era católica. Quando o primeiro filho do casal nasceu, o padre católico batizou o menino como sendo filho de mãe solteira, sem o nome de Guilherme no registro. O casal optou por realizar o casamento na religião evangélica, antes de emigrar para a América. Porém, após a chegada ao Brasil, o casal seguiu no rito católico. O grupo da família Rheingantz aqui citado, na sua origem na Alemanha, pertencia à Igreja Evangélica Reformada.¹⁰

De fato, viver como grande comerciante em Rio Grande requeria algum conhecimento dos códigos específicos do grupo. O fato de ser estrangeiro não tornava os comerciantes *estranhos* perante os nacionais, pois a adoção de algumas práticas locais parece ter auxiliado na inserção dos recém-chegados, construindo um modo de vida bastante similar entre os membros do grupo. Ziegenbein, por exemplo, aprendeu muitas dessas práticas e, provavelmente, ensinou Jacob Rheingantz a conviver com os outros membros, como um igual. A incorporação de práticas comuns aos grandes comerciantes estabelecidos na região, estrangeiros ou brasileiros, foi fator decisivo para a inserção da família aqui pesquisada na sociedade local, uma vez que a família foi introduzida na rede desses comerciantes *bem estabelecidos*. Resta definir o que é ser um comerciante estrangeiro bem estabelecido no extremo sul brasileiro. Tomaremos mais uma vez o exemplo de Ziegenbein.

Ziegenbein integrava um grupo de grandes comerciantes. Ele manteve uma casa especializada em importação-exportação e, provavelmente, representava uma grande empresa internacional do ramo. Suas atividades apenas podem ser mapeadas para o fim da década de 1840 e início dos anos 1850 e restringem-se ao envio de produtos, na maioria das vezes, para Hamburgo, e na recepção e distribuição de materiais industrializados ou processados para o extremo sul brasileiro. Possivelmente, suas atividades em anos anteriores não divergiam das que

¹⁰ Reformados e luteranos são grupos religiosos oriundos da Reforma da Igreja Cristã. Martin Lutero deu origem ao grupo de evangélicos luteranos. Já os reformados aqui citados foram o grupo de evangélicos que seguiram as correntes do suíço Huldrych Zwingli (Ulrico Zuínglio) e do francês João Calvino. Os reformados são mais conhecidos como calvinistas.

ele realizava à época. Os produtos exportados eram, principalmente, couros secos e sebo para velas. Chama a atenção um carregamento despachado no brigue¹¹ *Arminius*, de Bremen, com destino a Falmouth (cidade e porto na região sudoeste do Reino Unido), com mil couros secos de novilho,¹² mas, em geral, os carregamentos parecem ter sido menores, entre 100 e 200 couros por remessa. Entre os produtos importados pela casa da Rua da Praia, nº 138, estavam: veneno, tintas de diversas qualidades, sal, compotas, fitas de seda, fazendas, casimiras, xales e tecidos em geral.¹³

No início da década de 1850, Ziegenbein cruzou a Europa inúmeras vezes: em 1850, visitou sua cidade natal; em 1852 foi à Bélgica, e em 1853, quando passou por Aachen; no ano seguinte, viajou a Berlin e Oberfalzbrum, e garantiu mais viagens com visto no Consulado Geral brasileiro em Hamburgo para a Alemanha e para Áustria. Em 1855, foi até Salzbrum e Paris e, no ano seguinte, encaminhou o pedido de cidadania na Cidade Livre de Hamburgo,¹⁴ onde já mantinha uma casa desde 1850, na Alsterdamm, nº 6, e onde passaria a residir com sua esposa e suas filhas. A escolha pela cidade hanseática deveu-se, em um primeiro momento, às ligações comerciais e pessoais estabelecidas por Ziegenbein com os hamburgueses e, em um segundo momento, à conjuntura apresentada pela cidade livre, nessa época final da *Liga Alemã* (1815-1866), como mostra Sylvia Ewel Lenz:

Diferente dos governos estatais, em que o poder coercitivo garante a soberania externa e a supremacia interna, os micro Estados, como as cidades hanseáticas, não dispunham de forças armadas. Acordos diplomáticos lhes concederam a neutralidade política, sem a interrupção de navegação e comércio, mesmo em tempos belicosos. Às potências interessava, por meio dessas cidades portuárias, garantir o fluxo de bens e mercadorias na Europa, defendendo-as contra

¹¹ Veleiro com dois mastros, muito utilizado para fins comerciais.

¹² Expediente d'Alfandega. Despachos d'exportação no dia 1. In: *O Rio Grandense*, Rio Grande, ano VI, nº 571, p. 3, 05 fev. 1851.

¹³ As informações aqui foram recolhidas na seção Expediente da Alfândega, importações e exportações, trazidas pelo jornal *O Rio-Grandense*, em edições do final de 1849 e meados de 1851.

¹⁴ Há uma cópia do último passaporte de Ziegenbein e de outros documentos no processo. No pedido de cidadania, Ziegenbein incluiu os filhos e a enteada, Maria Carolina. Confira: Processo de requisição de cidadania de Friedrich Wilhelm Ziegenbein, em 09 jun. 1856. Staatsarchiv Hamburg. 332-7. B. I. Staatsangehörigkeitsaufsicht. a)1856/nº 861.

quaisquer intervenções externas. A condição social desses cidadãos, por sua vez, diferia da situação dos demais súbitos de principados alemães ou das monarquias europeias (LENZ, 2008, p. 58).

Além da cidadania, os habitantes das cidades livres tinham mais mobilidade social e liberdade comercial e religiosa, o que se refletia nas escolhas matrimoniais, por exemplo, em comparação com os outros estados da *Liga*.¹⁵ As filhas de Ziegenbein estabeleceram-se definitivamente em Hamburgo, onde casaram e constituíram suas famílias. Não há informações sobre possíveis atividades delas no Brasil, diferentemente do que ocorre com o filho, Henrique Francisco, que começou suas atividades comerciais em Rio Grande. Pelas nossas pesquisas, Henrique Francisco somente teria deixado o Brasil alguns anos mais tarde, pois encontramos uma firma de Henrique Francisco e de Albert Reinhold, datada de 1880, em Hamburgo, especializada na importação de charutos de Havana para Hamburgo.¹⁶

Ainda no início da década de 1850, existiam alguns importadores e exportadores estabelecidos no porto de Rio Grande, muitos dos quais eram representantes de empresas internacionais ou de grandes comércios regionais. Há algumas rotas bem estabelecidas, como de Rio Grande ao Rio de Janeiro, a Pernambuco e ao Rio da Prata, porém, os produtos transportados parecem variar bastante entre as próprias casas comerciais, predominando as exportações de charque, couros e sebo. Embora não seja possível caracterizar a frequência de tais viagens, até porque não é nosso objetivo aqui, podemos citar alguns desses comerciantes ou transportadores. Começamos com *A. Hugentobler*, que era o agente responsável pelo transporte de mercadorias entre Rio Grande e Estados Unidos, especialmente pela importação de tecidos, mas também encontramos outros produtos, como pregos, por exemplo. Outras firmas com negociantes estrangeiros

¹⁵ Veja discussão em Lenz (2008, p. 75 – 78).

¹⁶ Acreditamos que o Henrique Francisco dessa firma é o filho de Guilherme Ziegenbein, especialmente, porque seu nome está escrito e assinado “em português” e consta sua anterior ocupação em Rio Grande, no Brasil, diferentemente do nome do sócio, nomeado “em alemão”, Georg Heinrich Christian Albert Reinhold. A firma funcionou até 1929, nas mãos de Alberto Reinhold. Henrique Francisco deixou o negócio, em 1886, e faleceu em Hamburgo, em 1918. Conforme: Staatsarchiv Hamburg. Handelregister B19069. Firmenwesen. Acta betreffend den Firmer Ziegenbein & Reinhold. Angefangen den 3. Mai 1880.

eram *Calcagno Milford e Cia*, *Lind e Cia*, *P. Blandin*, *Law Irmãos e Cia*, *Holland Daveis e Cia*. Entre os luso-brasileiros, estavam: A. J. M. Madureira, J. A. F. de Souza, J. da Costa Pinto, M. da Costa Bezerra, P. F. Nunes, J. P. de Souza e J. D. de Azevedo, Paiva e Vianna, J. G. Gastão, entre muitos outros, que importavam tecidos, frutas, compotas, venenos, tintas etc.

A cidade portuária de Rio Grande concentrava, portanto, as atividades comerciais e as empresas de importação-exportação de vários países (veja, por exemplo, TORRES, 2010). No que se refere aos imigrantes alemães que tratamos aqui, ou seja, aos comerciantes de médio a grande porte originados das cidades hanseáticas ou representantes de empresas lá sediadas, caso do próprio Ziegenbein, seu papel foi significativo. Essa posição, duramente conquistada, envolvia uma nova diretriz política dos governantes da Liga Alemã e das estratégias dos empresários e dos comerciantes das cidades mais importantes, como Hamburgo e Bremen, para firmar relações com o Brasil e aproveitar as oportunidades comerciais com a nação, como mostrou Lenz (2008, p. 82):

O comércio alemão no Brasil oitocentista raramente é mencionado pelos historiadores. Apesar de ter ficado à sombra do atacadista inglês, do varejista francês e dos secos e molhados dos luso-brasileiros, os negociantes alemães tiveram uma intensa atuação no mercado daqui, dedicaram-se à exportação de açúcar e café, drogas do sertão e matérias-primas, além de outros produtos. Já da Alemanha, importaram linhos e tecidos, móveis e pianos, ferramentas e brinquedos de Nuremberg, o que fomentou a produção manufatureira e depois, industrial, em algumas regiões da Liga Alemã. De um lado, conquistaram, gradualmente, o mercado brasileiro para os seus produtos, tornando-se uma alternativa aos ingleses e franceses; do outro, a importação de bens brasileiros, após os tratados de 1827, criou um mercado promissor na Alemanha...

Precisamos, ainda, pensar as empresas de navegação que envolveram imigrantes ou estavam relacionadas ao processo de colonização em geral. Conforme mostrou Dalva Reinheinmer (2010), o comércio e o transporte de mercadorias foram um lucrativo negócio, responsável pelo desenvolvimento econômico das regiões coloniais mais importantes do Rio Grande do Sul, com impacto direto na economia

da capital, Porto Alegre. Embora a autora não use esses termos, é possível perceber um setor de investimento para os comerciantes mais abastados e a formação de uma rede comercial com vistas à exploração das linhas, bem como a formação de sociedades para investimentos maiores, ligados aos grandes comerciantes. Esse processo também envolveu as decisões centrais da política econômica do governo estadual para o período.¹⁷ Contudo, há diferenças substanciais entre o estudo da autora e o quadro aqui desenhado. Primeiramente, o período de pesquisa da autora é bastante posterior, começando com o início do período republicano. Em segundo lugar, a Laguna dos Patos sempre ofereceu boas possibilidades de exploração aos comerciantes, com investimentos mais baixos em comparação aos realizados na região colonial do norte do Rio Grande do Sul. O transporte e o comércio pela Laguna dos Patos foram aproveitados pelo próprio Ziegenbein e, depois, por Rheingantz. Em terceiro, as redes comerciais de grandes comerciantes estrangeiros, especialmente alemães e ingleses, em Rio Grande, fazem parte de um quadro mais amplo da atividade comercial marítima de meados do século XIX.

A Casa Ziegenbein, na Rua da Praia, em Rio Grande, foi construída, ao que tudo indica, pelo próprio Ziegenbein em dois terrenos que havia comprado entre em dezembro de 1844 e novembro de 1845.¹⁸ O primeiro foi comprado de Francisco Vieira Braga, contendo oito braças de frente e 28 ou 29 de fundo, já o segundo era de

¹⁷ Para o que tratamos aqui, empresas de navegação e sua relação com imigrantes alemães, em especial, veja o terceiro capítulo de Reinheimer (2010): "A navegação fluvial e a atuação da iniciativa privada: organização das empresas e as viagens para o transporte de cargas e passageiros (1899-1920)", no qual a autora trata das empresas de navegação que foram criadas e, embora não use propriamente esses termos, das redes de grandes comerciantes locais, formadas com a exploração comercial da produção colonial na região de colonização no norte do Rio Grande do Sul e de suas ligações com Porto Alegre. Talvez fosse mais apropriado compararmos aqui outra situação com a obra da autora, por exemplo, a criação das casas de exportação de produtos coloniais em São Lourenço, após a saída de Rheingantz do setor, e a formação de empresas e companhias de navegação dos comerciantes pequenos e médios, e até os grandes comerciantes da Região Sul, buscando exploração da produção entre colônia e cidades como Pelotas e Rio Grande. Alguns dados podem ser obtidos em Costa (1999), autor que também lista e descreve as principais embarcações e comerciantes, embora não se trate de um estudo específico sobre comércio.

¹⁸ *Escritura de venda de um terreno na rua da Praia, d'esta cidade, que fazem Francisco Vieira Braga e sua mulher a Frederico Guilherme Ziegenbein, por 3:000\$000, moeda corrente.* APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 18, fl. 43 a 44, em 19 dez. 1844; *Escritura de ratificação de venda de uma casa, n'esta cidade, que faz Joaquim Ferreira Brandão, como procurador de Antônio José Teixeira e sua mulher a Frederico Guilherme Ziegenbein, como abaixo se declara.* APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 18, fl. 93 e seguintes, em 08 nov. 1845.

uma casa de frente norte, com fundos ao sul a meia quadra, comprada de Antônio José Teixeira, em fevereiro de 1845, por meio de documento particular, apenas registrado em novembro. Esses dois terrenos não parecem ser limítrofes. Vinte anos depois, Ziegenbein vendeu uma morada de casas de sobrado, na Rua da Praia, com fundos ao sul a meia quadra. Apesar de a descrição da casa ser muito maior do que os registros da década 1840, acreditamos que ela foi construída no terreno comprado de Antônio José Teixeira, em 1845. Em 1865, Ziegenbein já havia se mudado para Hamburgo com a mulher e as filhas, deixando procurações para algumas pessoas na cidade de Rio Grande, entre as quais estava Antônio José de Azevedo Machado.¹⁹

Em 1867, o testamenteiro de Ziegenbein (falecido um ano antes), Carl Heinrich Laeisz, por meio do procurador Azevedo Machado, vendeu um grande armazém, localizado na Rua Pedro II, para Joaquim Gomes Campos.²⁰ Esse armazém tinha sido construído em um terreno comprado de Francisco Vieira Braga e estava situado na esquina com a Rua do Barroso, com sete portas na sua frente norte. Em 1845, o terreno comprado de Vieira Braga tinha, como vizinho, pelo lado oeste, João Nicolau Bosse, que vendeu o terreno em 18 de janeiro do mesmo ano para Jorge Frederico Metzler, comerciante de Bremen, também bem estabelecido em Rio Grande.²¹ No registro da venda realizado pelo testamenteiro em 1867, consta um documento, assinado por Metzler, sobre a divisão entre o terreno de sua propriedade e o

¹⁹ *Escritura de venda, que fazem Frederico Guilherme Ziegenbein e sua mulher, a Joaquim Gomes Campos, de uma morada de casas de sobrado, com dois andares situada na Rua da Praia desta Cidade, pela quantia de 16:000\$000 reis, como abaixo se declara.* APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 28, fl. 120v e 121, em 18 abr. 1865. A procuração datava de 1861. Acreditamos que o Antônio José de Azevedo Machado citado na escritura seria o futuro barão de Azevedo Machado, que recebeu o título em 1885, falecendo em 1891.

²⁰ *Escritura de venda, que faz Carl Heinrich Laeitz, na qualidade de testamenteiro do falecido Frederico Guilherme Ziegenbein, a Antônio José de Azevedo machado, digo a Joaquim Gomes Campos, pela quantia de 16:000\$000 reis, como abaixo se declara.* APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 30, fl. 5v e 6, em 13 set. 1867. O nome Laeisz aparece grafado equivocadamente como Laeitz no final, mas, conforme a pronúncia do próprio sobrenome, podemos entender ser Laeisz. Carl Laeisz (1828-1901) era filho de Ferdinand Laeisz, proprietário da F. Laeisz, uma das mais importantes empresas hamburguesas de transporte e comércio marítimo, como veremos mais à frente.

²¹ Jorge Frederico ou George Friedrich Metzler casou-se em Rio Grande, em 1853, com Theresa Eulália de Oliveira, filha de Justino José de Oliveira, também homem de negócios em Rio Grande. Veja: *Escritura de venda de um terreno nesta cidade que faz João Nicolau Bosse a Jorge F. Metzler por 1:600\$000 reis.* APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Transmissões/Notas, nº 18, fl. 44 e seguinte, em 18 jan. 1845. E *Registro de Casamento de George Frederico Metzler.* Livro 13 de batismos-casamentos-óbitos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, p. 46v.

pertencente a Ziegenbein, envolvendo um cerca de taboas. Nessa época, Metzler já havia vendido o seu terreno para José Pereira da Cunha. Em outras palavras, o terreno do armazém da Rua Pedro II é o mesmo da Rua da Praia de 1845 e todos os lindeiros aqui citados são grandes comerciantes na cidade.

Os dados apresentados até o momento, incluindo diversos perfis de comerciantes estabelecidos em Rio Grande, a descrição dos membros familiares próximos e a descrição das principais relações comerciais dos imigrantes a partir de Ziegenbein, mostram o funcionamento da rede comercial que seria utilizada por Rheingantz para construir seus negócios. O papel dessas redes em empreendimentos econômicos assume, dessa forma, uma importância central, como demonstra Portes (1995, p. 8, tradução nossa²²):

As redes sociais estão entre os tipos mais importantes de estruturas em que as transações econômicas estão incorporadas. Estes são conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. As redes são importantes na vida econômica porque são fontes de aquisição de meios escassos, como capital e informação, e porque impõem simultaneamente restrições efetivas à busca irrestrita de ganho pessoal.

Apesar disso, essas redes sociais desempenham outro importante papel na instalação de novos imigrantes. Foi o que ocorreu com Jacob Rheingantz, que, ao chegar ao Brasil, foi acolhido pela rede de comerciantes alemães bem estabelecidos na cidade de Rio Grande, ingressando em um espaço social que contribuiu sensivelmente para que pudesse desenvolver seus projetos econômicos. Em termos teóricos, a ideia de imbricação (*embeddedness*) busca explicar a situação a partir da análise de que, em tais conjunturas, existe um contexto social no qual os grupos imigrantes estão "embebidos" e, assim, podem influenciar e afetar as ações

²² Texto original: "Social networks are among the most important types of structures in which economic transactions are embedded. These are sets of recurrent associations between groups of people linked by occupational, familial, cultural, or affective ties. Networks are important in economic life because they are sources for the acquisition of scarce means, such as capital and information, and because they simultaneously impose effective constraints on the unrestricted pursuit of personal gain".

econômicas (PORTES; GUARNIZO; HALLER, 2002). Neste sentido, a literatura existente sobre empreendedorismo imigrante demonstra que a formação inicial na firma de um conterrâneo, de um co-étnico, mesmo como etapa de aprendizado ou como estágio, marca o início da carreira de muitos empresários imigrantes em países de acolhimento.

Como podemos constatar, Ziegenbein foi um comerciante bem estabelecido na cidade de Rio Grande, ao menos até a primeira metade da década de 1850. Durante pelo menos 20 anos, ele estava instalado como qualquer outro grande comerciante da época, com grande armazém, casa central na cidade e embarcações próprias para transporte e negócios ou transações de grande volume. No entanto, Ziegenbein incorporava outros aspectos locais ao seu cotidiano, como, por exemplo, falava e escrevia em português e assinava em português *Frederico Guilh.^{me} Ziegenbein*, com o nome *Guilherme* abreviado como comumente encontra-se em livros de registros da época.

Ele também incorporou outras práticas locais mantidas por grandes comerciantes, inclusive a compra de escravos para trabalhar nos armazéns. Encontramos três pessoas escravizadas, denominados Antônio, Júlia e Pedro, alforriados entre 1860 e 1862, em nome do casal Ziegenbein. As cartas de alforria de Júlia e Antônio foram assinadas por Henrique Francisco (que assinou Heinrich Franz Ziegenbein), já que o casal Ziegenbein morava em Hamburgo à época. Júlia foi alforriada em atenção aos serviços prestados e Antônio precisaria entregar noventa e seis mil réis (96\$000) no prazo de um ano para ser considerado livre. Já Pedro, de 18 anos, comprou sua alforria por um conto de réis (1:000\$000) do casal Ziegenbein e do casal Rheingantz, em 17 de maio de 1862.²³ Em outros termos, o casal Rheingantz aprendia as novas práticas necessárias para o bom estabelecimento na rede de comércio.

²³ Lançamento da Carta de liberdade da preta Julia, de nação Moçambique; Lançamento da Carta de liberdade do preto Antônio, nação Moçambique, e Lançamento de Carta de liberdade do africano Pedro. APERS. Município de Rio Grande. 2º Tabelionato. Livro Notarial de Registros Diversos, nº 23, fl. 9 e 9v, e 78v, respectivamente.

Elites imigrantes e seus negócios: o banqueiro Krannichfeldt

Talvez uma das mais importantes características das elites imigrantes alemãs estabelecidas em Rio Grande e, assim, em todo o sul do Rio Grande do Sul, seja sua capacidade de ramificação na sociedade local. O representante que mais destaca essa peculiaridade parece-nos ser o banqueiro hamburguês Frederico Ernesto Krannichfeldt ou Friedrich Ernest, em alemão. Renomado comerciante, atuou como banqueiro e teve centralidade na vida comercial da cidade na década de 1860, quando foi presidente da praça do comércio e cônsul da Dinamarca, como veremos.

Friedrich Ernst Krannichfeldt era natural de Hamburgo, mas descendia dos nobres Krannichfeld de Erfurt, na Turíngia. Casado, radicou-se no Rio Grande do Sul, provavelmente, na primeira metade da década de 1850. Nesta cidade teve seus dois filhos. A família manteve as características de radicar-se na igreja católica da cidade e trocar apadrinhamentos com grandes comerciantes locais de origem alemã da região, também manteve a grande casa comercial na rua Pedro II, e, como já mencionamos anteriormente, os laços com Hamburgo estavam assegurados, até porque Krannichfeldt permaneceu sócio de uma casa comercial na referida cidade hanseática, mantendo viagens regularmente ao velho continente. Contudo, suas alianças com outros comerciantes locais iam além das já abordadas no caso de outros comerciantes alemães.

Não foi possível determinar quando Krannichfeldt chegou a Rio Grande, mas sua primeira posição na cidade foi ocupada em agosto de 1855, quando foi reconhecido pelo governo provincial como cônsul da Dinamarca na cidade do Rio Grande. Pode parecer estranho, em um primeiro momento, que um indivíduo de origem alemã, com forte presença na sua cidade natal, Hamburgo, seja cônsul de outra nação, mas, em meados do século XIX, essa foi a regra, não a exceção. Como Krannichfeldt, encontramos outros comerciantes importantes, muitos deles alemães, que tiveram cargos como representantes diplomáticos, com cartas de nomeação aceitas pelo governo provincial.²⁴ Alguns representantes consulares chegaram a

²⁴ Confira: *Matrícula dos cônsules e vice cônsules*. AHRS. Consulados e Legações. CN, cx. 14, maço 27.

ocupar mais de um posto consular, de diferentes países, por exemplo, Antônio da Silva Ferreira Tigre, cidadão português, foi vice-cônsul de Portugal, mas ocupou interinamente, também como vice-cônsul, o consulado da Itália. Grandes comerciantes brasileiros também ocupavam postos nas representações estrangeiras, como Antônio Martins de Freitas Junior, Miguel Tito de Sá (futuro sogro de Carlos Guilherme Rheingantz, fundador da Rheingantz & Cia, depois Companhia União Fabril), Zeferino Alves de Azambuja ou Eufrásio Lopes de Araújo (futuro sogro do importante comerciante inglês Georg W. Lawson). Esses cidadãos brasileiros, que já ocupavam vários cargos nas instituições brasileiras, representaram Hamburgo, Lübeck, Espanha e o Grão Ducado do Hesse, respectivamente.

Esse é outro ponto importante para entender o papel dos alemães na região. Como a unificação alemã ocorreu apenas em 1871, durante boa parte do período aqui estudado, que é o do Segundo Reinado brasileiro, uma série de pequenos Estados germânicos ou cidades livres tinha representações diplomáticas em Rio Grande e em Porto Alegre, e ocasionalmente apareciam cônsules em Pelotas, caso do consulado francês e da família Pradel, grandes comerciantes que estavam estabelecidos em Pelotas, embora com inúmeros negócios em Rio Grande. Em Rio Grande, com relação aos Estados germânicos, possuíam representação na cidade: Baviera, Hesse, Bremen, Hamburgo e Lübeck, além da própria Prússia. Por outro lado, havia alemães como representantes consulares de países como Rússia, caso de Hermann Bojunga; da Suécia, representada por Hermann Meyer; e da própria Dinamarca, que teve Krannichfeldt no posto até seu falecimento em 1869. A situação repete-se em Porto Alegre, onde a família Fraeb, comerciantes de origem alemã no estado, teve postos consulares ocupados na representação de Hamburgo e dos Países Baixos, em diferentes momentos da segunda metade do XIX. Alguns ficavam pouco tempo nos cargos, mas outros chegaram a ficar duas décadas no posto consular.

Além de cônsul e vice-cônsul, havia agentes consulares e encarregados, com grande circulação de pessoas e uma complexa hierarquia. Assim, circulavam entre posições consulares, que politicamente necessitam certo capital, seja ele social ou financeiro, uma vez que alguns cargos de representação diplomática exigiam que o ocupante da vaga garantisse certas posses para “representar” o consulado, que, em geral, era no próprio escritório do candidato a cônsul ou vice-cônsul. Há certa

habilidade desses homens de negócios em alcançar alguns postos, pois, como grandes comerciantes ou ricos comerciantes, dividem algumas posições na sociedade local. Como já mostramos anteriormente (BOSENBECKER, 2017), no conceito de transmigração, não há uma transposição de uma comunidade na origem para o país de destino, ou seja, a comunidade imigrante no local de acolhimento não é uma extensão da comunidade anterior à migração. Estamos tratando de outra forma de migração, na qual é criado um novo espaço social, que chamamos de plurilocal, em que determinadas práticas sociais, sistemas simbólicos e a cultura material ou imaterial dos migrantes são ativadas ou adaptadas (PRIES, 2001, p. 51). É, neste sentido, que esses grupos imigrantes parecem mover-se ultrapassando as fronteiras de Estados-nações e até das sociedades nacionais.

Um dos primeiros negócios de Krannichfeldt foi uma casa comercial especializada no comércio de fazendas secas e molhadas por atacado na cidade, que foi matriculada em maio de 1861, mas que, em julho de 1862, ganharia um sócio e aumentaria o seu capital para mais de 82 contos de reis. O sócio da Krannichfeldt & Companhia era J. K. Lucheinger, como grafou o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, mas, provavelmente, trate-se de João Rodolfo Luchsinger, que aparece ainda como cônsul da Suíça e, na ausência de Krannichfeldt, cônsul interino da Dinamarca. Contudo, seu principal negócio era uma sociedade bancária denominada Duarte Souza Krannichfeldt e Companhia²⁵, a partir de um contrato assinado em 05 de fevereiro de 1860 e registrado no Tribunal do Comércio em março do mesmo ano, com capital social de 800 contos de reis, e com suas primeiras operações em julho do mesmo ano. A sociedade era uma sociedade comanditária, na qual três sócios, sendo dois deles portugueses, dividiam a responsabilidade social e irrestrita do empreendimento como sócios solidários. A empresa estava dividida da seguinte forma: o primeiro sócio era José Joaquim Duarte Souza, que tinha o capital de 40 contos de reis e era o caixa gerente, Krannichfeldt, com 30 contos de reis, e Manoel

²⁵ Todas as informações, a seguir, são oriundas de um traslado, isto é, uma cópia do processo original feita pelo escrivão, em geral, a pedido de uma das partes. Nesse caso, constam apenas os depoimentos das testemunhas, relatórios do Curador fiscal e alguns requerimentos. Infelizmente, apenas recentemente foi possível encontrar o processo original e completo, que ainda não foi transcrito. Conforme: Processo de falência da sociedade bancária Duarte Souza Krannichfeldt e Companhia. APERS. Processo Judicial/falência, n. 115, cx 04.5416, ano de 1869.

Marques das Neves Lobo, também comerciante português, com 30 contos, e mais uma diversidade de sócios comanditários (sem responsabilidade legal) que integralizaram 700 contos de reis na casa bancária.

Aqui podemos observar que as alianças entre grandes comerciantes e investidores não dependiam das suas nacionalidades, pelo menos não enquanto tratamos da elite imigrante. Krannichfeldt auxilia-nos a entender que era viável a constituição de sociedades entre grandes comerciantes alemães e portugueses, que dominavam o setor comercial local, da mesma forma que foi possível a um imigrante alemão ser presidente da praça de comércio. Expresso em outros termos, o exemplo do banqueiro aqui apresentado mostra-nos que as elites imigrantes possuem uma rede diferenciada, na qual, além das conexões com os membros da rede migratória, é possível que alguns de seus integrantes, pela notoriedade e pela própria posição no interior da rede, transitem mais facilmente entre grupos de elite ou outras redes, comerciais ou "étnicas". Isso não é possível para todos os imigrantes, evidentemente, como já evidenciou Portes (2004), quando menciona que relações envolvendo empreendedores com habilidades transnacionais são exceções no processo migratório, geralmente, se tratando de homens com maior educação, família extensa e rede consolidada. Por transacionais, aqui, entendemos aqueles indivíduos com capacidade para participar de redes em mais de um país, estando bem adaptados na sociedade de acolhida, com conexões e algum tipo de participação ou influência em seu país de origem.

Aos poucos, os sócios Manoel Marques das Neves Lobo e Krannichfeldt foram se ausentando, ficando Duarte Souza como responsável pela sociedade, sendo que o primeiro mudou-se para Pelotas, muito embora poucas atividades exercesse na casa bancária, excetuando seu capital investido. Krannichfeldt começou a ausentar-se por volta de 1866, alegando muitas viagens e pouco tempo para atuar nos negócios. Com os afastamentos, Duarte Souza permaneceu como gerente caixa e foi ampliando os seus poderes, como, por exemplo, complementando com novas cláusulas o contrato, no qual apenas um conselho fiscal validava os resultados anuais do negócio, sem uma devida análise das contas. Por algum motivo, em 14 de janeiro de 1869, Krannichfeldt descobriu um imenso desfalque nas contas da casa bancária, chegando, conforme relatório do Curador Fiscal, ao montante de

234:141\$850 réis (mais de duzentos e trinta e quatro contos de réis). O banqueiro alemão enviou um telegrama a Neves Lobo, que veio imediatamente a Rio Grande e foi avisado que, a partir de então, quem geria a casa bancária era Krannichfeldt, que exigiu que a família Duarte Souza deixasse a gerência dos negócios.

Quando Neves Lobo apenas havia regressado a Pelotas, Krannichfeldt entrou com um pedido de falência no tribunal comercial local, surpreendendo a cidade inteira. O motivo foi a avaliação realizada nas contas da casa bancária que revelaram não apenas um desfalque, mas diversas pequenas fraudes: saques de valores do sócio Duarte Souza que seria referente ao seu capital como mandatário, mas que nunca efetivamente tinham sido integralizados no negócio, inúmeras letras "*fantásticas*" ou "*suppostas*", outros termos usados na época para falsas, e contas e novos negócios da família Duarte Souza pagos com capital da casa bancária. Uma série de irregularidades também foi evidenciada pelos investigados no processo de falência, como empréstimos hipotecários, que a casa bancária não estava autorizada a realizar, e a distribuição equivocada de dividendos entre sócios. Além disso, Duarte Souza deu uma procuração para o seu filho (que tinha o mesmo nome do pai) para que pudesse representá-lo em sua ausência. Entretanto, Duarte Souza Junior teria exercido atos de gerência, não apenas como representante do pai, mas também como sócio da casa bancária, embora sem responsabilidade. As duas atividades exercitadas ao mesmo tempo não eram permitidas pela legislação comercial. Duarte Souza Júnior também teria usado a influência da posição que ocupou na casa bancária para realizar outras transações, comprar capitais de outros sócios, participar de outras empresas, além de ter em seu nome alguns imóveis que eram de real propriedade do pai. Um dos principais equívocos administrativos ocorreu quando Krannichfeldt exigiu que a família Duarte Souza devolvesse aos cofres da casa bancária todos os pertencentes da sociedade, ou seja, toda a documentação. Ao entregar a documentação Duarte Souza Júnior fez, ele mesmo, a conferência dos itens, sem supervisão por parte do conselho fiscal ou dos sócios com responsabilidade legal.

Provados os desfalques e com os sócios responsáveis chamados a explicar a situação, os ânimos ficaram acirrados na cidade. Após o início do processo, Duarte

Souza fugiu para a Argentina e, no final de maio de 1869, Krannichfeldt suicidou-se, surpreendendo a população da cidade. Vários dos principais jornais do país repercutiram a notícia, sendo encontradas reportagens em Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Pernambuco. As casas comerciais estrangeiras da cidade do Rio Grande fechariam as portas naquele dia, bem como parte das casas brasileiras. O principal jornal rio-grandino, o *Diário*, reproduziu a seguinte explicação para o caso:²⁶

Desde que começárão os primeiros actos dessa casa falida, Krannichfeldt perdeu a razão: homem de brios, de uma reputação ilibada, reconhecida no longo tirocínio de vida comercial entre nós, cavalheiro distinto, e chefe de uma das importantes casas commerciaes, elle que não quis imitar o cynismo de outros e nem tão pouco occultar-se á punição que porventura tivesse de soffrer – pelo abuso que de sua boa fé se havia feito – vendo-se assim arruinado, succumbio ao peso de vergonha tamanha, e perdendo a razão – foi até ao suicídio!...

Krannichfeldt teria deixado uma carta para o cônsul prussiano, von Loessl, e outra para a esposa, que, dias antes, foi retirada da cidade por conterrâneos e levada com os filhos pequenos para Pelotas. Depois da morte do marido, a senhora Krannichfeldt voltou para a Alemanha. Preliminarmente, é possível perceber uma proteção do grupo alemão para com a família de Krannichfeldt e, em primeira análise, os atos finais do banqueiro parecem não surpreender os comerciantes alemães da cidade. Nos autos de falência, entretanto, ao que tudo indica, não foram ouvidos alemães como testemunhas, mas outros importantes comerciantes portugueses e um brasileiro, todos inocentavam Krannichfeldt e Neves Lobo. Os jornais da cidade passaram vários dias noticiando os acontecimentos envolvendo a sociedade bancária e a opinião pública elegia um responsável pela tragédia:

Assim terminou a vida um dos mais notáveis comerciantes de nossa praça [Krannichfeldt].

²⁶ Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. *Jornal do comércio*, RJ, ano 48, n. 158, terça-feira, 8 de junho de 1869. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_05/15599. Acesso em: 02 fev. 2020. Mantivemos o português conforme o documento original.

Há um Deus que tomará contas do autor desta desgraça: a punição se revelará, como merecido castigo daquele que foi o único autor deste assassinato moral.²⁷

É evidente que aqui estamos tratando dos grandes comerciantes da cidade, os quais dominaram o comércio de importação e exportação e que também detinham grandes volumes de capitais, investidos em empresas garantidas mais pelo nome dos sócios do que por algum patrimônio investido ou integralizado nos empreendimentos. Fazer parte de um grupo também tem códigos como estes. Proteção e auxílio aos membros é uma característica presente nessas condições, pois estar inserido nesse espaço e ser parte dele acarreta códigos e práticas nem sempre perceptíveis.

Considerações finais

Tratamos de elites imigrantes que aproveitam as oportunidades de uma ampla rede migratória e de sólidas relações no país de acolhimento. A construção de uma rede migratória e os conhecimentos binacionais lhes garantiam acessos e contatos confiáveis em relações de solidariedade que são fundamentais para os negócios de caráter migrante em qualquer país. A partir dessa rede, é possível uma adaptação mais adequada ao país de acolhimento, com a adoção de certas práticas e a conquista de alguns postos importantes.

Nossa principal ideia é de que os comerciantes alemães formaram uma rede importante no cenário local, tanto é que chamamos tais imigrantes de *bem estabelecidos* na sociedade local. Desde o momento da chegada, eles ingressam nessa rede, mas não necessariamente vieram por causa das relações originadas pela rede, pois muitos deles já estavam em processo migratório, vinham dos Estados Unidos, da França, de Buenos Aires, de Montevideú, ou seja, já eram migrantes em busca de oportunidades e melhores posições. Parecem ainda se adaptar com maior sucesso ao ambiente local, especialmente, adotando algumas práticas, como assumir a religião católica ou, pelo menos, batizar os filhos nascidos na cidade nesse

²⁷ Idem.

rito, também se inserem em casas comerciais já existentes ou buscam parcerias para novos negócios e, com extrema rapidez, aprendem o idioma e a lidar com a moeda local. Entre grandes e até médios comerciantes, o trabalho de representação de grandes firmas, como filiais, é destaque, tratando-se, evidentemente, de um comércio de exportação-importação típico de uma zona portuária.

Ser estrangeiro para esse grupo de elite imigrante não é necessariamente ser um total estranho na sociedade local, muito pelo contrário. Como evidenciamos no texto aqui apresentado, é possível perceber uma ampliação das redes de relações, naturalmente, centralizadas em alguns indivíduos, como Krannichfeldt, por exemplo, que servem como um elo entre grupos e redes comerciais diferentes. Por um lado, tal procedimento de interconexão pode ser entendido como uma melhor habilidade de ramificação na sociedade local. Por outro lado, contudo, integrar essa sociedade, que é também em parte uma elite local, exige algumas posições, em geral, associadas a ocupar algum cargo. Como estrangeiros não podiam ocupar cargos em instituições nacionais, a não ser se fossem naturalizados, parece que vagas diplomáticas supriam a demanda. Neste sentido, não estamos pensando em tais cargos como um posto de "representatividade" entre os estrangeiros, pois ao que tudo indica ocupar tal posição envolve mais o poder econômico e uma possível influência política dos grandes comerciantes imigrantes.

O caso aqui apresentado coloca-se como diferente dos casos envolvendo imigrantes inseridos no processo de colonização que o Rio Grande do Sul experimentou no século XIX. É um caso de imigração urbana, de profissionais ligados ao comércio e de indivíduos que quase sempre retornavam ao seu país de origem após o sucesso dos empreendimentos. Mantiveram, assim, uma rede de estrangeiros no extremo sul brasileiro, que perdurou desde o início do Império, em 1822, até, pelo menos, o último quartel do XIX.

Referências

BJERG, María; OTERO, Hernán. Inmigración, liderazgos étnicos y participación política en comunidades rurales. IN: BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina (ed.). *De Europa a las Américas. Dirigentes y liderazgos (1880-1960)*. Buenos Aires: Editorial Biblos. 2006. p. 43- 61.

BOSENBECKER, Patrícia. *Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz*. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2017.

_____. *Uma colônia cercada de estâncias: a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857- 1877)*. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.

_____; TRUZZI, Oswaldo. Os engajadores de imigrantes: empresários recrutadores no processo de imigração e colonização (1850-1914). In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Ines; CARNEIRO, Deivy. (Org.). *Práticas de micro-história: diversidade de temas e objetos de um método historiográfico*. 1 ed. São Leopoldo, RS: Oikos, 2022, p. 740-756.

COSTA, Jairo Scholl. *Navegadores da Lagoa dos Patos. A saga náutica de São Lourenço do Sul*. São Lourenço do Sul: Ed. Hofstater, 1999.

DA ORDEN, Maria Liliana. Liderazgo étnico, relaciones personales y participacion política: los españoles en Mar del Plata, 1883-1930. BJERG, M.; OTERO, H (orgs.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil, IEHS-CEMLA, 1995. P. 133-167.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. 4º ed.

DIEGUES JR., Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro: INEP, 1964.

DREHER, Martin N. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ANPUH-RS, 2004.

IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares*. 2ª ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KELLENBENZ, Hermann. Moradores alemães do Brasil meridional na primeira metade do século XIX. *Anais do III coloquio de Estudos teuto-brasileiros*. POA: EDUFRGS, 1980.

LENZ, Sylvia Ewel. *Alemães no Rio de Janeiro. Diplomacia e negócios, profissões e ócio (1808-1866)*. Bauru/SP: EDUSC, 2008.

LIGHT, Ivan; BHACHU, Parminder; KARAGEORGIS, Stavros. Migration Networks and Immigrant Entrepreneurship. In: LIGHT, Ivan; BHACHU, Parminder. *Immigration and*

entrepreneurship. Culture, capital, and Ethnic Networks. 2º ed. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2009.

LONER, Beatriz Ana. *Construção da classe*. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Ed. Universitária/UFPel; Unitrabalho, 2001.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Ingleses no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação, 1975.

PORTES, Alejandro. *The Economic Sociology of Immigration*. Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship. New York: Russel Sage Foundation, 1995.

_____. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, p. 73-93, out. 2004.

_____; GUARNIZO, Luis Eduardo; HALLER, William J.. Transnational Entrepreneurs: An Alternative Form of Immigrant Economic Adaptation. *American Sociological Review*, v. 67, n. 2, p. 278-298, ab. 2002.

PRIES, Ludger. *Internationale Migration*. Bielefeld: transcript, 2001.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. p. 9-21.

REINHEINMER, Dalva. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha*. São Leopoldo, Oikos, 2010.

RHEINGANTZ, Carlos Grandmassom. *Jacob Rheingantz (1817-1877). Fundador da Colônia de São Lourenço. Seus ascendentes e descendentes*. Separata da Revista Genealógica Brasileira. São Paulo, II Ano, n. 4, 1941.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

SEIXAS, Xosé Manoel Núñez. Modelos de liderazgo en comunidades emigradas. Algunas reflexiones a partir de los españoles en América (1870-1940). In: BERNASCONI, Alicia e FRID, Carina (ed.). *De Europa a las Américas*. Dirigentes y liderazgo (1880-1960). Buenos Aires: Editorial Biblos. 2006.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *MANA*, v. 5, n. 2, p. 61-88, 1999a.

_____. Imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999b.

_____. Colonização e Política imigratória no Brasil Imperial. IN: SALLES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário R. *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: EdUFSCar/Editora Sumaré, 2002a. p. 79-110.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n.53, p. 117-149, mar./mai. 2002b.

_____. Imigração e diferenciação cultural: algumas questões conceituais. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. *Migrantes ao sul do Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010. p. 19-62.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUC-RS, 2004.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

TILLY, Charles. Transplanted Networks. In: YANS-MCLAUGHLIN, Virginia. *Immigration Reconsidered. History, sociology, and Politics*. New York: Oxford University Press, 1990.

_____. Itinerários em análise social. *Tempo social*, v. 16, n. 2, p. 299-302, 2004.

TORRES, Luiz Henrique. Michael Mulhall e a cidade do Rio Grande em 1871. *Biblos*, Rio Grande, v. 17, p. 49-61, 2005.

_____. O perfil do comércio de exportação e importação na cidade do Rio Grande em 1911. *Biblos*, Rio Grande, n. 1, v. 1, p. 163-175, 2010.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em Processos migratórios. *Tempo Social*, v. 20, n. 1, p. 199- 218, 2008.

_____; KERBAUY, Maria T. M.; BARBOSA, Agnaldo de Souza. *Mudança de fronteiras étnicas e participação política de descendentes de imigrantes em São Paulo*. *RBCS*, v. 27, n. 80, out. 2012.

WEBER. Adelir. *Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre a colônia e a nação*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2008. 2 vols.

ZHOU, Min. Revisiting Ethnic Entrepreneurship: Convergences, Controversies, and Conceptual Advancements. *International Migration Review*, v. 38, n. 3, p. 1040-1074, 2004.

4. “Viemos para ocupar o nosso espaço”: a inserção política de imigrantes alemães e descendentes no Rio Grande do Sul republicano (1889-1945)



<https://doi.org/10.36592/9786554600033-04>

Rodrigo Luis dos Santos

Primeiras considerações

Como palavras introdutórias, saliento que objetivo deste texto é analisar a inserção política de imigrantes alemães e seus descendentes no contexto republicano do Rio Grande do Sul, sobretudo, durante a fase da chamada Primeira República (1889-1930) e na Era Vargas (1930-1945). Como laboratório para apreciação, lançarei luzes para o ambiente político no qual estavam inseridos os municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo e Taquara, onde as relações e os conflitos partidários eram permeados por interesses étnicos, religiosos, econômicos e familiares, constituindo, dessa forma, uma teia complexa e densa. Tão importante quanto a compreensão sobre as formas de participação política, para além daquela partidária, é preciso sopesar a forma pela qual imigrantes alemães e descendentes faziam política, em uma dinâmica em que acontecimentos nacionais, estaduais e locais imbricavam-se ativamente.

Posto isso, creio ser importante destacar que, ao longo das próximas páginas, muitos serão os nomes que aparecerão relacionados entre si, configurando, assim, um mapa de relações, especialmente familiares, que ultrapassam os limites geográficos. Não se trata de uma escrita genealógica, mas de uma investigação que faz uso desse instrumento para, assim, descortinar os “bastidores” das tramas políticas que envolveram imigrantes alemães e descendentes e sua inserção no cenário do poder.

De igual modo, antes de encerrar essas considerações iniciais, convém lembrar que, por se tratar de uma temática bastante ampla, não é objetivo esgotar o assunto – e nem seria possível fazê-lo. Pelo contrário, a intenção é, também, fomentar pesquisas que possam aprofundar e dinamizar essas relações e seus desdobramentos.

Muitos nomes, conflitos e interações

Município de Taquara, 17 de julho de 1900. Uma nota do jornal *A Federação*¹, órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), informava que o diretório partidário local indicava a nominata dos candidatos para as eleições intencionais² que ocorreriam em outubro daquele mesmo ano. Para intendente, pleitear-se-ia a reeleição de Sebastião Amoretti³, que ocupava o posto desde 1896. Nascido em Porto Alegre, foi professor público e, como visto, seu sobrenome – de origem italiana – destoava daqueles que se encontravam comumente entre a população local, majoritariamente alemães ou luso-brasileiros. Amoretti atuava na região de Taquara, enquanto docente, desde 1884, ao menos, conforme foi possível verificar em fontes da época. Na vice-intendência, o indicado seria José Antônio de Oliveira. Como conselheiros, a lista era composta por Adolfo Knauth, Jorge Beck, Henrique Eltz Filho, Pedro Scheffer, Jerônimo de Oliveira Neves, José Júlio Müller e Diniz Martins Rangel, como titulares, contando com os suplentes Germano Ludwig, Carlos Schmitt, Arthur Juengling e Felipe Nery Ferreira Martins.

Contudo, entre essa primeira reunião partidária e o pleito eleitoral, mudanças importantes ocorreram na listagem. A mais significativa foi a definição do candidato a intendente: Sebastião Amoretti deixou de buscar a reeleição, sendo substituído por Diniz Martins Rangel, que era membro do Conselho Municipal no quadriênio que estava findando, tendo sido presidente dele naquele período. Não foram encontradas informações que expliquem se essa decisão ocorreu por conta de uma escolha pessoal de Amoretti – talvez o fato posterior de seu falecimento, em 1903, possa indicar até mesmo que estivesse doente em seu último ano de mandato – ou por uma alteração em nível partidário. O fato é que Diniz Rangel, por sua vez, possuía um cabedal político mais sólido e articulado que o mandatário anterior. Isso se

¹*A Federação*, 17/07/1900, ano XVII, número 163, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882550/301>, acesso em: 27 mar. 2022.

² Entre 1892 e 1930, os chefes executivos municipais eram denominados intendentes, assim como os representantes legislativos eram chamados conselheiros municipais. Em 1930, quando ocorreu o golpe que conduziu Getúlio Vargas ao poder, o termo intendente foi substituído por prefeito. Em 1935, os Conselhos Municipais receberam a nova insígnia de Câmara de Vereadores, sendo estas as nomenclaturas vigentes até os dias de hoje.

³ Sebastião Amoretti nasceu em 24 de fevereiro de 1851, falecendo em 14 de abril de 1903, em Taquara, aos 52 anos de idade.

comprova porque, para além de sua eleição em 1900, o coronel Rangel permaneceu à testa do Executivo Taquarense até 1920. Ao mesmo tempo, exerceu a chefia partidária do PRR local de forma contundente.

A liderança partidária exercida por Diniz Rangel era dividida com um outro personagem político que não estava relacionado na primeira lista de candidatos, mas que acabou por adentrar na lista final e ser eleito para o Conselho Municipal. Mais que isso, ele tornou-se presidente do Legislativo, exercendo este cargo ininterruptamente por dez anos. Tratava-se de Felipe Bruno Júlio Petersen, mais conhecido como coronel Júlio Petersen.

Nascido em Taquara no dia 17 de maio de 1859, o coronel Júlio Petersen era filho de Jorge Guilherme Petersen (nascido em São Leopoldo) e Anna Maria Müller (natural de Hamburgo Velho). A participação político-partidária de Petersen data desde os primeiros momentos da República, fazendo parte das Juntas Governativas provisórias, nomeadas pelos Governo do estado para administrar os municípios. Mas a consolidação política de Petersen foi ganhando envergadura e estabilidade a partir de 1892. Naquele ano, em 14 de dezembro, o então presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Fernando Abbott, nomeou, como intendente de Taquara, o coronel Francisco de Oliveira Neves, atribuindo a Júlio Petersen o cargo de vice-intendente.⁴ Oliveira Neves, antes disso, havia sido eleito deputado estadual pelo PRR para a Assembleia dos Representantes⁵, tendo ocupado, "concomitantemente", as duas funções públicas, até o ano de 1894, quando pediu sua exoneração do cargo de intendente municipal.⁶ Posteriormente, por um curto período de três dias, Francisco de Oliveira Neves foi presidente interino da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, em setembro de 1897. Após a renúncia de Oliveira Neves, Júlio Petersen foi mantido no cargo de vice-intendente até, pelo menos, julho de 1895, conforme foi possível apurar. Entre 1895 e 1900, não encontrei informações suficientes para relatar aqui possíveis cargos públicos que Petersen tenha ocupado, mas é plausível que, dentro da dinâmica partidária e política local, tenha continuado com sua

⁴ *A Federação*, 15/12/1892, ano IX, número 284, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/8122>, acesso em: 27 mar. 2022.

⁵ Denominação dada, até 1930, para a atual Assembleia Legislativa.

⁶ *A Federação*, 3/4/1894, ano XI, número 77, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/9069>, acesso em: 27 mar. 2022.

atuação, tanto que foi eleito em 1900 e coadunou com o coronel Diniz Rangel a liderança republicana até sua morte.

Efetivamente, nas eleições municipais de 1900, os conselheiros escolhidos, além de Júlio Petersen, foram: Albino Ebling, Jorge Beck, Henrique Eltz Filho, Jerônimo de Oliveira Neves (irmão de Francisco Neves), Felipe Ferreira Martins (que assumiu em abril de 1904, quando Jerônimo Neves foi nomeado promotor público em Bento Gonçalves) e Pedro Bischoff.⁷ Deter-me-ei um pouco mais na figura de Albino Ebling, pois, a partir dele, poderemos antever que as redes sociais são perpassadas por interesses e relações que, no campo político, ultrapassam as eventuais barreiras partidárias.

Albino era filho do casal Felipe Frederico Henrique Ebling e Catharina Elisabetha Müller. Catharina era, por sua vez, filha do imigrante Franz Henrich Müller.⁸ Outra filha de Franz chamava-se Anna Maria, nascida em Hamburgo Velho. Mas, esse nome e essa localidade já não foram anteriormente referidos? Sim, o foram. As mães de Júlio Petersen e Albino Ebling eram irmãs e, desse modo, os dois líderes políticos republicanos taquarenses eram primos.

Dentro dessa intrincada rede familiar que se formou, um dos irmãos de Albino, Felipe Daniel Ebling, casou-se com Christina Monteiro, filha de Tristão José Monteiro, colonizador e fundador de Taquara, a partir de um empreendimento iniciado em 1846. Outra irmã de Albino e Felipe Daniel, Maria Magdalena Amália Ebling, casou-se com Leoncio Monteiro, também filho de Tristão José Monteiro. Desse modo, os laços entre os Ebling e os Monteiro eram bem estreitos. Mas ainda podem ser adicionados outros personagens nesse mapeamento.

Albino Ebling teve mais uma irmã, chamada Anna Maria Elisabeth, que se casou com Balthazar José dos Santos. Uma das filhas do casal, Etelvina Ebling dos Santos, contraiu matrimônio com Leopoldo Fleck. E aqui entra em cena um novo núcleo familiar que atuou no cenário político taquarense por mais de quarenta anos,

⁷ *A Federação*, 6/12/1902, ano XIX, número 283, p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/13592>, acesso em: 27 mar. 2022.

⁸ Uma das irmãs de Franz Heinrich Müller, chamada Maria Elisabeth Müller, foi casada com Andreas Mentz, sendo pais de Jacobina Mentz Maurer, líder do movimento dos Mucker. Outra irmã de Franz, chamada, Maria Magdalena Müller, casou-se com Johann Friedrich Christian Schreiner. Dentre os filhos do casal estava Lúcio Schreiner, delegado de Polícia em São Leopoldo durante o período dos Mucker. O pai de Franz Heinrich, Maria Elisabeth e Maria Magdalena chamava-se Franz Peter Müller.

entre 1890 e 1937, aproximadamente. Início, então, pelo primeiro agente político em destaque na família Fleck: o coronel Jorge Henrique Miguel, comumente chamado Jorge Fleck.

Nascido em Dörzbach, na Alemanha, em 14 de abril de 1835, faleceu em 14 de maio de 1896, na cidade de Porto Alegre. Radicado em Taquara, Jorge Fleck foi membro do Partido Federalista, agremiação de oposição ao grupo mandante no Rio Grande do Sul, o PRR. Em novembro de 1891, quando Júlio de Castilhos, presidente do estado, foi obrigado a capitular do poder, por pressão de opositores e dissidentes republicanos, uma junta assumiu o comando político estadual. Esse grupo recebeu, por parte dos castilhistas, a alcunha pejorativa de *Governicho*. Após meses de instabilidade política, o PRR retomou o poder estadual em junho de 1892. Júlio de Castilhos foi renomeado presidente do estado, mas entregou o poder ao vice-presidente, Vitorino Monteiro, que ocupou a pasta até setembro do mesmo ano, quando adjudicou o cargo a Fernando Abbott, que conduziu as eleições estaduais daquele ano, que deram vitória ao candidato único: Júlio de Castilhos.

Nessa conjuntura de instabilidade político-institucional, o *Governicho* destituiu o governo municipal de Taquara, cuja junta era presidida por Júlio Petersen, nomeando um grupo capitaneado por Jorge Fleck para administrar o município. Pouco tempo após os republicanos reassumirem, Fleck foi deposto e o já referido Francisco de Oliveira Neves foi nomeado como primeiro intendente taquarense.

Do ponto de vista das relações familiares, Jorge Fleck casou-se três vezes. A primeira, em 1861, com Catharina Rick, em São Leopoldo. No ano de 1872, contraiu núpcias com Maria Catharina Schweitzer, com quem teve doze filhos. Após o falecimento da segunda esposa, em 1888, o coronel Fleck arranhou matrimônio com Luísa Anna Dreger, em 1890.⁹ O casamento perdurou até a morte de Jorge, em maio de 1896. O casal teve uma filha. Após enviuvar, Luísa Anna casou-se novamente com outro prócer republicano, o qual mencionarei e trarei mais informações posteriormente. Doravante, a teia relacional formada pelos filhos do coronel Jorge Fleck, através de matrimônios, avança para além dos limites territoriais de Taquara

⁹ Em algumas fontes, a grafia do sobrenome aparece como Drager.

e do campo partidário que envolve a dicotomia política federalista/libertadora¹⁰ *versus* republicanos.

O filho mais velho do casal Jorge e Maria Catharina, Theobaldo Fleck, nasceu em 10 de novembro de 1873, em Taquara. Assim como o pai, foi militante incisivo das hostes federalistas até o ano de 1932, tendo assumido a chefia partidária ao longo de duas décadas em Taquara e região adjacente. Theobaldo teve, como esposa, Avelina Horn Kroeff, nascida e residente em São Francisco de Paula, território pertencente, até o ano de 1903, ao município de Taquara. Avelina, pelo lado paterno, era neta do imigrante Carl Lorenz Kroeff, cujo um de seus irmãos, Jacob Kroeff, também veio ao Brasil e fixou residência em São Leopoldo, mais precisamente no distrito de Novo Hamburgo. E ali, além de construir uma trajetória financeira, alicerçou um ramo familiar e sociopolítico importante, com interlocuções que abrangem regiões como São Francisco de Paula e São Sebastião do Caí, além do eixo São Leopoldo-Novo Hamburgo. Mas continuemos com os Fleck, por esse momento.

Após o nascimento de Theobaldo, no ano seguinte, em 1874, o casal Fleck foi contemplado com uma menina, na qual puseram o nome de Theolinda.¹¹ Aos dezenove anos de idade, Theolinda casou-se com Albino Ebling, matrimônio que perdurou até 1913, quando ela faleceu. Do consórcio, nasceram três filhos: Alcides, Alfredo e Alípio. E foi o primogênito Alcides que, em 1922, publicou uma carta direcionada ao tio Theobaldo, demonstrando a imbricação político-familiar que acionava os partidarismos sul-rio-grandenses das primeiras décadas do século XX.

Meu caro tio e amigo.

Bem sabeis que, apesar de ter meio sangue federalista, sempre fui simpático ao partido político dos grandes gaúchos Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado e Borges de Medeiros. Nunca votei e, se não o fiz, foi em atenção ao meu bom tio e amigo. Não desejo que mude de ideias e conserve, as mesmas, do meu avô e vosso pai tenente-coronel Jorge Fleck. Não esqueço a frase do grande Silveira Martins: "ideias não são matais que se fundem" e, no entanto, o Partido

¹⁰ Em 1928, os antigos integrantes do Partido Federalista, juntamente com dissidentes republicanos e outros opositoristas fundaram o Partido Libertador, tendo, como principais lideranças, Assis Brasil e Raul Pilla.

¹¹ Também mencionada como Theolinde.

Federalista deseja fundir com as ideias de um candidato genuinamente presidencialista.

Sempre ao dispor do bom tio o sobrinho Alcides Fleck Ebling – Engenheiro Civil.¹²

Antes de analisar os aspectos familiares intrínsecos nesse relato, é importante estabelecer uma contextualização política. Ao mencionar “as ideias de um candidato genuinamente presidencialista”, Alcides Ebling refere-se ao apoio que o Partido Federalista deu, nas eleições presidenciais de 1922, ao candidato Artur Bernardes, nome indicado pela aliança entre paulistas e mineiros. Os republicanos, por seu turno, apoiaram o candidato de oposição, Nilo Peçanha, que teve, como vice, o baiano J.J. Seabra. Artur Bernardes demonstrava ser favorável ao modelo de centralização e aumento do poder do governo federal em detrimento dos governos estaduais. Enquanto isso, por parte dos republicanos, especialmente o líder Borges de Medeiros, esse era o ponto mais preocupante da eleição vitoriosa de Bernardes. Os federalistas, ao apoiar o candidato situacionista, esperavam que este pudesse intervir no Rio Grande do Sul, dando término ao mandonismo de Borges e às fraudes eleitorais – que, inclusive, conduziram o chefe do PRR ao quinto mandato, sendo o terceiro consecutivo, o que era irregular segundo a própria Constituição Estadual de 1891.¹³ Conforme a assertiva de Josef Love (1975), Borges acreditava que Artur Bernardes buscava realizar alguma reforma constitucional, fortalecendo o governo central e reduzindo a autonomia estadual e a força das correntes políticas dominantes em cada região. De toda forma, Borges de Medeiros acabou sendo eleito para a presidência do Rio Grande do Sul – com argutas acusações de fraudes – e, em decorrência, ocorreu a deflagração de um movimento armado iniciado no mesmo dia

¹² *A Federação*, 24/11/1922, ano XXXIX, número 271, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/49899>, acesso em: 27 mar. 2022.

¹³ Conforme a Constituição Estadual de 1891, era possível apenas uma reeleição consecutiva, ou seja, o presidente do estado poderia permanecer “apenas” dez anos no governo, tendo em vista que o mandato era de cinco anos, no caso do Rio Grande do Sul. O próprio Borges de Medeiros seguiu essa regra em 1907, pois estava no poder desde 1898 e, nas eleições estaduais daquele ano, indicou o médico Carlos Barbosa Gonçalves, que, eleito, administrou o Rio Grande do Sul no quinquênio 1908-1913. Borges de Medeiros, que retornou em 1913, pelas regras constitucionais, deveria deixar o governo em 1923, passando o cargo para outro eleito. O não atendimento desse preceito legal e a acusação de fraudes foram o estopim para a deflagração da Guerra Civil de 1923, também chamada de Revolução Libertadora de 1923.

da posse de Borges, em 25 de janeiro de 1923, tendo, como líder civil, Assis Brasil, candidato opositor no pleito eleitoral do ano anterior.

Do ponto de vista das relações familiares, Alcides Ebling demonstrou que, para evitar melindres e conflitos, havia uma espécie de “regra da casa”: os membros do ramo Fleck-Ebling abstinham-se do voto, para não se comprometer com nenhum dos lados partidários. Recordando que o pai de Alcides, Albino Ebling, era líder republicano, enquanto o tio, Theobaldo Fleck, era chefe federalista. Mas outros aspectos estavam relacionados: os interesses comerciais e econômicos. Theobaldo Fleck e Albino Ebling eram sócios em uma casa comercial de grande envergadura, localizada em Taquara. Entrementes, esse não foi o único empreendimento em que os cunhados estiveram associados. Houve um ainda mais significativo, que também envolveu a formação de uma rede sociopolítica e familiar exponencial: a Estrada de Ferro ligando Taquara à Canela.

Ao tratarmos dos trechos referentes à Via Férrea no Rio Grande do Sul, especialmente nas linhas entre Novo Hamburgo e Taquara (inaugurada em 1903) e Taquara até Canela (cuja obra foi concluída em 1922, mas a inauguração oficial data de 1924), o principal nome lembrado por esses empreendimentos é o de João Corrêa Ferreira da Silva. Na verdade, embora especialmente João Corrêa seja o mais afamado, é preciso ressaltar outro agente nesse processo: Agnelo Corrêa da Silva, irmão de João. Como visto, são sobrenomes de origem luso-brasileira. Aparentemente, qual a relação que eles teriam com os objetivos deste capítulo? Posso dizer que se trata de um ponto salutar, pois a família Corrêa foi uma espécie de “catalizador”, no qual se imbricaram famílias de origem alemã, tanto republicanas quanto federalistas/libertadoras, tanto católicas quanto luteranas. Mas antes de avançar nesse quesito, preciso retomar alguns passos na abordagem.

Recapitulando as eleições municipais em Taquara no ano de 1900, um dos nomes que foram aventados para o Conselho Municipal, mas não fez parte da nominata republicana foi o de José Júlio Müller. Uma liderança que, para além das questões que envolvem as querelas do PRR taquarense, também possui, em sua biografia, uma curiosidade que o aproxima da família Fleck: após a morte do coronel Jorge Fleck, em 1896, a viúva Luísa Anna Dreger casou-se, no ano seguinte, com

José Júlio Müller. Essa aproximação, mesmo que indireta, com os Fleck, pode ter sido importante para as alterações que Müller empreendeu em sua trajetória política: deixar o PRR e ingressar nas fileiras oposicionistas, a partir de 1906, ano em que o jornal *A Federação* indica ter havido atritos dentro do diretório republicano taquarense, especialmente questionando a chefia dos coronéis Diniz Rangel e Júlio Petersen.¹⁴ Antes disso, José Júlio Müller havia ocupado o cargo de delegado de Polícia no município, sendo que, alguns anos mais tarde, o mesmo Müller enfrentaria, nas urnas, um dos filhos de Diniz Martins Rangel, de quem se tornou desafeto. Esse duelo eleitoral ocorreu em 1928, visando eleger o novo intendente municipal de Taquara e os conselheiros municipais. Naquele ano, encerrava-se o quadriênio de um outro personagem, que se inseriu nas dinâmicas socioeconômicas, políticas e familiares locais: João Manoel Corrêa, conhecido como coronel Janguta. E retomo, assim, a participação dos Corrêa nesse entrelaçamento.

Em 1903, após quatro anos de tratativas e de obras, foi inaugurada a ampliação da viação férrea entre Novo Hamburgo, então distrito de São Leopoldo, e a cidade de Taquara. Essa obra ficou sob responsabilidade dos irmãos Agnello e João Corrêa e de Augusto Carlos Legendre. Não obstante, naquele mesmo ano, Agnello Corrêa foi nomeado pelo intendente Diniz Martins Rangel como seu vice, cargo que ocupou até 1905. Em São Leopoldo, por seu turno, João Corrêa foi escolhido como vice-intendente em 1904, nomeado pelo governante leopoldense coronel Guilherme Gaelzer Netto. Corrêa desempenhou essa função até o ano de 1907. Mas as relações do coronel João Corrêa com São Leopoldo não despontaram apenas no âmbito econômico e político-administrativo. Ele também calcou raízes familiares em terras leopoldenses e podemos dizer que se tratou de "uma das raízes", pois ele já tinha outra consolidada, que se radicou na localidade de Canela, pertencente ao município de Taquara.

Ainda no final do século XIX, João Corrêa casou-se com uma descendente de alemães católicos, nascida na cidade de Montenegro, tratava-se de Maria Luiza Guilhermina Burmeister. O casal teve oito filhos: João Manoel, Víctor, Apparício, Danton, Agnello, Carlos, Josefina e Luizinha. No início dos anos 1900, a família

¹⁴ *A Federação*, 24/06/1906, ano XXIII, número 222, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/18202>, acesso em: 27 mar. 2022.

passou a residir em Canela – onde João Corrêa é considerado o “colonizador” –, mas com interações que permeavam a rota Taquara-São Leopoldo. Um fato no mínimo curioso – e até polêmico – na biografia de Corrêa é que, ao mesmo tempo em que possuía um matrimônio com a católica Luiza Burmeister, ele também manteve uma relação estável com uma evangélico-luterana leopoldense: Bertha Hoffmann, com quem também teve filhos. Uma das filhas do casal Bertha e João Corrêa chamou-se Irma Corrêa, que se casou com Frederico Guilherme Schmidt, uma das mais expressivas lideranças empresariais de São Leopoldo e um destacado político local, que foi eleito deputado para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1946, exercendo o mandato entre 1947 e 1951.

É importante perceber que, politicamente, João Corrêa inseriu-se, através de seus casamentos, dentro da dinâmica sociopolítica, econômica e religiosa de duas áreas de imigração – Taquara e São Leopoldo –, atuando de forma bastante intensa nessas regiões. Ao mesmo tempo, seus filhos também foram peças importantes na formação de uma rede social, que esteve para além de aspectos religiosos, econômicos e partidários, como veremos.

Redes sociais e inserção política: um jogo de interesses

Já vimos que, em Taquara, a principal liderança de oposição ao grupo republicano estava na figura de Theobaldo Fleck, comerciante e chefe político local do Partido Federalista. Também foi observado que, mesmo sendo politicamente um adversário, tinha relações familiares e econômicas com Albino Ebling, de quem era cunhado. Esses dois próceres taquarenses, por sua vez, estiveram vinculados com a linha férrea ligando a cidade de Taquara à localidade serrana de Canela. Mas é importante analisarmos quem mais compunha a chamada Sociedade Anônima “Companhia Estrada de Ferro Taquara ao Canela”, que atuou na construção e administração do empreendimento até início da década de 1920.

A composição acionária era formada por João Corrêa Ferreira da Silva, João Manoel Corrêa, Apparício Corrêa da Silva, Carlos Corrêa da Silva, Danton Corrêa da Silva, João Diniz Rangel, Theobaldo Fleck, Manoel José de Medeiros Bedeco, Júlio

Máximo Viegas, Agnello Corrêa da Silva Sobrinho e Albino Ebling.¹⁵ Como pode ser visto, seis dos membros eram integrantes direto da família Corrêa – João e cinco de seus filhos. Ademais, além de Theobaldo Fleck e Albino Ebling, há outros personagens incorporados, como João Diniz Rangel, Manoel de Medeiros Bedeco e Júlio Máximo Viegas. Mas, aprofundando essa nominata, veremos que os laços que os uniam eram mais intensos.

João Manoel Corrêa, que, naquele período, ocupava o cargo de conselheiro municipal no Legislativo de Taquara (juntamente como Manoel de Medeiros Bedeco), era casado com Olinda Rosária Fleck, irmã de Theobaldo Fleck, que, por sua vez, teve uma de suas filhas, Alda Fleck, casada com Apparício Corrêa da Silva, outro dos filhos do coronel João Corrêa. João Martins Rangel, filho do coronel Diniz Martins Rangel – intendente de Taquara entre 1900 e 1920 –, foi casado com Julieta Meinhart, filha de Gustavo Meinhart e Josefina Corrêa, que era irmã de Agnello e João Corrêa. Desse modo, João Rangel era esposo de uma sobrinha de João Corrêa. Júlio Máximo Viegas, por seu turno, havia contraído matrimônio com Josefina Corrêa da Silva, filha de Luiza Burmeister e João Corrêa. E, por fim, Manoel de Medeiros Bedeco era cunhado de Theobaldo Fleck, pois foi casado com Lucinda Fleck, irmã do chefe federalista.

Como pode ser aventado através da intrincada teia anteriormente referida, as relações entre famílias de origem alemã com “nacionais” já era algo consolidado na realidade sul-rio-grandense do final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Essas interações proporcionaram que ambos os grupos obtivessem oportunidades de ascensão e consolidação social, econômica e política – mesmo que elas, em não raros momentos, ficassem mais restrita ao âmbito local/regional em um primeiro momento. E, em uma conjuntura de clara polarização política como era a do Rio Grande do Sul daquele momento histórico, a ideia de uma atuação político-ideológica “pura” não se sustenta. Se, no palco político, republicanos e federalistas digladiavam-se, em outras áreas, os integrantes desses partidos interagiam de forma muito efusiva. Posto isso, podemos afirmar que, embora limitados do ponto de vista partidário, em decorrência do uso da máquina político-administrativa do

¹⁵ *A Federação*, 07/11/1916, Ano XXXIII, n. 258, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/35332>. Acesso em: 02 mai. 2019.

estado para impedir maior participação dos opositores, nas áreas de imigração, a inserção e atuação sociopolítica era possível através de outros meios, oriundos de relações sociais estabelecidas.

Não foi apenas a família Corrêa que estabeleceu um lastro relacional que se imbricava com a dinâmica social de São Leopoldo – embora esta tenha sido mais exponencial. Os Fleck também o fizeram. E, com isso, direcionarei o olhar para a conjuntura leopoldense naquele momento.

João Jorge Fleck, irmão mais novo de Theobaldo Fleck, casou-se com Arminda Luísa Erna Bender, em 1910. Erna, como era geralmente chamada, era filha de Guilhermina Hoffmann Bender e do major Luiz Bender, destacado comerciante e importante político local, nas fileiras o PRR. Sobre Bender, o pesquisador Evandro Fernandes argumenta que

[...] também se destacou na vida pública. Trabalhara, desde os 14 anos de idade, no transporte de produtos coloniais para o Porto dos Sinos, em São Leopoldo. Fora sócio, em 1863, de uma empresa fluvial de São Leopoldo, onde passou a residir. Foi nomeado para o posto de major-comandante da Primeira Seção do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional pelo Imperador D. Pedro II, em 1885. Transferiu-se novamente para Novo Hamburgo no ano de 1887, onde passou a gerenciar um comércio de atacado. Também foi membro do PRR, no qual ingressou no ano de 1896. Foi eleito para o Conselho Municipal de São Leopoldo em mais de cinco legislaturas consecutivas, sendo seu presidente em quatro, de 1900 a 1916. Abandonou o cargo quando Gaelzer Netto deixou a intendência de São Leopoldo. Nunca aceitou os convites para se tornar Intendente de São Leopoldo, mas trabalhou em prol da candidatura do genro. Luiz Bender participou da fundação de várias sociedades recreativas e desportivas, dedicando-se com especial atenção ao Grêmio de Atiradores de Novo Hamburgo, do qual foi eleito primeiro presidente (FERNANDES, 2015, p. 100).

Ao traçarmos um comparativo, assim como Diniz, Martins Rangel estabeleceu uma longa trajetória de chefia frente ao Executivo de Taquara, ou ainda Júlio Petersen na presidência do Conselho Municipal daquele município, major Luiz Bender também o fez no Legislativo de São Leopoldo, ocupando o cargo de

presidente por dezesseis anos ininterruptos. Em 1902, quando uma eleição suplementar estava marcada para ocorrer em São Leopoldo, em virtude da renúncia e posterior falecimento do intendente eleito em 1900, Florêncio da Silva Câmara, seu nome foi aventado como candidato pelos republicanos locais. Contudo, Bender declinou da indicação, influenciando para que a escolha recaísse sobre seu genro, o então delegado de Polícia local, Guilherme Gaelzer Netto. Cabe destacar que a indicação de Gaelzer Netto como delegado de Polícia foi articulada por João Corrêa, sendo uma espécie de "padrinho" político do jovem republicano de origem luterana e maçom. Contudo, após sua eleição e reeleição como intendente, em 1902 e 1904, respectivamente, Gaelzer Netto "recompensou" o incentivo de Corrêa, nomeando-o vice-intendente para o quadriênio 1904-1908.

O coronel Guilherme Gaelzer Netto manteve no comando intencional de São Leopoldo entre 1902 e 1916, quando deixou o poder em um momento de crise política dentro do diretório local do PRR. Até então, Gaelzer Netto e Luiz Bender conseguiram estabelecer uma dinâmica política que atendia aos interesses da comunidade étnica de origem alemã – mas não apenas desta, sabendo transitar muito bem entre o grupo luso-brasileiro. Mesmo devendo obediência e fidelidade aos líderes estaduais do PRR, como Júlio de Castilhos (até seu falecimento em 1903) e Borges de Medeiros, presidente estadual e sucessor de Castilhos na chefia unipessoal do partido. É importante ressaltar que, no caso de São Leopoldo, a Comissão Executiva do PRR – cuja nominata contava com uma maioria de integrantes de origem alemã – questionava algumas imposições advindas da Comissão Central, assim como buscava pleitear e impor sua vontade, diante de algumas situações, como a nomeação do funcionalismo público, por exemplo.

Outro aspecto que merece ser contemplado é que, também entre os políticos de origem étnica alemã, havia a existência de um caráter clientelista e patrimonialista, elementos diuturnos da sociedade luso-brasileira e das práticas sociopolíticas e econômicas da Primeira República. Desse modo, também entre imigrantes alemães e descendentes, os interesses pessoais foram moeda de troca na engrenagem político-partidária, sendo materializada em atos como a indicação de parentes e apadrinhados para cargos públicos. Assim posto, foram acusações

sobre essa prática que começaram a pesar sobre Guilherme Gaelzer Netto, intensificando-se a partir de 1915.

Uma das acusações era de que Gaelzer Netto cometera diversas infrações, resultando em atos de improbidade administrativa. O episódio que ganhou repercussão, especialmente na imprensa e entre políticos católicos de São Leopoldo – alguns de origem alemã e opositores ao grupo de Gaelzer Netto –, foi da suposta doação de quadros com a imagem do intendente para um colégio evangélico-luterano, mantida pelo pastor Wilhelm Rotermund, sendo que, posteriormente, Gaelzer Netto emitiu recibo, ressarcindo-se dessas despesas. Somando-se a esses fatos, ainda recaíram acusações de autoritarismo e perseguição para com pessoas descontentes com seu governo, inclusive, com exoneração de cargos públicos. A situação chegou a tal ponto que João Corrêa, um dos líderes da Comissão Executiva do PRR leopoldense, encaminhou a Borges de Medeiros um relatório, no qual alguns integrantes do partido teciam um corolário de denúncias contra o intendente. Esses correligionários foram Theodomiro Porto da Fonseca, João Souza Britto, Serafim Pereira de Vargas e João Luiz Benkestein.

Mas o fato de grande destaque nesse contexto é que, se alguns anos antes, João Corrêa, ao lado de Luiz Bender, deram sustentação para a ascensão política de Gaelzer Netto, naqueles anos de 1915 e 1916, tornara-se um ferrenho opositor de seu antigo “protegido”, aliando-se ao chamado “grupo católico do PRR”, cuja composição era, majoritariamente, de republicanos radicados no distrito de Novo Hamburgo, com apoio dos jesuítas residentes em São Leopoldo. Essa chapa apegava-se, além do fato de Gaelzer Netto ser evangélico-luterano e, mais que isso, maçom, também apregoava que São Leopoldo estava abandonada e mergulhada no marasmo administrativo. Essa tese foi repercutida nos jornais católicos do Rio Grande do Sul, como o *Deutsches Volksblatt*, de Porto Alegre, que, em sua edição de 14 de junho de 1916, reproduziu documento escrito por João Corrêa:

Em todo o caso, é claro que o Sr. Gaelzer não merece mais ser o intendente de nosso município, pois o marasmo da máquina administrativa somente pode ser afastado através da mudança de pessoa na direção. Além disso, não é democrático e contra o espírito de nossa constituição republicana que os cargos

eletivos e posições de prestígio fiquem eternamente com uma pessoa. Um revigoramento da administração através de novas forças é necessário, senão iremos cair nos tempos do absolutismo onde o povo não decidirá mais nada e os governantes decidem tudo. Por causa deste único motivo o povo não pode mais votar no Sr. Gaelzer, mas deve votar num novo homem para os próximos quatro anos, o Sr. Jacob Kroeff Netto, como candidato do povo.¹⁶

A liderança do "grupo católico do PRR" estava centrada no que foi mencionado por Corrêa, Jacob Kroeff Netto. Assim como seu pai, Jacob Kroeff Filho, Koeff Netto também foi integrante do Partido Republicano Rio-grandense desde tenra idade. Iniciou sua trajetória política como candidato ao Conselho Municipal de São Leopoldo, em 1908. Não foi eleito, ficando na suplência. Em 26 de fevereiro de 1917, Jacob Kroeff Netto assegurou uma vaga de deputado na Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. Ocuparia esse cargo, sendo eleito consecutivamente, até 1928. Ainda na infância, estudara no Ginásio Conceição, de São Leopoldo, mantido pelos padres jesuítas. Essa proximidade também se refletira nas questões políticas, já que Jacob Kroeff Netto contara com o apoio dos jesuítas na oposição contra o evangélico-luterano Guilherme Gaelzer Neto.

Cabe lembrar que os Kroeff de Novo Hamburgo eram parentes próximos dos Kroeff de São Francisco de Paula, de onde a esposa de Theobaldo Fleck, Avelina, era originária. Além disso, um dos irmãos de Jacob Kroeff Netto, Antônio Roberto, residia naquele município, atuando como criador de gado – destacando que a família Kroeff era proprietária de um frigorífico e indústria de carnes e de conservas, fundada por Jacob Kroeff Filho.

Ao lado de Jacob Kroeff Netto, à frente dos republicanos católicos de Novo Hamburgo, estava o empresário Pedro Adams Filho. Além disso, posteriormente, ambos teriam vínculos familiares estreitados: após o falecimento de sua primeira esposa, Pedro Adams Filho casou-se, em 1926, com Olga Maria Kroeff, irmã de Jacob Kroeff Netto. Posteriormente, quando Novo Hamburgo conseguiu sua emancipação política de São Leopoldo, em 1927 – dentro do período governamental de João Corrêa à frente da municipalidade leopoldense –, Kroeff Netto foi nomeado por

¹⁶ *Deutsches Volksblatt*, 14/06/1916, p. 02-03. MJS.

Borges de Medeiros como primeiro intendente daquele novo município, exercendo o posto por dois meses.

Retomando para a situação política de São Leopoldo, o coronel Guilherme Gaelzer Netto acabou sendo destituído do cargo de intendente municipal. Por outro lado, a candidatura dissidente de Jacob Kroeff Netto acabou sendo preterida, tendo em vista que Borges de Medeiros decidiu intervir na administração política leopoldense, nomeando um intendente provisório não vinculado diretamente ao ambiente local. A escolha recaiu sobre o engenheiro Gabriel de Azambuja Fortuna, que, nas eleições municipais de 1917, foi o candidato oficial do PRR, indicado por Borges, sendo eleito e governando São Leopoldo até 1919, quando renunciou ao cargo, por conta de novas querelas partidárias locais.

Com a queda de Gaelzer Netto, seu sogro, o major Luiz Bender, também se afastou da vida partidária, deixando o Conselho Municipal de São Leopoldo e, conseqüentemente, sua presidência, após dezesseis anos. Mas, em seu lugar, ocorreria a elevação de um novo nome, que conduziria a presidência do Legislativo leopoldense pelos anos seguintes – com algumas breves interrupções –, até o golpe que conduziu Getúlio Vargas ao poder em 1930. Trata-se de José Carlos Sperb.

José Carlos Sperb era filho de Ludwig Sperb. Uma das irmãs de Ludwig se chamava-se Elisabeth Sperb, casada com Philipp Hoffmann. O casal teve dez filhos, sendo que uma das meninas foi Philippina Catharina Bertha Hoffmann, que, posteriormente, casou-se com o coronel João Corrêa Ferreira da Silva. Desse modo, Bertha Hoffmann e José Carlos Sperb eram primos. De igual modo, Bertha possuía parentesco como Leopoldo Hoffmann Filho, destacado empresário leopoldense que presidiria o Conselho Municipal entre 1925 e 1928, período em que ocorreu a emancipação de Novo Hamburgo, além de ter estado à frente do Legislativo leopoldense na maior parte do mandato de João Corrêa como intendente.

Ainda na perspectiva das relações familiares, José Carlos Sperb casou-se com Antonia Matte, filha do advogado Felipe Leopoldo Matte, que esteve envolvido na vida política de São Leopoldo desde o período imperial, ocupando cargos na Câmara de Vereadores daquele período. Antonia era filha do segundo casamento de Matte, com Catharina Hoffmann. Esta, por sua vez, também havia sido casada

anteriormente, tendo ficado viúva. Seu primeiro esposo foi Frederico Eduardo Stabel, com o qual teve seis filhos, sendo que, destes filhos, destacam-se Luiz Lourenço e Oscar Stabel, que teriam renome na nova política e administrativa de São Leopoldo. Luiz Stabel, por exemplo, chegou a ser intendente provisório em 1901, entre o período de afastamento de Florêncio Câmara e a posse de Gaelzer Netto. Posteriormente, foi vice-intendente durante os mandatos do próprio Gaelzer Netto e de Theodomiro Porto da Fonseca, entre 1928 e 1930. Exonerou-se do cargo de escriturário na intendência em 1917 para assumir o cargo de escrivão da Coletoria Federal. Faleceu no ano de 1938.

Uma das filhas do primeiro casamento de Felipe Leopoldo Matte com Josefina Magdalena Scherer, de nome Josefina Gertrudes, casou-se com Trajano Francisco de Paula Fogaça, filho de Epifânio Orlando de Paula Fogaça, advogado e primeiro intendente – nomeado e, posteriormente, eleito – de São Leopoldo entre 1892 e 1899. Outra irmã de Elisabeth Sperb, Anna Catharina Carolina, casou-se com Peter Müller. Dentre os filhos do casal, estava José Julio Müller. O mesmo comerciante e político que atuou em Taquara, primeiramente, como membro do PRR, depois deixando o partido e rumando para a oposição federalista/libertadora. E, ao citar José Júlio Müller, retomo considerações sobre a política taquarense nas décadas de 1920 e 1930.

Taquara e São Leopoldo: locais de articulações e interações políticas e familiares

Em 23 de dezembro de 1920, o jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-grandense, partido mandatário no estado, publicou o decreto 2.699, emitido pelo presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros, pelo qual nomeava, como intendente provisório de Taquara, o engenheiro Arnaldo da Costa Bard.¹⁷ Naquele momento, findava-se o longo período do coronel Diniz Martins Rangel frente ao Executivo local, tendo em vista que assumira seu primeiro mandato intencional em 1900, sendo reeleito em mais quatro períodos. Todavia, Diniz Rangel continuara

¹⁷Jornal *A Federação*, 23/12/1920, Ano XXXVII, n. 295, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/45302>. Acesso em: 23 mar. 2019.

exercendo a chefia republicana regional – fato que se observou até seu falecimento, em 1928. Em julho de 1921, Arnaldo Bard foi eleito intendente, cumprindo seu mandato até 1924. O coronel Rangel, por seu turno, fora eleito conselheiro municipal.

Nascido em Lajeado, em 15 de outubro de 1882, Arnaldo era filho do casal José Luís Bard e Branca da Costa. Branca era irmã de Eugênia da Costa, esposa do coronel João Batista de Mello (intendente de Lajeado entre 1909 e 1924); também era irmã de Antonieta da Costa, casada com Francisco Oscar Karnal (intendente de Lajeado entre 1902 e 1908). Antonieta e Francisco, por sua vez, eram pais de Oscar da Costa Karnal (prefeito de Lajeado entre 1932 e 1934) e deputado estadual. Partindo desse panorama, os vínculos familiares foram, possivelmente, importantes para que Bard galgasse posições dentro da estrutura burocrática – e política – estatal, ocupando cargos que passavam por nomeação direta do presidente do estado.

Arnaldo da Costa Bard casou-se com Ernestina Idalina Voges, filha de Carlos Henrique Voges, importante e poderoso comerciante que atuou em Taquari. Engenheiro, ocupou cargos técnicos e políticos, como o de coletor estadual. Em 1911, Arnaldo foi transferido da Coletoria de Alfredo Chaves (atual Veranópolis) para a de Taquara. Desse modo, não era totalmente *estranho no ninho* quando houve a sua nomeação para o governo municipal taquarense. Dentro da política *borgista* de manutenção do poder, era comum a intervenção nos governos locais, nomeando agentes políticos sem vínculos maiores com aquelas cidades, como uma forma de enfraquecimento de grupos locais, em vários momentos vistos como perigosos ao predomínio do poder centralizador de Borges de Medeiros. No caso de Taquara, é plausível aventar que a nomeação de Bard tenha sido fruto de um acordo entre Borges e o coronel Diniz Rangel, visando à manutenção do poder local nas mãos deste e de seu grupo, em troca de fidelidade aos ditames do chefe estadual.

Após deixar o governo de Taquara, Arnaldo retomou as suas atividades como engenheiro e, em 1928, foi lançado como candidato situacionista ao posto de intendente em sua terra natal, Lajeado. Entretanto, o clima político instalado no município não lhe foi favorável e ele acabou perdendo as eleições para um candidato dissidente. Trabalhou, posteriormente, como superintendente de obras da Prefeitura

de São Leopoldo, onde também foi fundador e primeiro diretor no jornal *Correio de São Leopoldo*, em 1932, periódico governista. Faleceu em 29 de outubro de 1933, tendo sido velado no salão nobre da Prefeitura de São Leopoldo.

As eleições intencionais de 1924 conduziram João Manoel Corrêa, o já citado filho de João Corrêa e Luiza Burmeister, ao governo municipal de Taquara, para administrar os rumos da cidade até outubro de 1928. Em São Leopoldo, as urnas conduziram seu pai, coronel João Corrêa, ao poder. Entretanto, Corrêa não concluiu seu mandato, pois faleceu em março de 1928, em decorrência de problemas cardíacos. Esses vínculos familiares possibilitaram, entre outros aspectos, o processo de transferência total do controle da Usina Hidrelétrica da Toca para o governo leopoldense.

Essa obra, edificada no rio Santa Maria, na cidade de São Francisco de Paula, começou a ser planejada por volta de 1922, quando Arnaldo da Costa Bard e Mansueto Bernardi (ex-secretário particular de Borges de Medeiros) governavam, respectivamente, Taquara e São Leopoldo. No acordo estabelecido entre os Corrêa, São Leopoldo assumia a execução e o controle pleno da usina, comprometendo-se a fornecer energia elétrica para Taquara. As obras da usina iniciaram na gestão de João Corrêa, que não chegou a vê-las concluídas, pois faleceu em 16 de março de 1928, ainda durante o mandato. Entrando em operações em 1929, a inauguração oficial ocorreu em 25 de julho de 1930, já no governo de Theodomiro Porto da Fonseca, contando com a presença de Getúlio Vargas, então governante do Rio Grande do Sul. Cabe destacar que, embora de origem luso-brasileira, Theodomiro casou-se com uma descendente de alemães, Alzira Carolina Ries, o que também representou uma forma de inserção por parte de Fonseca junto ao núcleo étnico alemão de São Leopoldo.

Filho do coronel Diniz Rangel, o advogado e comerciante João Martins Rangel governou Taquara por um breve período, entre 1928 e 1929. Foi casado, como já referido, com uma sobrinha de Agnello e João Corrêa. Como vimos anteriormente, também integrante de uma rede social operosa em torno de objetivos econômicos e políticos, fortalecida por construções familiares. Sua eleição foi marcada por intensas acusações de fraude e ações violentas entre a situação republicana e a oposição libertadora. Durante a campanha eleitoral, o coronel Diniz faleceu, em

setembro de 1928. A candidatura libertadora girava em torno do nome de José Júlio Müller, que integrou, no início do século XX, as fileiras do PRR, ocupando, inclusive, cargos públicos, como delegado de Polícia de Taquara, mas que, desde 1906, aproximadamente, rompera com os republicanos.

Após acusações e ações judiciais que chegaram ao Tribunal de Justiça do Estado, foi concedida a licença para que João Rangel assumisse o cargo de intendente de Taquara. Contudo, seu governo durou menos de um ano, passando o cargo ao vice-intendente.

Após a saída de João Martins Rangel, a municipalidade taquarense foi assumida pelo médico Adelino Eduardo Barth, que havia sido eleito na chapa de João Diniz Rangel. Nascido em Taquari, Adelino era filho de João Pedro Henrique Eduardo Barth e Adelina Voges – esta, por sua vez, também filha do comerciante Carlos Henrique Voges e neta do pastor Carl Leopold Voges, que atendeu a região de Três Forquilhas durante aproximadamente 60 anos. Desse modo, o já mencionado engenheiro Arnaldo da Costa Bard, casado com Ernestina Voges – irmã de Adelina – era tio de Barth. Formado em medicina no ano de 1917, foi designado, em seguida, para atuar no município de Taquara, onde acabou fixando residência.

Yedda Barth, filha de Adelino e Ernestina, casou-se com Francisco José Kroeff. Francisco era filho de João Hugo Kroeff e Maria Emília Becker. João Hugo era tio de Antônio Roberto e Jacob Kroeff Neto. O primeiro, conforme anteriormente visto, foi empresário e liderança política em São Francisco de Paula. O segundo foi deputado estadual e primeiro prefeito de Novo Hamburgo. Antônio Roberto Kroeff era casado com Ottilia Becker - irmã de Maria Emília Becker. Uma das filhas de Antônio e Ottilia, Ilsa, contraiu núpcias com Odon Cavalcanti Carneiro Monteiro, intendente de São Francisco de Paula entre 1920 e 1927, diretor do Porto de Rio Grande entre 1933 e 1937 e prefeito de Novo Hamburgo entre 1937 e 1942. Odon Cavalcanti era amigo pessoal de Getúlio Vargas desde o início do século XX, quando integraram o grupo propagandista da campanha estadual de Carlos Barbosa, em 1907. Mas, de todo modo, seu casamento com uma Kroeff foi importante para seu auge dentro da comunidade alemã de Novo Hamburgo.

O médico Adelino Eduardo Barth também governou Taquara por um período relativamente curto, pois, em 1930, foi substituído por José Loureiro da Silva e este, mais tarde, pelo coronel Volenciano Coelho, da Brigada Militar. Já em 1931, o interventor federal no Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, nomeou o coronel Theobaldo Fleck para a função de intendente municipal. Antigo chefe do Partido Libertador em Taquara, a partir de 1933, filiou-se ao Partido Republicano Liberal (PRL), fundado por Flores da Cunha, sendo um dos integrantes da Comissão Executiva Estadual dessa agremiação política. Manteve-se como chefe do governo municipal de Taquara até 1937, quando foi destituído do cargo com a implantação do regime do Estado Novo, por ter apoiado Flores da Cunha. Enquanto isso, em São Leopoldo, também marcada pela imigração alemã, o governo vinha sendo exercido, desde 1928, pelo coronel Theodomiro Porto da Fonseca, que se consolidou no poder mesmo com as diferentes fases políticas imbricadas em nível federal e estadual, refletindo em âmbito local. Por sua vez, no caso de Novo Hamburgo, desde 1930, nenhum prefeito nomeado era de origem étnica alemã – embora se mostrasse importante a capacidade de articulação com esse grupo, tendo em vista serem detentores de poder econômico e de influência social relevantes.

Conclusão

Retomando uma assertiva expressa nas linhas iniciais deste capítulo, não tenho a intenção de esgotar o assunto aqui tratado. Desse modo, justifico que o desenvolvimento deste texto, unindo uma análise da inserção política e imigrantes e descendentes de alemães com relações familiares, comerciais, religiosas e partidárias, busca lançar luzes sobre um aspecto que julgo de grande importância: não há como analisar o modo de fazer política nas áreas de imigração de forma isolada, sem levar em conta uma série de outros aspectos, como aqueles enumerados anteriormente.

Não busquei aqui traçar um mapeamento genealógico de alguns nomes exponenciais vinculados com imigrantes e descendentes. Fiz uso desse instrumento para evidenciar a complexidade das relações estabelecidas, que distendem limites territoriais e, acima disso, limitações impostas por convenções partidárias. Dessa

forma, podemos ver que os interesses pessoais ou de um determinado grupo, no fim das contas, detinham maiores significados e que os fatores familiares, econômicos, partidários e sociais eram objetos maleáveis, instrumentalizados conforme necessidades e objetivos.

Desse modo, não pode ser visto como elemento meramente curioso ou inusitado o fato de um membro da família Corrêa, por exemplo, vinculado ao PRR, ser casado com a irmã ou a filha de um prócer federalista, da família Fleck, que, por sua vez, era cunhado e parceiro de negócios de um líder republicano. Ou ainda o fato de João Corrêa, que, em São Leopoldo, vivia maritalmente com uma evangélico-luterana, mudar de lado e passar a opor-se ao antigo apadrinhado político, Guilherme Gaelzer Netto, que era também protestante e maçom, apoiando um grupo de militância católica liderado por Jacob Kroeff Netto. Para além de relatos curiosos, essas relações não são “amenidades históricas”. Mas elas ajudam a compreender como imigrantes e descendentes buscaram seu espaço – e uma forma de atuar – na sociedade receptora brasileira, elaborando, assim, um *modus operandi* no fazer político e no agir politicamente.

Referências

FERNANDES, Evandro. **Guilherme Gaelzer Netto (1874-1959): o Kaiser dos trópicos.** Tese [Doutorado] - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.

GERTZ, René E. **O Aviador e o Carroceiro:** política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002a. (Coleção História: 50).

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **São Leopoldo:** contribuição à história da vida política e administrativa (1824- 2010). São Leopoldo: Oikos, 2011.

RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política.** Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Tramas enlaçadas:** política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. História da imigração e pesquisas genealógicas: distanciamentos, aproximações e interações metodológicas possíveis. **Métis: história & cultura** – v. 17, n. 33, p. 325-341, jan./jun. 2018.

5. A mobilização dos pastores luteranos alemães do Sínodo Rio-Grandense na ressignificação da etnicidade teuto-brasileira no Sul do Brasil



<https://doi.org/10.36592/9786554600033-05>

Fernando Diehl

Neste capítulo, propomos verificar como o grupo étnico teuto-brasileiro conseguiu “manter” os limites que o distingue de outros, mesmo havendo mudanças sociais, políticas e culturais desde a imigração de seus descendentes. Para compreender esse fenômeno, enfatizamos as estratégias e as articulações realizadas por pastores luteranos oriundos do país de origem dos imigrantes. Consideramos, em especial, aqueles que emigraram com a função de organizarem a vida eclesiástica e comunitária nas regiões coloniais no período de 1864 até 1918, quando houve a criação de sínodos luteranos, destacamos - neste capítulo - especialmente o Rio-Grandense. Para isso, realizamos uma pesquisa processual, utilizando instrumentos da sociologia histórica (MONSMA *et al*, 2018; CALHOUN, 2003; SIMMEL, 2011a), para, com isso, analisar um contexto histórico para poder examinar como um grupo étnico ressignifica a sua identidade étnica ao longo do tempo.

A análise tem, como foco, a atuação de religiosos luteranos alemães em solo brasileiro, as instituições eclesiásticas constituídas por eles e o fomento do Estado alemão unificado a partir de 1871. Para isso, é utilizado o conceito de etnicidade proposto por Fredrik Barth (2003) e Steve Fenton (2003) para investigar esse fenômeno, visto que a etnicidade proporciona uma percepção que a população autóctone tem dos estrangeiros (ALBA; NEE, 2003) e refere-se à mobilização que os atores de um grupo étnico fazem acerca de sua ascendência cultural e o significado que eles lhe atribuem (FENTON, 2003).

Salientamos que a análise do fenômeno da etnicidade foi realizada a partir da esfera da religião, mais especificamente o protestantismo luterano. Inicialmente, destacamos que as chamadas igrejas históricas têm se revelado como importantes instituições de integração social de imigrantes. Essa associação ocorre nos mais

diversos níveis: econômico, cultural, linguístico, cívico, afetivo, étnico e - obviamente - religioso (VILAÇA, 2008). Para Steve Fenton, a religião e a etnicidade transitam em um mesmo espaço (FENTON, 2003), isto é, possuem símbolos criadores do sentimento de pertencimento do grupo étnico, podendo ambos se articularem, se o contexto social for conivente. Neste sentido, para muitos imigrantes, a igreja torna-se o espaço primordial de sociabilidade, sendo que, nela, eles constituem vínculos e formam redes com membros, em sua maioria, do mesmo grupo étnico. Outro fator a ser destacado é que a religião - quando relacionada com a etnia - reforça o vínculo entre os imigrantes, pois todos passam a partilhar o sentimento de terem uma mesma origem em comum (WEBER, 2009). Portanto, a religião e a etnicidade estão inter-relacionadas, ambas afloram o sentimento de pertencimento do grupo étnico.

Para compreender esse fenômeno, utilizamos, como metodologia, fontes documentais e produções intelectuais sobre e dos pastores luteranos, enfatizando o período após a formação dos sínodos evangélicos luteranos, especialmente, o Sínodo Rio-Grandense em 1886, uma vez que foi quando começou a surgir uma maior ênfase pela preservação da germanidade nas colônias alemãs no Brasil. Também verificamos leis brasileiras e alemãs para com os imigrantes e alemães no exterior, respectivamente. No caso alemão, consideramos que o interesse pelos emigrantes começou a ganhar relevância a partir de 1864, um pouco antes da Unificação da Alemanha em 1871, e que se intensificou após a queda de Bismarck do cargo de chanceler em 1890. Devemos salientar que a análise da produção literária sobre pastores, leis e outros documentos não explica o fenômeno por si, entretanto, essa delimitação corrobora para a compreensão sobre como a etnicidade manifesta-se e articula-se a partir da ação de membros de uma elite intelectual - no caso a religiosa - e, com isso, verificarmos como a etnicidade é ressignificada em um período de tempo.

Utilizamos a análise documental já que esta possibilita a investigação dos processos de mudança social e cultural, para isso, realizamos uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo manifesto nos documentos, o que tem por finalidade a interpretação desses dados. O método utilizado é o analítico-descritivo, o caráter descritivo tem, como função, explicar a forma como a realidade é

organizada externamente ao pesquisador; já o caráter analítico é a chave hermenêutica para manter, de forma sistemática, as categorias pelas quais se pode explicar essas questões externas ao pesquisador. Neste sentido, salientamos que são categorias mentais tipificadas (WEBER, 2016), que não existem de maneira plena na realidade objetiva, mas que servem para a organização e posterior explanação do fenômeno pesquisado (DUNLEAVY, 2003).

O pastor doutor Wilhelm Rotermond, que atuou no Brasil a partir de 1874, escreveu, em um texto intitulado "Ama, enquanto puderes!"¹, publicado originalmente em *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, ano 1886 e 1890, que:

Cada país tem seu caráter determinante que impõe a seus habitantes, e o modo que "torna todos iguais" não consegue eliminar esse caráter. Na Alemanha, reconhece-se o "americano" à primeira vista; assim também se reconhece no Brasil o "alemão". É difícil dizer onde estão os sinais característicos; a postura, a maneira de caminhar, a cor do rosto, a apresentação, tudo é estranho (ROTERMUND, 1997, p. 168).

É esse fenômeno descrito por Rotermond que buscamos analisar neste capítulo a partir da mobilização que os atores de um grupo étnico fazem acerca de sua ascendência cultural e o significado que eles lhe atribuem (FENTON, 2003). Essa atribuição resulta da interação entre grupos étnicos (WEBER, 2006); e a religiosidade (SIMMEL, 2011b, 2010), que é compreendida como as formas de socição² que ocorrem na interação de um grupo adepto de uma mesma religião. Etnicidade e religiosidade partilham de símbolos em comum, ambas podem servir como meios para constituir vínculos entre indivíduos de um mesmo grupo. Consequentemente, esses dois fenômenos constituem elos de pertencimento que auxiliam na articulação do sentimento de origem em comum do grupo étnico. A inter-relação entre etnicidade e religiosidade pode ser presenciada na célebre frase proferida pelo pastor doutor Wilhelm Rotermond, que viria a ser reproduzida à exaustão na década de 1930,

¹ Título original: *O lieb, so lang du lieben kannst*, a obra também está disponível em <http://www.martiusstaden.org.br/conteudo/detalhe/88/wilhelmrotermund-1843-1925>, acesso em 15/03/2021.

² Formas de sociabilidade pelas quais os atores sociais se relacionam (SIMMEL, 2006).

Kirche und Deuschtum sind auf Leben und Tod miteinander verbunden, que, em tradução livre, significa, *Igreja e Germanidade estão ligados na vida e na morte*.

Marco teórico

Partindo do pressuposto presente no conceito de grupos étnicos de Max Weber (2009), somado à questão de que a etnicidade está alicerçada na manutenção e reformulação de símbolos, é pertinente salientar que uma característica que diferencia um determinado grupo étnico pode mudar ou perder sua significação no decorrer da história desse grupo (POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 2011). Para Fredrik Barth, o conceito de etnicidade auxilia a "descrever os processos de organização das relações sociais e formas de atribuir categorias entre grupos étnicos a partir de diferenças culturais presumidas como essenciais" (PUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 17). Consequentemente, são os símbolos culturais e o contexto social, que diferenciam os grupos étnicos. A etnicidade é, portanto, um conjunto de símbolos baseados em significados compartilhados, ela é produzida e ressignificada na interação social (JENKINS, 1997). Um aspecto central ao realizar uma pesquisa que visa analisar a questão da etnicidade é compreender os símbolos identitários que fundam a crença em uma origem comum de um grupo étnico. Identificamos esses símbolos na atuação dos pastores luteranos alemães nas colônias do Sul do Brasil, pastores, especialmente, os com formação acadêmica que estavam inseridos no debate pangermanista.

Para Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (2011), ao realizar uma pesquisa sociológica com o enfoque em compreender a etnicidade, o cerne principal deve ser verificar as mudanças sociais, políticas e culturais da história de um determinado grupo étnico, isso quer dizer, colocar a própria existência dos grupos étnicos como uma problemática. As mudanças são oriundas de processos históricos (THOMAS, 2001), em que são os grupos étnicos que constituem sua cultura, identidade e visão de mundo, seja a partir de uma autoidentificação, ou da identificação proveniente da interação com outros grupos étnicos (JENKINS, 2008), isso significa que a identidade é um processo social (ABBOTT, 2016). Portanto, cabe

ao sociólogo verificar como os grupos de imigrantes há muito instalados em um determinado local continuam a conferir atributos que eles caracterizam como capazes de distingui-los de outros grupos étnicos ou do ideal identitário nacional.

O conceito de religiosidade é compreendido como o processo de formação da identidade étnica a partir da esfera religiosa. No que tange à questão, partimos da ideia do sociólogo alemão Georg Simmel (2011b; 2010), ele descreve que a religião é a mais pura forma de unidade da sociedade, neste sentido, ele visa tratar da questão do vínculo primordial que a religião constitui entre o indivíduo e o grupo ao qual ele pertence. Simmel enfatiza que a sociologia da religião deve tratar das formas, conteúdos e vínculos sociais, já a dimensão transcendente: Deus, é função da teologia, ou seja, "a sociologia da religião servirá de suplemento, mas nunca pode substituir a fenomenologia, a psicologia, ou a história da religião, para não falar da teologia" (WACH, 1990, p. 16). Portanto, para Simmel, cabe analisar as formas de socialização que a religiosidade promove cotidianamente. Neste sentido, como a religião é o vínculo primordial entre os indivíduos, os imigrantes estabelecidos em um novo país têm um alicerce na religião, um importante meio de constituição da vida comunitária. É por isso que, muitas vezes, em espaços em que ocorreram grandes fluxos imigratórios surgem igrejas étnicas locais, mesmo já existindo templos da mesma religião no país de destino. Por isso, compreendemos que as instituições religiosas também são espaços de reprodução da cultura de origem (VILAÇA, 2008) do grupo étnico. Como a etnicidade também é usada para constituir o vínculo entre indivíduos que alegam possuir uma origem em comum, religiosidade e etnicidade partilham símbolos e constituem vínculos primordiais para os indivíduos.

Outra questão importante a ser salientada é que não se pode desconsiderar a percepção que os brasileiros têm dos imigrantes, eles são considerados como *algo* que vai melhorar o país, pois este encontra-se "inacabado". Consequentemente, espera-se que os imigrantes sejam os agentes de concretização de um Brasil *melhor* (LESSER, 2014). Isso difere do caso dos Estados Unidos, em que são os imigrantes que visam chegar à *terra prometida*, o local das grandes oportunidades e, em decorrência, alcançarem o *sonho americano*. Podemos, com isso, compreender que, enquanto há uma ideia integracionista dos imigrantes nos Estados Unidos (SEYFERTH, 1997), há, no Brasil, uma ideia de melhoramento (LESSER, 2015) advinda

da percepção que a população autóctone possui dos imigrantes. Todavia, devemos enfatizar que é um perfil específico de imigrante que vai "melhorar" o Brasil, isto é, o imigrante europeu (ou norte-americano) branco. Essa questão pode ser bem ilustrada pela Lei n.º 99³, de 31 de outubro de 1835, na qual, em seu artigo 18, consta que: "As embarcações que conduzirem para os diversos portos do Brasil mais de 100 *colonos brancos*, ficam isentas de pagar o imposto de ancoragem, durante os dias de demora no porto, desde já⁴" (ALERS, 2001, p. 94). Em outros termos, era dado benefício de isenção de impostos para embarcações que trouxessem colonos brancos.

Apontamentos iniciais acerca da imigração alemã para o Brasil

Abordaremos, neste ponto, a questão da imigração alemã, devemos salientar, de antemão, que não há uma precisão numérica a respeito da quantidade de alemães que imigraram e permaneceram no Brasil no período de 1824 até 1918. Na verdade, essa é uma problemática ainda contemporânea, pois até hoje os dados acerca da entrada e a permanência de imigrantes são incertos, visto que a Polícia Federal não possui os registros de todos os imigrantes que chegam ao Brasil ⁵, conseqüentemente, o número de entrada de imigrantes no país é incerto. O Brasil recebeu muito menos imigrantes alemães se comparado com os Estados Unidos, que foi o principal destino dos emigrantes alemães, no entanto, devemos salientar que o Brasil ficou na segunda colocação nesse quesito. Dentre os alemães que emigraram para solo brasileiro, os que migraram para o Rio Grande do Sul, segundo Witt (1996), que cita Ernesto Pellanda em *A imigração e colonização alemã*, foram: "de 1824 a 1830, 5.350 alemães; de 1844 a 1854, 4.306; de 1855 a 1865, 7.714; de 1865 a 1875, 5.816; de 1882 a 1888, 2.744; de 1889 a 1914, 17.751" (WITT, 1996, p. 26), totalizando 43.682 imigrantes. Martin Dreher apresenta que, naquele período, deve ter entrado, no mínimo, 35 mil falantes da língua alemã. Devemos ressaltar que,

³ Disponível em <http://legis.senado.leg.br/norma/541052/publicacao/15775326>, acesso em 15/03/2021. E em ALERS, 2001, p.94.

⁴ Itálico nosso.

⁵ Devido à incerteza da entrada dos, considerados pejorativamente, imigrantes "ilegais". Logo não há como registrar os números precisos.

entre esses indivíduos, havia também imigrantes suíços, austríacos e teuto-russos (DREHER, 2014). Dreher, além disso, apresenta que, citando Oberacker, após o final da Primeira Guerra Mundial, cerca de 25 mil alemães tenham imigrado para o Rio Grande do Sul. Cabe também destacar que o governo do Rio Grande do Sul, em 13 de julho de 1914, ou seja, alguns dias antes do início da Primeira Guerra Mundial, havia publicizado o Decreto n.º 2.098⁶, que visava à regulamentação dos imigrantes espontâneos, com isso, não existiria mais o benefício aos novos imigrantes como outrora. Consta que:

Considerando ainda que a supressão desses auxílios não impedirá que a corrente espontânea de agricultores estrangeiros continue a procurar o Estado para nele se estabelecer, bastante, para induzi-los, a fertilidade do solo, a amenidade do clima e outras vantagens notórias [...].

Art. 1º. A todo estrangeiro, vindo espontaneamente para o Estado e que queira dedicar-se à agricultura, será concedido, a preço razoável, um lote de 25 hectares, mais ou menos, mediante pagamento imediato de um terço o valor do mesmo e o resto no prazo de 5 anos (ALERS, 2001, p. 861).

Antes o benefício era pagar a terra a longo prazo, a partir de então, já teria que pagar um terço na entrada, mesmo assim, ainda havia benefício para imigrantes, brancos, que quisessem tornar-se agricultores no Rio Grande do Sul.

Acerca da dimensão da religião, segundo o recenseamento do Brasil de 1872⁷, dos 40.056 alemães residentes no Brasil, 22.305 eram não católicos, totalizando 55,7%, enquanto 17.751, ou seja 44,3%, eram católicos, podemos, com isso, afirmar que os alemães foram o primeiro grande fluxo protestante no Brasil⁸. Dentre os considerados "não católicos", compreendemos que:

⁶ ALERS, 2001, p. 861.

⁷ Recenseamento do Brasil de 1872, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>, acesso em 15/03/2021.

⁸ Não foi o primeiro grupo protestante no Brasil, pois já havia ocorrido experiências de outros grupos (GERTZ, 2001), como os anglicanos no Rio de Janeiro, por exemplo, mas os alemães protestantes foram o primeiro grande fluxo acatólico.

se considerarmos as estatísticas sobre os percentuais das principais confessionalidades cristãs nas dez províncias prussianas realizadas em 1816 e levarmos em conta a origem e o fluxo dos imigrantes ao Brasil, poderíamos concluir que, a maioria dos evangélicos - com segurança, poderíamos falar em 80% e, com algum risco, talvez em até 90% - era de confessionalidade luterana, isto é, oriunda das diversas igrejas territoriais luteranas (WACHHOLZ, 2009, p. 182).

Portanto, alguns desses imigrantes evangélicos não eram luteranos, mas, ao chegarem ao Brasil, acabaram tornando-se por serem protestantes de outra vertente e, por isso, ser mais fácil congregarem em outra igreja protestante do que a católica, mas não podemos desconsiderar que houve casos de protestantes que se tornaram católicos⁹, e vice-versa. No que tange aos imigrantes alemães luteranos chegados ao Brasil, há que considerarmos "que esses luteranos raramente se identificavam como tal, como também os reformados e unidos não se autodenominavam como tais. Fundada na tradição da União Prussiana, esses imigrantes diziam: 'Nós somos evangélicos'" (WACHHOLZ, 2009, p. 183). Neste sentido, salientamos que, na Alemanha, o termo mais comum para a religião luterana é "evangélico". No Brasil, "para diferenciar-se dos 'evangélicos' oriundos da reforma inglesa" (DREHER, 2017, p. 158), o termo "luterano" ganhou força, com o intuito de diferenciar os teuto-brasileiros protestantes de outras denominações evangélicas, "ou de todo o restante da sociedade brasileira" (SPIRANDELLI, 2013, p. 5). O termo "protestante" também é usado como diferenciação, logo, essas duas nomenclaturas - luterano e/ou protestante - é uma outra possível tentativa de constituir uma diferenciação com os demais brasileiros evangélicos. Então, como a maioria dos protestantes alemães era luterana, ela acabou se constituindo como uma igreja de imigração dos alemães e sinônimo de teuto-brasileiros protestantes no imaginário nacional.

Devemos relativizar a centralidade do fator étnico como decorrência natural do contexto dentro do qual o protestantismo de imigração desenvolveu-se (WIRTH,

⁹ Na palestra do pastor Pechmann, realizada na 5ª reunião ordinária do Sínodo Rio-Grandense, ele apela para os presentes lembrarem dos pobres alemães que tiveram que trocar de fé no Rio Grande no Sul. Neste caso, especificamente os evangélicos que se tornaram católicos. Disponível em FISCHER, 1967, documento 6.

1998). Vieram ao Brasil imigrantes de todas as regiões da Alemanha (DREHER, 2003), mas estes não possuíam uma identidade nacional estabelecida, a unificação dos estados alemães só viria a ocorrer em 1871 (BEM, 2013) e o nacionalismo seria um sentimento despertado ao longo do século XIX nos países europeus. Cabe, por isso, salientar que, por terem imigrado antes de 1871, a maioria dos imigrantes "alemães", na verdade, pertencia a diversos estados alemães independentes (DREHER, 2003). Os imigrantes chegados antes de 1871 eram "hamburgueses, saxões, mecklenburgueses, hannoveranos, birkenfeldianos etc. Todos deram sua contribuição para o povoamento do Rio Grande do Sul" (DREHER, 2014, p. 114). Porquanto, os primeiros imigrantes eram oriundos de vários dialetos e descendências diferentes, a mesma condição repetiu-se com a maior parte dos que vieram mais tarde. "Desde o começo, por isso, não existiu nenhuma igualdade linguística, nenhuma homogeneidade de expressão" (FAUSEL, 1963, p. 52). Portanto, esses imigrantes só poderiam ser identificados como "alemães" após 1871 com o advento da unificação, mas, ao chegarem ao Brasil, foram todos categorizados como sendo "alemães" (AMSTAD, 2005). Esse exemplo da categorização de todos os imigrantes tornarem-se uma unidade tipificada no Brasil apresenta a manifestação da etnicidade que, em certo grau, é "uma função da percepção dos estrangeiros (assim, os imigrantes italianos nos Estados Unidos se tornaram 'italianos' em vez de 'sicilianos')"¹⁰ (ALBA, NEE, 2003, p. 158, tradução nossa), por parte da população autóctone.

Os imigrantes "alemães" no Brasil eram, na verdade, portadores de culturas regionais distintas entre si e elas poderiam apresentar-se mais como elemento de diferenciação do que de identificação entre os grupos de imigrantes alemães. Foi no Brasil que esses imigrantes obtiveram uma identidade étnica nacional de "alemães" antes da unificação, ou seja, uma atribuição tipificada sobre como todos os alemães supostamente são, desconsiderando todas as diferenças culturais de cada região. Fenômeno recorrente em países de grande recepção de fluxos migratórios. Destacamos que, entre os primeiros imigrantes, "muitas famílias de ascendência germânica não davam a menor importância à preservação da germanidade, em

¹⁰ No original, "to some degree a function of outsiders' perceptions (thus, Italian immigrants in the United States became "Italians" rather than "Sicilians" [...])" (ALBA, NEE, 2005, p. 158).

especial aquelas que viviam longe do alcance do poder de influência do seu grupo étnico" (WITT, 1994, p. 156). A busca pela preservação da germanidade surgiria a partir da atuação de uma liderança intelectual e espiritual dos emigrantes que "estava fortemente influenciada pelas ideias do Idealismo alemão e pelo Romantismo" (DREHER, 2003, p. 15). Esse ideal acabou trespassando entre as igrejas luteranas, em especial, a do Sínodo Rio-Grandense. Da mesma forma, a promoção do luteranismo em prol da germanidade seria um produto da segunda metade do século XIX.

Principais enfoques nas pesquisas sobre a imigração alemã para o Brasil

As pesquisas históricas sobre a imigração alemã para o Brasil, costumeiramente, são focalizadas em determinados contextos, são estes: o início da colonização em 1824¹¹, quando ocorreu a entrada de famílias de agricultores, de camponeses, de desempregados, presidiários e mercenários que constituiriam parte da Legião Estrangeira do Brasil; a entrada de uma elite, intelectual e econômica, após o fracasso da revolução dos estados alemães de 1848¹². Esse segundo fluxo foi importante para o fomento da manutenção da etnicidade teuto-brasileira, visto que muitos liberais e revolucionários emigraram da Alemanha. No contexto desse segundo fluxo migratório, chegaram ao Sul do Brasil mercenários, denominados como os *Brummer*, estes, após desertarem da Legião Estrangeira, vieram a tornar-se intelectuais, negociantes, professores nas colônias e centros urbanos. "Os *Brummers* tornaram-se os catalisadores de uma emergente burguesia 'alemã' na região" (BIEHL, 1999, p. 154). Destacamos, nesse fluxo, que, principalmente, a partir de 1860, houve um aumento no número de pastores luteranos alemães com formação acadêmica que se direcionavam para o Brasil. Podemos considerar a data

¹¹ Houve outras pequenas experiências de colonização alemã no Brasil antes, lembrando, por exemplo, que os suíços, muitas vezes, eram considerados "alemães" no Brasil. Mas a partir de 1824 constitui-se um fluxo migratório.

¹² As Revoluções dos estados alemães de 1848, também chamada de Revolução de Março, foram protestos e rebeliões realizadas nos estados da Confederação Germânica e no Império Austríaco. Nessas rebeliões, as camadas da classe média e trabalhadores buscavam melhorias em suas condições de trabalho, havia também setores salientando o pangermanismo, maior liberdade política e princípios liberais. No final, a aristocracia venceu forçando muitos liberais e revolucionários ao exílio.

de 1864 como a “redescoberta” das igrejas alemãs para com os alemães protestantes no exterior. Por sua vez, o terceiro fluxo é composto de artesãos e operários forçados a sair da Europa em razão da crise do começo do século XX (SANTANA, 2009); a Era Vargas, principalmente a partir de 1937, com a Campanha de Nacionalização e o pós-Segunda Guerra, até 1960, quando o fluxo migratório é “encerrado”, apresentou pequenas entradas de alemães desde então, sem poder ser considerado um fluxo migratório.

Houve duas correntes no fluxo migratório no que se refere ao destino dos imigrantes alemães¹³ para o Brasil: a primeira destinou-se à ocupação de fronteiras, visto que o país havia recentemente proclamado a sua independência e elas poderiam ser alvos de ações dos países vizinhos, os imigrantes serviram também como estratégia de integração regional e constituição de pequenas propriedades rurais e a criação de colônias; a segunda foi o fluxo de imigrantes alemães encaminhados aos centros agroexportadores, principalmente São Paulo, em substituição da mão de obra escrava. Embora a imigração de alemães para São Paulo tenha iniciado antes da Primeira Guerra Mundial, é após o seu término que grande parte desses imigrantes começou a migrar para o estado (ALVES, 2006). Esse segundo fluxo migratório é de importância secundária como espaço de constituição do luteranismo (WIRTH, 2005) e da germanidade no Brasil, portanto, não é tratado neste capítulo. Focalizamos os imigrantes alemães do primeiro fluxo, em especial, a imigração para o Sul do país, destacando o Rio Grande do Sul.

Pangermanismo ultramar

Entendemos o conceito de germanidade como sendo os costumes e as tradições dos imigrantes alemães que “preservaram” (DREHER, 2003) ao longo do tempo, ou melhor, que são ressignificados entre os descendentes de imigrantes

¹³ A imigração alemã não ocorreu exclusivamente na região Sul do país, outros estados - como o Espírito Santo - também tiveram um fluxo migratório alemão e projetos de colonização (PEREIRA, 2016; 2015; BAHIA, 2005; ACKERMANN, 2009), mas, para fins de limitação deste capítulo, focamos a região Sul, principalmente, o Rio Grande do Sul, devido à articulação de pastores como Hermann Borchard e Wilhelm Rotermund, encabeçados por Friedrich Fabri, que visavam ao fomento da Germanidade além-mar no Rio Grande do Sul.

alemães. Uma questão crucial acerca dos “alemães” é que, por meados do século XIX, começou a germinar entre indivíduos dos estados alemães a existência da ideia do “espírito germânico” que pairava não apenas no discurso do Romantismo da época, mas também na existência de um projeto pangermânico¹⁴. Esse foi um movimento político que defendia a união dos povos germânicos da Europa Central, essa ideologia tinha, como alicerce, o fomento de um sentimento nacionalista alemão, que era expresso na literatura, na filosofia e na música. Como a unificação dos estados alemães parecia impossível no momento, o fomento do espírito alemão tornou-se a estratégia para estimular os indivíduos nesse ideal. Alguns setores pangermanistas ressignificaram o seu ideal e passaram a buscar pela “germanidade primitiva” nas colônias ultramar, consideradas não corrompidas pela Modernidade, lá estaria a *Deutschtum*¹⁵ pura, sentimento que foi trazido por uma segunda geração de imigrantes alemães.

Essa ideia propagada de “germanidade primitiva” nas colônias alemãs no Sul do Brasil tornou-se uma estratégia para fins políticos e econômicos vinculada pelas disputas de potências expansionistas europeias em busca de novos espaços comerciais, especificamente no contexto do final do século XIX e início do século XX. A recém-unificada Alemanha precisava formar mercados para a venda de seus produtos manufaturados, por isso, setores políticos e intelectuais influenciaram na campanha de promoção da *Deutschtum* no exterior (WIRTH, 1998), em especial o Sul do Brasil, o Chile, a Argentina e o Uruguai (FABRI, 1879), ou seja, o pangermanismo ultramar tornou-se um projeto expansionista do governo alemão após a unificação, especialmente a partir de 1900. Nesse contexto, a religião, assim como as escolas nas colônias ganharam papel de destaque na preservação da etnia germânica, pois seria um canal de influência cultural e política aos imigrantes e seus descendentes. Estes seriam agentes com importante funções a serem desempenhadas, eles estabeleceriam um mercado comercial com a Pátria Materna, com isso, os alemães no exterior estariam realizando um serviço essencial para a Alemanha, porquanto, a influência da religião foi imprescindível no fomento do pangermanismo (WIRTH,

¹⁴ *Pangermanismus* ou *Alldeutsche Bewegung*, em alemão.

¹⁵ Germanidade, tradução nossa.

1998).

Ao constituir-se o Sínodo Rio-Grandense, em 1886, como base, havia definições étnico-culturais que este adotaria e que seriam reproduzidas nas décadas seguintes, tais como:

Igreja e germanismo estão vinculados um com o outro pela vida e pela morte [...] A primeira tentativa malograda de missão entre os não-alemães, o que data do início deste século (1901), causou uma briga tremenda. Aliás, isto se tornaria bem compreensível a partir de uma definição de missão que veio depois: A missão da igreja volta-se para a alma do povo (povo germânico, bem entendido). E a tarefa da igreja é "a luta pela manutenção do germanismo e sua essência" (WESTHELLE, 1978, p. 84).

Embora nem sempre presente de forma direta em estatutos, o interesse pelo cultivo da germanidade mostra-se pelo fato de que só em 1901 o Sínodo pensou em realizar missões com os não-alemães, sendo que a instituição havia sido fundada em 1886, ou seja, a mudança ocorreu 15 anos depois de sua fundação.

No entanto, evidenciamos que a emigração não era apenas uma medida para facilitar a conquista de novos mercados para a economia alemã, mas também uma maneira encontrada para eliminar os alemães revolucionários e os considerados "vagabundos" e desocupados, principalmente, devido a eventos como a tentativa de revolução em 1848. Cabe salientar que tanto a abertura de novos mercados e "expulsão" de indivíduos problemáticos foram defendidas pelo teólogo Friedrich Fabri, um dos principais ideólogos da promoção da germanidade e luteranismo para a América do Sul. A historiografia tem apresentado dados de que não se pode tratar de associação entre germanidade e luteranismo nos primórdios da imigração (SPIRANDELLI, 2013), a qual foi construída processualmente a partir da ação de atores centrais que possuíam diversos interesses.

O interesse do Estado alemão pela América do Sul

Estudos que tratam da imigração alemã demonstram que, embora a imigração tenha sido maior nos Estados Unidos da América, a América do Sul e o Brasil - que estamos focando neste capítulo - tornaram-se interessantes para o império alemão justamente pelas colônias do Sul (RINKE, 2008), sendo que esse interesse desenvolveu-se especialmente quando Otto von Bismarck deixou o cargo de Chanceler em 1890. Compreendemos que, ao contrário daqueles que tinham emigrado para os Estados Unidos, os alemães do Brasil não eram considerados indivíduos que haviam abandonado a cultura, mas alemães que mantinham sua *Deutschtum* (RINKE, 2008; GERTZ, 2008; EURICH COLATUSO, 2004). Esperava-se dos emigrantes que escolheram os Estados Unidos - originalmente considerados como os ideais - mantivessem a germanidade e a manifestassem em seu cotidiano, o que acabou não ocorrendo. Os alemães nos Estados Unidos foram "assimilados", conseqüentemente, não houve um debate nos Estados Unidos sobre "teuto-americanos" como há sobre os ítalo-americanos, por exemplo (LORENZ, 2008). Todavia, Alba e Nee contextualizam que, durante a Primeira Guerra Mundial, os alemães nos Estados Unidos foram considerados como suspeitos pelo Estado norte-americano e, como decorrência, em muitas regiões, houve um limite na permissão para o uso da língua alemã cotidianamente (ALBA; NEE, 2003), o que, gradativamente, levou à sua assimilação. Já no caso brasileiro, a existência de uma "permanência" da germanidade (SEYFERTH, 2004; GERTZ, 2015a) nas colônias do Brasil foi explorada por setores intelectuais e políticos do império alemão (WIRTH, 1998), porquanto, tal região tornou-se o local ideal para o "cultivo" da germanidade.

O Estado alemão buscou constituir uma identidade na qual os colonos na América do Sul se reconheciam como pertencentes à Alemanha, a partir do fomento de uma germanidade além-mar, ao mesmo tempo em que "eram" brasileiros, mas essa dupla relação não se apresentava como um paradoxo, era possível ser os dois simultaneamente, visto que o sistema jurídico da Alemanha baseado na ideia de *jus sanguinis*, isto é, "origem sanguínea", auxiliava na ideia de que os teuto-brasileiros eram "alemães" e brasileiros ao mesmo tempo. Por aquele critério "todo aquele que

fosse filho de alemães era também alemão e, como tal, deveria cultivar sua cultura e sua língua, independentemente do país onde houvesse nascido" (ALVES, 2006, p. 105). Conseqüentemente, os teuto-brasileiros acreditavam que a sua identidade étnica suplantava a nacionalidade brasileira. Essa questão então ocasionou na formação e ressignificação da ideia de *Deutschbrasilianertum*¹⁶. Posteriormente, essa ideia de germanidade abasileirada seria a gênese do ideal teuto-brasileiro, aquele indivíduo que é brasileiro, contudo mantém uma "cultura" alemã idealizada em seu cotidiano, seja no uso da língua, ou na recorrente diferenciação cultural dos demais brasileiros, mas acima de tudo mantendo um amor à sua *Heimat*, isto é, a pátria ou "querência", ou seja, o Brasil.

Germanidade abasileirada

No caso da *Deutschbrasilianertum* compreendemos que uma das principais ferramentas para a sua constituição foi a transmissão feita de geração a geração no que tange ao sentimento de pertencimento a uma *kultur*, a qual evoca a germanidade na vida cotidiana dos descendentes de imigrantes alemães. No final do século XIX, esse ideal era transmitido por pastores, professores alemães e, muitas vezes, reproduzido nos almanaques¹⁷ e jornais¹⁸ étnicos, muitos destes promovidos por entidades religiosas. Esse sentimento de pertencimento serve como base para a memória coletiva (SEYFERTH, 2012) na ressignificação do passado do grupo étnico.

Havia grupos de intelectuais brasileiros que esperavam que os imigrantes alemães fossem assimilados e "transmitissem" a sua cultura para os demais brasileiros, visto que, no Brasil, era acirrado o debate entre setores intelectuais e políticos acerca do branqueamento da população. Por outro lado, alguns intelectuais

¹⁶ Germanidade brasileira ou abasileirada, tradução nossa.

¹⁷ Kalender für die Deutschen in Brasilien (1912; 1907). Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/829544/per829544_1912_00002.pdf, acesso em 15/03/2021; e disponível em http://memoria.bn.br/pdf/829544/per829544_1907_00001.pdf, acesso em 15/03/2021; Koseritz' Deutscher Volkskalender (1910). Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=847054&pagfis=1>, acesso em 15/03/2021.

¹⁸ Deutsche post (1893, n. 13). Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=217140&pagfis=1>, acesso em 15/03/2021; e Koseritz Deutsche Zeitung (1893). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=825450&pesq=&pagfis=1>, acesso em: 15/03/2021.

brasileiros buscavam fomentar a constituição de uma “nação brasileira”¹⁹, que seria construída a partir da cultura luso-brasileira, logo, consideravam os imigrantes lusos, ou similares, isto é, imigrantes latinos e católicos, os ideais, e culturas antagônicas a esta eram consideradas “alienígenas”, sendo o mais famoso Silvio Romero que elaborou a obra *“Allemanismo no sul do Brasil”* de 1910. Mas, para muitos intelectuais e políticos mesmo que os alemães não tivessem o perfil europeu latino católico, havia uma valorização acerca da ideia dos alemães como possuidores de uma concepção de trabalho que era louvável e que deveria ser importada ao Brasil (CASSEL *et al*, 2005). Esses intelectuais brasileiros acreditavam que os trabalhadores dos estados alemães que haviam imigrado para o Brasil transmitiriam sua “cultural laboral” para os brasileiros (GERTZ, 2018), sendo que, para esse setor intelectual, político e econômico brasileiro da época, os protestantes eram vistos como modernos e progressistas, ao contrário dos católicos, que eram considerados como atrasados e arcaicos.

Situação eclesiástica dos colonos alemães no Sul do Brasil

Entre os escritos produzidos alemães e teuto-brasileiros, é importante salientar o registro da obra organizada pelo padre Theodor Amstad, *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul* (AMSTAD, 2005), em comemoração ao centenário da imigração alemã, publicada, originalmente, em 1924. Acerca do contexto em que tal obra foi elaborada e publicada, destacamos que, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve desconfiança contra os teuto-brasileiros por parte de demais brasileiros e do Estado Nacional. Com o término do conflito em 1918, começou a ressurgir uma consciência étnica entre os descendentes de alemães, que buscaram trazer a herança cultural dos antepassados e orgulharem-se disso. Mas também surgiu toda uma preocupação de apresentar os alemães como agentes parceiros do Estado brasileiro em trazer progresso para a nação (AMSTAD, 2005) e isso é bastante explorado nesse livro. Com isso, a obra de Amstad tenta mostrar os

¹⁹ Tentando imitar o debate nacionalista dos países europeus no século XIX.

alemães como pacíficos e ordeiros, pontuando os casos dos *Muckers*²⁰ e os ex-prisioneiros de Mecklenburg como sendo exceções (DREHER, 2014), há também uma clara tendência a evitar criticar o Partido Republicano Rio-Grandense. Martin Dreher descreve que a obra está orientada a partir de uma leitura embasada pelo viés do Romantismo alemão do período, além disso, “esta historiografia vai acentuar a pertença dos descendentes de alemães no Brasil à ‘comunidade nacional brasileira’, com o que vai acentuar o teuto-brasileirismo” (DREHER, 2014, p. 15).

Os colonos católicos estavam em uma melhor situação se comparados aos protestantes, pois o Império brasileiro tinha, como religião oficial, o catolicismo romano. Mesmo após a Proclamação da República, o catolicismo permaneceu como sendo a religião “oficial” brasileira. Os imigrantes protestantes organizaram-se sem vínculo com estruturas eclesiásticas estabelecidas, visto que estavam impossibilitados de criarem templos, embora isso não fosse algo fiscalizado pelo Império. Neste sentido, entre os alemães protestantes, devido à falta de pastores ordenados em suas comunidades e com a necessidade da realização de cerimônias religiosas, os próprios alemães protestantes nas colônias escolhiam, entre o próprio grupo, o indivíduo considerado mais apto à função de *Pfarrer*²¹ (RADÜNZ, 2010). Essa ação foi duramente criticada pelo pastor Hermann Borchard quando este imigrou para o Rio Grande do Sul, ele atacou tais pastores, designando-os de forma pejorativa como *pseudopastores* e até mesmo *pastores-cachaça*. Tal situação significa, segundo Radünz (2010) e Freston (1998), que os luteranos²², em um primeiro momento, estavam organizados de forma “horizontal”, sem uma instituição eclesiástica dando diretrizes de forma “vertical”, conseqüentemente, os teuto-brasileiros luteranos estavam sem vínculos com alguma Igreja Matriz Evangélica alemã (RADÜNZ, VOGT, 2013), ao contrário dos católicos, que estavam sob a

²⁰ Movimento messiânico liderado por Jacobina (também grafado Jakobine) Mentz Maurer que ocorreu em colônias alemãs do Rio Grande do Sul.

²¹ Pastor, tradução nossa.

²² Devemos salientar que, já nos primeiros navios de imigrantes “alemães” que vieram ao Brasil, como o *Germânia*, por exemplo, que partiu de Hamburgo, havia um pastor luterano entre sua tripulação, João Jorge (também grafado Johann Georg) Ehlers. É o pastor Ehlers quem redige o primeiro livro eclesiástico da comunidade evangélica de São Leopoldo, no dia 1 de junho de 1824 com a inscrição de um batismo. O pastor não registrou sobre a morte dos rebeldes no motim do navio *Germânia* (BIEHL, 1999).

supervisão de Roma²³. Em um primeiro momento, para a Igreja Evangélica alemã, era considerado que o alemão evangélico que havia "abandonado" a sua pátria, deveria ser jogado à própria sorte.

João Hauck (2008, p. 239) confirma esta avaliação, destacando que no período de 1845 até 1864, havia pelo menos 61 templos luteranos no Brasil, a maioria deles localizados em ambiente rural. Causa-lhe espanto o fato de tantas colônias alemãs terem tomado a iniciativa de organizar sua vida religiosa, tendo em vista os colonos serem de nível cultural bastante baixo, além de receberem apoio reduzido do governo brasileiro e das igrejas de suas regiões de origem (MASKE, 2013, p. 161).

Isso vingou até 1864 quando os "alemães" evangélicos no exterior foram "redescobertos". Nas primeiras décadas da chegada dos imigrantes alemães ao Brasil, houve a insurgência de elementos místicos entre as comunidades de imigrantes alemães, o principal destaque é o movimento messiânico dos *Muckers* (DREHER, 2017; 2003; AMSTAD, 2005; BOBSIN, 1989). Esse movimento foi exterminado a partir da articulação da elite econômica teuto-brasileira em ascensão (WITT, 2015; KLEBER DA SILVA, 2005) em conjunto com atores políticos representantes dos teuto-brasileiros, como Karl von Koseritz ²⁴ (BIEHL, 1999; OLIVEIRA, 2008), que viam uma possível ameaça no caso dos *Muckers*.

Inter-relação entre religião e identidade étnica

Nesse primeiro período da imigração alemã, a relação entre protestantismo (de imigração) e identidade étnica pode ser explicada por fatores locais, sem interferência externa dos estados alemães independentes (WIRTH, 1998). Gradativamente, foram surgindo companhias colonizadoras, que eram iniciativas

²³ Embora padres que emigraram para as colônias alemãs viriam a criticar o caráter não romano das igrejas e buscariam tentar modificá-las.

²⁴ Também grafado como Carlos von Koseritz.

privadas para a constituição de núcleos coloniais²⁵. Devemos destacar que foram as companhias colonizadoras que incluíram a assistência religiosa, principalmente aos não católicos, entre suas estratégias de ação para atrair emigrantes. O início de um acompanhamento religioso sistemático e institucionalizado aos imigrantes alemães no Brasil ocorreu a partir de 1864, período próximo à unificação alemã em 18 de janeiro de 1871. As sociedades missionárias de regiões dos estados alemães começaram a financiar o envio de pastores, missionários e até mesmo professores para o atendimento espiritual e educacional entre os teuto-luteranos no Brasil. Chegaram ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo (MASKE, 2013) pastores formados em faculdades de Teologia, e estes vinham com uma formação alicerçada no Idealismo alemão e no debate pangermanista, mas também imigraram missionários formados em seminários de instituições com trabalhos de missão na África e Ásia.

Os colonos, muitas vezes, eram membros não tão ativos em suas comunidades religiosas nos estados independentes que viriam a tornar-se a Alemanha, por isso, buscavam manifestar sua religiosidade de forma independente, isto é, sem interferência de uma instituição eclesiástica exterior. Isso foi posteriormente visto como um problema para os pastores com formação acadêmica que visavam instituir um sínodo no Rio Grande do Sul. Esse fator resultaria na formação da figura do pastor itinerante, um viajante que teria como função divulgar o Sínodo Rio-Grandense nas comunidades independentes, assim como combater os *pseudopastores*. René Gertz aponta que a formação dos sínodos é o produto do contexto da época da virada do século XIX para o XX (GERTZ, 2001). Durante o período da formação dos sínodos luteranos no Brasil, o envio gradativo de pastores dos estados alemães e Suíça foi o começo de um novo período na história luterana constituindo a formação de uma estrutura eclesiástica melhor estabelecida. Salientamos também que o período entre 1864 e a Proclamação da República, em 1889, é marcado como o primórdio das incursões dos colonos alemães na esfera

²⁵ Mesmo assim, o Estado nacional jamais deixou de auxiliar as colonizações, seja a partir de benefícios fiscais, como apoio financeiro para as colonizações estaduais e privadas. Uma melhor compreensão de tais leis pode ser vista em Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Imigração e Colonização: legislação de 1747-1915. ORG. IOTTI, Luiza Horn. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul, EDUCS, 2001.

política partidária. Martin Dreher descreve que houve uma preferência pelo Partido Liberal, liderado por Gaspar Silveira Martins.

A gênese da articulação eclesiástica pelos teuto-luteranos ultramar

No ano de 1864, foi criado, em Wuppertal, por Friedrich Fabri, o Comitê para os alemães protestantes no Brasil, sendo que, em 1881, esse comitê fundiu-se à Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América do Norte, transformando-se na Sociedade Evangélica para os Protestantes Alemães na América, popularmente conhecida como Sociedade Evangélica de Barmen. "Suas atividades eram apresentadas como uma garantia para que a Igreja e a escola preservassem entre os imigrantes 'a língua e o espírito alemães' como 'vínculo íntimo e nacional' do emigrado e seus descendentes com a nação alemã" (WIRTH, 1998, p. 164). Friedrich Fabri foi um importante ideólogo da preservação da cultura alemã entre os emigrantes, Fabri (1879) via, nas colônias e na valorização da *kultur* entre os colonos alemães, a principal estratégia de fomento do mercado econômico internacional alemão (WIRTH, 1998), com isso, fortalecendo o Estado na disputa expansionista entre as nações europeias já unificadas. Para Fabri, o Sul do Brasil, o Chile, a Argentina e o Uruguai configuravam-se em um dos poucos espaços geográficos ainda disponíveis para desenvolver, de forma ultramar, o imperialismo alemão (WIRTH, 1998), por isso, nesses locais, deveria ser desenvolvido o fomento da identidade étnica alemã. Cabe aqui salientar que essas regiões do Cone Sul (HILLER, 1912), que, para Fabri, seriam os alvos estratégicos, são as regiões onde mais existem luteranos na América Latina até hoje (WESTHELLE, 1978). Houve também outras regiões do continente, como Peru e Bolívia (DIE DEUTSCHEN INTERESSEN, 1911), que poderiam ser possíveis alvos de interesse do Império Alemão, todavia, em menor escala. A partir desse contexto, foi estimulado o fortalecimento de instituições eclesiásticas e escolares (KLUG, 1998) entre os imigrantes alemães e seus descendentes.

O governo alemão, a partir de 1889, por intermédio do Ministério do Exterior, começou a enviar auxílio financeiro e pessoal para as escolas teutas no Sul do Brasil,

além disso, estimulou a divulgação de literatura voltada aos emigrantes e seus descendentes. Um evento deveras importante foi a atuação entre 1892 e 1914 da marinha alemã, que realizou atividades culturais nas regiões de colonização alemã, com o objetivo de despertar o orgulho dos descendentes teuto-brasileiros pela Alemanha (WIRTH, 1998). Após a queda de Otto Eduard Leopold von Bismarck-Schönhausen, Príncipe de Bismarck, em 20 de março de 1890 e diante do fracasso das colônias alemãs na África, surgiu a Lei da Emigração, de 9 de junho de 1897²⁶, que tinha, como finalidade, preservar a germanidade entre os emigrados e tornar a emigração frutífera de acordo com os interesses da pátria, realizando, assim, um direcionamento de locais apropriados para os emigrantes, que, muitas vezes, deveriam ser direcionados para a América do Sul nas regiões do Sul do Brasil, o Chile, a Argentina e o Uruguai.

A emigração de Hermann Borchard e Wilhelm Rotermond

O envio do pastor Hermann Borchard, em 1864, para o Brasil pelo Conselho Superior Eclesiástico de Berlim, da Igreja Evangélica da Prússia, pode ser considerado como o momento de mudança do luteranismo no Brasil. Borchard é considerado como o primeiro pastor entusiasta da promoção da germanidade entre os colonos teuto-brasileiros, ele também orquestrou a criação de um primeiro sínodo luterano, o Sínodo Evangélico Alemão da Província do Rio Grande do Sul, que acabou fracassando, mas tal atitude foi a gênese para a posterior formação do Sínodo Rio-Grandense. A partir da atuação de Borchard, outros missionários e pastores vieram às colônias alemãs do Sul do Brasil, muitos provenientes de recursos da Sociedade Missionária da Basileia (instituição da Suíça, não da Alemanha); da Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes da América, instituição formada por Friedrich Fabri, em Barmen na Alemanha (MASKE, 2013); e a Fundação Gustavo Adolfo. Foi o Reino da Prússia que tencionou a unificação da Alemanha e promoveu o nacionalismo alemão. Neste sentido, a Igreja da Prússia era a instituição que mais

²⁶ ALEMANHA, 1897, recurso online. Disponível em: https://de.wikisource.org/wiki/Gesetz_%C3%BCber_das_Auswanderungswesen, acesso em 15/03/2021.

difundia ideias de *Deutschtum* além-mar e era promotora do envio de pastores alemães para o Brasil, muitos que tiveram, como formação, o ideal pangermanista e acabaram utilizando-o em suas pregações. A Igreja da Prússia também facilitou a filiação de muitas comunidades luteranas nas colônias a ela, consolidando-as então como comunidades evangélicas estrangeiras no Brasil.

Em 1874, emigrou para o Brasil o pastor Wilhelm Rotermund, doutor em Teologia, para exercer funções pastorais na comunidade evangélica de São Leopoldo e região, “sua concepção era de que o protestantismo luterano só podia ser vivido em solo brasileiro estreitamente ligado à etnia alemã, uma visão muito comum entre líderes religiosos protestantes vindos da Alemanha” (GERTZ, 1998, p. 45). Podemos considerar que a formação do Sínodo Rio-Grandense foi a obra da articulação de pastores, como Rotermund, mas não de seus membros (GERTZ, 2001), aqueles, muitas vezes, influenciados por trabalhos como os de Friedrich Fabri. O Sínodo Rio-Grandense foi uma importante instituição para o fomento da germanidade, alicerçada pelos ideais de que luteranismo e germanidade estariam intrinsecamente relacionados.

Os sínodos luteranos no Sul do Brasil

As Igrejas Luteranas, especialmente, as que se vincularam ao Sínodo Rio-Grandense eram responsáveis não apenas pela pregação religiosa, mas também por preservar as “virtudes alemãs” e o legado cultural do *Deutschtum* entre os imigrantes alemães e seus descendentes teuto-brasileiros.

Muitos dos pastores alemães enviados para o trabalho pastoral neste sínodo, evidenciam sua preocupação com um trabalho teológico étnico, voltado para as comunidades na perspectiva não só de atender às demandas religiosas, mas também, atuar no sentido de preservar o caráter germânico das comunidades, ou ainda de recuperar aquelas já em estado de integração com seu meio-ambiente luso-brasileiro. O Sínodo Rio-Grandense, logo após sua fundação e em função de sua ligação com a Igreja Evangélica da Prússia (da qual logo se tornou uma

província), assumiu um caráter confessional unionista²⁷, o que causaria alguns inconvenientes e mal-entendidos com comunidades e sínodos de caráter confessional claramente luterano (MASKE, 2013, p. 163).

Essa Igreja centrada na cultura alemã enfrentaria seu primeiro conflito durante a Primeira Guerra Mundial, em 1917, quando o Brasil proibiu o uso da língua alemã²⁸ e os jornais étnicos foram interditados. O auxílio financeiro externo foi interrompido e isso foi um grande choque para os sínodos, mas vieram a reestruturar-se (WIRTH, 2005). Com o término da Guerra, o idioma alemão voltou a ser permitido, assim como ressurgiram a circulação dos jornais étnicos, foi um período de reflorescimento da etnicidade teuto-brasileira, contexto da obra *Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul* (AMSTAD, 2005). No entanto, anos depois, durante a Era Vargas, especialmente o período da Campanha de Nacionalização, novamente a produção de jornais étnicos e livros viria a ser proibida, com isso, erradicando a literatura étnica.

Aqui, fazemos uma ressalva de que dentro do próprio luteranismo há diferenças, não existe, hoje em dia, apenas uma Igreja Luterana, o exemplo mais claro é a divisão entre o Sínodo de Missouri (atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil, IELB)²⁹, que foi vinculada por imigrantes norte-americanos que chegaram às colônias no Brasil (MARLOW, 2013) e os Sínodo Rio-Grandense (1886), assim como os Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, do Paraná e de outros estados, mais conhecido como Sínodo da Caixa de Deus (1905); a Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina (1911); e o Sínodo Evangélico Brasil Central (1912). Esses sínodos constituiriam a Federação Sinodal, que, em 1949, formou a atual *Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil* (IECLB) (WACHHOLZ, 2009), que veio a ter fortes relações com a Alemanha³⁰ (SILVA ALVES, 2009; WACHHOLZ, 2009; WITT, 1996). Surgiram disputas entre os missionários luteranos alemães ligados à Igreja da Prússia e missionários luteranos norte-americanos do Sínodo de Missouri (MASKE, 2013), dentre essas disputas, havia uma forte influência de pastores

²⁷ Caráter que unificava as igrejas evangélicas alemãs com uma teologia luterana e calvinista.

²⁸ Assim como japonês e italiano.

²⁹ Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

³⁰ No próprio nome das denominações religiosas, percebemos que a IELB é “do” Brasil, enquanto a IECLB, em seu nome, conota a antiga filiação à Igreja Matriz de Berlim, visto que é “no” Brasil, ou seja, há uma dimensão mais internacional.

alemães, que enfatizavam a preservação da identidade teuto-brasileira, enquanto que os luteranos do Sínodo de Missouri - em um primeiro momento - eram indiferentes, ao menos institucionalmente, "os missurianos entendiam-se como os pregadores da "pura e sã doutrina" contra o 'unionismo herético' e a mistura de Evangelho e germanismo do Sínodo Rio-Grandense" (WACHHOLZ, 2009, p. 193). Embora os pastores do Sínodo de Missouri enfatizassem a integração dos luteranos, as pregações das comunidades do Sínodo de Missouri eram realizadas em alemão, da mesma forma que entre as comunidades luteranas do Sínodo Rio-Grandense. O uso do alemão nas pregações era uma possível estratégia para conquistar mais fiéis, pois ambas as igrejas estavam no Brasil para auxiliar os imigrantes alemães e seus descendentes, não a população brasileira de forma geral. O estímulo do uso da língua alemã também poderia ser usado por ambos os sínodos como estratégia para que os fiéis não viessem a trocar para uma congregação brasileira. Logo, o alemão seria usado como um símbolo de pertencimento aos membros da comunidade eclesiástica por ser a língua falada no cotidiano e, com isso, fomentavam a etnicidade da população teuto-brasileira.

O primeiro contato entre um missionário do Sínodo de Missouri e as comunidades luteranas no Brasil ocorreu em 1868 a partir da atuação do pastor Frederick Brutschin, enviado dos Estados Unidos para atuar no Rio Grande do Sul. Em 1899, ele entrou em contato com a direção do Sínodo de Missouri, solicitando pastores para o preenchimento de numerosas vagas pastorais para o estado do Rio Grande do Sul (MASKE, 2013). A relação entre o Sínodo de Missouri com o Sínodo Rio-Grandense foi de corriqueiros conflitos,

segundo Prien, de importância central foi a criação de uma comunidade, em fins de 1902, em Porto Alegre, onde viviam aproximadamente 20 mil descendentes de alemães, em sua maioria de origem protestante, mas onde existia somente uma comunidade do Sínodo Rio-Grandense. Os missourianos ainda deram outro passo à frente, com a criação do Seminário Concórdia em Porto Alegre, para a formação de professores e pastores brasileiros, além de oferecer bolsas de estudo em universidades americanas para complementação acadêmica de seus pastores brasileiros. Isso graças às subvenções financeiras da Igreja Luterana –

Sínodo de Missouri, que já orientavam seu distrito brasileiro para uma integração ao cenário brasileiro e expansão não só para os antigos quatro sínodos alemães, como também para regiões onde a migração interna de teuto-brasileiros ainda não tinha levado as comunidades luteranas. Antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, já estavam estabelecidas as primeiras comunidades luteranas brasileiras, sem conexão com a imigração alemã, em regiões como Pernambuco e Ceará (MASKE, 2013, p. 165).

Muitas comunidades ficavam longos períodos sem pastores, havia a fama de que o Sínodo de Missouri era capaz de fornecer rapidamente pastores para atender à demanda espiritual das colônias. Somada a existência de recursos materiais e humanos do Sínodo de Missouri para fornecer livros, literatura evangelística, material didático, pregadores e recursos para a construção de templos, oriundos dos Estados Unidos (MASKE, 2013), acabou gerando-se a fama das igrejas do Sínodo de Missouri serem ricas. Porquanto, o caso do Rio Grande do Sul é interessante para a compreensão da mobilização da etnicidade teuto-brasileira, pois, foi nesse estado que as controvérsias e os conflitos entre os sínodos foram mais frequentes, visto que o Sínodo Rio-Grandense era abertamente evangélico e germanófilo e, neste sentido, o Sínodo de Missouri era um inimigo a ser eliminado, pois ele se apresentava como um sínodo que também buscava atender às comunidades de alemães evangélicos, mas, como ambos os sínodos tinham os mesmos alvos, foi natural surgir um conflito entre ambas as partes.

Em outras regiões, como no Paraná e em Santa Catarina, o Sínodo Luterano era conduzido pela *Gotteskasten*, ligada à Igreja Evangélica Luterana da Baviera, confessionalmente luterana, mas bem mais disposta ao diálogo e à cooperação. Nessas regiões o conflito foi bem menor, pois havia uma identidade confessional luterana comum e só não houve uma fusão com o Sínodo de Missouri em função de discordâncias relacionadas com a questão étnica, à qual os missourianos eram indiferentes, mas tentavam incentivar as comunidades para passar ao trabalho em língua portuguesa, o que lhes interessava, tendo em vista projetos de médio e longo prazo no que se refere ao trabalho missionário entre a população brasileira lusófona (MASKE, 2013, p. 167).

Conflitos entre teuto-protestantes e teuto-católicos no Rio Grande do Sul

Havia também tensões entre católicos e protestantes, especialmente, entre os pregadores (KLUG, 1998), porque estes estavam buscando ampliar a influência sobre as colônias. Durante o período do Império, os alemães católicos estavam em uma melhor situação, afinal de contas, eles professavam a religião oficial do Estado brasileiro e, com isso, não enfrentavam tantas dificuldades como os alemães protestantes, especialmente, a questão do casamento e do sepultamento - tema bastante penoso para os protestantes - assim como acesso a cargos públicos (MASKE, 2013), com isso, percebemos que não havia uma cidadania plena aos protestantes. As "comunidades católicas das regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul foram, até a década de 1920 atendidas, especialmente por jesuítas, que vieram em grande número após as medidas tomadas pelo Bismarck, na Alemanha contra essa ordem" (GERTZ, 1998, p. 45). Acerca da atuação dos jesuítas, devemos considerar que o lado prussiano (e protestante) venceu o embate do nacionalismo na Alemanha, somada à *Kulturkampf*³¹, por isso, muitos jesuítas deixaram a Alemanha e emigraram para o Brasil.

No contexto após a Proclamação da República, também ocorreram conflitos esporádicos entre católicos e protestantes, por exemplo, devido à possibilidade de incluir o ensino religioso nas escolas públicas, os protestantes foram contra, uma vez que a separação de Estado e Religião deveria ser um alicerce essencial na República (GERTZ, 1998), por sua vez, os católicos eram favoráveis, visto que o catolicismo era a religião oficial do Império e, mesmo após a Proclamação da República, permaneceu como religião "oficial", embora não mais expressamente na Constituição. Logo, o ensino religioso nas escolas públicas favoreceria o catolicismo. Por outro lado, não podemos desconsiderar que, embora em melhor situação, os católicos também passaram por situações parecidas com os teuto-luteranos, em particular, pela ausência de padres "alemães", por isso, muitos constituíram a figura do padre-colono escolhido pela comunidade. Os colonos

³¹ Luta pela cultural, tradução nossa. Foram eventos que ocorreram em países da Europa e desencadearam na separação do Estado e igreja católica.

viviam o seu catolicismo de maneira própria, isso perdurou até 1848, quando muitos jesuítas foram expulsos dos estados alemães, "com eles, no entanto, veio um novo tipo de catolicismo, o catolicismo da Restauração, que lhes assegurava que seu catolicismo não correspondia aos parâmetros da Cúria Romana" (DREHER, 2017, p. 163). Logo, para esses padres, os padres-colonos e a forma de vivência da religiosidade dos colonos católicos eram vistos como errados e precisavam ser alterados.

Com a Primeira Guerra Mundial, surgiram transformações no cenário político interno e externo alemão, enquanto, no Brasil, ocorreram perseguições por boa parte de brasileiros contra os teuto-brasileiros no período (AMSTAD, 2005), somado também à indiferença de boa parte dos emigrantes alemães e seus descendentes em relação ao destino da nação alemã (WIRTH, 1998), por conseguinte, o projeto pangermanista acabou não trazendo os resultados esperados pelo Império Alemão e pelos ideólogos da *Deutschbrasilianertum*. A política expansionista de mercado não vingou, ao menos como esperado, e, de forma simultânea, a promoção da germanidade deixou de ser uma política de Estado. Com o fracasso político, a escola (ARENDDT, 2007) e a igreja com o passar do tempo se transformariam nos únicos espaços em que o ideário da germanidade continuaria a ser cultivado. E, em 1917, após o ataque de torpedos no navio Paraná, o Brasil declarou guerra contra a Alemanha, mas, o fomento da etnicidade permaneceria, sendo ressignificada para além do ideal pangermanista.

Considerações finais

Concluimos este capítulo abordando que, obviamente, os pregadores alemães não emigraram para o Brasil com o mero propósito de fomentar um mercado internacional para a Alemanha em vias de unificação, assim como a mobilização da identidade étnica, mas acabaram corroborando para a articulação dessas duas questões. Apresentamos que a promoção da identidade germânica foi uma estratégia do Estado alemão recém-unificado em 1871. O século XIX foi o período de efervescência do nacionalismo nos Estados europeus e, neste contexto, surgiu um espírito pangermânico nos Estados alemães em processo de tentativa de unificação.

Em um primeiro momento, com a impossibilidade da unificação dos Estados alemães independentes, buscou-se fomentar o "espírito alemão", surgindo, assim, o ideal pangermanista. Após a unificação da Alemanha, atores políticos e econômicos articularam a importância da produção de um mercado externo consumidor para os produtos alemães manufaturados. Para isso, utilizaram a promoção da germanidade além-mar para influenciar os teuto-brasileiros a consumirem os produtos da Pátria Materna. As igrejas, escolas e organizações de amparo aos emigrantes receberam um forte auxílio material para que promovessem a germanidade e, como consequência, esse mercado alemão nas colônias. Porquanto, a formação e permanência da etnicidade teuto-brasileira não é decorrente do isolamento ou pouca interação dos imigrantes com a população autóctone, mas devido à ação do Estado Nacional alemão em promover o seu mercado, que influenciou a ação de uma elite imigrante enquanto formadora da organização da vida cotidiana da colônia articulada nesse ideal pangermanista. Elite não apenas econômica, mas também intelectual e cultural, entre uma dessas elites, destacamos a ação dos pregadores religiosos alemães com formação teológica acadêmica que estavam inseridos no debate pangermanista. No final, o projeto pangermanista falhou, mas corroborou para o fomento e mobilização da etnicidade teuto-brasileira.

Referências

ABBOTT, Andrew. **Processual Sociology**. Chicago, University of Chicago Press, 2016.

ACKERMANN, Silvia Regina. **Quando preferir um samba ao hino nacional é crime: integralismo, etnicidade e os crimes contra o Estado e a Ordem Social (Espírito Santo – 1934-1945)**. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, p. 338, 2009.

ALBA, Richard; NEE Victor. **Remaking the American Mainstream: Assimilation and Contemporary Immigration**. Cambridge, Harvard University Press, 2003.

ALEMANHA. **Lei da Emigração de 9 de junho de 1897**. Disponível em https://de.wikisource.org/wiki/Gesetz_%C3%BCber_das_Auswanderungswesen, acesso em 15/03/2021.

ALERS - Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Imigração e Colonização**: legislação de 1747-1915. ORG. IOTTI, Luiza Horn. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul, EDUCS, 2001.

ALVES, Eliane Bisan. **Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo**: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS (1930-1945), São Paulo, Associação Editorial Humanitas, 2006.

AMSTAD, Theodor. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924**. Título no original: Hundert Jahre Deuschtum in Rio Grande do Sul. Original editado pelo "Verband Deutscher Vereine". Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2005.

ARENDT, Isabel Cristina. Escola alemã-brasileira e evangélico-luterana: imagens e representações construídas a partir de um jornal. IN: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**, São Leopoldo, 2007.

BAHIA, Joana. Um "certo" jogo de espelhos: imigração e construção da identidade étnica de colonos de origem alemães no estado do Espírito Santo, Brasil. IN: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, 2005.

BARTH, Fredrik. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. IN: Org. VERMEULEN, Hans; GOVERS, Cora. **Antropologia da etnicidade**. Para além de "Ethnic Groups and Boundaries". Lisboa, Fim de século, 2003.

BEM, Arim Soares do. **Paradoxos da diferença**: etnicidade, inimificação e reconhecimento (Alemanha-Brasil). Curitiba, Appris, 2013.

BIEHL, João Guilherme. A Guerra dos imigrantes: o espírito alemão e o estranho Mucker no Sul do Brasil. IN: SOUSA, Edson L. A. de. **Colonização e Psicanálise**, Porto Alegre, Artes e Ofício, p. 148-168, 1999.

BOBSIN, Oneide. Luteranos – migração, urbanização e proletarização. Observações introdutórias a partir de um estudo de caso. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, ano 29, n. 2, p. 207-227, 1989.

CALHOUN, Craig. Afterward. Why historical sociology? IN: DELANTY, Gerard; ISIN, Engin F. (org.). **Handbook of historical sociology**. Londres, Sage, 2003.

CASSEL, Déborah Kuntze; SCHMIDT MOREIRA, Gabriela; ZILIOTTO, Denise Macedo. A imigração alemã e a concepção de trabalho no Vale dos Sinos. **Práxis – Revista do ICHLA**, Novo Hamburgo, v. 1, jan-jun, p. 57-62, 2005.

DEUTSCHE POST. n. 13, São Leopoldo, 7 de janeiro de 1893. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=217140&pagfis=1>, acesso em 15/03/2021.

DIE DEUTSCHEN INTERESSEN in Argentinien, Chile, Bolivien und Peru: Eine der wichtigsten Fragen für Deutschlands Zukunft, Von einem alten Praktiker. Süd- und Mittel- Amerika-Verlag, Berlin, 1911. DREHER, Martin Norberto. **A religião de Jacobina**. São Leopoldo, Oikos, 2017.

_____. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul**: esquecimentos e lembranças. São Leopoldo, Oikos, 2014.

_____. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo, Sinodal, 2003.

DUNLEAVY, Patrick. **Authoring a PhD**: how to plan, draft, write and finish a doctoral thesis or dissertation. Hampshire, Palgrave Macmillan, 2003.

EURICH COLATUSSO, Denise. **Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869 a 1889)**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 158, 2004.

FABRI, Friedrich. **Bedarf Deutschland der Kolonien**. Gotha, Friedrich, Andreas, Berthes, 1879.

FAUSEL, Erich. O alemão falado no Rio Grande do Sul e suas transformações. **Organon – revista do instituto de Letras da UFRGS**, Porto Alegre, v. 8, n. 8/9, p. 49-73, 1963.

FENTON, Steve. **Etnicidade**. Lisboa, Instituto Piaget, 2003.

FISCHER, Joachim. Dokumente zur Geschichte der Rio-Grandenser Synode. 1. Teil. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 94-110, 1967.

FRESTON, Paul. Dilemas de naturalização do protestantismo étnico: a igreja luterana no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 61-73, out, 1998.

GERTZ, René Ernaini. Os “súditos alemães” no Brasil e a “pátria-mãe” Alemanha. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, ano IX, n. 19, 2018.

_____. A Segunda Guerra Mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. **Licencia&Acturas**, Ivoti, v. 3, n. 2, p. 15-25, jun-dez, 2015.

_____. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. **Textos de História**, Brasília, v. 16, n. 2, 2008.

_____. Os luteranos no Brasil. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 9-33, 2001.

_____. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 43-60, out, 1998.

HILLER, Georg. **Einwanderung und Kolonisation in Argentinien**. Reimer, Berlin, 1912.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil de 1872**. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca/catalogo?id=225477&view=detalhes>, acesso em 15/03/2021.

JENKINS, Richard. **Social Identity**. New York, Routledge, 2008.

_____. **Rethinking ethnicity: arguments and explorations**. Londres, Sage Publications, 1997.

KALENDER FÜR DIE DEUTSCHEN IN BRASILIEN. São Leopoldo, Verlag Rotermund & Co, 1912. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/829544/per829544_1912_00002.pdf, acesso em 15/03/2021.

_____. São Leopoldo, Verlag Rotermund & Co, 1907. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/829544/per829544_1907_00001.pdf, acesso em 15/03/2021.

KLEBER DA SILVA, Haike Roselane. A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 295-330, jan-jun, 2005. KLUG, João. Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina: tensões entre luteranos e católicos. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 111-127, out, 1998.

KOSERITZ DEUTSCHE ZEITUNG. Porto Alegre, n. 1, 3 de janeiro de 1893. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=825450&pesq=&pagfis=1>, acesso em 15/03/2021.

KOSERITZ' DEUTSCHER VOLKSKALENDER für Brasilien auf das Jahr 1910. Porto Alegre, Krahe & Comp, 1910.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo, UNESP, 2015.

_____. A better Brazil. **História, ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, jan-mar, 2014.

MARLOW, Sergio Luiz. **Confessionalidade a toda prova: o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do Germanismo e do Nacional-Socialismo Alemão durante o Governo de Getúlio Vargas no Brasil**. Tese (Doutorado em História),

Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 227, 2013.

MASKE, Wilson. Imperialismo e Luteranismo: o embate entre missionários alemães e americanos pelas comunidades luteranas no Brasil (1899-1938). **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 157-170, jul-dez, 2013.

MONSMA, Karl Martin; SALLA, Fernando Afonso; TEIXEIRA, Alessandra. A sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais. **Revista brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, jan-abr, 2018.

OLIVEIRA, Ryan Sousa. **Colonização alemã e poder: a cidadania brasileira em construção e discussão** (Rio Grande do Sul, 1863-1889). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, p. 192, 2008.

PEREIRA, Rodrigo. A demarcação de identidades: o conflito histórico entre as alas luteranas no Espírito Santo (Brasil) através da semiótica (séculos XIX e XX). **Revista Jesus Histórico e sua Recepção**, Rio de Janeiro, Ano IX, v. 16, 2016.

_____. Entre os Estado Unidos e a Alemanha: o conflito entre vertentes das Igrejas Luteranas no estado do Espírito Santo (1886-1929). **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, Ano VIII, n. 22, mai-ago, 2015.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo, Unesp, 2011.

RADÜNZ, Roberto; VOGT, Olgário Paulo. Relações de poder e o luteranismo em Santa Cruz do Sul – século XIX. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 4- 19, 2013.

RADÜNZ, Roberto. A relação entre o luteranismo oitocentista e o processo de colonização no Rio Grande do Sul: os estatutos como documento. IN: **Anais do X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**, Santa Maria, 2010.

RINKE, Stefan. Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): nova emigração e mudança de identidades. **Espaço plural**, ano 9, n. 19, p. 39-48, 2008.

ROTERMUND, Wilhelm. **Os dois vizinhos e outros textos**. Porto Alegre, Edições EST, 1997.

_____. **O lieb, so lang du lieben kannst. Kalender für die Deutschen in Brasilien**. São Leopoldo, Verlag Rotermund & Co, 1886, p. 35-61; 1890, p. 167-171. Disponível em <http://www.martiusstaden.org.br/conteudo/detalhe/88/wilhelm-rotermund-1843-1925>, acesso em 15/03/2021.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. Imigrantes alemães e o Brasil Caboclo: memória, identidade e política Nacional no Brasil. IN: **Anais do XXV simpósio Nacional de História ANPUH**, Fortaleza, 2009.

SEYFERTH, Giralda. Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 11, n. 22, p. 13-39, jul-dez, 2012.

_____. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 149-197, jul-dez, 2004.

_____. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997.

SILVA ALVES, Fernando Antonio da. Pelo caminho do avivamento ou pela manutenção de seu *ethos* germânico: os caminhos da unidade para a IECLB. **Protestantismo em revista**, São Leopoldo, n. 20, set-dez, 2009.

SIMMEL, Georg. **Ensaio sobre teoria da História**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2011a.

_____. **Religião: ensaios – volume 2/2**. São Paulo, Olho d'Água, 2011b.

_____. **Religião: ensaios – volume 1/2**. São Paulo, Olho d'Água, 2010.

_____. **Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. Luteranos de Londrina (PR) e Germanidade: interpretações sociológicas sobre a composição religiosa brasileira do início século XXI. IN: **Anais do I Congresso Internacional de História Unicentro/UEPG**, Irati, 2013.

THOMAS, William I. O problema da personalidade no ambiente urbano. **Plural**, São Paulo, v. 8, 2001.

VILAÇA, Helena. **Imigração, etnicidade e religião: o papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da Europa do Leste**. Lisboa, Estudos Observatório da Imigração, 2008.

WACH, Joachim. **Sociologia da Religião**. São Paulo, Paulinas, 1990.

WACHHOLZ, Wilhelm. Luteranismo no Brasil: trajetórias e desafios. **Estudos teológicos**, São Leopoldo, v. 49, n. 2, p. 180-206, jul-dez, 2009.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo, Cortez, 2016.

_____. **Economia e Sociedade**: Volume 1. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2009.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituais. **Dimensões**, Vitória, v. 18, 2006.

WESTHELLE, Vítor. Considerações sobre o etno-luteranismo latino americano: panfleto para debate. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 18, n. 2, 1978.

WIRTH, Lauri Emilio. Protestantismo brasileiro de rito luterano. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 68-77, set-nov, 2005.

_____. Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 38, n. 2, p. 156-172, 1998.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**: estratégias políticas, imigração alemã. Rio Grande do Sul – Século XIX. São Leopoldo, Oikos, 2015.

WITT, Osmar Luiz. **Igreja na migração e colonização**: a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense. São Leopoldo, Sinodal, 1996.

6. Religião e identidade étnica entre os pomeranos do estado do Espírito Santo



<https://doi.org/10.36592/9786554600033-06>

Joana Bahia

Introdução

Neste trabalho, analisamos a interpelação entre religião e identidade étnica em uma comunidade de pequenos produtores rurais, imigrantes vindos da região da Pomerânia, norte da Alemanha. A população do município escolhido é composta por 90% de descendentes de pomeranos, que lá chegaram no ano de 1847. Embora o Espírito Santo não receba mais alemães desde a década de 1870, essas comunidades mantiveram o modo de vida camponês. No contexto da imigração brasileira, nenhuma outra etnia concentrou-se tanto em áreas homogêneas e compactas como esta, concorrendo para modificar a estrutura fundiária e a vida rural dos estados onde se estabeleceu. Este trabalho aborda a relação entre o uso de várias línguas (portuguesa, alemã e pomerana) e a religiosidade luterana no cotidiano do grupo, os padrões de transmissão da herança da terra e a consequente valorização desses elementos que permitem compreender os valores sociais e educacionais mais importantes para o grupo na reprodução da sua condição campesina.

O município de Santa Maria de Jetibá é um dos primeiros núcleos coloniais de imigração alemã no Espírito Santo. Atualmente, temos um crescimento populacional na região, um gradual processo de urbanização, com a chegada crescente de brasileiros, mas o município ainda concentra a maior parte de sua população na área rural, sendo predominantemente de origem pomerana. A imigração alemã no Brasil esteve vinculada ao processo de colonização baseado na pequena propriedade promovida por iniciativa do Estado brasileiro desde a primeira metade do século XIX nos estados do Sul e no estado do Espírito Santo.

De acordo com Seyferth (1988, p. 4), a importância da imigração deve-se mais ao seu aspecto histórico e sociológico do que ao contingente numérico. Isso se deve

ao fato de esta ter se estabelecido em colônias em regiões pioneiras, contribuindo para a construção de uma sociedade distinta da nacional e uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade familiar nas áreas onde se estabeleceu.

Segundo Rocha (1984), a história da imigração para o Espírito Santo compreendeu três fases: a) 1847 a 1881; b) 1882 a 1887 e c) 1888 a 1896. Na primeira fase, foram criadas quatro colônias: Santa Isabel, em 1847; Rio Novo, em 1855; Santa Leopoldina, em 1857; e Castelo, em 1880. Em 1847, o Governo Imperial enviou para o Espírito Santo 163 imigrantes alemães provenientes do Hunsrück e do Hesse, região central do Reno. Eram 38 famílias, que foram instaladas entre os rios Jucu e Braço do Sul, a sete léguas de distância de Vitória, as quais fundaram a colônia de Santa Isabel. Após a sua fundação, Santa Isabel só voltou a receber novos colonos a partir de 1858. Em 1859 e 1860, chegaram mais imigrantes alemães, sendo a grande maioria oriunda da mesma região daqueles que haviam fundado a colônia; junto com eles vieram bávaros e prussianos.

Santa Isabel foi emancipada pelo Governo Imperial em 1886 e, a partir dessa data, nenhum imigrante foi instalado nela oficialmente, ao contrário de Rio Novo e Santa Leopoldina, que, mesmo depois da emancipação, continuaram a receber os imigrantes. Foi somente na década de 1870, em decorrência do aumento das entradas de imigrantes, que se deu a expansão territorial da colônia de Rio Novo. Ao núcleo inicial, foram acrescentados mais quatro. O segundo território, em 1875, recebeu 230 tirolezes. O terceiro território recebeu a primeira leva de imigrantes composta por 773 italianos, em 1878. O quarto começou a ser povoado em 1875, por imigrantes austríacos.

Dez anos após a criação da colônia de Santa Isabel, foi fundada a colônia de Santa Leopoldina. Situada à margem direita do Rio Santa Maria, em março de 1857, recebeu 140 imigrantes, em sua maioria suíços, mas também hanoverianos, luxemburgueses, prussianos e holstenianos. Descontentes com seus contratos de parceria nas fazendas de café de Ubatuba - SP, foram enviados, pelas autoridades centrais, para a nova colônia. Essa colônia, chamada inicialmente de Santa Maria, situava-se em terreno montanhoso e pouco fértil. Por esse motivo, com a autorização do Governo Imperial, foi prolongada na direção sul dos primeiros

estabelecimentos. O novo núcleo recebeu o nome de Santa Leopoldina. Após três anos de sua fundação, esse estabelecimento colonial recebeu novos contingentes de imigrantes luxemburgueses, hessenianos, austríacos, holandeses, badenses e pomeranos. Entre 1861 e 1866, não houve entrada de imigrantes, porém, a partir de 1867, a colônia recebeu grandes levas de alemães. Naquela data, a população total era de 1.235 habitantes e, em 1874, já havia alcançado o total de cinco mil. Esse aumento populacional levou à fundação de mais dois estabelecimentos, ligados administrativamente à colônia de Santa Leopoldina: Núcleo Timbuy e Núcleo Santa Cruz.

De acordo com Wagemann (1915, p.26), a chegada dos pomeranos à região ocorreu no período entre 1870 e 1879, constituindo a parte principal dos povoadores protestantes, alemães, no Espírito Santo. A grande maioria do contingente de imigrantes era constituída por trabalhadores rurais diaristas e membros das classes trabalhadoras das áreas urbanas, segmentos que melhor vivenciaram o processo de transformação da estrutura fundiária na Alemanha.

O berço da colonização alemã foi constituído pelos dois vales superiores do Rio Jucu e Santa Maria da Vitória, localizados na área montanhosa, em grandes extensões de terras altas, com altitudes que oscilam de 300 a 1.000 metros, na região centro-serrana do Espírito Santo. Atualmente, as antigas colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, com predominância de imigrantes alemães, são formadas pelos municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá. Podemos acrescentar o município de Santa Teresa, cujos distritos de Alto Santa Maria e Vinte e Cinco de Julho são habitados, principalmente, por descendentes de alemães, ao passo que os outros distritos contam com a presença dos italianos.

Herança e estrutura familiar

Os modos de transmissão do patrimônio fundiário entre os pomeranos possuem regras próprias que nem sempre concordam com o Código Civil. As práticas de herança têm, como objetivo, evitar a excessiva fragmentação das pequenas propriedades, fato que ameaça a reprodução desse campesinato. Segundo Roche (1968), o povoamento no estado do Espírito Santo obedeceu ao padrão geral

da colonização europeia no Sul do País. Observando as características geográficas da região (vales estreitos, terrenos acidentados e cercado de pequenas serras), vemos que os lotes coloniais (de 25 hectares) foram demarcados com formato alongado, a partir de picadas traçadas junto aos principais cursos d'água. O tamanho da propriedade (25 a 30 hectares) foi delimitado pela política de colonização do governo da província. Cada família de imigrantes recebia um lote financiado pelo governo através da administração da Colônia.

Mesmo depois de alguns anos, com a renda obtida através do comércio de produtos coloniais, poucos colonos conseguiram acumular o suficiente para a obtenção de mais terras. Muitos terrenos possuíam uma pequena área fértil para o plantio, sendo, em sua maioria, pequena em relação à área total da propriedade. As dificuldades de adaptação das técnicas agrícolas oriundas do contexto europeu ao novo ambiente levaram os colonos a desenvolver técnicas de rápido esgotamento do solo, tais como a derrubada e a queimada (coivara). O tamanho dos lotes somado à má qualidade dos terrenos levaram à busca de atividades complementares de renda fora da atividade agrícola ou de novas fronteiras agrícolas¹.

A escassez de terras fez-se sentir já na primeira geração, que compreende o período de 1847/1900, pois novas fronteiras foram abertas, resultando nas seguintes localidades²: na direção da colônia de Santa Isabel e Domingos Martins, ao longo do Rio Jucu, temos Califórnia, Rio Ponte, Tijuco Preto, Alto Jucu, Melgaço e Rio Lamego; a partir de Cachoeiro e Santa Leopoldina, temos Rio Santa Maria de Vitória e Caramuru; a partir de Luxemburgo, temos Jequitibá, Califórnia e Recreio; a partir da colônia de Santa Maria, temos Rio Possmoser, Garrafão, Alto Santa Maria e Rio Lamego.

¹ Segundo Roche (1968, p. 31), "o povoamento efetuou-se em datas diferentes e em duas direções opostas. De início, e sobretudo, partindo das antigas colônias germânicas do sul para o norte: Alto Santa Maria (1905), Paraju-Palmeira (1889), Pontal (1920), assim como no caso dos italianos a partir de Santa Teresa, seja pelo baixo Vale do Santa Maria do Rio Doce, seja pelo vale médio do Santa Joana (Itarana, ex-Figueira; Itaguaçu), seja no Guandu (Serra Pelada, 1905)".

² Chamamos a atenção para um ditado popular, constantemente referido pelos pomeranos quando relatam as dificuldades que cada geração atravessou dos primórdios da imigração até os dias de hoje. Esse ditado exprime as dificuldades enfrentadas na reprodução da condição étnica e social: "*Den Ersten, den Tod. Den Zweiten, die Not. Den Drietten, das Brot*" [Aos primeiros, a morte. Aos segundos, a miséria. Aos terceiros, o pão]. A diversidade de significados desse ditado será explicitada nos capítulos posteriores.

Na segunda geração, que compreende o período de 1900 a 1935, temos Santa Joana, Alto Limoeiro, Palmeira, Serra Pelada, Criciúma, Laranja da Terra, Santo Antônio, Mutum e Jacutinga. A partir daí, ocorre o deslocamento para a região Norte do estado, considerada "terra quente". Atualmente, os pomeranos dessa região retornam a Santa Maria de Jetibá para trabalhar como meeiros, ou nos períodos de colheita de café.

Temos, na terceira geração, período de 1935 a 1970, a criação de São Bento (Pancas), São Gabriel, Córrego Bley, Barra de São Francisco, Vargem Alegre, Córrego Grande, Vila Pavão e Colatina.

A quarta geração marca a saída dos pomeranos para a criação de colônias em outros estados, tais como Rondônia (Espigão do Oeste), Mato Grosso, Pará, Goiás e Paraná, a partir da década de 70 do século XX. Muitas famílias que saíram para essas regiões já retornaram a Santa Maria em busca de áreas de ocupação no meio urbano mais próximo com o auxílio da rede familiar que permaneceu na região. Os que ficaram em Rondônia encontram dificuldades na reprodução da condição camponesa, pois não terão terras para todos os filhos. A terra está ficando escassa em Rondônia. O mesmo acontece com os descendentes das famílias que partiram para o norte do estado, região chamada de terra quente, dos quais muitos estão retornando a Santa Maria e a outras colônias na condição de meeiros.

A possibilidade de obtenção de um padrão econômico mínimo para os pomeranos é extremamente penosa, insuficiente e difícil numa propriedade de 25 hectares situada em área de floresta subtropical. Seyferth (1985), citando Waibel (1958), afirma que "a área mínima deveria ser entre 55 e 65 hectares em terras boas, e pelo menos 80 hectares em terras ruins" no caso das regiões com essas características climáticas. Conforme relatou Roche (1968), as gerações posteriores de pomeranos avançaram em novas zonas pioneiras a fim de obter mais terras para plantio. A saída dos filhos dos colonos, a partir da segunda geração, é decorrente da escassez de terra e de recursos para compra. O autor aponta para a importância do núcleo familiar na reordenação das redes de parentesco nos momentos de mudança, como ocorreu nas várias migrações por conta da busca de novas frentes pioneiras³.

³ Entretanto, esses fatores não impossibilitaram, de todo, que uma pequena parcela dos pomeranos tivesse aumentado seu patrimônio, criando, assim, uma diferenciação interna desse campesinato. A

Na colônia estudada, presentes, temos a Igreja Missouri e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Inicialmente, ambas faziam parte dos sínodos que formaram os primórdios da história da igreja luterana no Brasil. A partir de 1930, houve a divisão dos sínodos, o que resultou nas seguintes afiliações: a filiação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil ao Sínodo de Missouri e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil à Federação de Igrejas na Alemanha.

Essas filiações evidenciaram formas diferenciadas no entendimento do que era ser luterano. Nos quadros hierárquicos da IECLB, havia a preocupação com a preservação da língua alemã como forma de manutenção da religião luterana, o que, conseqüentemente, resultou em sua relação de subordinação à Federação Alemã. Vale lembrar a criação, em 1900, de uma lei eclesiástica que permitia a afiliação de comunidades eclesiais alemãs no exterior ao Conselho Superior Eclesiástico em Berlim. Ao contrário dessa perspectiva, o Sínodo Missouri preocupava-se com a ênfase no aprendizado da língua portuguesa, fato que contribuiu para a formação de pastores que falassem a língua nacional, com o entendimento de que ser luterano não está relacionado a uma identidade específica.

Roche (1968, p. 27-28) chama a atenção para a importância da religião no desenvolvimento e expansão das antigas colônias alemãs de Santa Isabel e Santa Leopoldina e aponta para a questão da clivagem religiosa existente entre luteranos e católicos. O autor (p. 28) ainda lembra que, no caso de Santa Leopoldina, a clivagem religiosa foi maior, pois a colonização realizou-se numa espécie de segregação religiosa. Os católicos foram instalados no Tirol e os protestantes em Santa Leopoldina, de onde se espalharam subindo o vale do rio Santa Maria, passando do vale de um afluente para outro.

A importância da religião e da língua na construção da identidade étnica e social

Willems (1946), Wagemann (1949), Giemsa e Nauck (1950), Roche (1968), Dreher (1984) e Seyferth (1994) ressaltam a importância do pastor, do papel histórico

oposição "colono forte" e "colono fraco" caracteriza a diferenciação interna existente entre os pomeranos que acumularam mais ou menos recursos para a manutenção ou aumento do patrimônio fundiário.

da Igreja Luterana na manutenção da língua alemã e na elaboração das representações identitárias acionadas pelos alemães desde os primórdios da imigração.

Willems (1946) não apenas indica a questão da manutenção do uso do dialeto entre os vários imigrantes de origem alemã, mas também evidencia a relação entre Igreja Luterana e germanismo. O autor exemplifica a questão citando Wilhelm Rotermund, o fundador do Sínodo Rio-grandense, que afirmava que a desorganização dos teutos-brasileiros seria sinônimo de "descristianização": "Para ele (Rotermund), germanismo e evangelho estariam ligados para a vida e para a morte" (Willems, 1946, p. 351). A assimilação, no interior do debate entre os sínodos luteranos, significaria um luterano a menos, bastando, para isso, que houvesse a perda da língua alemã. De acordo com Roche (1968),

[...] é, aliás, a fundação de paróquias, mais ainda, a de comunidades protestantes, que serve de marco à expansão da colonização. Se os católicos, a partir de Santa Isabel, se estabeleceram em direção ao norte, na borda, portanto, da colônia, em contato com os católicos de origem lusitana, os protestantes subiram pouco a pouco os dois vales do Jucu: o braço sul por Soldo, Sapucaia, Tijuco Preto e Alto Jucu. Cada uma dessas comunidades tem por centro uma capela estabelecida no vale de um afluente importante do Jucu, sobretudo nos dois afluentes do braço norte, perpendiculares, decompondo em compartimentos justapostos sua vertente norte, em cujo ponto mais alto iriam reunir-se em breve aos que provinham de Santa Leopoldina (p. 27-28).

Os jornais e publicações veiculados pela Igreja Luterana, assim como pela Missouri, são escritos em português, porém eles reservam algumas seções, especialmente de cartas enviadas pelos fiéis, que são escritas em pomerano e em alemão. Ambas as lógicas das línguas são mescladas, fato que leva a uma tradução bastante difícil se não for feita com a ajuda de membros da comunidade que operem bem as duas línguas⁴.

⁴Na reinvenção da identidade étnica e social dos pomeranos, é importante ressaltar a necessidade de verificarmos o uso da língua no cotidiano do grupo para o entendimento das formas de transmissão da tradição oral. O grupo investigado expressa-se, cotidianamente, em três línguas: português,

O alemão é usado como língua sagrada, nas rezas, em alguns provérbios de cunho popular, nos cultos da Igreja Luterana e Missouri, especialmente nos dias da Festa da Colheita (setembro), no dia da Reforma Luterana (31 de outubro) e nos cultos de Santa Ceia. A língua também é utilizada no ensino confirmatório, nos colégios evangélicos onde se formam diáconos e auxiliares eclesiásticos e na Faculdade de Teologia em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Atualmente, as aulas são ministradas em português e pomerano, sendo o alemão utilizado na leitura e no estudo dos textos bíblicos.

Não obstante o uso da língua alemã ser resultante da atuação da Igreja Luterana na comunidade, sendo vista como sinônimo "do atraso dos pomeranos, por não dominarem o português", ela é também considerada língua de prestígio. Por outro lado, muitos lamentam o fato de não terem aprendido também o alto-alemão, pois teriam mais chance de ingresso diferenciado no mercado de trabalho, significando uma possibilidade de ascensão social. Muitos jovens buscam contatos com a Alemanha através de informações de convênios nas igrejas luteranas e junto às universidades (Granzow 1975, p.67). Além dos usos cotidianos da língua alemã, temos a expressão desta através dos objetos pertencentes ao universo da Land⁵. É

alemão e pomerano, cada uma delas acionada em diferentes situações sociais. O português é usado nas situações formais, como nas questões de cidadania, no ensino escolar, nas instituições locais (prefeitura, fórum, casas comerciais e bancos), com relativa frequência, no atual ensino confirmatório e para demarcar a diferença entre pomerano e brasileiro. Sua frequência é maior na sede da colônia do que na zona rural e seu uso mais comum entre os jovens do que entre as gerações mais antigas. O uso crescente da língua portuguesa deu-se, de fato, no momento da Campanha de Nacionalização implantada pelo Governo de Getúlio Vargas nos anos de 1938 a 1945. Nesse período, houve repressão à publicação e ao ensino na língua alemã, proibição de falar outra língua em público, fechamento de instituições e associações comunitárias e culturais, perseguição aos membros das igrejas luteranas e destruição de propriedades.

⁵ Na língua pomerana, a palavra que designa a unidade familiar como unidade de produção e consumo, juntamente com a propriedade, os animais, objetos e valores que constituem seu modo de vida, é Land. Sua significação seria equivalente na literatura sobre campesinato ao termo inglês household. Na língua portuguesa, temos o uso que fazem da palavra "colônia", que teria o mesmo significado de Land. A palavra "colônia" pode ser usada para referir-se à própria terra e seu conjunto, ou à colônia de algum parente ou ainda à região de imigração pomerana no estado do Espírito Santo. O termo colônia é usado pelos pomeranos para designar a área rural em oposição à cidade. Esse termo também designa as terras, benfeitorias, residências, animais domésticos, plantações etc. que, juntamente com o grupo doméstico, constitui uma unidade básica de produção e consumo. Neste sentido, a concepção de família camponesa está estreitamente vinculada à ideia de colônia. A colônia é tanto a terra quanto o produto do trabalho e do esforço familiar. Desse modo, a palavra traduz a ideia de manutenção de um tipo de exploração familiar, um tipo de exploração tradicional camponesa, na qual o trabalho é realizado pelos membros da família. A palavra colono é usada como afirmação da identidade étnica e social, ou seja, imigrante camponês de origem pomerana.

bastante comum encontrarmos, em suas casas, livros de orações em alemão, dizeres bíblicos escritos em tabuletas, as cartas sagradas (Himmelsbrief e Schutzbrief)⁶, o hinário e todo o material do ensino confirmatório pertencentes às várias gerações da mesma família. O uso da língua alemã também é frequente, juntamente com o pomerano, nas práticas de benzeção realizadas pelas mulheres na esfera familiar.

Se a língua alemã e o pomerano evocam, respectivamente, germanidade e elementos marcadores da identidade étnica e campesina, a língua portuguesa⁷ circunscreve-se às situações formais e aquelas relacionadas às questões de cidadania, no ensino escolar, nas instituições locais (prefeitura, fórum, casas comerciais e bancos), com relativa frequência no atual ensino confirmatório e para demarcar a diferença entre pomerano e brasileiro. Sua frequência é maior na sede da colônia do que na zona rural e seu uso mais comum entre os jovens do que entre as gerações mais antigas. A língua oficial - no caso o português - é sustentada pelo Estado, tanto em sua gênese quanto nos seus usos sociais (Bourdieu 1996).

Para muitos, a língua portuguesa é sinônimo de ascensão social e de diferenciação entre os que permaneceram na roça e os que foram para a cidade. Ademais, é a língua de mobilidade social (Bahia 2011 103; Granzow 1975 p.40). Neste

⁶ Escritas em alemão no alfabeto gótico e trazidas pelos primeiros imigrantes, as quais são reproduzidas e veiculadas até hoje. Estas são expostas ao lado das fotos mais importantes, nas paredes das salas. O lugar que ocupam na casa é especial, sendo, portanto, objetos postos nos limites entre a Casa/Land, marcando a relação dos pomeranos com o mundo através das representações que constroem de si mesmos. Não foi possível precisar a data histórica das cartas. Através de entrevistas, foi possível averiguar que estas têm origem na Alemanha e foram trazidas pelos imigrantes. Os relatos dos pomeranos evocam os objetos que vieram da Alemanha: além da roupa do corpo, a Bíblia e livros de orações, muitos trouxeram as cartas sagradas. Só pude apurar que havia uma gráfica situada na Cidade do Rio de Janeiro que fazia as reproduções que circulam no estado do Espírito Santo. A data (1724) que aparece na carta não pôde até o presente momento ser confirmada por documentação. O que se torna importante é a presença das cartas no interior da casa como objeto de manutenção da unidade Land (terra/família) e o fato de constituir-se num marco na história da imigração para o Brasil na memória dos pomeranos. Conforme foi, inicialmente exposto neste capítulo, a expressão "carta de proteção" é uma metáfora e significa "contra os tiros da bruxa", ou seja, contra tudo de mal que possa ocorrer contra ou que ameace a manutenção da Land.

⁷ Até a Campanha de Nacionalização, os jornais – dentre estes o Heimatbote/Correio do Lar, da Pátria – pertencentes à IECLB eram veiculados em língua alemã entre as comunidades alemãs do estado. Atualmente, algumas colunas do jornal O Semeador são escritas em alemão por pastores ou por correspondentes nascidos na Alemanha, e a seção de cartas enviadas pelos pomeranos são escritas na lógica da língua pomerana e alemã (Bahia 2011 109). O uso crescente da língua portuguesa deu-se, de fato, no momento da Campanha de Nacionalização implantada pelo Governo de Getúlio Vargas nos anos de 1938 a 1945. Nesse período, houve repressão à publicação e ao ensino na língua alemã, proibição de falar outra língua em público, fechamento de instituições e associações comunitárias e culturais, perseguição aos membros das igrejas luteranas e destruição de propriedades. Muitos pastores foram presos e proibidos de atuar em suas atividades religiosas (Bahia 2011 p 99).

sentido, o modo de inculcação da língua legítima aparece nos sentimentos de vergonha, inferioridade diante de personagens letrados e de "*falarem um português errado*" de "*gente da roça, sem estudos*". Para os pais que desejam a permanência de seus filhos na zona rural, a escola serve apenas para ensinar o mínimo necessário para as situações formais que eles terão de enfrentar. Lembramos que, na esfera da pequena produção familiar, a ausência de um dos membros da família na lavoura nas épocas de maior necessidade (aumento de produção, períodos da colheita de café ou casos de doença e morte na família), o número pequeno de escolas, o pouco contingente de docentes que atenda a população local, as longas distâncias e as dificuldades de transporte são algumas das dificuldades mencionadas pelos pais para não manterem seus filhos na escola.

Neste aspecto, a família, a escola e a igreja são instâncias produtoras da competência legítima, através do reconhecimento da língua legítima; neste caso, a língua escrita nacional adquire força de lei no e pelo sistema escolar. Porém, a língua alemã também é considerada legítima na esfera religiosa institucional, conforme vimos, a Igreja Luterana. Porém, não há um consenso sobre isso. Muitos pomeranos, pertencentes às gerações mais antigas, lamentam a gradual perda da língua entre os mais jovens, especialmente, entre aqueles que não permaneceram na zona rural. Como exemplo, temos uma matéria de jornal escrita em pomerano, em outubro de 1994, por uma pomerana, moradora da sede de Santa Maria e enviada aos jornais locais, intitulada "Pomerana Morena". Essa matéria foi uma resposta àquelas veiculadas pela imprensa nacional, às afirmativas de que o pomerano não fala português, mostrando aspectos do grupo que davam a impressão de que este "houvesse parado no tempo da sua chegada ao Brasil". A autora da matéria afirma que é mais fácil encontrar um pomerano que fale português do que pomerano. O acesso maior aos meios de comunicação e a presença das escolas públicas na sede da colônia têm peso decisivo na determinação da menor frequência da língua pomerana.

Cabe ressaltar que, pelo título da matéria, "Pomerana morena", temos uma clara alusão de que, ao deixar de falar a língua, os pomeranos são "menos pomeranos" e mais "morenos", isto é, mais "brasileiros". Vemos que a língua é o

elemento de maior importância na construção dos limites da identidade étnica, estabelecendo uma identidade contrastiva com o uso do termo *sward* (moreno/preto), que é designado para classificar os brasileiros.

O pomerano é falado, com frequência, na roça, em casa, na intimidade do lar e nas situações-limite de conflito social (luta pelos recursos e acesso à terra entre parentes e vizinhos), mas, principalmente, nas situações religiosas. Falam a língua nas acusações de bruxaria e, principalmente, nas práticas mágicas (tais como benzeções) que demarcam ritos de passagem como o nascimento, o casamento e a morte dos membros da comunidade. Seu aprendizado é familiar, sendo a mulher responsável não apenas pela transmissão da lógica da língua pomerana - e da língua alemã - para as crianças, mas também dos aspectos mágico-religiosos que marcam os ritos de passagem e que fazem parte do cotidiano campesino.

No cotidiano, há diferenças entre os falantes das três línguas. As mulheres são bilíngues em relação aos homens. Elas falam com maior frequência o pomerano e o alemão. O uso da língua portuguesa vai depender do grau de escolaridade. A divisão social do trabalho no campo, somada aos valores de transmissão da germanidade, atribui diferentes papéis sociais para os homens e as mulheres. Cabe às mulheres o domínio do espaço da casa, da família e da educação dos filhos e aos homens, o espaço de circulação entre a casa, o mercado e o comércio. Conseqüentemente, os homens são trilingües, pois circulam pelos espaços sociais nos quais são utilizadas as várias línguas. Eles dominam mais a língua de prestígio e as mulheres falam mais a língua considerada familiar.

Conforme já vimos, há diferenças de geração. As circunstâncias históricas da imigração e a imposição do uso da língua alemã pela Igreja Luterana foram fatores determinantes para o domínio da língua alta entre os descendentes dos primeiros imigrantes. Atualmente, a última geração de descendentes fala o pomerano e o português, e, somente no âmbito dos cultos da Igreja, é repetido o alemão, após o ensino das palavras e sua pronúncia pelo pastor. A maioria dos descendentes não compreende o culto em alemão, por não mais dominar a língua. Entre os mais jovens, uma única exceção constitui-se no caso das mulheres que cumprem o papel de benzedoras, fato pouco frequente, pois a maioria destas é bastante idosa. Neste caso, a mulher manteve o aprendizado não apenas do pomerano, mas também do

alemão transmitido pela figura materna através do uso de palavras mágicas nos principais ritos de passagem, nas práticas de benção e nos casos de acusação de bruxaria. Mas seu uso restringe-se ao aprendizado religioso no universo familiar, não havendo um controle total das regras da língua alemã.

A partir de uma breve análise da situação linguística, é possível afirmar que a língua pomerana e a língua alemã são fundamentais na transmissão da tradição oral e na elaboração da identidade étnica e social. Ambas possuem modos distintos de serem usadas no cotidiano do grupo e peso significativo nos aspectos mágicos dos rituais que marcam os ciclos vitais do grupo e no processo de acusação de bruxaria. No caso da língua alemã, a sua utilização está mais próxima da religião no que se refere à esfera institucional, isto é, a participação dos pomeranos na Igreja Luterana.

Muttersprache oder Kirchensprache: o ethos camponês e as imagens sagradas da religião

A força das palavras sagradas expressa para os componentes do grupo o que eles são diante do mundo camponês. Esse fator torna-se mais evidente no apego dos pomeranos às palavras sagradas da Bíblia expressas em alemão e aos escritos de Martin Lutero. Temos a importância dos escritos bíblicos, das festas comunitárias organizadas pela Igreja Luterana e, como veremos mais adiante, a força das representações existentes em torno da figura do pastor. Um exemplo do primeiro aspecto é o uso dos termos linguísticos, pois, ao falar das virtudes camponesas, o pomerano retoma o sistema cognitivo tradicional e mostra o que é necessário para reconhecer-se como sendo um "verdadeiro" pomerano. Nos estudos de Foster (1967) e Redfield (1969), temos a interposição do discurso ideológico com a prática através da reprodução da imagem romantizada do bom camponês, percebida nas seguintes características básicas: 1 – pobreza é uma virtude; 2 – trabalho duro faz um bom camponês; 3 – acumulação é condenada.

No caso dos pomeranos, temos o uso das representações religiosas para compor uma imagem identitária idealizada para o grupo. As características do "ethos luterano" compõem a imagem da boa virtude, da pobreza e do despojamento como

sendo fundamentais na elaboração da identidade camponesa. Como exemplo, temos a inscrição de uma tabuleta encontrada na casa de uma das famílias entrevistadas, que diz, citando Mateus 8 20: "Die Vögel unter dem Himmel haben Nester, aber des Menschen Sohn hat nicht, da er sein Haupt hinlege" [As aves do céu têm ninhos, mas o Filho do homem não tem onde reclinar a cabeça].

Lembramos que Lutero, em sua doutrina da justificação pela fé, contrariamente à ética calvinista descrita por Max Weber (1987), não prevê a mobilidade social, uma vez que a figura divina elege a vocação e quem é o eleito. O destino já está traçado por Deus, e, ao nascer-se camponês, deve-se cumprir bem o seu caminho. O ethos religioso expresso na apropriação da língua alemã não demarca apenas uma identidade de camponês, mas também a especificidade étnica perante a sociedade nacional. Orienta ainda as transformações do grupo diante das próprias dificuldades de reprodução social.

Os pomeranos, diante da mobilidade social do mundo camponês, acionam as imagens sagradas da religião através do uso da língua alemã, reinventando a figura do "camponês tradicional". É o uso da imagem do campônio luterano e imigrante trabalhador que perpassa as diferenciações internas do grupo e que organiza o mundo dos eventos e das festas da comunidade. A identidade de "camponês tradicional" faz parte da lógica que é acionada em algumas situações como valor identitário, como forma de persistência da identidade camponesa num mundo em crise através das festas comunitárias, tais como: Festa do Colono, Festa da Colheita, Festa Pomerana, Festival de Danças Folclóricas e dos Tocadores de Concertina. Essas festividades são parte do calendário da comunidade do município de Santa Maria de Jetibá. Para os pomeranos, suas festas comunitárias, ao mesmo tempo que põem em evidência sua distintividade em relação aos outros grupos de imigrantes alemães, elaboram uma representação de camponês tradicional. Essa representação expressa a instabilidade do mercado, os problemas da excessiva divisão da terra e da transmissão da herança e da saída das gerações mais novas por aspirarem por valores urbanos. Essa situação, na maior parte das vezes, inviabiliza o retorno, pondo em xeque a própria reprodução da identidade do grupo (Champagne, 1977).

A questão é: quem vai ser considerado camponês diante das transformações econômicas e sociais do próprio campesinato? Até onde existem valores e tradições

que se mantenham na história da imigração? Essas questões justificam-se na medida em que os pomeranos diferenciam-se dos nacionais como colonizadores e na diferenciação interna existente entre eles, decorrente das distinções das disposições econômicas e de mobilidade social existentes.

Temos, então, acionada pelos pomeranos a dupla imagem do imigrante de origem alemã empreendedor e "camponês típico". Esta última imagem é retomada estrategicamente diante das dificuldades de reprodução social do campesinato de origem pomerana. Os pomeranos, ao valorizarem o passado, a origem mítica, reabilitam a tradição e expressam uma identidade que dá unidade à diferenciação interna existente na sua estrutura camponesa. É na figura do pequeno proprietário que tem a posse da terra, mas que completa sua sobrevivência com atividades casuais, que se pauta a imagem do "camponês típico". Ele é o detentor dos meios de produção, mas se encontra ameaçado pelo processo gradual de proletarização do campesinato. No caso dos pomeranos, é o campesinato ameaçado de perder terras que se apropria do discurso da importância da agricultura para a sociedade, e isso se apresenta de forma recorrente na seguinte fala: "Somos nós que alimentamos o mundo".

A representação do camponês "típico" não apenas é acionada por essa parcela do campesinato pomerano, mas é também amplamente retomada tanto pelas gerações mais antigas quanto pelas mais novas, assim como pelos pomeranos que ocupam diferentes lugares nos espaços de mobilidade social do mundo camponês. Nos momentos de recriação das estratégias de reprodução social diante da sociedade nacional, temos resgatada, pelos pomeranos, essa representação de "camponês típico" através do uso estratégico das línguas alemã e pomerana. Neste sentido, as festas comunais, tais como a Festa do Colono e a Festa da Colheita, são reinvenções da Igreja Luterana que transformam esses eventos em uma linguagem coletiva, tomando a categoria colono como equivalente à de camponês. Lembramos que a Festa da Colheita é comemorada em setembro, conforme o calendário agrícola da Alemanha. Assim sendo, a comunidade camponesa se reconhece numa linguagem. A expressão do ethos religioso é um sinal gramatical, reconhecimento de uma linguagem através de um mediador local/ nacional (Igreja Luterana) que

reconstrói para os pomeranos uma noção identitária a partir da fala sagrada, produzindo imagens de consenso "aparentemente sobrepostas" às diferenciações internas do grupo.

A relação indissociável entre ser pomerano e ser luterano é acionada para tratar da reação de "espanto e pesar" de um membro da Igreja que tenha se convertido a uma outra denominação, com exceção da conversão para a Igreja Missouri. Sua presença nos ritos de passagem, em especial no casamento e na morte, é imprescindível. Um leigo que pronuncie um desses ritos é mal-visto juntamente com o pastor ausente, resultando num sentimento de mal-estar e ressentimento na comunidade.

Além do reconhecimento da legitimidade da palavra sagrada, o pastor é um letrado, aquele que melhor domina a língua sagrada e histórica na construção tanto do sentimento da nação alemã quanto na reinvenção da Pomerânia no Brasil, a partir da imigração e da formação de colônias alemãs no estado do Espírito Santo. Conforme Willems (1946, p. 297), referendado por Dreher (1984, p. 64-65), "aos imigrantes mais antigos nada significava a Unificação da Alemanha, pois não lhe sentiam nem as causas e nem as consequências". Boa parte dos imigrantes, muitos já na terceira geração nascida no Brasil, emigrara muito antes da unificação alemã. Os alemães haviam sido cidadãos dos mais variados estados alemães, ou seja, eram, antes de mais nada, prussianos, pomeranos, bávaros, portanto, não se concebiam como cidadãos de um Estado-nação. Segundo Dreher (1984), os imigrantes "eram alemães mais por costume do que por vontade própria" (p. 64). Enquanto a maioria da população migra no decorrer do longo processo histórico de formação do Estado alemão, tendo, como bagagem, suas especificidades regionais, a Igreja não apenas participa desse processo, mas evoca o sentimento de unidade nacional expresso na religião luterana e na construção das bases do alto-alemão pelo reformador Martin Lutero (Willems, p. 1946; Dreher, 1984, p. 64; Roche 1968 p 353).

A manutenção da língua alemã nos cultos e no ensino confirmatório e a referência às festas comunais alemãs, como é o caso da Festa da Colheita e a criação do feriado local no dia da Reforma Luterana são formas de reinvenção da ideia de unidade nacional do Estado alemão. Neste sentido, o pastor luterano, ao utilizar a língua alemã, reinventa, no Brasil, concepções de nação alemã (*Muttersprache* =

língua materna/da pátria ou Kirchensprache = língua da igreja/ língua usada para falar com Deus). Falar uma língua numa determinada pronúncia é um signo incorporado que representa um ato de instituição, ou seja, ato de magia social que cria o universo das diferenças. "Instituir, dar uma definição social, uma identidade, é também impor limites", isto é, construir diferenças identitárias ao impor um nome numa língua específica (Bourdieu 1996 p.101)

Cabe ressaltar que, no caso da língua alemã, temos a figura do pastor como porta-voz autorizado. Parafraseando Bourdieu (1996), o pastor "tem a realidade de sua aparência, sendo realmente o que ele é por que sua realidade – enquanto sacerdote – está fundada na crença coletiva, garantida pela instituição e materializada pelo título ou pelos símbolos" (p. 105). No caso da língua pomerana, temos, como principal representante autorizado, as mulheres, especialmente, as benzedeiras.

Vemos, como critério definidor da germanidade, ou seja, a manutenção da língua alemã sempre perpassou a história da fundação das colônias e da própria formação da IECLB no país. A história da IECLB está relacionada à história da imigração alemã no Brasil (Willems, 1946; Wagemann, 1949; Roche, 1968; Granzow, 1975; Dreher, 1984 e 1989). Os primórdios da construção de paróquias e da constituição das instituições luteranas foram marcados pelas dificuldades dos primeiros tempos de imigração, tais como: a não regulamentação dos matrimônios de evangélicos, a proibição da construção das paróquias e a composição de colônias mistas (católicos e protestantes). Os imigrantes organizaram sua própria vida eclesiástica diante da ausência inicial das organizações luteranas no Brasil. Os cultos eram domésticos e proferidos por leigos, eleitos pastores pela própria comunidade, intitulados pastores-colonos. Esses representantes desenvolviam paralelamente suas atividades agrícolas e funções pastorais. Ao lado da escola-igreja, encontrava-se o cemitério comunitário, pois os luteranos não podiam ser sepultados em cemitérios públicos. Os primeiros templos só começaram a ser erguidos em anos posteriores. À semelhança dos colonos do Sul, nos primórdios da imigração, o pastor-colono assumia também a atribuição de mestre-escola, sendo que a escola era um misto de escola e igreja. Essa situação perdurou por muitos

anos, com o incipiente envio de pastores alemães com formação teológica, tendo um aumento significativo do número de pastores a partir do final da segunda metade do século XIX. Os primeiros pastores ordenados designavam o "pastor-colono" de "pseudo-pastor". Sua atuação, nos primeiros tempos das colônias, baseava-se na conjugação de uma série de tarefas: médico, professor, conselheiro nas questões de terra e de ordem familiar.

Diante da ausência da atuação das instituições públicas do Estado brasileiro, quem proferia o sistema escolar era o pastor. Então, o ensino escolar era o mesmo que o ensino confirmatório. O aprendizado escolar era ministrado pelo pastor na língua alemã. Além dos conflitos emergentes ao atuarem como mediadores, temos, nas noções de sagrado e profano presentes na eficácia ritual do pastor, uma contraposição às práticas mágicas da coletividade, especialmente de seus especialistas: as benzedeadas. Simpatias, benzedeadas e acusações de bruxaria povoam o imaginário dos pomeranos e sua relação com o mundo, especialmente, a partir da reinterpretação dos símbolos religiosos e étnicos apreendidos na sua socialização no interior da Igreja Luterana.

Para melhor compreensão da importância dos aspectos mágicos e seus conflitos com a esfera religiosa institucional na elaboração da identidade camponesa do grupo, vejamos, então, a importância dos ritos de passagem como expressão da condição camponesa.

Superstições: patrimônio mágico como saber social dos pomeranos

A constituição da unidade doméstica entre os camponeses de origem pomerana, sua organização e a divisão de tarefas por idade e sexo são configuradas por um patrimônio mágico comum a todos os membros do grupo dos quais o desenvolvimento e a consequente morte são marcados por vários ritos de passagem. Não há dicotomias entre os atos rituais e os cotidianos, entre sagrado e profano; em todas as fases dos ritos de passagem esses elementos entrecruzam-se.

Neste sentido, com exceção das benzedeadas, a prática mágica presente em alguns rituais não é privilégio de indivíduos especializados. Essas práticas

inscrevem-se no patrimônio comum dos pomeranos, sendo transmitidas entre as gerações de cada família. Esse saber é permanente e acessível a toda a comunidade e compreende gestos rituais, orações, fórmulas mágicas e utilização de vários objetos.

Ao realizar a etnografia dos ritos de passagem do grupo estudado, percebemos estar descrevendo um dos aspectos que constituem parte da vida dos pomeranos e que marcam a transição das etapas quando estas precisam “dar certo”, ou seja, transcorrer bem. Essas reações são comuns, assim como o uso da expressão *Dat ist ouwaglouba!* (Ah, isto é superstição!). Essa fórmula é usada sempre no cotidiano para referir-se a um conjunto de procedimentos praticados por todos os pomeranos por ocasião do nascimento, casamento ou morte de alguém da comunidade, ou ainda por algo que não deu certo e que novamente se repete. Para os pomeranos, falar sobre *Ouwaglouba* é falar sobre temas associados ao universo familiar e ao trabalho. As chamadas superstições fazem parte dos rituais de passagem de cada pomerano. Lembrar dos ritos de passagem é também lembrar do trabalho e da família. São temas indissociáveis.

Neste sentido, os rituais mágico-religiosos dos pomeranos participam dessa exigência classificatória na medida em que cada gesto, canto e invocação põem cada coisa em seu lugar. A causalidade mágica é efeito da causalidade social. Os atributos mágicos que marcam cada momento de vida do pomerano constituem parte da tradição oral transmitida de geração a geração pela família. A importância da família pode ser mais bem compreendida no uso da palavra *Fründ*. A importância do seu uso não se restringe a uma mera associação, mas à importância do núcleo familiar e sua participação extensiva no desenvolvimento dos ritos de passagem de toda criança pomerana, principalmente, na ocasião das escolhas do parceiro para casar-se e no ritual do casamento propriamente dito.

A unidade do grupo familiar faz-se através do universo das atividades econômicas, atribuindo um sentido simbólico, ou melhor, mágico às suas práticas. Vejamos de que forma a compreensão da magia nos principais ritos de passagem possibilita entendermos sua importância na elaboração da identidade do grupo. Vejamos os atos mágicos que possibilitam a reprodução da vida campesina.

Fórmulas para a sociedade se benzer

Homens, animais e objetos usados no cotidiano da Land podem ficar doentes. Em geral, os casos de doença são tratados através de simpatias ou benzeções. Muitos casos são tratados por qualquer membro da comunidade, pois constituem parte de um conhecimento de domínio público que todos acionam em determinados momentos. Muitos designam essas práticas como simpatias.

Conta uma informante que uma pomerana da região costuma tratar casos de hérnia medindo o local do corpo com um barbante. Depois, o barbante é cortado na "medida exata da hérnia" e é posto junto ao tronco de uma árvore. O tronco é somente medido. Em torno da medida, são arrancadas as cascas da árvore. Quando as cascas da árvore tornam a crescer, isso significa que a hérnia está curada.

No caso de cobreiro, a mesma mulher conta o número de erupções na pele e os reproduz num galho de árvore. Quando o galho seca e apodrece, isso significa que a pessoa está curada. Para casos de dores na coluna, é preciso observar o local onde o boi se coça. Normalmente, o gado costuma encostar-se em um poste ou pedaço de árvore. A pessoa que tem dor nas costas deve coçar-se no mesmo local em que o gado coçou-se. Quem acha o local é o gado, basta a pessoa estar atenta.

Outra informante relata a simpatia adequada para casos de lagarto no pasto e bicheira na vaca. Ela olha para o pasto através de um capim amarrado e reza para que ambos os males desapareçam de sua terra e de seu gado. Ela põe também uma cruz no meio do milharal para que Santa Bárbara possa proteger seu milho da trovoadas e impedir que um raio queime tudo em épocas de chuva. Uma senhora informou-nos que costumava cortar a orelha do porco, quando este estava doente, pois, com o susto, ele curava-se do mal. Quando dava "catapora" (poka) na galinha, sua mãe pegava pedaços de pau assa-peixe e cortava no número de vezes necessárias ao número de cataporas que havia na galinha. Depois, ela pendurava o pau em cima do fogão. Quando o pau secava, as cataporas sumiam da galinha.

Todo esse conjunto de práticas, chamadas de simpatias, é conhecido e divulgado para toda a comunidade. Muitas fórmulas e práticas mágicas escapam do domínio público e circunscrevem-se ao universo das benzedadeiras; somente elas tratam de doenças frequentes na comunidade com uma técnica distinta das

simpatias citadas anteriormente. Os pomeranos vão ao médico do hospital mais próximo em casos mais graves, conforme será relatado mais adiante, porém sempre recorrem, em primeiro lugar, às benzedeadas locais.

Fornos de barro, ferramentas, a terra, as pessoas, quase tudo pode ser benzido, basta ser benzedead. A benzedead está a serviço da comunidade em tempo integral. A validade de seu saber é reconhecida pela coletividade sob a condição de que seu repertório corresponda às necessidades espirituais nos parâmetros de uma concepção específica do mundo e da existência, e nas formas consagradas pela tradição. Sua demanda é coletiva e estende-se além dos limites da colônia.

Poucos homens adquirem a função de benzedead. Em geral, esse conhecimento é transmitido pelas mães e avós às mulheres da família que tenham interesse na adivinhação, na cura e no aprendizado sobre o poder medicinal das ervas. O interesse na transmissão deve-se à vontade de ter alguém na família que seja sua sucessora na obtenção do saber mágico, dando continuidade à produção no interior da rede familiar. As crianças são iniciadas nesse tipo de conhecimento, mas somente são escolhidas para aprendizes aquelas que demonstrem melhor vocação e desejo para tornarem-se benzedeadas. Mas não basta demonstrar aptidão para o aprendizado mágico, é necessário ter dotes morais, tais como virtude e honra. A honra está ligada ao bom desempenho do trabalho agrícola, à ênfase na penosidade do trabalho camponês e ao fato de ser dono (a) da Land, não por tê-la obtido na transmissão da herança, mas por tê-la trabalhado com o uso adequado do saber técnico aprendido na socialização para o trabalho desenvolvida no âmbito familiar. A honra também está vinculada à reprodução do grupo doméstico e, conseqüentemente, da Land. Conforme veremos adiante, problemas na ordem familiar que impeçam a continuidade da unidade doméstica afetam o poder mágico da benzedead.

Lembramos o caso de uma benzedead de Santa Maria de Jetibá que havia pensado em ensinar o seu filho, a fim de tê-lo como seu sucessor na família, porém, diante do fato de este ser alcoólatra, ele ficou impedido de exercer tal função. Um homem alcoólatra, que perde a sua produção, não educa seus filhos dentro dos preceitos morais e não consegue assegurar a reprodução da Land, definitivamente não tem honra.

É preciso que o benzedor tenha o mínimo de domínio da leitura, "tenha uma vida correta, sem bebidas, sem excessos, e com devoção à Igreja e ao Senhor", senão a sua "magia não tem força, não funciona". Além de os homens não possuírem o conhecimento necessário ao conjunto de transformações operadas no universo da casa, há o alto índice de alcoolismo que parece ser um dos motivos para que existam poucos exercendo a função.

Ser benzedeira é considerado um atributo estritamente feminino, pois são as mulheres que se dedicam aos serviços domésticos, ao aprendizado sobre o uso medicinal das ervas, especialmente ao lidar com as doenças infantis, além disso, melhor conhecem o universo religioso. Sua esfera de atuação compreende a cozinha (casa), as crianças e a igreja, isto é, Küche, Kinder e Kirche, espaços sociais nos quais é apreendido o conhecimento mágico e são preservadas as línguas alemã e pomerana.

Não obstante o fato de a mulher ser uma ameaça ao homem devido ao caráter liminar e impuro associado ao seu domínio na esfera do corpo, da intimidade e da sexualidade, a mulher-mãe é guardiã do sagrado. Ela preserva a honra da família construída pelo homem com base no trabalho árduo, sendo detentora de um saber que governa a saúde da família, organiza o modo de comer, de falar e educar seus filhos. É nos interstícios da casa, da igreja e da transmissão do saber tradicional que se opera a passagem do domínio da natureza para a cultura, sendo a mulher mediadora da transformação dos alimentos crus em cozidos.

Segundo Klaas Woortmann (1986):

Notadamente em grupos camponeses, o mantimento é o produto do roçado, domínio masculino; ao ser queimado na cozinha, domínio feminino, torna-se comida. Tais relações são novamente significativas: o mantimento (natureza) é produto do roçado (cultura, quando é oposto ao mato), do trabalho do homem; quando de cru passa a cozido, processo que se realiza na casa, domínio da cultura, mas no espaço desta que corresponde à mulher (natureza), torna-se comida (cultura). Então, o homem-cultura produz o mantimento-natureza, e a mulher-natureza produz a comida cultura. (p. 108-109)

A reprodução desse conhecimento entre as gerações é feita oralmente em ambas as línguas e mostra todo um saber que transforma ervas e alimentos, respectivamente, em remédios e energia para o trabalho. Apesar de esse conhecimento ser transmitido oralmente, foi possível observar fórmulas mágicas escritas duplamente na lógica das línguas pomerana e alemã. Muitas dessas fórmulas são escritas em folhas devidamente guardadas junto à Bíblia ou em cadernos. O aspecto de segredo constitui parte da técnica empregada pela benzedeira. Ao contrário das simpatias, as fórmulas de benzeção não podem ser de domínio público, pois anulariam o poder mágico da benzedeira.

As benzeções são feitas em pomerano, mas, em grande parte, possuem trechos na língua alemã. Os trechos mais relacionados às passagens bíblicas são pronunciados em alemão. As benzedeadas são consideradas um misto de médicas e sacerdotisas. Não cobram dinheiro pelo que fazem, em geral, recebem, em troca, produtos e alimentos, que significam uma forma de retribuição a uma dádiva. A bênção que protege e cura os males da sociedade é uma dádiva que assegura os laços e a unidade do grupo (Mauss, 1974).

Sua imagem evoca um forte sentimento de religiosidade. Além de todas as suas falas serem acompanhadas por rezas e invocações bíblicas, elas possuem uma aura de santidade. As benzedeadas são, em sua maioria, líderes religiosas que, além de participarem ativamente dos eventos da igreja, muitas vezes, possuem um papel expressivo na hierarquia do templo local. Conhecedoras da condenação do pastor a essas práticas, muitas negam qualquer proximidade com esse tipo de atividade e guardam segredo o quanto podem de seu conhecimento mágico.

O seu papel de educadora, mediadora e intérprete que circula entre grupos distintos (sagrado e profano; herdeiros e não herdeiros; irmãos, pai e marido; trabalho na casa e trabalho na lavoura; campo e cidade) evidencia sua ocupação nos espaços sociais liminares da comunidade, sendo, então, marcada pela ideia de perigo. A imagem da benzedeadas assemelha-se à do feiticeiro, pois "inspiramos mesmos medos e a mesma antipatia que as ambiguidades e contradições presentes noutras estruturas de pensamento; e os poderes que lhes são atribuídos simbolizam o seu estatuto ambíguo e inarticulado" (Douglas, 1976, p. 124-125).

Os objetos que usam para benzer (tesouras, linha e agulha, pilão, brasas, copo com água) constituem parte do rol de instrumentos usados no cotidiano do trabalho feminino na casa. A linha e a agulha são utilizadas na benzedura contra mau jeito, na qual, junto com a reza, a benzedeira simula que está costurando sobre a parte do corpo que foi machucada. Contra dor de cabeça, também chamada de “sol na cabeça”, os objetos são um guardanapo, disposto sobre a cabeça do doente, e um copo cheio d’água, que é colocado, com a boca virada para baixo, sobre o guardanapo. Existem benzedeiros que só benzem doenças consideradas pela comunidade como mais fáceis de serem tratadas, tais como: erisipela, sapinho, dores de vários tipos e mau-olhado. Há benzedeiros que acumulam as funções de parteiras e conselheiras para questões de conflitos e problemas afetivos.

As doenças consideradas mais difíceis e que são caracterizadas como casos de bruxaria são levadas àquelas que se situam fora da comunidade (em outra cidade ou município), de preferência, que sejam brasileiras, não pomeranas, e consideradas as mais poderosas.

As benzedeiros vivem em contato íntimo e cotidiano com seus vizinhos, fato que possibilita um conhecimento sobre a realidade observada e, conseqüentemente, tende a evitar antagonismos com a sua rede de relações. Essa é uma das características que mostram a preferência dos clientes por brasileiras que morem fora da sua cidade. Tanto no caso descrito por Pritchard (1978), quanto naqueles referentes aos pomeranos, os conflitos restringem-se à esfera familiar e à rede de relações que compreende os vizinhos e amigos. As benzedeiros fazem uma sabatina com o cliente, que lhes possibilita traçar os prováveis suspeitos de acusação de bruxaria.

À semelhança dos adivinhos Azande, as benzedeiros não pronunciam o nome do acusado, mas indicam por meio de pistas quais seriam as pessoas que poderiam ter desejado o mal para o cliente. A forma de pronunciar o nome do acusado é especial, são feitas associações que levam o cliente a pensar nas relações que mantém com sua família, vizinhos e amigos mais próximos. Conforme Pritchard (1978), “muitas vezes o adivinho evita até mesmo sussurrar os nomes, e transmite as informações por insinuação – por sanza, como dizem os Azande”. Mesmo os clientes não consigam entender a forma linguística utilizada nessas ocasiões, pois

as palavras utilizadas e sua pronúncia e o caráter de segredo são parte de uma linguagem distinta da usual que transforma o ato em algo especial. As fórmulas mágicas escritas da mesma forma com que são verbalizadas na reza, são as seguintes:

2- Caso de dor de dente (fórmula escrita em alemão).

Für zahn Wei

sankt Petrus stand unter einen Eichbaum

da kam unser lieber

Herr Jesus Christus

Zu Petrus und Sprach: Petrus, Warum bist du so traurig?

Petrus antworte: Warum soll ich nicht traurig sein die Zahne im

Mund. Wollen mir verfallen. Da Sprach Christus zu Petrus: Petrus get

in den Grund nimt Wasser in den Mund speig es wieder in den Grund.

So wieder den Zahn Gesund. +++

Caso de erisipela (a fórmula está escrita em alemão e em português).

Mutter Marien und Jesus ihr Kind

Spielten beid um einen goldenen Ring

Jesus gewann, die Rose verschwand.

Dreimal gesprochen im Namen Gottes, des Vaters, des Sohens und
das Heiligen Geistes.

Mãe Maria e Jesus sua criança

Brincavam juntos ao redor de um anel de ouro

Jesus venceu, a erisipela desapareceu.

Dito três vezes em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

As fórmulas mágicas das benzeções são pronunciadas de forma especial, isto é, não são ouvidas e compreendidas por aqueles que serão benzidos, pois são ditas em segredo. Somente as futuras benzedeadas, herdeiras do saber feminino no seu próprio universo familiar, é que tem acesso à compreensão e pronúncia correta dessas palavras.

Leach (1966, p. 407) ressalta a importância do componente verbal no ritual, afirmando que este último é um complexo de palavras e ações e não se trata do caso de as palavras significarem uma coisa e o rito, outra. A pronúncia das palavras é por si mesma um ritual.

Malinowski (1965, p. 52-53), ao estudar a magia trobriandesa, tem como objetivo entender como o uso das palavras conforma a ação e influencia o comportamento humano. Para o autor, o uso pragmático do discurso no contexto da ação dá formato à sua estrutura, determina seu vocabulário e conduz a várias características problemáticas, tais como: a multiplicidade de significados, os usos metafóricos, a redundância e as reticências. Outra característica apontada pelo autor é a importância da palavra como compromisso a ser firmado a partir de sua enunciação. A palavra expressa um sentimento de "honra", uma obrigação moral. A ideia de "palavra de honra" aparece sintetizada na seguinte frase: "Minha palavra é meu compromisso." (Malinowski, 1965, p. 54). O caráter pragmático das palavras mágicas está no sentido sagrado que possuem para os trobriandeses. A palavra mágica não apenas expressa a honra e dá sentido às ações, mas também consolida a moral dos agricultores, atribui autoridade à figura do mágico e cria potencialmente os atos.

Tambiah (1968, p. 176) retoma o problema do contexto de situação ao tratar da eficácia ritual, explicando que, para entendê-la, é necessário estudar as diferentes formas de narrativas, o uso que fazem destas e a relação com o contexto social. A eficácia mágica está na crença de que o poder está nas palavras e que só através destas torna-se efetivo, caso sejam pronunciadas num contexto especial de ação. Sua análise aponta para a importância da hierarquia das línguas no interior da sociedade, suas dimensões verbais e a ordem de suas sequências para o entendimento. O fato de as fórmulas serem pronunciadas em segredo, ora em alemão, ora em pomerano, evidencia o caráter estritamente sagrado que ambas as línguas possuem para o grupo. Esse fato mostra o caráter especial, secreto de ambas as línguas.

As fórmulas são transformadas em escrita nos cadernos de fórmulas das benzedeiros, na medida em que estas são parte do patrimônio cultural transmitido pelas autoridades sagradas e legitimadas como as narradoras da memória da

condição étnica e social dos pomeranos. O sagrado deve ser recitado em voz baixa, a benzedeira sussurra suas fórmulas mágicas em forma de segredo, mantendo o caráter de "antiguidade da língua" (a reinvenção da lógica das línguas alemã e pomerana), tornando o momento de sua pronúncia um tempo mítico, ancestral e especial em relação ao tempo cotidiano. As fórmulas são faladas e escritas na língua mítica que relaciona a história dos pomeranos ao tempo da imigração, em que se trouxe parte do contexto linguístico da língua alemã e da pomerana.

Tanto o texto escrito quanto o texto falado evidenciam o "arcaísmo" que está relacionado ao fato de que foram compostos num estilo próprio (mistura de alemão com pomerano), em que o uso de dispositivos simbólicos, especialmente palavras criadas e palavras sem significado, torna a narrativa uma marca distintiva, especial e com um forte componente identitário. Palavras especiais, ditas de forma distinta num tempo/espço específico pelas especialistas no campo religioso, fazem da narrativa um texto sagrado. A narrativa sagrada evoca tanto uma identidade étnica, na medida em que aciona simultaneamente uma língua nacional e outra regional, quanto uma identidade social, pois evidencia os elementos simbólicos constitutivos da reprodução do ethos camponês.

O uso de uma linguagem especial e ininteligível, num primeiro momento, seria uma forma de a benzedeira parecer mais "terrível e poderosa do que o demônio existente no interior do paciente". As fórmulas secretas constituiriam uma linguagem que os demônios poderiam compreender e contribuiriam para a legitimidade da imagem autorizada do sacerdote e do seu domínio no campo sagrado.

Para Tambiah (1968, p. 181), a eficácia da magia e do papel do feiticeiro está na crença coletiva no poder da narrativa mágica e na flexibilidade da tradição oral em construir metáforas que misturam os mais finos dogmas religiosos ao imaginário popular. Neste sentido, não apenas a benzedeira possui importância como agente do campo religioso, mas também a figura do pastor e o uso das imagens bíblicas são fundamentais na construção da narrativa mágica e seu papel na vida social dos pomeranos, nas várias fórmulas, referências às passagens bíblicas e ao pleno conhecimento das escrituras sagradas.

Neste caso, as fórmulas mágicas evidenciam uma série de elementos simbólicos importantes para a construção da identidade étnica e social dos pomeranos, sendo também caracterizadas como um gênero de discurso. Todorov (1980 p.248) chama atenção para o aspecto classificador das fórmulas mágicas, pois estas reconhecem um ato e integram-no numa explicação. A pronúncia das palavras é, por si mesma, um ato classificatório. A atividade classificatória da palavra mágica compara fatos presentes, doenças existentes com fatos canônicos, não para conhecer a situação presente, mas para tornar o contingente algo familiar, ordenando-o a uma classe de fatos bem observados. Sua carga simbólica está no fato de que o ato mágico não se constitui pelo enunciado, mas pelo contexto de sua enunciação, ou seja, os protagonistas, os gestos e tudo aquilo que envolve as circunstâncias de sua produção.

“A magia é ao mesmo tempo signo e conflito”, pois esta procura atuar sobre outrem, agindo, primeiro, sobre o objeto de seu discurso. “No ato mágico, apenas o ato referencial se exhibe, se eu agir sobre o interlocutor não haverá mais magia” (Todorov, 1980, p. 272). O aspecto de conflito constitutivo da magia, ressaltado por Todorov, estende-se por toda a comunidade, especialmente entre os pastores e os pomeranos.

Nos relatos de Oberacker (1961) e Schmidt (1980) sobre as benzeções e práticas mágicas realizadas pelos pomeranos, temos a visão dos pastores que conviveram junto a essas comunidades. A proibição dos pastores a essas práticas ou a descrença são ainda atitudes bastante comuns na região estudada e são também discutidas por Willems (1946, p. 358-359). Willems (1946) aponta para a ideia de que a prática da benzeção seria uma espécie de assimilação dos teuto-brasileiros da “magia cabocla”, ou então uma combinação de aspectos já presentes na cultura do imigrante e que se acentuaram na medida em que ele aculturou-se à sociedade nacional.

O autor afirma:

Diversos observadores atestaram a grande receptividade dos teuto-brasileiros pela magia cabocla. Não raro, dizem eles, os traços aceitos do caboclo vêm acrescentar-se aos elementos já existentes de experiências mágicas no

patrimônio cultural dos imigrantes facilitando a integração de novos traços encontrados na sociedade adotiva. (Willems, 1946, p. 359)

Contrariamente a essa ideia assimilacionista, muitos elementos da cultura pomerana e alemã têm sido mantidos com a uso respectivo dessas línguas, parte da herança familiar, vital para a reprodução não apenas de sua identidade, mas de todo um modo de vida camponês (Bahia 2011). A alocução (pequena prédica), o sermão e as citações bíblicas constituem parte do universo mágico das fórmulas de benção e das narrativas que exprimem os distintos ritos de passagem. Não apenas as benzedoras e os pastores dominam esse campo narrativo, mas possibilitam novas referências para uma análise dos valores morais que moldam essa sociedade camponesa de origem pomerana.

Considerações finais

Os atos mágicos que compõem os ritos de passagem são elementos de comunicação social, pois colocam em circulação as categorias do pensamento coletivo. As representações mágicas veiculam noções hierarquizadas, construtoras de uma totalidade que torna inteligível para os pomeranos suas próprias relações sociais, isto é, definem o que são, evidenciam seus conflitos e ambiguidades e de que forma veem o mundo.

A compreensão dos elementos mágicos dos ritos de passagem e as acusações de bruxaria presentes no cotidiano dos pomeranos possibilitam interpretá-los como parte de um sistema simbólico cujas representações revelam sobre a sociedade que as produzem. A análise da constância da magia na vida desses camponeses permite o entendimento do seu uso como um elemento importante na elaboração da identidade pomerana.

Conforme vimos, a magia é uma linguagem utilizada pelos pomeranos de modo próprio, falada e escrita de forma peculiar e em línguas especiais, sagradas. Ela delimita tempos e espaços sociais compreendidos nos gestos, nos objetos, nos calendários, na ocupação da Igreja e da casa camponesa e, por extensão, em todos

os laços sustentadores da unidade doméstica. Sua linguagem recria os valores fundamentais de uma sociedade camponesa de origem pomerana.

Neste sentido, a reinvenção dos elementos de uma cultura campesina está refletida na linguagem mágica. Valores mantenedores do ethos camponês – autoridade do pai e do pastor, sentimento de honra, penosidade do trabalho no campo, ênfase no mutirão, ethos do trabalho, dificuldades na manutenção e reprodução da Land – são interpretados nas metáforas citadas nas cartas sagradas, nas fórmulas mágicas e nas expressões orais, tais como canções, histórias e jogos infantis, orações, provérbios, falas jocosas e piadas.

No cotidiano dos pomeranos, não se destaca apenas a importância do discurso mágico na percepção de um estilo de vida camponês, mas este se inter-relaciona com a emergência da identidade étnica, na medida em que são acionados símbolos diacríticos expressos na religião luterana e no uso das línguas alemã e pomerana.

Neste estudo, as identidades étnica e camponesa são acionadas de forma indissociável no cotidiano do trabalho, do comércio e dos ritos de passagem que marcam as etapas de desenvolvimento do grupo doméstico e da reprodução da Land. O imbricamento dessas identidades é compreendido na seleção de imagens e símbolos culturais pelos pomeranos e reflete-se na análise da inter-relação entre religião luterana, religiosidade popular e o uso distinto das línguas alemã e pomerana – especialmente no universo mágico das fórmulas de benzeção, das acusações de bruxaria, das cartas sagradas, dos provérbios e expressões orais, acompanhadas de gestos utilizados nos ritos de passagem –, revelando padrões de moralidade e valores fundamentais para a manutenção do seu modo de vida.

Nagata (1982) mostra que as ideias de nascimento comum, origem, ancestralidade e sangue são elementos importantes e recorrentes tanto na formulação de uma identidade étnica quanto na formação religiosa de uma coletividade. Neste sentido, entre os pomeranos, as ligações com a fé são definidas por algum tipo de identidade social preexistente, geralmente, de nascimento, ancestralidade ou origem. As identidades étnica e religiosa são mutuamente consolidadas, fundidas e interdependentes, e o papel da religião é mais uma dimensão da cultura do grupo.

A religiosidade luterana tanto evoca uma identidade étnica, ao ser relacionada à constituição histórica de um sentimento nacional, quanto elementos culturais próprios de uma sociedade camponesa. No primeiro caso, essa religiosidade está ligada à história da imigração pomerana e da formação das colônias no estado do Espírito Santo e ao relacionamento da comunidade com a IECLB e com o pastor. Ela é expressa com o uso de símbolos diacríticos do nacionalismo alemão, dentre eles, a honra étnica, o ethos do trabalho e a língua alemã, considerada língua sagrada. O próprio atributo de sagrado é um elemento diferenciador utilizado pelo grupo para distinguir-se dos outros grupos étnicos. "Somos luteranos, logo somos alemães."

No segundo caso, temos o modo como os pomeranos interpretam os símbolos religiosos de uma igreja nacional e letrada, somando-os à lógica do modo de vida camponês. Citações bíblicas, frases e ideias de Martim Lutero, cultos na Igreja Luterana e hinários convivem com fórmulas de benzeção, bruxaria e práticas mágicas, sendo reinterpretados à luz das etapas de desenvolvimento do grupo doméstico e das estratégias de manutenção da Land, expressas nos ritos de passagem.

As imagens da Santa Ceia e da Sagrada Família, dos caminhos estreitos e largos, das palavras-ação presentes nas passagens bíblicas, da autoridade do Deus/Pai/Pastor, a relação entre o tempo da confirmação e o tempo do trabalho, a associação entre família e terra, são leituras feitas pelo grupo das mensagens da religiosidade luterana a partir do seu universo campesino.

À semelhança da figura do mágico descrita por Mauss (1974), o pastor e a benzedeira são depositários da crença coletiva. Ambos os mediadores, religiosos e étnicos, são importantes na medida em que atualizam as questões essenciais da moral camponesa e mantêm vivo um campo discursivo ao reproduzirem as histórias e os símbolos diacríticos na língua alemã e pomerana. Ao sacralizarem ambas as línguas, esses mediadores criam uma marca diferenciadora na relação de autoidentificação étnica construída entre os pomeranos e os outros grupos.

Lembramos que a magia e seus representantes estão ligados à produção de técnicas e à transmissão de conhecimento, pois, sendo um ato classificatório, é também uma arte prática, um "tesouro de ideias". A reprodução das práticas mágicas

pelos mágicos é uma forma de educação sentimental e de socialização dos membros de uma coletividade às suas regras, ao modo de viver e interpretar o mundo, sendo, portanto, um exercício intelectual. Neste sentido, benzedeadas e pastores não sacralizam apenas imagens étnicas, mas consolidam formas de conhecimento e representações sociais boas “para se pensar a ordem camponesa”.

Bibliografia

BAHIA, J. O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã. Rio de Janeiro, Garamond, 2011.

BERNABÉ, J.; LORINT, F. E. La sorcellerie paysanne. Bruxelas: A. de Boeck, 1977.

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. São Paulo: Edusp, 1996.

DOUGLAS, M. Pureza e perigo. Ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, 1976.

DREHER, M. N. Igreja e germanidade. Estudo crítico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1984.

_____. A história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. In: Presença Luterana 1990. São Leopoldo: Sinodal, 1989.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIEMSA, G.; NAUCK, E. Uma viagem de estudos ao Espírito Santo. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro: IBGE, ano VIII, n. 88, p. 451-470; n. 89, p. 560- 575; n. 90, p. 653-701, 1950 [1939].

GRANZOW, K. Pomeranos unter dem Kreuz des Süden. Horst Erdmann Verlag: Tübingen und Basel, 1975.

LEACH, E. Terminologia de parentesco Jinghpaw. Uma experiência em álgebra etnográfica. In: Repensando a antropologia. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MALINOWSKI, B. An ethnographic theory of language and some practical corollaries, An ethnographic theory of the magical word and Magical Formulae. In: Coral gardens and their magic. Bloomington: Indiana University Press, 2 v., 1965.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Sociologia e antropologia. São Paulo: Edusp, v. II, 1974.

NAGATA, J. What is a malay? Situational selection of ethnic identity in a plural society. American Ethnologist. USA: American Anthropological Association, v. 1, n. 2, 1974.

OBERACKER, K. H. Brauchtum und Aberglaube bei Kolonisten Pommerischer Abstammung in Brasilien. In: Die Büsser, Religiöse Volkserzählungen, Quimbanda Kulte. São Paulo: Staden Jahrbuch Band 9/10, 1961/1962.

ROCHA, G. Imigração estrangeira no Espírito Santo, 1847-1896. Niterói, 1984. Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Universidade Federal Fluminense.

ROCHE, J. A colonização alemã no Espírito Santo. São Paulo: Difel/USP, 1968.

SEYFERTH, G. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974.

_____. Herança e estrutura familiar camponesa. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1985.

_____. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. Boletim Informativo e bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 25, 1988.

_____. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: ULBRA, 1994.

_____. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.

TAMBIAH, S. J. The magical power of words. Man. The Journal of the Royal Anthropological Institute, v. 3, n. 2, jun. 1968.

TODOROV, T. Os gêneros do discurso. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

WAGEMANN, E. A colonização alemã no Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

WILLEMS, E. A aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

WOORTMANN, K. A comida, a família e a construção do gênero humano. Dados. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 103-130, 1986.

7. Uma etnografia de bibliotecas sobre folclore:

Práticas de leitura e mediação cultural no espaço do folclore "alemão" no Brasil¹



<https://doi.org/10.36592/9786554600033-07>

Lucas Voigt

Introdução

O conjunto de investigações sistemáticas, que tenho realizado acerca do fenômeno da "germanidade" no Brasil (VOIGT, 2017, 2018a, 2018b, 2019, 2020, 2021a, 2021b, 2021c), é caracterizado por um interesse e uma preocupação sociológica com o tempo presente. Ainda que tais reflexões acerca das manifestações étnico-culturais dos descendentes de alemães no Brasil sejam orientadas por uma sociologia eminentemente histórica – que compreende a sociogênese das práticas e das representações vinculadas à teuto-brasilidade como um elemento primordial à sua inteligibilidade –, interessa-me, de modo especial, analisar as modalidades de agenciamento e de atribuição de sentidos e de significados à etnicidade e à herança cultural alemã na contemporaneidade.

Partindo do pressuposto de que a etnicidade depende de um "investimento", segundo o sentido atribuído ao termo por Pierre Bourdieu – isto é, de que as práticas convencionalmente definidas como "étnicas" têm surgimento apenas a partir do reconhecimento e da atribuição de um valor socialmente determinado por parte dos agentes à etnicidade (cf. FODOR, 2020) –, a existência e a reinvenção de práticas e de simbolizações associadas à germanidade no Brasil remetem-nos a processos recentes e agenciamentos concretos de um conjunto de agentes sociais, para os quais a identificação de base étnica é encarada enquanto um elemento central e valioso à autoimagem que constroem sobre si mesmos.

¹ O artigo consiste numa reelaboração de algumas discussões apresentadas na dissertação de mestrado do autor, intitulada "O espaço de práticas do folclore "alemão" *autêntico* no Brasil: Um estudo de sociologia da cultura e das elites" (VOIGT, 2018a). Uma versão preliminar do trabalho foi apresentada no Simpósio "As metamorfoses do popular", promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), em abril de 2018.

A proposta de uma sociologia histórica das manifestações contemporâneas da germanidade no Brasil exprime-se em uma predileção temática. Nas pesquisas realizadas por este autor, alguns temas mostram-se privilegiados, nomeadamente a memória, os museus, a tradição e o folclore. Trata-se de experiências e de práticas sociais situadas no tempo presente e que, invariavelmente, alimentam-se da história dos antepassados e da imigração alemã, interpretando-a e ressignificando-a de acordo com interesses contemporaneamente produzidos e situados.

Neste artigo, proponho uma investigação circunscrita de um desses fenômenos, a saber, as práticas associadas ao folclore "alemão" no Brasil. Assim, o artigo procura analisar a atuação de uma elite cultural responsável pela promoção e pela legitimação do folclore "alemão" e, de modo mais específico, debruça-se sobre um dos aspectos que permitem compreender as ações levadas a cabo por essa elite: as práticas de leitura e as referências históricas mobilizadas para a atribuição e a delimitação da "autenticidade" do folclore.

Ao evocar o termo folclore "alemão", refiro-me ao conjunto de práticas culturais que compreendem a execução de danças de origem popular (*Volkstänze*) – mais apropriadamente definidas como "germânicas" – e, de modo correlato, a utilização de indumentárias típicas – os chamados "trajes folclóricos" (*Trachten*). Com base em um trabalho monográfico sobre as práticas do folclore "alemão" no Brasil (VOIGT, 2018a), foi possível constatar a existência de um espaço social estruturado e hierarquizado, formado por agentes individuais e institucionais posicionados e inter-relacionados, que atuam para a promoção, certificação e legitimação dessa manifestação cultural no país².

O espaço de práticas do folclore "alemão" no Brasil estrutura-se, em nível local e municipal, a partir de grupos folclóricos. Um grupo folclórico consiste em uma agremiação de dançarinos (os "integrantes"), dirigidos por um dançarino mais experiente, responsável pela instrução das coreografias ao conjunto do grupo (o

² Neste artigo, não tratarei da sociogênese histórica do espaço do folclore "alemão" no Brasil, o que já foi realizado em outra oportunidade (VOIGT, 2021b). *Grosso modo*, podemos apontar que esse espaço começa a surgir no país a partir das décadas de 1950 e 1960, no contexto das iniciativas promovidas pela Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, tendo se sistematizado e institucionalizado em fins da década de 1980 e início dos anos 1990.

"coordenador"). Os grupos folclóricos realizam ensaios privados, além de performarem as danças e exibirem os trajes publicamente, em eventos comunitários, cívico-municipais e em festividades étnicas – como as *Oktoberfesten*. Através de levantamentos e pesquisas, foi possível constatar a existência de, ao menos, duzentas entidades desse tipo no país. Por motivos óbvios, os grupos folclóricos estão concentrados nos três estados da região Sul – nos quais a imigração alemã foi mais expressiva –, embora essa realidade não seja exclusiva, uma vez que foi verificada a presença de grupos folclóricos também nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Em termos regionais, constatamos a existência de "regionais" ou "ligas de folclore", que agremiam um conjunto de grupos folclóricos situados em determinada região. Tais entidades foram fundadas no início da década de 1990 e foi possível verificar a existência de sete delas (cinco em Santa Catarina e duas no Rio Grande do Sul). Dentre as regionais de folclore, a mais expressiva e institucionalizada é a Associação dos Grupos Folclóricos Germânicos do Médio Vale do Itajaí (AFG), radicada no município de Blumenau (SC).

Por fim, em âmbito nacional, temos a Associação Cultural Gramado (ACG) – Casa da Juventude, fundada em 1965 e radicada na cidade de Gramado (RS). A Casa da Juventude constitui a principal entidade representativa e formadora de folcloristas no país. Além de ofertar anualmente cursos de especialização em folclore "alemão" – que visam inculcar um *modus operandi* garantidor da "autenticidade" do folclore –, a instituição possui o principal acervo de obras especializadas sobre a temática da dança popular de origem germânica no Brasil.

Devemos mencionar ainda outra posição importante no espaço do folclore, ocupada pelos agentes engajados na elaboração dos trajes folclóricos. Tais agentes constituem "ateliês", especializados na confecção de indumentárias típicas. O maior e mais conhecido, localizado em Nova Petrópolis (RS), é denominado de *Trachtenhaus* ("Casa dos Trajes"). O ateliê é de propriedade de *Frau* Heumann, reconhecida como a principal especialista na temática dos trajes folclóricos no espaço brasileiro. Além de ter instaurado um *modus operandi* de confecção de trajes folclóricos orientado com base em pesquisa histórica, *Frau* Heumann possui o maior acervo bibliográfico sobre o tema de que se tem notícia no país.

O conjunto de agentes que ocupa as principais posições no espaço do folclore "alemão" no Brasil – coordenando grupos folclóricos, presidindo associações regionais, ocupando postos junto à Casa da Juventude e confeccionando as indumentárias que dão suporte à prática da dança – forma uma elite cultural, responsável pela definição e pela legitimação dos critérios de "autenticidade" do folclore. Tais agentes possuem um conjunto de experiências, competências e trunfos sociais diferenciais, que constituem e definem a sua condição e posição de elite, tais como: o conhecimento vasto e aprofundado relacionado ao folclore de origem germânica, a realização periódica de cursos de especialização em folclore, o domínio do idioma alemão e a habilidade de interpretação e decodificação dos registros históricos textuais e iconográficos que dão sustentação à prática do folclore "autêntico" (cf. VOIGT, 2021a).

Na visão dominante no espaço de práticas do folclore "alemão" no Brasil, o folclore "autêntico" é aquele que reproduz, do modo mais fiel e fidedigno possível, um registro histórico. Os especialistas em folclore, assim, opõem-se à criação livre e espontânea de coreografias e de indumentárias – o chamado "showclore". De tal modo, a autenticidade do folclore estaria associada a caracteres como a antiguidade, a tradição e a fidedignidade histórica, que expressariam a "realidade", a "verdade histórica" e, em última instância, o valor simbólico do folclore "alemão".

Podemos constatar a existência de um vasto conjunto de registros históricos, de base textual e iconográfica, que descreve e apresenta danças e trajes de origem popular germânica. Tais registros foram produzidos por folcloristas no contexto alemão e europeu, mormente entre os séculos XIX e início do XX, tomando, como referência, um conjunto de práticas que seria característico da cultura popular na Idade Moderna – isto é, nos séculos XVI a XVIII³. Esses registros estão compilados em obras publicadas na Alemanha e na Europa em período relativamente recente – a maior parte a partir da segunda metade do século XX –, que integram e constituem bibliotecas institucionais e pessoais de folclore disponíveis e acessadas pelos folcloristas brasileiros.

³ Sobre o processo de "descoberta do povo" pelas elites intelectuais e o trabalho dos folcloristas para o registro e a catalogação de manifestações culturais de origem popular ameaçadas pelo desaparecimento, ver o trabalho clássico de Burke (2010).

No que se refere ao fenômeno das danças populares, estas são praticadas com base em descrições de dança, as chamadas *Tanzbeschreibungen*. Uma *Tanzbeschreibung*, como o próprio termo sugere, consiste em uma descrição textual dos passos, das figuras, dos movimentos e da sequência que compõem uma dança. Dessa forma, podemos afirmar que, no espaço do folclore "alemão" no Brasil, mais do que "dançar conforme a música", importaria dançar segundo o texto – isto é, conforme os registros histórico-textuais de danças praticadas em territórios germânicos no passado.

De modo correlato, as indumentárias típicas utilizadas pelos grupos folclóricos baseiam-se igualmente em um conjunto de registros históricos, desta vez de base visual e iconográfica, registrados em distintos suportes – desenhos, pinturas e fotografias – e reproduzidos em livros publicados em período mais recente. Os registros dos *Trachten* representam roupas utilizadas em territórios de língua germânica no passado, sendo mobilizados para a confecção contemporânea de trajes folclóricos, que devem reproduzir fielmente os registros históricos.

Como foi mencionado, a Casa da Juventude promove cursos de especialização em folclore "alemão". Tais cursos representam a principal instância de transmissão cultural no espaço do folclore, responsável pela inculcação de um *modus operandi* institucionalmente legitimado de praticar folclore. Tais cursos contam com a participação de um professor estrangeiro convidado – alemão, suíço ou austríaco –, que define o repertório de danças a serem trabalhadas. Além da instrução direta de coreografias por parte desse professor, os cursos são voltados à transmissão de habilidades e conhecimentos necessários à decodificação dos registros histórico-folclóricos de danças (as *Tanzbeschreibungen*), o que é realizado de modo coletivo pelos participantes. Dessa forma, o objetivo dos cursos é garantir que um registro histórico-textual transforme-se em uma dança performada – ou, mais precisamente, que uma dança performada baseie-se, invariavelmente, em um registro histórico –, transmitindo as competências necessárias a tal procedimento.

Ao final dos cursos, as danças decodificadas são coreografadas, o que é registrado em vídeo. Os registros em imagem em movimento são enviados aos demais coordenadores de grupos folclóricos que não participaram do curso, sendo utilizados, sobretudo, por aqueles que não dominam o idioma alemão e estão

desprovidos das habilidades para a decodificação dos registros históricos em primeira mão. Tais registros em vídeo circulam amplamente no espaço do folclore, constituindo-se como um dos principais suportes às atividades dos grupos folclóricos.

Os cursos de especialização em folclore “alemão” promovidos pela Casa da Juventude contam, ademais, com palestras e oficinas sobre trajes folclóricos – muitas vezes, ministradas por *Frau* Heumann –, nas quais são apresentadas as origens históricas das indumentárias utilizadas pelos folcloristas e debatida a sua “autenticidade”. Esse procedimento, em última instância, tem por finalidade a inculcação da indispensabilidade de pesquisa histórica prévia à confecção de um traje folclórico que, por definição, deve basear-se em registros históricos.

É mister ter em mente que a elite cultural folclorista realiza um trabalho de mediação cultural, que está na base da legitimação do folclore “alemão” segundo critérios de “autenticidade”. Como os estudos clássicos e contemporâneos sobre o fenômeno da mediação têm apontado (SILVERMAN, 1967; WOLF, 1971; SEIDL, 2007; REIS, 2010), os “mediadores” representam agentes dotados de competências diferenciais e situados em posições estratégicas, que contribuem para a interligação e o fluxo de recursos materiais e simbólicos entre distintas esferas sociais e contextos geográficos.

No caso do folclore “alemão”, a elite cultural folclorista realiza um trabalho de decodificação de registros folclóricos históricos e de prescrição de práticas e comportamentos, além de desempenhar um papel para a importação de fontes históricas produzidas no contexto europeu para o espaço brasileiro, bem como para o estabelecimento de relações entre instituições europeias legitimadoras de folclore e as instituições nacionais⁴. Conforme argumentei em trabalho prévio:

No que tange à prática do folclore “alemão” no Brasil, podemos compreender a mediação cultural executada pela elite cultural folclorista como um trabalho que consiste na decodificação de fontes históricas sobre danças

⁴ Para uma análise das diversas instâncias de mediação cultural existentes no espaço do folclore “alemão”, ver Voigt (2021a).

(*Tanzbeschreibungen*) e de registros visuais e iconográficos sobre trajes (*Trachten*) e, simultaneamente, na prescrição de códigos e condutas que visam garantir a "autenticidade" do folclore, por meio da reprodução de fontes históricas do modo mais fiel e fidedigno possível. De tal modo, no espaço do folclore "alemão", a mediação cultural depende de um trabalho especializado de leitura e de pesquisa histórica acerca de danças e trajes folclóricos, destinado à garantia dos padrões de "autenticidade" e de fidedignidade das práticas, através da reprodução de fontes históricas, o que garante o aspecto de tradicionalidade e de invariabilidade das danças e dos trajes (VOIGT, 2021a, p. 280-1).

Neste sentido, podemos antever a centralidade das práticas de leitura no contexto do folclore "alemão" no Brasil. O trabalho especializado de leitura e de pesquisa histórica é uma das atividades definidoras da elite cultural folclorista, servindo à sustentação do apanágio da "autenticidade" do folclore. As práticas de leitura definem a própria condição de elite cultural dos especialistas em folclore, permitindo a aquisição de conhecimentos e de competências e, de modo correlato, servindo à legitimação de uma concepção de "autenticidade" que, não por acaso, representa a própria relação que essa elite cultural estabelece com a leitura e com as fontes históricas que embasam o folclore. Em outras palavras, ao legitimarem um folclore com base em fontes históricas, os folcloristas operam simultaneamente a legitimação do seu próprio trabalho cultural, que consiste na importação e na decodificação de registros históricos para que a prática da dança popular e a utilização de indumentárias típicas sejam possíveis no contexto brasileiro. Assim, o acesso e a relação que a elite cultural folclorista mantém com tais fontes históricas e referências de leitura é uma das bases do seu poder simbólico (cf. BOURDIEU, 2010) – isto é, do poder para criar representações "legítimas" sobre o que constitui e define o folclore "alemão" no país.

Um conjunto de trabalhos oriundos dos campos da história e das ciências sociais tem sublinhado a pertinência da investigação acerca das práticas de leitura e dos usos sociais dos livros e das bibliotecas (CHARTIER, 2004; CHARTIER & HÉBRARD, 1995; MOLLIER, 2008; ABREU, 1996; GOMES, 2021). Essa bibliografia problematiza o sentido social da leitura, com base no pressuposto de que as práticas

de leitura e os usos sociais dos livros oferecem indícios mais gerais à compreensão das sociedades e ao diagnóstico de uma época. Ademais, a relação que os agentes sociais – notadamente, os artistas, escritores, profissionais das letras e produtores de bens simbólicos de modo geral – estabelecem com a leitura tem se mostrado um elemento importante à compreensão do fenômeno da produção cultural, além de oferecer indicativos sobre a posição social que os produtores culturais procuram delimitar socialmente e sobre a autoimagem que associam ao seu próprio trabalho cultural.

No que se refere aos artistas e aos produtores culturais – e, de modo especial, às elites intelectuais e culturais –, uma compreensão acerca das características e da natureza das obras que conformam suas bibliotecas permite o desenvolvimento de uma reflexão sobre o próprio trabalho levado a cabo por tais agentes. As bibliotecas mostram-se um recurso central às práticas de produção cultural, não apenas por representarem um depósito de capital cultural objetivado (cf. BOURDIEU, 1998), mas pelo fato de, através de práticas de leitura, os livros transformarem-se em capital cultural incorporado, que é mobilizado pelos agentes em suas trajetórias e na produção dos bens simbólicos.

Nos marcos da história social da arte, Panofsky (2001) enfatiza a necessidade de uma consideração sobre os recursos disponíveis aos artistas para a sua produção criativa, isto é, sobre as fontes bibliográficas e iconográficas que dão sustentação à determinada prática cultural. Por esse caminho, uma reflexão acerca dos condicionantes sociais da produção da obra de arte e dos bens simbólicos deve considerar as fontes e os suportes à disposição dos produtores culturais – concretamente, o que tais agentes estavam lendo e o que estavam visualizando –, uma vez que tais recursos são constitutivos da sua interpretação da realidade social e da sua produção simbólica.

Inspirado por tal bibliografia, o presente artigo tem por objetivo analisar as características e as especificidades das práticas de leitura levadas a cabo no espaço do folclore “alemão” no Brasil. De modo mais específico, o artigo orienta-se segundo um conjunto de questionamentos, a saber: quais são as referências para a prática do folclore, como são processadas pela elite folclorista e como circulam nesse espaço?

O que a elite cultural folclorista tem “à mão” no momento em que pratica o folclore? Quais são as fontes textuais e iconográficas mobilizadas pelos especialistas em folclore para a execução de suas práticas culturais? E, em última instância, quais os recursos simbólicos que tornam possível a existência de um folclore “alemão” no Brasil?

Dessa forma, o artigo apresenta uma reflexão acerca dos sentidos da leitura e dos usos sociais de livros e de bibliotecas no espaço de práticas do folclore “alemão” no Brasil. Para tanto, foi realizado um levantamento das referências de leitura – obras, autores, vocabulário – que formam a intelectualidade do folclore e que estruturam as suas práticas. Em outras palavras, o artigo analisa as referências bibliográficas e as fontes históricas que dão sustentação ao trabalho de mediação da elite cultural do folclore, deslindando as características e o teor de tais obras e como constituem-se as práticas de leitura em relação a tais recursos.

Em termos metodológicos, o artigo emprega uma abordagem etnográfica, apresentando incursões a bibliotecas institucionais e pessoais de folclore, descrevendo sua disposição espacial e os objetos contidos nelas. A técnica da etnografia – compreendida, nesse contexto, como “descrição densa” de espaços e objetos – já foi mobilizada para a análise de outros aspectos relacionados à temática do folclore “alemão” no Brasil (cf. VOIGT, 2020), possibilitando captar de modo profícuo as lógicas e sentidos implicados em tal prática cultural. Mais especificamente, foi realizada uma incursão etnográfica a três bibliotecas: a da Casa da Juventude, a do Departamento de Danças da Casa da Juventude e a coleção pessoal de livros de *Frau* Heumann. Em minha visão, uma consideração acerca de tais bibliotecas é extremamente relevante, pois propicia uma compreensão das práticas levadas a cabo pela elite cultural folclorista que, ao mesmo tempo, são constitutivas do que se entende por folclore “alemão” no Brasil. Em tais bibliotecas, encontramos a fonte e a base daquilo que os especialistas em folclore concebem e projetam como “autêntico”.

Antes de proceder à apresentação da etnografia das bibliotecas de folclore, gostaria de retornar à questão sinalizada no início desta introdução, nomeadamente as concepções de etnicidade implicadas na prática do folclore – ou, mais precisamente, o investimento no folclore “alemão” e sua implicação para a

construção de identificações de base étnica. Conforme argumentei em outra oportunidade (VOIGT, 2018b), o folclore “alemão” é um importante instrumento para a construção da autoimagem identitária dos agentes engajados com tal prática cultural. Para os folcloristas, as danças folclóricas e os trajes típicos – concebidos como um legado da imigração alemã no contexto brasileiro, ainda que, na verdade, constituam tradições inventadas em período recente (cf. HOBBSAWM & RANGER, 1984) – são encarados enquanto símbolos de pertencimento cultural e identitário à germanidade, sendo mobilizados para o estabelecimento de laços culturais e históricos entre folcloristas brasileiros e a Alemanha.

A própria nomenclatura empregada pelos folcloristas que, via de regra, define as danças e os trajes como “alemães” – ainda que tais práticas baseiem-se em registros históricos de danças e de indumentárias praticadas e utilizadas em territórios germânicos em período anterior à consolidação da Alemanha enquanto Estado-nação⁵ – explicita o esforço contemporâneo de aproximação e de estabelecimento de laços com a Alemanha visado pelos folcloristas brasileiros (cf. VOIGT, 2018b, 2021a). Assim, em última instância, nas práticas associadas ao folclore “alemão” no Brasil está em jogo a construção e a afirmação de autoimagens identitárias e de sentidos de pertencimento étnico por um conjunto de agentes, para os quais a germanidade representa um recurso valioso e uma fonte de identificação produtora de autoestima.

A biblioteca da Casa da Juventude

Principiemos a nossa incursão etnográfica a bibliotecas de folclore pela biblioteca da principal instituição do espaço do folclore “alemão” no Brasil, a Casa da Juventude⁶. A biblioteca está situada no primeiro andar da sede da instituição – uma

⁵ Em função do próprio contexto sócio-histórico em que foram produzidos, os registros históricos usualmente utilizam definições territoriais localizadas – por exemplo, danças “pomeranas”, “hessianas”, “bávaras”, “tirolesas”, etc. No contexto brasileiro, tais danças são consideradas e referidas como “alemãs”, o que denota o esforço de aproximação dos folcloristas brasileiros com a Alemanha.

⁶ A etnografia das três bibliotecas apresentada neste artigo foi realizada em maio de 2016, no contexto de um campo de pesquisa mais amplo acerca das práticas do folclore “alemão” no Brasil.

ampla e antiga edificação de dois andares⁷ –, próxima da entrada, em um local central do prédio. A minha primeira tentativa de visita à biblioteca teve de ser adiada, pois uma aula de língua alemã ocorria no espaço. Como veremos, o caráter escolar da biblioteca é central para a compreensão das funções que ela ocupa dentro da instituição.

Ao entrarmos na biblioteca, vemos, logo da entrada, um quadro negro fixado à direita, ocupando uma das paredes. Ao olhar à esquerda, para o restante da sala de proporções pequenas, observamos, no centro do espaço, uma grande mesa retangular circundada por várias cadeiras. Ao fundo, um grande e antigo armário de madeira que funciona como prateleira para os livros e que ocupa quase por completo duas paredes. A descrição da disposição espacial da biblioteca mostra-se imprescindível, pois ela nos permitirá compreender o uso social efetuado desse espaço.

Os livros da biblioteca, cerca de mil, são bastante heterogêneos. Os principais temas giram em torno da literatura, filosofia e história, além de dicionários. São livros bastante antigos; parte deles constitui-se da biblioteca da família Kleine⁸, o restante foi obtido por meio de doações, especialmente em caso de falecimento de membros letrados das comunidades que circundam o entorno da Casa da Juventude. Alguns livros não são datados; muitos deles registram um período que vai dos anos de 1940 a 1960 como data da impressão. Parte desses livros antigos traz ainda a tipografia alemã gótica e é frequente terem sido impressos na Alemanha.

Em uma incursão rápida à biblioteca da instituição, pude observar um grande volume de livros escritos em língua alemã, que constitui parte significativa do acervo. É possível encontrar traduções, em alemão, de uma variedade de autores de literatura em línguas estrangeiras: *O Primo Basílio*, de Eça de Queiroz; literatura russa como Liev Tolstói; literatura inglesa como Ernest Hemingway, Charles Dickens e Jack

⁷ Para uma descrição completa e detalhada da estrutura física e espacial da Casa da Juventude, ver Voigt (2020).

⁸ A família Kleine tem sua trajetória intimamente associada à história da Casa da Juventude. Theo Kleine foi um dos principais articuladores da fundação da entidade e seu primeiro diretor. A direção da entidade esteve a cargo de três gerações da família – Theo Kleine, seu filho Gerhard e seu neto Dieter –, com exceção de um breve período de tempo, na década de 1970 (cf. VOIGT, 2018a). Para uma análise detalhada da trajetória de Theo Kleine, ver Voigt (2019).

London. No tocante à literatura alemã, temos autores como Johann Wolfgang von Goethe – autor obrigatório em uma biblioteca teuto-brasileira, que, normalmente, é utilizado para a produção de epígrafes em textos ou lemas de instituições –, Hermann Hesse, além de alguns livros de literatura alemã mais recente, cujos autores pareceram-me desconhecidos. Em filosofia, há um Plutarco, um Leibniz, um Hölderlin e um Schiller, entre outros.

Em menor escala, encontramos ainda livros sobre a história da Alemanha, alguns enfocando a história da Alemanha nazista – embora não haja, obviamente, nenhum livro de teor apologético –, além de livros sobre a história do Brasil e da colonização alemã no Brasil – esses livros estão em português. Há também livros sobre a história da música e a história da literatura. Vemos ainda livros de caráter “edificante”, tratando de temas como a moral, os costumes e a vida em família, além de manuais de ensino – estes bastante antigos, com foco em educação básica.

A existência de dicionários e manuais de ensino – e sua localização central, isto é, nas prateleiras mais baixas da biblioteca, de acesso mais fácil, em contraposição aos livros de filosofia, por exemplo, situados nas últimas prateleiras –, assim como a distribuição do espaço da biblioteca, em que ganha projeção o quadro negro e cujo espaço central é ocupado por uma grande mesa retangular circundada por cadeiras – em oposição à organização mais comum das bibliotecas, em que várias mesas individuais servem à leitura individual e silenciosa das obras – são pistas para compreendermos os usos sociais da biblioteca. Ela serve primordialmente como um espaço de ensino, uma sala de aula, e não propriamente como um acervo e um espaço para leitura e consulta de livros.

É mister que entendamos a indissociabilidade da biblioteca das suas funções de ensino, com foco na questão da língua. Conforme exposto, no local, ocorrem aulas de língua alemã. Vale destacar que a biblioteca não possui um administrador ou atendente específico, ou alguém encarregado dos empréstimos do acervo. A impressão que temos é de que os livros que a compõem são pouco utilizados. As prateleiras, ligeiramente empoeiradas, destoam da limpeza e da assepsia cuidadosa características do restante do espaço da instituição. Em conversas com alguns folcloristas vinculados à Casa da Juventude, foi-me relatado que a biblioteca até

chega a ser utilizada – em casos raros – durante os cursos de folclore e o período em que frequentam a instituição, mas para reuniões, conversas e organização de atividades, não como um espaço para a leitura.

A conclusão a que foi possível chegar é de que o espaço de armazenamento de livros da instituição tem um peso mais simbólico – isto é, enquanto depósito e representação de capital cultural objetivado (cf. BOURDIEU, 1998) –, do que como um espaço prático de leitura. Por exemplo, a biblioteca serviu de cenário à gravação de um depoimento de Gerhard Kleine – ex-diretor da Casa da Juventude – concedido a uma rede de televisão local, no contexto de um documentário acerca de aspectos da biografia de seu pai. É interessante pontuar, neste sentido, que o enquadramento do entrevistado utilizou, como fundo, as prateleiras da biblioteca da Casa da Juventude. Assim, podemos afirmar que as funções primordiais da biblioteca da Casa da Juventude envolvem o ensino de idioma e a representação objetiva da posse de capital cultural por parte dos especialistas em folclore, não tendo, pois, propriamente a função da leitura.

A biblioteca do Departamento de Danças

A incursão à biblioteca da Casa da Juventude pode levar-nos à impressão de que a leitura não se configura como uma prática corrente e um recurso central no espaço do folclore “alemão” no Brasil. Como veremos, essa assertiva não se sustenta. Para questioná-la, mostra-se necessária a análise de outra biblioteca presente na Casa da Juventude, localizada na sala do Departamento de Danças, composta por obras de natureza distinta daquelas depositadas na biblioteca central da instituição.

Uma consideração acerca da biblioteca do Departamento de Danças permite-nos constatar que a leitura é um recurso estruturante das práticas da elite cultural folclorista, embora as fontes bibliográficas e a experiência em relação aos livros tenham uma natureza peculiar e distinta do modelo canônico da leitura. Em outras palavras, se a prática de leitura da elite folclorista não está voltada à apreciação integral e prolongada de obras sobre temas e questões culturais em sentido amplo, tal constatação não implica que a leitura esteja ausente no espaço do folclore. Ao

contrário, os folcloristas levam a cabo práticas de leitura especializadas, apropriando-se de uma bibliografia específica utilizada enquanto fonte de pesquisa e mobilizada para a sustentação da prática do folclore "alemão".

No Departamento de Danças, encontramos uma coleção bibliográfica de natureza específica e especializada, composta por aproximadamente cem livros e mais um bom número de apostilas. A biblioteca congrega um conjunto de obras folclóricas, quase todas escritas no idioma alemão e publicadas na Europa. Algumas obras voltam-se a aspectos mais históricos e "teóricos" relacionados à dança folclórica, mas a grande maioria constitui-se de catálogos de danças populares germânicas. Assim, a biblioteca é composta por obras que se orientam segundo o ímpeto estruturante do *folklore* enquanto "disciplina", a saber, a catalogação e a enumeração de fenômenos característicos e representativos da cultura popular. Esses livros constituem verdadeiros manuais, ora explicitando de modo mais geral como deve ser praticado o folclore "alemão", ora apresentando um repositório de informações e de referências específicas, que é consultado para orientar a prática da dança por parte dos folcloristas.

Tais obras são da maior importância para os especialistas em folclore, sendo, recorrentemente, mobilizadas como suporte às suas práticas folclóricas. Uma análise de tais obras permite-nos identificar quais são as fontes e as referências de leitura da elite do folclore e de que modo essas obras estruturam a prática do folclore "alemão" no Brasil – isto é, possibilita-nos compreender os mecanismos subjacentes à transfiguração de um registro histórico-textual de uma dança, proveniente do contexto europeu, para uma performance concreta dessa mesma dança no Brasil.

Não será apresentado um inventário integral dos livros que constituem a biblioteca do Departamento de Danças, procedimento não exequível nos limites de um artigo e que se mostraria, ademais, exaustivo. Para a compreensão da natureza dessa biblioteca, serão relacionados alguns dos livros mais importantes ou exemplares. Devemos ter em mente que alguns dos livros elencados a seguir foram-me apresentados, em um primeiro momento, pelo diretor do Departamento de

Danças da Casa da Juventude⁹, que selecionou as obras que considerou mais significativas – tanto para a sua prática folclórica, como para a apresentação a um pesquisador. Apenas em um segundo momento, realizei uma consulta não mediada e prolongada à biblioteca.

Um dos livros mais importantes – e o primeiro que me foi apresentado pelo diretor do Departamento de Danças – é o trabalho da dançarina, coreógrafa e pedagoga Aenne Goldschmidt, intitulado *Handbuch des Deutschen Volkstanzes* (ou “Manual de danças populares alemãs”), obra composta por três volumes, um *Textband*, um *Bildband* e um *Notenband* (GOLDSCHMIDT, 1978). As primeiras edições dessa obra datam de meados dos anos 1960¹⁰. O volume 2, o *Bildband* (“Livro ilustrado”), mostra-se especialmente relevante e é largamente utilizado pelos folcloristas, na medida em que apresenta um conjunto de representações em imagem de “figuras” que, frequentemente, integram as danças folclóricas alemãs, além de representações gráficas codificadas de movimentos e de posições utilizados na dança.

Encontramos também publicações de teor mais abrangente e teórico, como o *Tanzlexikon: Der Gesellschafts-, Volks- und Kunstdanz von den Anfängen bis zur Gegenwart mit Bibliographien und Notenbeispielen* (em tradução aproximada: “Léxico da dança: a dança social, popular e artística de seus primórdios até a atualidade com bibliografia e exemplos de músicas”), de Otto Schneider (1985). A obra foi editada pela Hollinek, de Viena (Áustria), conjuntamente com uma das mais antigas editoras de livros de música de que se tem notícia, a Schott, da cidade de Mainz (Alemanha). Trata-se de uma obra enciclopédica sobre assuntos relacionados à dança, que não se limita à dança folclórica, tratando – como o próprio título sugere – também de elementos da dança erudita. Outra publicação relevante – também de cunho mais amplo e teórico – é *Der Deutsche Volkstanz* (ou “A dança popular

⁹ A sala do Departamento de Danças funciona, simultaneamente, como o escritório do diretor da Casa da Juventude. Neste sentido, embora a entidade mostre-se bastante solícita aos pedidos de acesso e consulta a tal bibliografia, ela não está depositada em um local de trânsito livre; isso implica, em última medida, que o acesso a tais obras, depositadas em espaço restrito, depende de autorização, possibilitada por redes de relação com os agentes ligados à entidade.

¹⁰ As informações complementares sobre as obras baseiam-se em consultas a sites de editoras, das instituições que promoveram a publicação dos livros e de catálogos de lojas de venda de livros, dentre outras fontes disponíveis na internet.

alemã”), em dois volumes, de Herbert Oetke (1982). Ambas as obras estavam localizadas de forma bastante visível na sala do Departamento de Danças, separadas da prateleira onde estavam os demais livros, o que demonstra a importância e a utilização recorrente das obras.

Outro conjunto de obras realiza a compilação de danças populares provenientes de regiões e estados específicos da Alemanha ou demais territórios de língua germânica localizados em outros países. Tais obras consistem em um catálogo de *Tanzbeschreibungen*, utilizando codificações padronizadas por obras como o supracitado trabalho de Goldschmidt (1978). Uma *Tanzbeschreibung* tem, para a dança, uma função homóloga à ocupada pela partitura no caso da música. Uma *Tanzbeschreibung*, via de regra, possui os seguintes componentes: o histórico da dança, a partitura da música que a acompanha e, principalmente, a descrição das partes que compõem a dança – fazendo menção a “figuras” (*Figuren*) e “passos” (*Schritte*) característicos do repertório da dança germânica. Quando colocadas sequencialmente em movimento, as partes de uma *Tanzbeschreibung* formarão uma dança específica.

No âmbito do conjunto de obras que catalogam *Tanzbeschreibungen* de localidades e territórios delimitados, podemos mencionar duas publicações exemplares. Em primeiro lugar, a obra *Volkstänze aus Hessen* (ou “Danças populares de Hesse”), coletânea de vinte danças folclóricas selecionadas por Schwinn (1988), que foi organizada pela *Hessische Vereinigung für Tanz- und Trachtenpflege* – HVT (ou “Associação Hessiana para a Preservação de Danças e Trajes”). A HVT produziu várias publicações relacionadas ao folclore da região, tanto acerca de danças populares como de trajes típicos. Em segundo lugar, podemos mencionar a obra *Pommersche und Ostdeutsche Volkstänze* (ou “Danças populares pomeranas e do Leste alemão”), de Schultz (1990), publicada pela *Pommersche Landsmannschaft* (em tradução aproximada: “Associação Territorial Pomerana”), que compila um conjunto de danças características do território histórico conhecido como Pomerânia. A busca por referências folclóricas associadas à Pomerânia no contexto brasileiro é compreensível, se considerarmos a importância da região no contexto da

imigração germânica para o país¹¹.

Outra publicação que compila registros de danças, embora sem especificar uma região ou território, é *Der tanzende Kreis: Singspiele und Volkstänze* (em tradução aproximada: "O círculo dançante: jogos de canto e danças populares"), de Mortzfeld & Cherubim (1960). Podemos verificar várias edições dessa obra – algumas anteriores a 1960 – que, ao que tudo indica, teve ampla tiragem. Conforme já afirmado, a publicação não enfoca um estado ou região em específico, tratando o "folclore alemão" como uma unidade. Ademais, é válido pontuar que a capa da obra sinaliza o papel dos autores como "organizadores" – ou, mais precisamente, "selecionadores" – de danças populares. Tendo em mente que, no ideário do folclorismo, a cultura popular é considerada como prerrogativa e propriedade do "povo", a autoria em obras folclóricas usualmente assume feições coletivas – isto é, diferentemente do que verificamos no caso de obras literárias ou acadêmicas, a "autoria" não é compreendida como um trabalho individual, original e criador levado a cabo por um "autor", que teria a propriedade dos conhecimentos contidos na obra¹².

Uma última publicação a ser mencionada tem o título de *Der lustige Kupferschmied (Tanzbeschreibungen)* – em tradução aproximada, "O divertido funileiro¹³ (descrições de danças)" –, do conhecido folclorista Ludwig Burkhardt (1954), publicada pela Musikverlag Hans Sikorski – editora especializada na publicação de partituras musicais. A obra é uma coletânea de *Tanzbeschreibungen* e seu título remete ao nome de uma das danças que a integra. Devemos pontuar que muitas danças populares são inspiradas em profissões, apropriando-se de elementos pertinentes ao mundo social das comunidades onde eram praticadas – em que as guildas e os ofícios possuíam lugar destacado.

Em suma, uma análise da biblioteca do Departamento de Danças permite-nos constatar a existência de três tipos principais de obras: (1) publicações mais teóricas e históricas sobre as danças populares; (2) publicações mais generalistas, que

¹¹ Como é sabido, levas expressivas de imigrantes provenientes da Pomerânia fixaram-se no Brasil, especialmente no Espírito Santo e em Santa Catarina (sobretudo, na região do Vale do Itajaí).

¹² Tratarei da questão da autoria nas obras folclóricas em maiores detalhes na seção seguinte.

¹³ A palavra remete a uma profissão, a do *Kupferschmied*, que poderia ser traduzida de forma literal como o "ferreiro que trabalha com cobre".

apresentam figuras e passos utilizados na dança germânica, funcionando como manuais e dicionários, com função padronizadora; e (3) publicações que catalogam descrições de danças, obras que constituem a maior parte do acervo. Esse terceiro conjunto de publicações representa um dos principais recursos para a prática do folclore "alemão" no Brasil. Os registros textuais de danças contidos em tais obras são interpretados e transfigurados em performances concretas; os manuais e as obras teóricas, por sua vez, servem para a elucidação de figuras e de movimentos descritos nos registros das danças.

Assim, uma consideração acerca dessa biblioteca e de suas obras apontam para os sentidos sociais da leitura no espaço de práticas do folclore "alemão" no Brasil. As práticas de leitura levadas a cabo pela elite do folclore destoam do modelo canônico de leitura – compreendida enquanto apreciação integral e prolongada de obras literárias ou teóricas –, consistindo em uma prática especializada de pesquisa. Em outras palavras, no espaço do folclore, a leitura consiste na interpretação e na decodificação de fontes históricas, com finalidades eminentemente práticas, isto é, servindo à prescrição de comportamentos e da performance de danças de origem germânica no contexto brasileiro, procedimento que delimita e garante a "autenticidade" e a fidedignidade do folclore praticado no país.

A biblioteca pessoal de *Frau Heumann*

Para um mapeamento e análise completa das referências de leitura da elite cultural folclorista – isto é, das obras que dão suporte à prática do folclore "alemão" no Brasil –, é necessário considerarmos ainda um outro conjunto bibliográfico, a saber: as obras que compilam os registros históricos de trajes folclóricos. De modo semelhante ao que se verifica no tocante às fontes que possibilitam a prática das danças, a confecção dos trajes utilizados pelos folcloristas é viabilizada por um conjunto de obras folclóricas, que oferece um catálogo de imagens que representam "trajes típicos", com seu respectivo histórico e origem territorial. Essas obras funcionam como manuais para a reprodução de trajes folclóricos históricos no presente, fornecendo informações textuais e, principalmente, elementos visuais e

iconográficos para a confecção dos trajes.

Para a análise do teor e das características de tais obras, tomo por base a biblioteca particular de *Frau* Heumann¹⁴, especializada na temática dos trajes folclóricos. A biblioteca está situada no dormitório pessoal de *Frau* Heumann, o que fornece indícios sobre a importância de tais livros para a folclorista. O fato da biblioteca de *Frau* estar localizada em seu quarto atesta ainda o caráter pessoal e o acesso restrito a tais obras. Devemos registrar que *Frau* Heumann garante livre acesso à sua biblioteca, de modo bastante solícito, permitindo ao visitante folhear os exemplares livremente. Ademais, a biblioteca pessoal de *Frau* tem uma notável circulação no espaço do folclore, por meio de fotocópias e digitalizações, além da circulação dos próprios livros em cursos de especialização em folclore. É sabido que o acesso à sua biblioteca forneceu subsídios e possibilitou que demais agentes se profissionalizassem na prática de confecção de indumentárias típicas. Todavia, apesar da biblioteca de *Frau* Heumann ser bastante conhecida, acessível e consultada, ela é, em última instância, uma biblioteca pessoal – não estando localizada em uma instituição aberta à visitação pública –, dependendo, portanto, da autorização da proprietária para consulta.

Muito embora *Frau* Heumann não seja a única especialista em folclore que dispõe desse tipo de obras de referência – outros agentes envolvidos com a confecção de trajes típicos possuem suas próprias bibliotecas, além de existirem alguns livros sobre trajes na própria Casa da Juventude –, a opção pelo acervo de *Frau* deve-se à sua amplitude e ao seu alto grau de especialização. Dessa forma, as obras analisadas a seguir referem-se à sua biblioteca particular, tendo sido apresentadas ao pesquisador pela própria *Frau* durante a visita que realizei à sua residência.

A biblioteca de *Frau* Heumann é composta por aproximadamente cem livros, livretos e manuais. Segundo *Frau*, outro número significativo de obras está localizado em seu ateliê ou com colegas, o que implica afirmar que a biblioteca é formada por um número ainda maior de itens. Trata-se principalmente de obras que

¹⁴ Refiro-me à senhora Eredi Heumann que, no espaço do folclore “alemão” no Brasil, é conhecida simplesmente como *Frau*, termo que funciona como uma espécie de “título”, tamanho o reconhecimento dessa folclorista no espaço do folclore. A residência onde se encontra a biblioteca está localizada na cidade de Nova Petrópolis (RS).

catalogam trajes "alemães" – com escopo nacional ou enfocando regiões específicas da Alemanha ou demais territórios de língua alemã –, por meio de representações dos trajes de tal forma como eram utilizados em períodos históricos delimitados. Podem ser encontrados também livretos e manuais em sentido estrito, que fornecem regras e orientações práticas para a confecção e a costura de trajes.

De modo geral, podemos afirmar que a maioria das obras sobre trajes folclóricos é barata no contexto europeu. A importação de tais obras para o Brasil, no entanto, encarece-as consideravelmente. Neste sentido, a maior parte dos livros que integra a biblioteca analisada foi obtida por meio de presentes de amigos – entregues pessoalmente ou por correio – que moram ou que visitaram a Alemanha, ou nas próprias viagens que *Frau* fez ao velho continente. Nas palavras de *Frau* Heumann: "chegou ao ponto onde precisou-se começar a comprar os livros é... Onde de fato diz certo o que pertence a que"¹⁵. Em outras palavras, seu trabalho na confecção de trajes demandou e foi possibilitado pela composição de uma biblioteca com obras que identificam e delimitam as origens históricas e territoriais precisas para os trajes "alemães".

Uma das primeiras obras a ser mencionada é intitulada *Deutschland: Ein Hausbuch* (HEUSS et al., 1964), um compêndio de informações, conhecimentos e registros englobando diversos tópicos relacionados à Alemanha, compilados por mais de uma dezena de autores. A obra comporta textos que apresentam informações sobre a Alemanha, os estados (*Bundesländer*) e as principais cidades que os compõem. Ademais, a obra contém representações em desenho de diversas regiões da Alemanha; nas representações dos mapas dos estados, apresentam-se informações pertinentes como o brasão, a flora e a fauna – principais florestas e locais onde podem ser encontradas espécies animais ou atividades de pecuária –, os rios, informações geográficas em geral, as principais edificações – com destaque para igrejas, catedrais, indústrias, pontes e monumentos –, meios de transporte, atividades de trabalho, práticas esportivas e de lazer usualmente verificadas na região, e o que nos interessa, os trajes característicos do local. As representações

¹⁵ HEUMANN, Eredi (*Frau*). Entrevista concedida a Lucas Voigt. Nova Petrópolis – RS, 8 de Maio de 2016.

em desenho dos trajes servem para identificar as principais características das indumentárias representativas de determinada região.

Outra obra, de caráter e função similares, tem o título de *Deutsche Landkreise im Portrait: Rhein-Hunsrück* (ROSENBAUM & NOLL, 1994) que, enfocando o distrito (*Landkreis*) do Rhein-Hunsrück – localizado no estado da Renânia-Palatinado –, apresenta uma coletânea de imagens sobre o local. Essa região é significativa no contexto brasileiro, pois é sabido que muitos imigrantes – especialmente, no Rio do Grande do Sul – vieram da região do Hunsrück, sendo este um dialeto importante entre os teuto-brasileiros até os dias atuais. As imagens do livro tratam, por exemplo, da arquitetura, dos eventos da localidade e, mais importante, dos trajes típicos utilizados. A obra foi organizada pela Administração do Distrito (*Kreisverwaltung*) e pela Câmara da Indústria e Comércio (*Industrie- und Handelskammer*) de Koblenz, uma das maiores cidades da Renânia-Palatinado. A obra em questão enfoca o Rhein-Hunsrück, mas o *Deutsche Landkreise im Portrait* é uma série de publicações que apresenta imagens representativas de variadas regiões de diferentes estados da Alemanha.

Conforme foi sinalizado anteriormente, a questão da autoria em obras folclóricas é bastante complexa. Nas informações catalográficas e nas capas desse conjunto de obras, o “autor”, muitas vezes, é referido como “organizador”, “selecionador”, “editor” ou “redator”. Tanto as obras sobre trajes como os livros sobre danças folclóricas, muitas vezes, consistem em publicações patrocinadas por instituições das quais os autores individuais fazem parte e, neste sentido, tais instituições passam a ser consideradas também como “autoras”¹⁶. Como argumentei, subjaz a esse conjunto de obras a ideia de que os elementos contidos nelas pertencem ao domínio da “cultura popular”, o que explica os limites na definição e na atribuição da sua autoria. Em tais obras, a autoria compreende a compilação e a edição da obra, não propriamente o seu conteúdo. Isso porque a “verdadeira” autoria dos conteúdos reunidos em tais obras é coletiva e impessoal;

¹⁶ Por exemplo, Gerd Schwinn, membro da *Hessische Vereinigung für Tanz- und Trachtenpflege* (HVT), foi responsável pela organização de obras folclóricas sobre danças (SCHWINN, 1988) e trajes folclóricos (SCHWINN et al., 1990) representativos do estado de Hesse. A HVT, por sua vez, foi a incentivadora e a organizadora da publicação dessas obras, o que lhe atribui também a “autoria” dos livros.

ela pertenceria ao *Volk*.

No caso da obra de Rosenbaum & Noll (1994) mencionada há pouco, os autores são, respectivamente, o diretor da Administração do Distrito do Rhein-Hunsrück e o diretor da Câmara da Indústria e Comércio. Portanto, trata-se de membros da elite política e econômica local. Nesse contexto, a questão da autoria assume contornos semelhantes a alguns casos históricos bastante conhecidos, como o exemplo clássico dos irmãos Grimm, membros da elite intelectual alemã, responsáveis pela coleta e catalogação de um conjunto de histórias orais pertencentes ao domínio da cultura popular; com a publicação das histórias, os Grimm passaram a ser, simultaneamente, os “autores” dos registros escritos que as representam. Apesar da longa distância histórica entre o contexto dos Grimm e o de obras como a de Rosenbaum & Noll (1994), constatamos uma mesma estrutura em tais fenômenos: trata-se do registro de um material de origem “popular” por membros de determinada elite, o que atesta a característica e frequente circulação de bens simbólicos entre ambos os polos¹⁷.

Um dos livros mais importantes à sustentação do trabalho de confecção de trajes é o *Deutsche Volkstrachten* (DEUTSCHE..., 1933), sem autoria definida, que se constitui em uma compilação de um grande número de trajes folclóricos. A obra, tipografada em alemão gótico, é organizada a partir de regiões que compõem a Alemanha. Nas representações dos mapas dessas regiões, é inserida uma numeração; cada número corresponde a um tipo específico de traje, representativo de determinada localidade. Os trajes são catalogados e apresentados em maiores detalhes – por meio de uma representação em desenho do traje, uma descrição e informações sobre sua origem histórica.

Outra obra, provavelmente o trabalho mais importante para a fundamentação da prática de confecção de trajes – relevância sugerida pelo próprio título – é o *Das große Buch der Volkstrachten*, publicada originalmente em 1887 (KRETSCHMER, 1977). Também tipografada em gótico, a obra é de autoria do professor, estudioso de moda e pintor Albert Kretschmer. A obra apresenta reproduções de pinturas de

¹⁷ Para uma análise detalhada das circulações e múltiplas apropriações de bens simbólicos entre os domínios do “povo” e da “elite”, tomando por base o caso do folclore “alemão” praticado no Brasil, ver Voigt (2021c).

trajes folclóricos, pinturas extremamente detalhadas e bem elaboradas. As representações em imagem dos trajes constituem-se como “encartes” ao livro, podendo ser retiradas individualmente para consulta e trabalho. A obra também é estruturada por regiões e descreve textualmente as origens e as características dos trajes. Tão importante, o livro é reeditado até os dias atuais. Além disso, circula amplamente entre os especialistas em folclore “alemão” no Brasil, inclusive em versão digitalizada.

Outros livros consistem em coletâneas de trajes de regiões específicas da Alemanha ou demais territórios germânicos. Dentre eles, podemos mencionar, por exemplo: (1) *Pommersche Volkstrachten* (HAENEL, SAENGER & HACKBARTH, 1995), sobre trajes da região da Pomerânia; (2) *Trachtengruppen in Hessen* (SCHWINN et al., 1990), que apresenta textos e fotografias sobre os trajes de grupos de dança folclórica do estado de Hesse – obra organizada pela mesma instituição, a *Hessische Vereinigung für Tanz- und Trachtenpflege*, e pelo mesmo autor do livro sobre danças em Hesse citado anteriormente (SCHWINN, 1988)¹⁸; (3) *Odenwälder Trachten* (AU, 1952), livro mais antigo e tipografado em gótico a respeito de trajes da região montanhosa conhecida como Odenwald – localizada entre os estados de Hesse, da Bavária e de Baden-Württemberg –, organizada pelo teólogo e folclorista Hans von der Au; e (4) *Trachten in Bayern: Miesbach* (DEMMELEMEIER & GEBHARD, 1981), coleção de cadernos sobre trajes do estado da Baviera – o caderno citado tratando especificamente do distrito de Miesbach –, organizada e publicada pela *Bayerischer Landesverein für Heimatpflege* (ou “Associação Bávara para a Preservação da Pátria”), entidade dedicada à preservação da história, da cultura e do folclore da Baviera.

Podemos mencionar ainda outra obra que, embora enfoque um território germânico específico, possui natureza e conteúdo distintos, intitulada *Nähetechniken bei der Anfertigung von Tiroler Trachten* (ou “Técnicas de costura na confecção de trajes tirolezes”) (SINGER, 1981). A obra não consiste em uma coletânea de trajes folclóricos; ao contrário, sua finalidade é fornecer instruções práticas sobre

¹⁸ Tal fato demonstra a indissociabilidade – considerada essencial pelos folcloristas, tanto europeus quanto brasileiros – entre a prática da dança por grupos folclóricos e o suporte possibilitado pelos trajes. No caso em específico, sobre o folclore no estado de Hesse, verificamos uma associação que define e legitima simultaneamente ambas as manifestações culturais.

procedimentos de corte de tecido para a confecção de trajes. Não se trata, assim, de uma obra que apresenta referências históricas sobre trajes folclóricos, mas antes de um manual de costura. Como o título sugere, o livreto constitui-se como um manual para a confecção de trajes tiroleses, contando com representações técnicas em desenho de cortes a serem empregados para a confecção dos trajes, com suas respectivas indicações de medidas e de procedimentos a serem executados.

Outro exemplo de publicação que consiste propriamente em um manual é a *Schnittkonstruktionen Trachtenmode* (em tradução aproximada: "Construção de corte em moda folclórica") (SCHNITTKONSTRUKTIONEN..., 2009), voltado especificamente à confecção de trajes femininos, que apresenta o sistema "M. Müller & Sohn" para confecção de trajes, que é também o nome de uma escola de moda e técnicas de costura localizada em Düsseldorf¹⁹. O manual apresenta um conjunto de regras e métricas para o corte de trajes, com destaque especial ao modelo do *Dirndl*²⁰. Conforme me relatou *Frau* Heumann, esse tipo de obra é largamente utilizado em seu trabalho; muitas vezes, é necessário repetir várias vezes um corte ou um procedimento até que ele fique adequado, reproduzindo fidedignamente as orientações e os padrões de um traje folclórico.

Por fim, há ainda obras que não se restringem à Alemanha ou a territórios de origem germânica, como *Trachten und Kostüme aus Europa, Afrika und Asien in Form, Schnitt und Farbe* (TILKE, 1978), que também apresenta orientações sobre os procedimentos técnicos de confecção dos trajes; além de obras mais específicas, como a publicação *Kinder in Trachten* (KINDER..., 1953), que enfoca a questão dos trajes infantis, da qual é possível encontrar edições mais antigas, datadas da década de 1930.

Em síntese, a partir da análise da biblioteca pessoal de *Frau* Heumann, podemos constatar três grandes conjuntos de obras sobre trajes folclóricos: (1) obras mais gerais, que consistem em coletâneas de informações relacionadas à Alemanha, contando com imagens de localidades específicas, de festividades típicas e de trajes característicos do lugar; (2) obras que se constituem propriamente como

¹⁹ A M. Müller & Sohn realiza ainda a publicação de livros e revistas sobre a temática da moda.

²⁰ Tipo de indumentária germânica, exclusivamente feminina, característica da região dos Alpes. Para mais informações, consultar Voigt (2018a).

catálogos de trajes, com escopo nacional (a Alemanha) ou localizado (territórios e regiões específicas); e (3) livretos e manuais em sentido estrito, que apresentam indicativos e regras para a costura, o corte e a modelagem das indumentárias. Em última instância, tais obras são mobilizadas no trabalho prático de confecção de trajes folclóricos, garantido a sua fidedignidade e as suas propriedades inerentemente históricas.

No que diz respeito às práticas de leitura entre os especialistas em folclore – tanto no caso de obras sobre trajes, quanto no que se refere à literatura sobre danças – podemos argumentar que a finalidade dos livros é servir como repositórios para a pesquisa. Como foi apontado, a relação desses especialistas com o livro não é propriamente a da leitura integral de obras de natureza mais teórica ou generalista; ao contrário, as obras folclóricas – depositários e compêndios da tradição, do conhecimento e da cultura popular – são lidas e mobilizadas como fontes de pesquisa e como meios de trabalho cultural. Em outras palavras, o sentido do livro está ancorado em sua utilidade prática, isto é, as obras folclóricas são compreendidas como verdadeiros manuais para a prática do folclore. Através da leitura, as referências e os registros históricos da cultura popular do passado são reexecutados e ressignificados no presente, por meio de um *modus operandi* de fazer folclore, referenciado precisamente pela pesquisa em obras folclóricas.

Assim, com base na pesquisa em um conjunto de referências históricas que constitui e que representa o folclore “alemão” propriamente autêntico, os especialistas em folclore executam seu trabalho de mediação cultural, interpretando e decodificando tais fontes históricas, o que possibilita, contemporaneamente, que um conjunto amplo de dançarinos e de grupos folclóricos utilizem trajes típicos e executem performances de danças, reconstituindo práticas populares historicamente características da Alemanha e demais territórios germânicos. Dessa forma, tais obras de referência são mobilizadas para legitimar a prática do folclore “alemão” no Brasil, legitimando ao mesmo tempo uma concepção específica de folclore definida e promovida pela elite cultural folclorista, que se orienta segundo os princípios da “antiguidade”, da “tradicionalidade” e do “valor histórico”.

A relação com os livros e o acesso a coleções bibliográficas especializadas permitem que os mediadores realizem seu trabalho cultural, além de possibilitarem

o acesso a posições destacadas no espaço – isto é, a composição da elite cultural folclorista –, fazendo com que tais agentes passem a estar investidos de autoridade para a definição dos critérios legítimos para o folclore “alemão” praticado no Brasil. Neste sentido, podemos argumentar que os livros são submetidos a um uso social específico no espaço do folclore, servindo para legitimar a prática do folclore “alemão” através da pesquisa e, simultaneamente, para demarcar uma posição aos detentores do capital cultural objetivado das manifestações populares de origem germânica – isto é, para definir um lugar social para os guardiões da “autenticidade” do folclore.

O surgimento de novos suportes e o impacto do desenvolvimento técnico no espaço do folclore

A título conclusivo, mostra-se pertinente tecermos alguns comentários acerca dos impactos do desenvolvimento tecnológico e do aparecimento de novos suportes técnicos à prática do folclore “alemão” no Brasil. Um conjunto de trabalhos tem demonstrado a relevância da variável da técnica para a compreensão das práticas sociais e, de forma especial, para os modos de apreciação e de produção da cultura e dos bens simbólicos (KLINGENDER, 1983; SÜSSEKIND, 1987; CHARTIER & HÉBRARD, 1995). Essa bibliografia tem enfatizado a pertinência de uma consideração sobre os suportes técnicos disponíveis aos produtores de bens simbólicos, sobretudo, seu papel para a produção e a difusão dos bens culturais. Neste sentido, devemos levar em conta as relações entre o desenvolvimento tecnológico e as possibilidades de disseminação da cultura, tendo em mente que os meios objetivos e os suportes técnicos de circulação da cultura exercem um papel determinante no próprio trabalho de produção cultural.

No que tange ao espaço do folclore e à prática da dança folclórica, em virtude do desenvolvimento e da disseminação de equipamentos e suportes para a gravação e a reprodução de imagem em movimento e som, podemos argumentar que, nos últimos anos, verificamos um processo tendencial de migração do suporte escrito – as *Tanzbeschreibungen*, registros históricos descritivos das danças, cuja

decodificação é trabalhosa e depende de um conjunto de competências específicas – para o suporte da imagem em movimento – os registros de danças em vídeo, cuja decodificação, muito mais simples, depende da reprodução mimética de uma dança observável. Ao que tudo indica, podemos antever um papel cada vez mais importante do suporte em vídeo para a prática da dança folclórica de origem germânica no Brasil.

De acordo com informações fornecidas pelo diretor do Departamento de Danças da Casa da Juventude, a entidade possui cerca de duas mil danças populares catalogadas; destas, quase mil já foram ministradas em cursos, o que implica afirmar que parte significativa do acervo de danças da instituição está, portanto, registrada em vídeo. Conforme foi apontado, ao término dos cursos de especialização em folclore promovidos pela Casa da Juventude, as danças são performadas e gravadas. Os registros são enviados aos coordenadores de grupos folclóricos, servindo à reprodução mimética das danças. Tais vídeos, dotados de funcionalidades pedagógicas e autenticadoras, circulam largamente no espaço do folclore “alemão” no Brasil, assim sendo, os registros em vídeo das danças tornam-se um dos principais suportes à prática do folclore “autêntico” no país.

A centralidade adquirida pelas reproduções de danças no formato audiovisual, além de impactar diretamente a prática do folclore, tem produzido debates em torno da própria imagem acerca do que constituiria um especialista em folclore. Na visão de alguns folcloristas, o suporte em vídeo – que tem tornado dispensável a leitura das referências históricas originais – possui efeitos negativos à formação das “lideranças” do folclore, transformando os especialistas em folclore em meros “passadores de material”²¹. Nessa perspectiva, um especialista em folclore é um agente dotado de um conjunto de competências especializadas, como o domínio do idioma alemão e o conhecimento vasto de passos e figuras do repertório da dança popular germânica. Ademais, a condição de especialista em folclore estaria relacionada ao acesso e ao trabalho cultural junto a fontes históricas e a livros que fornecem informações mais gerais para a sua compreensão – obras que, como vimos, estão depositadas em bibliotecas institucionais e pessoais de folclore.

²¹ Expressões utilizadas por um especialista em folclore, durante entrevista realizada em maio de 2016.

Por outro lado, é interessante pontuar que o material didático produzido pela Casa da Juventude, sobretudo, os registros em vídeo, já foi enviado a entidades europeias que atuam na promoção e na certificação das danças populares, como a *Deutsche Gesellschaft für Volkstanz* (DGV) – fato que é, frequentemente, evocado durante as entrevistas com os especialistas em folclore, constituindo-se como motivo de orgulho e que, de certo modo, opera como uma ratificação do trabalho desenvolvido pela entidade. A exportação de subsídios para a prática da dança ocorre em função do imenso potencial didático dos registros em vídeo, suporte de fácil disseminação e decodificação. Desse modo, se a prática do folclore “alemão” no Brasil depende da importação de um modelo de praticar folclore e de referências históricas provenientes do contexto europeu – isto é, de registros históricos textuais que descrevem as danças –, o material didático produzido por meio do suporte em vídeo permite, em alguma medida, a inserção do folclore “alemão” praticado no Brasil no contexto do folclore internacional, por meio da produção e da exportação de registros de dança em um novo suporte – o da imagem em movimento –, formato extremamente atrativo em função da facilidade para a decodificação de danças.

Devemos levar em conta os impactos de um conjunto amplo de processos sociais recentes nas práticas de formação de especialistas em folclore, bem como no acesso às fontes que dão sustentação ao folclore “alemão” no contexto brasileiro, tais como o desenvolvimento de tecnologias, dos meios de comunicação/informação e de transporte. Tais processos, que a literatura sociológica convencionou denominar de “globalização” – isto é, o processo de interconexão das sociedades nacionais, que intensifica as relações sociais, a comunicação e o transporte em escala mundial (cf. GIDDENS, 1991) –, possibilitam, por exemplo, o estabelecimento de contatos com especialistas europeus em folclore por parte de folcloristas brasileiros, propiciando a sua vinda para a promoção de cursos no Brasil.

Além disso, com a proliferação de informações e de conteúdo em função do desenvolvimento tecnológico e de novos tipos de suporte, o acesso às fontes que sustentam a prática do folclore tem se tornado muito mais simples e facilitado. O advento da internet é mencionado como um fator significativo por vários especialistas em folclore que entrevistei. A internet possibilitou o acesso a materiais

até então restritos, contidos em publicações especializadas e de difícil acesso, conservadas e catalogadas institucionalmente ou em bibliotecas particulares. Em primeiro lugar, a internet facilitou a aquisição de livros, antes restrita a quem viajava ou possuía contatos no continente europeu. Em segundo lugar, podemos mencionar a existência de um volume significativo de conteúdo – parte dele, inclusive, em português – disponível em plataformas como o *Dancilla*²². Ademais, é possível encontrar, na internet, vários catálogos e compilações de descrições de danças (*Tanzbeschreibungen*) em páginas de instituições europeias promotoras de folclore, além de um volume expressivo de registros em vídeo de performances de danças populares de origem germânica, disponibilizado em plataformas como o *Youtube* – boa parte deles produzida através do registro audiovisual de apresentações de grupos de dança brasileiros.

Esse conjunto de processos e de transformações impacta a lógica das práticas do folclore “alemão” no Brasil, bem como a própria estrutura e as posições ocupadas no espaço. Tais processos possibilitam que associações regionais ou mesmo grupos folclóricos ministrem cursos e promovam eventos com *experts* europeus em folclore; ademais, permitem uma maior difusão das informações e das fontes históricas que sustentam a prática do folclore. Por consequência, podemos constatar uma tendência de descentralização da oferta de formação e de especialização em folclore, que estava concentrada exclusivamente em Gramado. Sugestivo, neste sentido, é mencionar o exemplo da Associação dos Grupos Folclóricos Germânicos do Médio Vale do Itajaí (AFG) que, desde 2015, tem promovido cursos de especialização em folclore próprios e independentes.

Em suma, o conjunto de transformações e dinâmicas sociais mencionadas representa um tensionamento ao monopólio de formação dos especialistas em folclore “alemão” no Brasil e, conseqüentemente, da posição ocupada pela Casa da Juventude no espaço, na medida em que os contatos com especialistas europeus e o acesso às fontes para a sustentação da prática do folclore, inicialmente, restritos e mediados pelo trabalho cultural especializado de uma instituição, passam a ser disseminados e facilitados. Apesar de mostrar-se temerário esboçarmos qualquer

²² *Dancilla* é uma plataforma *wiki* com conteúdo de natureza enciclopédica sobre danças folclóricas, cujos verbetes apresentam descrições de danças, áudios e vídeos.

previsão mais definitiva a respeito da questão, é lícito afirmarmos que o desenvolvimento tecnológico e dos meios de comunicação e de informação tem produzido impactos significativos na própria constituição do espaço de práticas do folclore "alemão" no Brasil, processo que tende a intensificar-se e a produzir consequências na estrutura e na lógica das práticas desenvolvidas no espaço.

Referências

ABREU, Regina. Um homem de letras. In: _____. **A fabricação do imortal: Memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Lapa / Rocco, 1996. p. 137-148.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 71-79.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura: 1880-1980**. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

FODOR, Mónika. **Ethnic subjectivity in intergenerational memory narratives: Politics of the untold**. New York: Routledge, 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOMES, Ivan Lima. Leitores e leituras de revistas em quadrinhos: Uma história visual (Anos 1930-1950). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 72, Jan./Abr. 2021, p. 54-80. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S2178-149420210104>>.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence O. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KLINGENDER, Francis D. **Arte y Revolución Industrial**. Madrid: Cátedra, 1983.

MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo: Ensaio sobre história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e iconologia: Uma introdução ao estudo da arte da Renascença. In: _____. **Significado nas artes visuais**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 47-87.

REIS, Eliana T. Em nome da "cultura": Porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 3, Set./Dez. 2010, p. 499-523. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000300005>>.

SEIDL, Ernesto. "Intérpretes da história e da cultura": Carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, Dez. 2007, p. 77-110. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1983-201X.5389>>.

SILVERMAN, Sydell F. The community-nation mediator in traditional Central-Italy. In: POTTER, Jack M.; DIAZ, May N.; FOSTER, George M. (Orgs.). **Peasant society: A reader**. Boston: Little, Brown and Company, 1967. p. 279-293.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de letras: Literatura, técnica e modernização no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VOIGT, Lucas. A elite cultural do folclore alemão "autêntico" no Brasil: Perfil social, mediação cultural e estratégias de legitimação. **Tomo**, São Cristóvão, n. 39, Jul./Dez. 2021a, p. 256-298. Disponível em: <<https://doi.org/10.21669/tomo.vi39.13703>>.

VOIGT, Lucas. As estratégias de recomposição e rearticulação das elites do grupo étnico alemão no Brasil pós-Estado Novo: Uma análise à luz da Sociologia Histórica e da Sociologia das Elites. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, Jan./Abr. 2021b, p. 144-158. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.1.36583>>.

VOIGT, Lucas. Entre o "povo" e a "elite": Cultura popular e apropriação diferencial à luz da prática do folclore "alemão" no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 18, n. 1, Jan./Abr. 2021c, p. 131-154. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2236-9473.v18n1p131-154>>.

VOIGT, Lucas. Etnografando "casas" de folclore: Relações entre configurações do espaço e os sentidos da prática do folclore "alemão" no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 20, Set./Dez. 2020, p. 224-247. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20336/rbs.540>>.

VOIGT, Lucas. **O devir e os sentidos das memórias de descendentes de alemães em Santa Catarina: Um esboço de sociologia da memória**. Porto Alegre: Multifoco / Luminária Academia, 2017.

VOIGT, Lucas. **O espaço de práticas do folclore "alemão" autêntico no Brasil: Um estudo de sociologia da cultura e das elites**. 2018a. 376 p. Dissertação

(Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, SC. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186102/PSOP0612-D.pdf>>.

VOIGT, Lucas. O folclore “alemão” como prática identitária: O papel das danças e dos trajes folclóricos na construção de laços culturais e históricos com a Alemanha. In: ARENDT, Isabel C.; CUNHA, Jorge L.; SANTOS, Rodrigo L. (Orgs.). **Migrações: Perspectivas e avanços teórico-metodológicos**. São Leopoldo: Oikos, 2018b. p. 924-940.

VOIGT, Lucas. Trajetórias, modalidades de inserção religiosa e carreiras culturais: As imbricações entre o luteranismo e a prática do folclore “alemão” no Brasil. In: RAHMEIER, Andrea H. P. et al. (Orgs.). **Migrações, educação e desenvolvimento: Convergências e reflexões**. Vol. 3. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 171-191.

WOLF, Eric R. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. In: SHANIN, Teodor (Org). **Peasants and peasant societies: Selected readings**. Harmondsworth: Penguin Books, 1971. p. 50-68.

Fontes

Literatura sobre danças folclóricas

BURKHARDT, Ludwig. **Der lustige Kupferschmied** (Tanzbeschreibungen). Alte Volkstänze aus den Sammlungen – Gamle Danske Folkedanse. 3. ed. Hamburg: Edition Sikorski, 1954.

GOLDSCHMIDT, Aenne. **Handbuch des Deutschen Volkstanzes**. Wilhelmshaven: Heinrichshofen's Verlag, 1978.

MORTZFELD, Alwin; CHERUBIM, Friedgund. **Der tanzende Kreis: Singspiele und Volkstänze**. Frankfurt a.M.: Wilhelm Limpert, 1960.

OETKE, Herbert. **Der Deutsche Volkstanz**. Mit einer Auswahlbibliographie und einem Notenanhang von Dr. Kurt Petermann. Berlin: Henschelverlag Kunst und Gesellschaft, 1982. 2 v.

SCHNEIDER, Otto. **Tanzlexikon: Der Gesellschafts-, Volks- und Kunstdanz von den Anfängen bis zur Gegenwart mit Bibliographien und Notenbeispielen**. Wien: Hollinek; Mainz: Schott, 1985.

SCHULTZ, Willi. **Pommersche und Ostdeutsche Volkstänze**. Rossenthin/Kolberg: Pommersche Landsmannschaft, 1990.

SCHWINN, Gerd. **Volkstänze aus Hessen**. Brensbach: HVT/Ellen Schmid, 1988.

Literatura sobre trajes folclóricos

AU, Hans v. d. **Odenwälder Tracht**. Darmstadt: C. W. Leske, 1952.

DEMMELEMEIER, Toni; GEBHARD, Torsten. **Trachten in Bayern: Miesbach** (Heft 1). München: Bayerischer Landesverein für Heimatpflege, 1981.

DEUTSCHE Volkstrachten: Eine Sammlung deutscher Trachtenbilder. Köln am Rhein: Haus Neuerburg GmbH, 1933.

HAENEL, Hildegard; SAENGER, Ingrid; HACKBARTH, Irene. **Pommersche Volkstrachten**. Husum: Husum, 1995.

HEUSS, Theodor et al. **Deutschland: Ein Hausbuch**. 9. ed. Gütersloh: Bertelsmann Verlag, 1964.

KINDER in Tracht. Königstein im Taunus: Langwiesche-Bücherei, 1953.

KRETSCHMER, Albert. **Das große Buch der Volkstrachten**. Eltville am Rhein: Rheingauer Verlagsgesellschaft, 1977.

ROSENBAUM, Harald; NOLL, Eberhard. **Deutsch Landkreise im Portrait: Rhein-Hunsrück**. Oldenburg: Kommunikation und Wirtschaft GmbH, 1994.

SCHNITTKONSTRUKTIONEN Trachtenmode: System M. Müller & Sohn. Trachten für Frauen. Dirndl, Mieder, Schalk, Blusen, Spenser, Jacken, Mäntel: Verarbeitung. München: Rundschau- Verlag Otto G. Königer GmbH & Co. KG, 2009.

SCHWINN, Gerd et al. **Trachtengruppen in Hessen**. Reichelsheim: HVT/Lokay-Druck, 1990.

SINGER, Agnes. **Nähetechniken bei der Anfertigung von Tiroler Trachten**. Band 1: Österreichische Trachten. Graz: Leopold Stöcker, 1981.

TILKE, Max. **Trachten und Kostüme aus Europa, Afrika und Asien in Form, Schnitt und Farbe**. Tübingen: Wasmuth, 1978.

8. Os imigrantes alemães e descendentes resistiram a integração no Brasil? Evidência de dois momentos históricos sobre padrões de casamento e mistura étnica¹



<https://doi.org/10.36592/9786554600033-08>

Karl Monsma

Durante o Império, os alemães eram, muitas vezes, vistos pelas autoridades como os imigrantes ideais, por sua dedicação ao trabalho, seu conhecimento agrícola e, em muitos casos, suas habilidades como artesãos. A concentração deles, principalmente, no Sul e em colônias relativamente homogêneas não era motivo de grande preocupação por parte do governo, que visava povoar o Sul para melhorar a defesa do território contra investidas da Argentina, aumentar a produção de comida para as cidades, as fazendas e os destacamentos militares, e promover a substituição gradual das grandes fazendas escravistas pela agricultura familiar (Seyferth 1996). Pensava-se que a agricultura familiar diminuiria a dependência da escravidão, permitindo sua eventual abolição, e contribuiria ao desenvolvimento econômico por meio de circuitos de comércio parecidos àqueles que se observava no Norte dos Estados Unidos, em que os agricultores familiares produziam comida para as cidades e ao mesmo tempo constituíam o principal mercado para os bens produzidos pela indústria nascente.

Desde o início da colonização por “alemães”, houve algumas vezes dissidentes reclamando da suposta falta de integração desses imigrantes. Na realidade, as colônias nunca eram totalmente isoladas do resto do Brasil e os colonos queriam aprender o português, o que acarretava vantagens para eles nas suas relações com luso-brasileiros e com a burocracia do Estado, mas lhes faltavam oportunidades para aprender a língua nacional porque o Estado não enviava professores. Deixados para organizar sua própria vida comunitária, os colonos estabeleceram suas próprias escolas e outras instituições, que, geralmente, funcionavam no dialeto de alemão da sua região de origem.

¹ Esta pesquisa recebeu o apoio do CNPq (bolsa produtividade).

Foi somente depois da unificação da Alemanha em 1871 e, especialmente, na República Velha, que observadores passaram a caracterizar os colonos alemães como uma ameaça à soberania nacional e potenciais agentes de uma potência estrangeira. Certamente, contribuíram para isso as pretensões do Império alemão de usar os colonos descendentes de alemães – que haviam preservado mais elementos linguísticas e culturais da terra de origem que os imigrantes nos Estados Unidos – para ampliar a influência da Alemanha no Brasil (Gertz 2008), em conjunto com a promoção do germanismo e da identidade hifenada “teuto-brasileira” pelos intelectuais imigrantes (Seyferth 2002). O assimilacionismo brasileiro não tolerava identidades duais.

Também havia uma nova ênfase no branqueamento da população brasileira, que supostamente resultaria da mistura com europeus, cujo sangue era considerado mais forte pelos racistas científicos da época. Entretanto, alegava-se que os descendentes de alemães faltavam a seu dever de casar-se com outros brasileiros (Seyferth 1996, 2002). As elites da República também se preocupavam em construir uma nação homogênea e falavam cada vez mais das colônias alemãs como “quistos”, corpos estranhos e potencialmente perigosos dentro do corpo da nação. O governo passou a priorizar a imigração dos povos latinos, vistos como mais assimiláveis pela proximidade linguística, religiosa e cultural. Ademais, promovia-se a formação de colônias mistas, com imigrantes de várias origens e alguns brasileiros, para incentivar a integração.

O auge do discurso oficial sobre “quistos” alienígenas e de suspeito aos descendentes de alemães por sua suposta recusa a integrarem-se e possível lealdade a uma potência estrangeira chegou com a campanha de nacionalização do Estado Novo, que era uma campanha de integração forçada, com o fechamento de instituições étnicas e a proibição do uso de línguas estrangeiras em publicações ou qualquer contexto público (Geraldo 2009; Seyferth 1997, 2002). A campanha intensificou-se a partir de 1942, com a entrada do Brasil à guerra ao lado dos aliados e a suspeita de que os descendentes de alemães simpatizavam com os nazistas.²

² Os imigrantes japoneses e italianos também eram vistos como potenciais inimigos, mas as colônias “alemãs” eram percebidas como os “quistos étnicos” mais refratários à assimilação e os descendentes de alemães como os principais inimigos.

Essa campanha de intolerância à diversidade e abramileiramento forçado deixou feridas sentidas até hoje em algumas localidades. Outra consequência é a tendência popular, evidente décadas depois em algumas decisões das autoridades e até hoje em artigos de jornais e algumas produções acadêmicas, de alegar que os colonos “alemães” recusam-se a tornarem-se brasileiros e atraem-se pelo neonazismo, apesar do fato de que a maioria dos grupinhos neonazistas no país forma-se em áreas urbanas e os integrantes identificados são, em sua maioria, de outros grupos étnicos (Bahia 2002; Gertz 2008).

Mas até que ponto o estereótipo de “quistos” inassimiláveis coaduna-se com a realidade? Uma maneira de abordar essa questão é pesquisar os padrões de casamento dos alemães e descendentes no Brasil. Uma das principais acusações contra os alemães era que eles resistiam ao casamento com brasileiros e, portanto, não contribuíam para o branqueamento da população. Além disso, as taxas de casamento dentro do próprio grupo (homogamia) e casamento com integrantes de outros grupos (exogamia) são amplamente usadas na literatura pertinente para avaliar a força das fronteiras étnicas de grupos imigrantes e o grau de integração destes à sociedade mais ampla (Furtado 2015; Hechter 1978; Pagnini e Morgan 1990). Fredrik Barth (1998) salienta as regras de interação entre grupos étnicos, que ajudam a sustentar as fronteiras entre grupos. Tipicamente a interação é permitida em alguns âmbitos da vida e não em outros, e é na vida privada que há mais restrições à interação com integrantes de outros grupos. O casamento interétnico é um dos principais tabus porque ameaça a manutenção das fronteiras étnicas. Se um dos parceiros não for completamente assimilado ao outro grupo, a vida doméstica e a rede de parentela de um casal interétnico consistirá em um composto de influências e pessoas de ambos os grupos, de modo que os filhos serão criados entre dois mundos. Se o casamento com outros grupos for comum, poderá ser difícil estabelecer regras claras para definir quem faz parte do grupo e quem é excluído, o que pode levar a certo embaçamento das fronteiras étnicas ou, pelo menos, a tendências para o pertencimento duplo.

Aqui se examinam as taxas de casamento endogâmico dos imigrantes alemães e descendentes em dois contextos. O primeiro é o oeste paulista no início do século XX, período de grande concentração de imigrantes na região, sobretudo,

de italianos, espanhóis e portugueses, nas fazendas de café e nas cidades. Entretanto, havia certo número de alemães e suíços de fala alemã que chegaram a partir do final da década de 1840 para trabalhar como “parceiros” (meeiros) nas fazendas de café e alguns alemães e austríacos que chegaram na grande onda de imigração para o sistema de colonato nas primeiras décadas depois da abolição da escravidão. As autoridades tendiam a classificar os austríacos e os suíços de fala alemã pela língua, como “alemães”. Foi, assim, na fonte usada, um censo do município de São Carlos realizado em 1907, em que é impossível distinguir entre pessoas dessas três nacionalidades. Mesmo assim, o censo serve para observar padrões de casamento das pessoas de fala alemã.

O segundo contexto é o Brasil atual, mas com um olhar para a ancestralidade da população e os casamentos interétnicos no passado. A Pesquisa Social Brasileira (PESB) de 2002 baseia-se em uma amostra probabilística de toda a população adulta e perguntou, entre muitos outros temas, sobre as origens dos antepassados dos entrevistados, permitindo avaliar o grau de mistura com outros grupos dos descendentes de alemães.

Padrões de casamento interétnico no oeste paulista no início do Século XX.

A Tabela 1 apresenta os padrões de homogamia (casamento entre pessoas do mesmo grupo) e exogamia (casamento entre pessoas de grupos diferentes) observados no censo municipal de São Carlos de 1907, para casais cujos filhos todos nasceram no Brasil. Assim, filtram-se os casais que se casaram no exterior antes de migrar para o Brasil e que nem tiveram a oportunidade de conhecer potenciais cônjuges de outros grupos antes de casar-se. Alguns grupos presentes em números muito pequenos foram excluídos da tabela. Junto com o número observado para cada célula formada pelo cruzamento de etnicidade e cor do marido e etnicidade e cor da esposa, apresenta-se o número esperado se os casamentos acontecessem de forma aleatória com respeito à etnicidade, ou seja, se a etnicidade e cor não

influenciassem as escolhas matrimoniais.³

A tabela também inclui o logaritmo natural da razão entre o número observado e o número esperado para cada célula, o que dá uma ideia do grau de super ou sub-representação de cada combinação de etnicidade de marido e esposa. O logaritmo é uma transformação que controla a não linearidade da razão perto dos limites, ou seja, diminui a tendência de pequenas mudanças no número observado produzir grandes mudanças na razão quando o denominador, o número esperado, aproxima-se de zero e a tendência de mudanças no número observado produzir alterações cada vez menores na razão com o crescimento do número esperado. O logaritmo também permite a comparação direta entre as razões acima e abaixo de um, ou seja, as combinações de etnicidade e cor de esposo e esposa que são mais e menos comuns do que se esperaria em condições de aleatoriedade. Quando o número observado é igual ao que se espera com casamentos aleatórios, o logaritmo é zero, quando o número observado é acima do que se esperaria, o logaritmo é positivo, quando o número observado é menos que o esperado, o logaritmo é negativo e tem a mesma magnitude que teria se a razão fosse invertida. Por exemplo, se o número observado é dez vezes o número esperado, o logaritmo natural é 2,303, e se o número observado é um décimo do número esperado, o logaritmo é -2,303.

³ Calcula-se o número esperado para cada célula pela multiplicação da linha e coluna correspondente, e a divisão desse produto pelo número total de pessoas representadas na tabela.

Tabela 1. Casamentos entre categorias de nacionalidade e cor em São Carlos – SP, 1907, com comparação entre números observados e números esperados se a escolha dos parceiros fosse aleatória

Marido	Esposa							Totais
	Brasileira preta	Brasileira “mulata”	Brasileira branca	Italiana	Portuguesa	Espanhola	Alemã	
<u>Bras. preto</u> observado	361	17	17	8	4	0	0	407
esperado	50,6	14,7	116,6	181,4	24,5	13,7	5,4	
ln(razão)	1,96	0,15	-1,93	-3,12	-1,81	--	--	
<u>Bras. “mulato”</u> observado	11	83	7	2	1	0	0	104
esperado	12,9	3,8	29,8	46,4	6,3	3,5	1,4	
ln(razão)	-0,16	3,08	-1,45	-3,14	-1,84	--	--	
<u>Bras. branco</u> observado	5	6	691	38	18	5	3	766
esperado	95,3	27,7	219,5	341,5	46,1	25,7	10,2	
ln(razão)	-2,95	-1,53	1,15	-2,20	-0,94	-1,64	-1,22	
<u>Italiano</u> observado	2	2	68	1282	7	19	4	1384
esperado	172,2	50,0	396,6	617,0	83,4	46,4	18,5	
ln(razão)	-4,46	-3,22	-1,76	0,73	-2,48	-0,89	-1,53	
<u>Português</u> observado	3	3	70	22	150	10	1	259
esperado	32,2	9,4	74,2	115,5	15,6	8,7	3,5	
ln(razão)	-2,37	-1,14	-0,06	-1,66	2,26	0,14	-1,25	
<u>Espanhol</u> observado	0	0	17	14	5	68	1	105
esperado	13,1	3,8	30,1	46,8	6,3	3,5	1,4	
ln(razão)	--	--	-0,57	-1,21	-0,23	2,97	-0,34	
<u>Alemão</u> observado	0	0	10	3	0	1	32	46
esperado	5,7	1,7	13,2	20,5	2,8	1,5	0,6	
ln(razão)	--	--	-0,28	-1,92	--	-0,41	3,98	
Totais	382	111	880	1369	185	103	41	3071

Fonte: Recenseamento de 1907, Fundação Pró-Memória de São Carlos. Inclui somente casais cujos filhos todos nasceram no Brasil. Este censo não distingue entre casamentos formais e informais.

As razões nas células na diagonal da tabela servem como um índice de homogamia para cada grupo. Embora se baseie em números relativamente pequenos, chama a atenção o fato de que o índice de homogamia usado aqui, o logaritmo da razão entre o número observado e o número esperado em condições de aleatoriedade, é mais alto para os alemães que para qualquer outro grupo da tabela. Além da fronteira étnica entre os alemães e os outros ser, provavelmente, particularmente forte por diferenças culturais, linguísticas e, especialmente,

religiosas, outros fatores podem contribuir para a homogamia dos alemães ser mais comum no momento desse censo.

Primeiro, parece que os grupos menores formam comunidades mais coesas, com barreiras maiores contra os outros e com controles comunitários mais eficazes. Entre os grupos excluídos da tabela por seus números pequenos, todos os sírio-libaneses e as sírio-libanesas haviam se casado com pessoas do mesmo grupo, formando onze casais. Os "mulatos" (termo usado no censo) enumerados, certamente, não podem ser acusados de grandes divergências culturais com respeito aos outros brasileiros, mas estavam presentes em número relativamente pequeno e exibiam um índice de homogamia de 3,08, o que não é muito menor que aquele dos alemães. É muito provável que a maioria desses mestiços descendia de negros ou pardos que já eram livres bem antes do fim oficial da escravidão. Em 1907, muitos deles aparentemente pensavam-se como um grupo distinto dos pretos, a maior parte dos quais eram ex-escravos ou libertos pela Lei Rio Branco de 1871. Nessa região de fazendas de café prósperas, os fazendeiros relutavam em libertar os cativos e a grande maioria da população negra continuava escravizada até a véspera da abolição final de 1888. O índice de homogamia dos espanhóis, é também relativamente alta. A imigração de grandes levas de espanhóis ao oeste paulista só começou na primeira década do século XX e a grande maioria deles concentrava-se, inicialmente, nas fazendas de café. Em 1907, ainda havia poucos espanhóis que tinham se casado no Brasil, um número próximo ao número equivalente entre os "mulatos".

Segundo ponto, é importante levar em conta o fato de que muitos dos alemães chegaram ao oeste paulista bem antes dos outros imigrantes europeus, o que limitava as escolhas matrimoniais deles. Os fazendeiros importaram as primeiras levas de trabalhadores alemães e suíços já ao final da década de 1840 e ao longo da década de 1850, mas em 1859 o governo da Prússia emitiu um decreto, conhecido como Restrito de Heydt, dificultando a migração de prussianos ao Brasil, depois de muitas reclamações dos colonos e uma revolta de alemães e suíços na fazenda Ibicaba em Limeira, propriedade do senador Nicolau Vergueiro, chamarem a atenção dos governantes da Prússia para as condições miseráveis dos parceiros nas fazendas de café. O decreto cancelou as concessões que permitiam o transporte de

migrantes ao Brasil. A partir da unificação da Alemanha em 1871, esse decreto passou a vigorar em todo o país. Em 1896, foi revogado somente para o transporte de migrantes aos três estados do sul do Brasil (Machado, pp. 33-34). Os portugueses obviamente migraram para o Brasil desde a época colonial e os fazendeiros do oeste paulista também importaram alguns trabalhadores portugueses na década de 1840, mas a grande maioria dos portugueses presentes em 1907 havia chegado mais recentemente, primeiro, para trabalhar na construção das ferrovias e, depois, para trabalhar nas fazendas de café, especialmente depois da proibição pelo governo italiano da migração subvencionada a São Paulo em 1902, quando os espanhóis e portugueses passaram a constituir os dois maiores grupos de imigrantes chegando no estado de São Paulo.

O fato de que os alemães haviam chegado antes da grande maioria dos outros imigrantes significava que muitos deles casaram-se quando ainda havia poucos outros imigrantes. Isso seria outra explicação pelo alto índice de homogamia entre os alemães. A tabela mostra relativamente poucos casamentos entre alemães ou alemãs e imigrantes de outras nacionalidades europeias. Os homens alemães que não se casaram com mulheres alemãs tendiam a casar-se com brasileiras brancas, com o logaritmo da razão entre os números observado e esperado somente um pouco abaixo de zero. A hipótese de que a imigração anterior dos alemães, quando comparada com os outros grupos, levou a casamentos celebrados em muitos casos quando ainda havia poucos imigrantes de outras origens disponíveis no "mercado" de casamentos também é coerente com a idade dos alemães arrolados nesse censo, que é maior, na média, que a idade de qualquer outro grupo. A tabela 2 compara as idades médias e medianas em 1907 dos homens dos vários grupos incluídos na tabela 1, todos os homens chefes de família (incluindo aqueles casados no exterior) e todos os homens, casados ou não, que tinham 21 anos ou mais. Em todas as três amostras, as idades média e mediana dos homens alemães são maiores que as médias e medianas para todos os outros grupos, o que é coerente com o fato de que a maior parte deles chegara antes dos outros imigrantes. Poucos alemães chegaram ao oeste paulista para renovar a população de origem alemã da região na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XX.

Em 1907, uma restrição particularmente forte dos alemães parece ter sido contra casamentos com negros. Nenhum dos 46 homens alemães nem das 41 mulheres alemães que se casaram no Brasil escolheram um parceiro preto ou pardo ("mulato"). A resistência a casamentos com negros seria ainda outro fator contribuindo para o alto índice de homogamia observado entre os alemães presentes em São Carlos em 1907. Na rejeição ao casamento com negros, os alemães mostram-se parecidos aos outros grupos imigrantes.

Tabela 2. Idades médias e medianas de homens de vários grupos presentes em São Carlos em 1907

Grupo	Homens casados no Brasil		Homens chefes de família		Todos os homens com 21 anos ou mais	
	média	mediana	média	mediana	média	mediana
Brasileiros pretos	41,1	40	41,7	40	40,9	40
Brasileiros "mulatos"	38,8	38	38,6	38	37,1	36
Brasileiros brancos	38,7	36	38,1	36	36,1	33
Italianos	36,0	35	41,6	40	39,1	38
Portugueses	36,9	36	40,0	39	37,0	35
Espanhóis	37,3	37	40,6	40	39,1	39
Alemães	44,2	42,5	44,9	43,5	43,0	42
N	3071		6215		8.588	

Fonte: Recenseamento de 1907, Fundação Pró-Memória de São Carlos.

Resumindo essa análise dos padrões de casamento dos alemães arrolados no censo de 1907 de São Carlos, eles, tal como os outros europeus, evidenciavam uma forte tendência para a homogamia e para rejeitar o casamento com negros, tanto pretos como mestiços. A taxa de homogamia mais alta dos alemães, com relação aos imigrantes de países latinos, provavelmente é, em parte, uma consequência de diferenças culturais e linguísticas, especialmente a resistência dos protestantes alemães a casamentos com católicos, assim como a resistência de católicos de outros grupos a casamentos com protestantes. Entretanto, a altíssima taxa de homogamia observada para os alemães é exagerada pela tendência de grupos

menores serem mais fortemente integrados internamente – com fortes controles sociais do grupo – e, especialmente, pelo fato de que a grande maioria dos alemães havia chegado à região antes da grande maioria dos imigrantes do Sul da Europa, o que significava que os únicos brancos não alemães disponíveis para o casamento eram brasileiros brancos.

Evidências de casamentos mistos entre os descendentes de alemães

A maior concentração de imigrantes alemães formou-se nas regiões coloniais dos estados do Sul, sobretudo, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. No Sudeste, formaram-se colônias de agricultores alemães, principalmente pomeranos, no Espírito Santo. Até hoje, esses estados, junto com São Paulo, abrigam as maiores concentrações de descendentes de alemães. Com o passar do tempo, muitos descendentes de alemães deixaram as fazendas de café de São Paulo e as regiões coloniais antigas, mudando-se para as cidades ou para colônias novas, primeiro, em outras regiões do Sul, como o norte do Rio Grande do Sul e o oeste de Santa Catarina e Paraná, e, posteriormente, na bacia amazônica. Nas cidades e nas novas colônias, havia mais oportunidades para conhecer e casar-se com pessoas de outras origens.

Aqui, uma fonte recente, a Pesquisa Social Brasileira, de 2002, serve para examinar o grau de mistura com outros grupos na ancestralidade dos teuto-brasileiros de hoje. Esse *survey* social, realizado com uma amostra probabilística de toda a população brasileira, perguntou se os entrevistados tinham antepassados de vários lugares. Aproximadamente 7,6% dos entrevistados dizem ter algum ancestral da Alemanha, figura que deve incluir também os descendentes de alemães étnicos de regiões que não fazem parte da Alemanha hoje, como a Pomerânia polonesa ou a região do rio Volga, na Rússia. Outros 11,8% dizem que não sabem se têm antepassados alemães ou não. Usando os 7,6% como a proporção de brasileiros com alguma ascendência alemã, aproximadamente 16,300.000 pessoas da população brasileira do total de aproximadamente 214,800,000 são parcialmente ou inteiramente de origem alemã (IBGE 2022).

A Tabela 3 apresenta o número de origens citadas pelos que se diziam descendentes de alemães. Somente 35,2% dos teuto-brasileiros identificaram-se como alemães étnicos “puros”, ou seja, não assinalaram nenhuma outra origem. 29,1% identificaram uma outra origem, mas 35,8% citaram-se entre duas e sete outras origens. Muitos dessas pessoas com múltiplas origens, sem dúvida, nem se identificam na vida cotidiana como teuto-brasileiros, mas esse fato em si mesmo indica que são totalmente integradas à nacionalidade brasileira.

Tabela 3. Número de outras origens identificadas por teuto-brasileiros

Número de outras origens	Porcentagem	Frequency
0	35,2	63
1	29,1	52
2	14,5	26
3	10,1	18
4	3,9	7
5	3,9	7
6	1,7	3
7	1,7	3
Total	100,1	179

Fonte: Pesquisa Social Brasileira 2002

Nota: Percentagens não somam a exatamente 100 em função do arredondamento

A Tabela 4 apresenta as percentagens de teuto-brasileiros que identificam várias outras origens. Não é surpreendente ver que a outra origem mais comum é a Itália, dado o grande número de imigrantes italianos e o fato de que colônias de italianos foram estabelecidas em muitos casos nas mesmas regiões que as colônias de alemães ou em regiões adjacentes, especialmente no Sul e no Espírito Santo. No estado de São Paulo, a enorme onda de imigração italiana do final do século XIX chegou em parte à mesma região onde alemães e suíços haviam sido contratados como “parceiros” nas fazendas de café, algumas décadas antes, a “depressão periférica”, região que inclui cidades como Campinas, Limeira e Rio Claro, e onde sobrenomes alemães são visíveis no comércio local até hoje. Quase 30% dos teuto-brasileiros entrevistados dizem ser também descendentes de italianos. Entre estes, 21 dizem ser descendentes somente de alemães e italianos. As outras 31 pessoas que dizem ter ancestrais alemães e italianos, mas também identificam outras

origens. Entre estes, o conjunto maior é os onze que dizem ser descendentes somente de alemães, italianos e portugueses.

Tabela 4. Percentagens de teuto-brasileiros com antepassados de várias outras origens

Origem	Percentagem	Número
Nenhum outro lugar (somente Alemanha)	35,2	63
Itália	31,8	57
Brasil	24,1	43
Portugal	17,8	32
Indígenas brasileiros	14,4	26
Espanha	11,0	20
América do Sul	10,2	18
África	8,4	15
Outras origens	12,3	22
Total		179

Fonte: Pesquisa Social Brasileira 2002

Nota: As categorias de origem não são mutuamente exclusivas

Alguns colonos do Sul explicam o grande número de casamentos entre descendentes de alemães e italianos pela atração entre diferentes. Uma ítalo-brasileira, moradora em uma colônia alemã de Santa Catarina, explicou a este autor, quando indagada sobre como ela chegou a morar ali, que ela havia se casado com um descendente de alemães, porque “as italianas são taradas por alemães louros, e alemães são tarados por italianas morenas, e a mesma acontece entre os homens italianos e as mulheres alemãs”.

Entretanto, também existem pressões contra uniões mistas. Além da tendência dos protestantes casarem-se entre si, na região colonial da encosta da serra do Rio Grande do Sul, que Elen Woortmann (1995) pesquisou, havia muitos casamentos arranjados por familiares mais velhos, com certa pressão para casamentos entre primos, para manter as terras na família e para reforçar a autoridade dos pais do noivo sobre a noiva, que seria sua sobrinha, durante o período, que podia durar vários anos, em que o novo casal morava com os pais do noivo até adquirir terras próprias. Woortmann conduziu sua pesquisa na década de 1980, quando a indústria de calçados começava a espalhar-se em uma rede de pequenas fábricas nessa antiga região de colonização alemã, em busca de mão de obra mais

barata e obediente. Nas décadas subsequentes, essa rede de fábricas calçadistas e a oferta de empregos nelas cresceram bastante, permitindo que muitos jovens casais se sustentassem sem a posse de terras e diminuindo sua dependência dos pais do noivo (Schneider 1996).

A frequência relativamente alta de uniões entre descendentes de alemães e de italianos em algum momento no passado também é coerente com certa tendência, frequentemente citada por pessoas provenientes das regiões coloniais do Sul, para o respeito mútuo entre os vários grupos "de origem", ou seja, descendentes "puros" de imigrantes europeus não portugueses, e para o desprezo aos negros e indígenas e, às vezes, também aos luso-brasileiros. Os teuto-brasileiros que se casaram com integrantes de outros grupos no passado exibiam uma forte preferência por casamentos com brancos. Somente 8,4% dos seus descendentes hoje reconhecem ancestrais da África e 14,4% dizem ter antepassados indígenas. 17,3% dos teuto-brasileiros entrevistados se dizem de cor parda e somente 2,6% identificam-se como pretos. A contribuição dos imigrantes alemães para o branqueamento da população negra, certamente, era menor do que os racistas do final do século XIX e início do XX esperavam. Em rejeitar o casamento com negros, os alemães não eram muito diferentes dos outros imigrantes europeus. Uma pesquisa sobre os casamentos interétnicos dos filhos e filhas de italianos no oeste paulista na época da grande imigração evidenciou o horror dos pais aos casamentos dos filhos, e especialmente das filhas, com negros (Monsma, Truzzi e Villas Bôas 2004).

Mesmo com a preferência por casamentos ou uniões estáveis com descendentes de alemães ou de outros imigrantes europeus, chama a atenção a percentagem relativamente alta, quase um quarto, de teuto-brasileiros que dizem ter ancestrais genericamente brasileiros, geralmente em combinação com outras ancestralidades. "Brasil" aqui é uma categoria um tanto ambígua, que pode referir-se principalmente a luso-brasileiros ou a origens desconhecidas. Essa mistura com brasileiros, que provavelmente é mais comum entre aqueles que deixam as regiões coloniais pelas cidades ou por outras regiões rurais, pode ser visto como um indício de integração. Entre os 53 descendentes de alemães na amostra que moram nas capitais, 41,5% dizem ter também antepassados brasileiros, percentagem que cai

para 16,8% entre os 125 entrevistados de origem alemã que moram fora das capitais, o que confirma que as grandes cidades facilitam uniões mistas.

Considerando o outro extremo, o conjunto de descendentes de alemães sem mistura de outras origens, a Tabela 5 apresenta a porcentagem por região dos teuto-brasileiros que não identificam antepassados de outras origens. Como é de esperar, considerando a alta concentração das colônias alemãs no Sul, a porcentagem de alemães "puros" é bem maior no Sul que no Sudeste ou no Norte e Centro-Oeste, com aproximadamente 42% dos teuto-brasileiros do Sul não identificando outras origens. Entretanto, mesmo no Sul, menos da metade dos teuto-brasileiros são alemães "puros". Em todas as regiões, houve muitas uniões mistas em algum momento no passado, o que é pouco coerente com a acusação de que os descendentes de alemães, por suas diferenças culturais e linguísticas com relação aos outros brasileiros, necessariamente, constituíam "quistos" resistentes à integração e à nacionalidade brasileira. Certamente, alguns resistiam, e ainda resistem, ao casamento com outros grupos, particularmente nas regiões coloniais, mas os colonos latinos preferidos a partir da Primeira República provavelmente exibiam uma preferência semelhante por casamentos endógamos. Qualquer generalização sobre a falta de integração dos imigrantes alemães no Brasil deve ser matizada.

Tabela 5. Porcentagem de teuto-brasileiros sem outra ancestralidade, por região

Região	Porcentagem de alemães "puros"	Total de descendentes de alemães
Norte e Centro-Oeste	20,0	15
Nordeste	52,4	21
Sudeste	21,1	57
Sul	41,9	86
Brasil	34,6	179

Fonte: Pesquisa Social Brasileira 2002

Chama a atenção o fato de que mais da metade dos teuto-brasileiros entrevistados no Nordeste diz que não tem ancestrais de outras origens, mas essa porcentagem baseia-se em somente 21 entrevistados, alguns dos quais podem ser imigrantes recentes da Alemanha. Ainda outra possibilidade é que a identidade "alemã" de teuto-brasileiros que migram do Sul para o Nordeste se fortalece pelo contraste com a população local, levando a uma tendência de negar outras origens.

Como notado anteriormente, houve maior tendência para uniões mistas com brasileiros entre os descendentes de alemães que moravam nas grandes cidades. Moradores urbanos tinham mais oportunidades para conhecer potenciais cônjuges ou companheiros de outros grupos e podiam escapar mais facilmente dos controles de parentes e da comunidade étnica. A vida urbana também proporcionava maior independência aos jovens porque não precisavam esperar receber terras dos pais, ou por herança ou por divisão, ou poupar para comprar suas próprias terras, antes de começar a vida adulta independente, uma tendência já amenizada pela industrialização de algumas regiões coloniais, como mencionado anteriormente. 43,7% dos teuto-brasileiros que moram fora das capitais dizem ser somente de origem alemã, ao passo que somente 13,2% dos descendentes de alemães que moram nas capitais dizem ser puramente dessa origem, o que é coerente com a ideia de que as cidades facilitavam as uniões mistas. Entretanto, também é provável que o casamento misto levou à residência urbana em alguns casos no passado, porque o casamento com integrantes de outros grupos pode ter sido motivo de rejeição pela comunidade alemã nas regiões coloniais.

Descendentes de alemães no Sul do Brasil

Concentrando-nos mais de perto na região Sul, que é a principal região da colonização histórica de alemães, onde há mais descendentes de alemães hoje e que era a região quase sempre identificada como a mais problemática pelos autores no passado preocupados com a suposta falta de integração dos alemães, há uma tendência nítida dos alemães "puros" concentrarem-se fora das grandes cidades. Somente 17,4% (4) dos 23 teuto-brasileiros entrevistados nas capitais dos estados do Sul dizem não ter outros ancestrais, ao passo que 50,8% daqueles que moram fora das capitais identificam somente ancestrais alemães.

A religião é outro fator que, obviamente, impedia o casamento de alemães protestantes e descendentes com brasileiros e outros grupos, de grande maioria católica. A tabela 6 mostra que quase 85% dos teuto-brasileiros luteranos entrevistados identificam somente antepassados alemães, ao passo que a grande maioria dos teuto-brasileiros de outros grupos religiosos diz ter ancestralidade

mista. Certamente, existem restrições de ambos os lados contra casamentos entre protestantes e católicos. A grande maioria dos teuto-brasileiros católicos entrevistados é de origem mista, mas a causalidade também pode ir em outro sentido. O catolicismo, seguramente, facilitava o casamento com brasileiros ou com imigrantes latinos, mas o casamento de alemães étnicos protestantes com católicos também pode ter levado à conversão ao catolicismo.

Tabela 6. Percentagem de teuto-brasileiros sem outra ancestralidade, por religião

Religião	Percentagem de alemães "puros"	Total de descendentes de alemães
Luterano	84,6	13
Outro protestante	19,0	21
Católica	33,6	122
Outras	22,7	22
Todas as religiões	34,3	178

Fonte: Pesquisa Social Brasileira 2002

Entretanto, essa tabela também mostra que o número de luteranos no Brasil hoje é reduzido. Entre os teuto-brasileiros incluídos nessa amostra representativa da população adulta, somente 13 identificam-se como luteranos, comparados com 122 que são católicos, 21 outros protestantes e 22 de outras religiões, com números mais ou menos iguais de espíritas, mórmons e pessoas sem religião ou ateus. Esse resultado é surpreendente porque sabemos que os números de imigrantes alemães protestantes e católicos eram mais ou menos iguais.

Esse resultado pode ser em parte uma consequência da amostragem por conglomerados que é usada em amostras probabilísticas nacionais, por motivos práticos. Nesse levantamento, certo número de municípios foi escolhido aleatoriamente e os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente dentro desses municípios. Todos os brasileiros adultos têm a mesma probabilidade de serem selecionados, mas pelo processo aleatório de seleção dos municípios, certos grupos que são altamente concentrados em alguns municípios podem acabar sub ou super-representados. Como os colonos alemães, e especialmente os pomeranos – talvez o grupo com a mais alta percentagem de luteranos – são altamente concentrados em alguns municípios, é bem possível que esse *survey* sub-representa a proporção real de luteranos na população.

Mas a grande preponderância de católicos entre os teuto-brasileiros não pode ser resultado somente dos procedimentos de amostragem. Também pode ser um resultado da maior frequência de casamentos entre católicos alemães e católicos de outros grupos. Se católicos e protestantes têm números de filhos mais ou menos iguais, na média, o número de teuto-brasileiros católicos tenderia a aumentar mais rapidamente a cada geração que o número de teuto-brasileiros protestantes, porque a maior tendência dos católicos casarem-se com pessoas de outros grupos significa que formam mais casais e produzem mais filhos. Em um extremo, se todos os alemães protestantes se casassem entre si e todos os alemães católicos se casassem com pessoas de outros grupos, o número de descendentes de alemães católicos cresceria duas vezes mais a cada geração que o número de descendentes de alemães protestantes, embora houvesse mais alemães "puros" entre os protestantes e estes provavelmente mantivessem a identidade étnica alemã mais forte. Supondo taxas mais realistas de casamentos mistos, se a cada geração um em cada dez protestantes alemães e um em cada três católicos alemães se casasse com alguém de outro grupo étnico, em cinco gerações, o número de descendentes de teuto-brasileiros católicos aumentaria aproximadamente 2,6 vezes mais que o aumento no número de descendentes de teuto-brasileiros protestantes.

Entretanto, o número de teuto-brasileiros católicos nessa amostra é quase 9,4 vezes maior que o número de luteranos. Mesmo se incluirmos todos os protestantes na mesma categoria, o número de teuto-brasileiros católicos é 3,6 vezes maior que o número de protestantes, ou seja, é improvável que a grande preponderância de católicos entre os descendentes de alemães seja somente um resultado da natureza da amostra e da tendência maior dos católicos casarem-se com pessoas de outros grupos étnicos. A grande preponderância de católicos entre os descendentes de alemães hoje pode ser vista como evidência de que muitos luteranos e outros protestantes de origem alemã converteram-se ao catolicismo ao longo de várias gerações. Sabemos que, no passado, especialmente no Império, os protestantes sofreram várias formas de discriminação oficial, como a proibição de construir igrejas, e eles provavelmente enfrentavam a discriminação informal também, por exemplo, no mercado de trabalho. É provável que muitos descendentes de alemães protestantes percebiam vantagens em adotar a religião predominante do país.

Bosenbecker (2017) encontrou evidências de que uma parte da elite entre os imigrantes alemães converteu-se do protestantismo ao catolicismo depois de mudar-se ao Brasil. Para aqueles que deixaram as regiões coloniais para as cidades, os controles da comunidade protestante teriam ficado mais fracos, facilitando a conversão. O crescimento da proporção de católicos entre os descendentes de alemães pode ser visto como ainda outro índice de integração no Brasil.

Conclusão

Este capítulo usou um censo local do início do Século XX e um *survey* social recente para abordar os padrões de casamento de imigrantes alemães e descendentes com integrantes de outros grupos étnicos no Brasil. Ao contrário das acusações, comuns na Primeira República e na época de Vargas, de que os teuto-brasileiros formavam “quistos” étnicos, resistentes à integração à vida nacional, existe ampla evidência de casamentos mistos em ambas as fontes de dados. No censo municipal de São Carlos – SP de 1907, os alemães exibem uma taxa de homogamia relativamente alta, mas ao mesmo tempo evidenciam pouca resistência aos casamentos com brasileiros brancos. Não havia mais casamentos de alemães com pessoas de outros grupos imigrantes, principalmente, porque a maioria dos alemães havia chegado antes da grande onda de imigração, particularmente de italianos, ao interior paulista das primeiras décadas depois da abolição da escravidão. O *survey* nacional recente evidencia muitos casamentos em algum momento no passado entre descendentes de alemães e integrantes de outros grupos imigrantes, sobretudo italianos. Entretanto, ambas as fontes deixam clara a resistência dos alemães e descendentes a casamentos com afro-brasileiros. Nisso, os alemães eram parecidos com os outros imigrantes europeus e seus descendentes.

Os teuto-brasileiros protestantes, principalmente, os luteranos, exibiam uma tendência bem mais forte que os católicos de casarem-se entre si. Mas, por outro lado, a análise mostra uma tendência nítida para o crescimento ao longo do tempo na proporção de católicos entre os descendentes de alemães. Parece que uma parte

significativa, mas não todo, desse aumento de catolicismo e diminuição de luteranismo reflete conversões ao catolicismo, ou em função de casamentos com católicos ou simplesmente para ganhar facilidades e evitar a discriminação contra protestantes. Certamente, os teuto-brasileiros, tal como outros grupos imigrantes europeus, podiam ser acusados de não fazer sua parte para branquear a população negra do Brasil, como alguns imigrantistas do século XIX esperavam, mas não podem ser acusados de falta de integração ao país.

Existe uma tendência de exagerar a força da identidade alemã entre os descendentes de imigrantes porque aqueles que se pensam principalmente como brasileiros e não prestam muita atenção às suas raízes europeias são menos visíveis que aqueles que cultivam a germanidade. Quando pensam nos teuto-brasileiros, os pesquisadores e jornalistas tendem a focalizar os lugares onde a identidade étnica alemã é mais forte, tipicamente as regiões coloniais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde a germanidade é cultivada até por motivos comerciais, para atrair turistas. Com esse olhar seletivo, há uma tendência a exagerar sistematicamente a alteridade dos descendentes de alemães. A mesma tendência de olhar seletivamente para as comunidades onde a identidade étnica é mais forte acontece com os descendentes de outros imigrantes europeus, como os italianos ou os poloneses.

Bibliografia

BAHIA, Joana. "O perigo alemão": breve análise de um conflito étnico. *Anuário Antropológico*, n. 98. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

BARTH, Fredrik. Introduction. In: BARTH, F. (org.) *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, 1998.

BOSENBECKER, Patrícia. *Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

FURTADO, Delia. Ethnic intermarriage. In: *International encyclopedia of the social & behavioral sciences*, 2nd ed., v. 8. Amsterdam: Elsevier, 2015.

GERALDO, Endrica. O combate contra os "quistos étnicos": identidade, assimilação e política migratória no Estado Novo. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, 171-187, 2009.

GERTZ, René E. Os "súditos alemães" no Brasil e a "pátria mãe" Alemanha. *Espaço Plural*, v. 9, n. 19, 67-73, 2º semestre de 2008.

HECHTER, Michael. Group formation and the cultural division of labor. *American Journal of Sociology*, v. 84, n. 2, 293-318, set. 1978.

IBGE 2022. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>

MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; VILLAS BÔAS, Sílvia Keller. Entre la pasión y la familia: casamientos interétnicos de jóvenes italianos en el Oeste Paulista, 1889-1916. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires, v. 18, n.54, 241-270, 2004.

PAGNINI, Deanna L.; MORGAN, S. Philip. Inter-marriage and social distance among U.S. immigrants at the turn of the century. *American Journal of Sociology*, v. 96, n. 2, 405-432, set. 1990.

SCHNEIDER, Sergio. Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, 298-323, 1996

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M. C.; VENTURA, R. (org.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz e Centro Cultural do Banco do Brasil, 1996.

_____. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, v. 3, n. 1, 95-131, 1997.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n. 53, 117-149, março-maio 2002.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo e Brasília: HUCITEC e Edunb, 1995.

9. Verdades e dúvidas em relação a nazismo e neonazismo no Brasil



<https://doi.org/10.36592/9786554600033-09>

René E. Gertz

Manifestações desabonadoras em relação a alemães e descendentes estabelecidos no Brasil são o tema a ser abordado aqui. Ele é complexo e melindroso. Tais manifestações variaram no decorrer do tempo e apresentaram nuances diferentes mesmo em períodos de crise, quando, aparentemente, vigorava unanimidade na opinião pública e entre autoridades. Mas detalhes desse tipo não poderão ser levados em consideração. Por isso, assume-se o risco consciente de uma abordagem unilateral, apresentando casos concretos. Também não se tem dados estatísticos sobre as dimensões das restrições, no conjunto da sociedade brasileira. Além disso, não será possível verificar se, simultaneamente, circulava alguma referência positiva. Por fim, é importante salientar que, mesmo que se venha a falar de "alemães no Brasil", de fato, os casos apresentados se referirão, sobretudo, aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por motivos que são óbvios para um conhecedor.

O "perigo alemão"

Ao referir manifestações negativas contra alemães e descendentes decorrentes da presença de nazismo e neonazismo, em solo brasileiro, não se pode esquecer que elas inserem-se numa tradição vinda desde os tempos da chegada dos primeiros imigrantes, em 1824. Mas como não é possível recuar até Adão e Eva, serão feitas apenas algumas referências breves àquilo que ficou conhecido como ideologia ou discurso do "perigo alemão", que, grosso modo, estendeu-se de 1871, com a fundação do Império Alemão, até o final da Primeira Guerra Mundial – ainda que, apesar da derrota alemã, naquele momento, nova constelação interna no Brasil fizesse com que esse "perigo" não fosse declarado extinto, motivo pelo qual se deve

adicionar a década de 1920, depois da qual vem, então, o nazismo, a ser tratado com mais detalhes.

Coincidência ou não, em 1966/1967, foram concluídas duas teses de doutorado sobre as relações Brasil-Alemanha no período indicado, abordando supostas ou efetivas intenções imperialistas-anexionistas alemãs. A primeira foi defendida na então República Democrática Alemã, a segunda na República Federal Alemã. Compreensivelmente, a primeira concluiu pela existência do “perigo alemão”, no sentido indicado, a segunda colocando-a em dúvida. Não interessa esmiuçar os argumentos de cada autor, mas ilustrar o imaginário que circulava no Brasil. Para Jürgen Hell (1966, p. 236), havia grande preocupação, no sul, de “que o predomínio dos latifundiários criadores de gado estava ameaçado pela continuada expansão colonizadora dos teuto-brasileiros”. O “perigo” não derivaria tanto de efetivas intenções imperialistas alemãs, mas, sim, da “resistência dos teuto-brasileiros à assimilação, e da difusão da ideologia germanista”.

Gerhard Brunn (1971, p. 217) – apesar de colocar em dúvida pretensões imperialistas-anexionistas – descreveu o “perigo alemão” em termos semelhantes: temia-se “seriamente a formação de um Estado dentro do Estado”, motivo pelo qual a política em relação aos “alemães” ficou cada vez mais inamistosa; “a imigração alemã passou a ser indesejada”, “pintavam-se visões macabras de que a presença alemã sufocaria a sociedade brasileira”.

Em 2014, foi defendida outra tese – na Alemanha reunificada – que trata de migração alemã para o Brasil na extensão temporal de 1824 a 1941. Baseado em fontes variadas, esse trabalho aproxima-se daquele de Hell, no sentido de pressupor a existência de “discursos coloniais” envolvendo alemães e descendentes no sul do Brasil. Na prática, esses discursos, porém, teriam enfrentado dificuldades intransponíveis. Ao descrever o conteúdo das avaliações brasileiras sobre o “perigo alemão”, aproxima-se dos dois autores anteriores: “A conservação de uma nacionalidade estrangeira representaria um perigo para o Brasil, já que não se poderia confiar na lealdade política dos imigrantes alemães. A política cultural alemã estaria abrindo caminho para a infiltração econômica, e, num segundo momento, para uma anexação territorial do sul do Brasil pelo Império Alemão” (SCHULZE, 2016,

p. 194-195).¹

Como destacou Brunn (1971, p. 201), criaram-se colunas permanentes na imprensa brasileira dedicadas a alertar contra esse “perigo alemão”. Jornalistas e intelectuais publicaram livros a respeito, em especial nos 10 anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. A transcrição de passagens de três escritos pode dar uma ideia daquilo que se imaginava. Começemos por Sílvio Romero, intelectual conhecido, na época – este caso é especialmente significativo, pois era um dos mais destacados “germanófilos” brasileiros, isto é, *conhecedor e admirador* da cultura alemã. Para ele, o problema não estava na Alemanha ou na “cultura alemã”, mas nos alemães de carne e osso estabelecidos no Brasil: “Antes de tudo, importa considerar o estado de espírito das gentes das colônias situadas em nosso país. Este espírito nos é adverso”. Nos Estados Unidos, se integrariam à sociedade local, “no Brasil, fazem vida à parte, e nos aborrecem”. “O desprezo que ostentam por nossa vida pública, da qual não participam de propósito, é outra prova irrefragável”. “Existem em cerca de 380.000 pessoas de origem germânica, residentes no Brasil, seis ou oito que, para confirmar a regra da abstenção de seus patrícios em tudo que é puramente brasileiro, se metem nas lutas partidárias locais”. Disso, resultariam os perigos para a integridade do Brasil, pois a Alemanha despacharia emissários, “quase todos os anos, para animar os patrícios, que devem crescer e proliferar, até chegar a ocasião de se fundar o Novo Estado” (ROMERO, 1906, p. 35-36; p. 27).

Em 1914, o médico e político Raimundo Bandeira publicou – sob o pseudônimo de Arbivohn – livro intitulado *O perigo prussiano no Brasil*. “Nas escolas alemãs [de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul], as crianças aprendem que o Brasil é um país selvagem”; “compulsam mapas geográficos, adrede preparados, em que as províncias meridionais do Brasil figuram como domínios da coroa prussiana”; “os governadores já têm nomes alemães, e fazem da tribuna do Senado profissão de fé francamente prussiana. Já estavam em elaboração em Berlim os códigos civil e criminal para aquela região, por ordem imperial” (ARBIVOHN, 1914, p. 4-5). Constatação interessante é a de que Romero alertara para o número ínfimo de “alemães” que “se metem nas lutas partidárias”, enquanto Arbivohn, pelo contrário,

¹ Dois trabalhos acadêmicos brasileiros que tratam do “perigo alemão” são CAMARGO (1996) e FERNANDES (2011).

vê com apreensão o fato de que "governadores já têm nomes alemães", acusando-os, portanto, de intromissão *excessiva* na vida política brasileira, e não de total abstencionismo, crítica muito mais corriqueira, naquele contexto.

Em 1915, um intelectual paranaense chamado Raul Darcanchy escreveu sobre *O pangermanismo no sul do Brasil*. Um dos temas desse livro é a possível "intervenção militar" de "alemães" na Guerra do Contestado (conflito que se desenrolou, entre 1912 e 1916, no centro-norte de Santa Catarina e centro-sul do Paraná). Segundo o autor, "não pretendemos aceitar como definitivamente verdadeira a ideia de que tivessem os fanáticos do Contestado agido por inspiração dos imperialistas alemães de Santa Catarina", mas considerou que a suposição não é absurda, pois "existe no estado de Santa Catarina grande número de batalhões de atiradores alemães que, no seu conjunto, constituem um perfeito exército colonial prussiano, sob o disfarce de associações de tiro teuto-brasileiras". "Nada falta para lhe dar o caráter, que efetivamente têm de há muito, de tropas de desembarque já desembarcadas no sul do Brasil" (DARCANCHY, 1915, p. 27).

A campanha contra o "perigo alemão" não foi promovida, exclusivamente, por brasileiros. A imprensa internacional – sobretudo de França, Inglaterra e Estados Unidos – insistiu no tema, desde 1871, após a derrota francesa para a Prússia e a criação do Império Alemão. Por essa razão, não admiram as descobertas de Karina Kriegesmann (2020, p. 76), na imprensa internacional, ao tempo da Primeira Guerra, quando escreve:

Neste contexto aparecem muitas referências sobre o massivo emprego de armas e sobre depósitos de munição, supostamente encontráveis por toda parte. Os jornais fomentavam a ideia de que os imigrantes alemães estariam praticando atos de violência. Além disso, a revolta em andamento não se restringiria aos três estados do sul.

Com a derrota alemã, em 1918, poderia esperar-se que a oposição aos "alemães" tivesse desaparecido, pois o argumento imperialista-anexionista perdera plausibilidade. De fato, não foi assim. Na continuidade do trabalho recém citado, a autora desenvolveu uma tese que indica que, na década de 1920, ocorreu um ponto

de inflexão – para pior – naquilo que se divulgou em relação a imigrantes, “estrangeiros”, “indesejados”. A autora analisou as manifestações de imprensa frente ao levante “tenentista” de 1924, em São Paulo, e chegou à conclusão de que ele era apresentado como e desenvolveu na opinião pública a convicção de que se tratava de uma “revolta de estrangeiros”.

Em poucos dias, a revolta degenerou num conflito amplo, em cujo contexto a antipatia e a desconfiança em relação aos imigrantes se tornou evidente. Foi possível, mais uma vez, trazer para o palco imagens de inimigos. De imediato, a preocupação com o reaparecimento do “perigo alemão” se fez presente (KRIEGESMANN, 2020, p. 274).

A autora concentrou sua atenção na rebelião como momento desencadeador de nova fase de críticas (mesmo que não exclusiva contra “alemães”), mas o contexto merece ser ampliado. Em 1922, fora festejado o centenário da Independência; sem entrar no mérito, deve-se lembrar que o modernismo marcou presença. Ambos desencadearam debates sobre a “identidade” do Brasil; deram origem a posições nacionalistas cada vez mais incisivas; o nacionalismo, com frequência, aliou-se ao catolicismo – dando origem a situações *sui generis*: em 1924, Alcebíades Delamare publicou livro intitulado *As duas bandeiras: catolicismo e brasilidade*, cujo prefácio é uma carta laudatória do então arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, nascido na Alemanha. A aliança entre nacionalismo e catolicismo desencadeou, ao menos no Rio Grande do Sul da década de 1920, episódios conflitivos em torno de nação brasileira, religião e “estrangeiros” – e não se pense que essas situações tenham envolvido apenas luteranos “alemães”, também afetou metodistas “americanos” e outros (GERTZ, 2002, p. 89-123). Numa perspectiva ampla, esse clima caracterizou a situação até 1945, quando terminou a Segunda Guerra Mundial, em termos internacionais, e o Estado Novo, em termos nacionais. Mas os 15 anos entre 1930 e 1945 foram, adicionalmente, afetados pela presença do nazismo.

Nazismo

Recentemente, foi publicado livro que apresenta quadro fundamentado da atuação partidária nazista na América Latina, bem como da bibliografia a respeito (BERTONHA e ATHÁIDES, 2021). Desde antes da tomada do poder, o partido procurou registrar, contactar e controlar núcleos fora da Alemanha. Depois de janeiro de 1933, essa atividade foi atribuída à *Auslands-Organisation* (AO) (Organização do Exterior) do partido, NSDAP. Oficialmente, não se visava a difundir o nazismo entre o conjunto das populações de outros países, mas apenas entre cidadãos alemães que se encontrassem neles – estavam, portanto, excluídos, inclusive, descendentes de alemães.

Mesmo que não se possa tomar como exatos os números sobre presença de “alemães” (imigrantes e descendentes) no Brasil, referências dos anos 1930 apontam para cifras entre 800.000 e 1.000.000. Quanto aos alemães (sem aspas, cidadãos da Alemanha), falava-se de 75.000, mas, nas listas oficiais de imigrantes fornecidas pelo IBGE, constata-se que, entre 1920 e 1929, veio número superior ao citado; de 1910 a 1919 haviam sido mais de 25.000, e, nos anos 1930, teriam vindo mais de 27.000 (CARNEIRO, 1950, anexo). Em função disso, pode-se pressupor a presença de 100.000 cidadãos alemães, em 1937, auge da aproximação entre os governos brasileiro e alemão –, mesmo considerando que alguns se tivessem naturalizado brasileiros e outros tivessem ido embora.²

A presença de “alemães” no Brasil, no contexto da ascensão nazista ao poder, alimenta, da década de 1930 até hoje, um imaginário que pode ser classificado como potencialização do “perigo alemão”. Encontram-se referências frequentes que enfatizam que, em 1928, foi criado em Timbó, Santa Catarina, o *primeiro* núcleo nazista fora da Alemanha, e que, no decorrer do tempo, o Brasil teria vindo a abrigar o *maior* contingente de filiados ou “partidários” “no exterior” (MORAES, 2005, p. 183-184).

² Deve-se destacar que notícias sobre abandonos do país, incluindo retorno à Alemanha, só se registraram, com alguma frequência, após a crise nas relações entre Brasil-Alemanha, a partir de 1938.

Diante desse pano de fundo, se tentará apresentar um quadro da atuação partidária e, sobretudo, das dimensões das filiações no Brasil tal qual está refletida em trabalhos acadêmicos a respeito; depois, serão apresentadas breves conclusões da historiografia acadêmica sobre as intenções da Alemanha nazista em relação ao Brasil.

Considerando que, no estudo de Ricardo Seitenfus (1985) – tese de doutorado defendida em 1979 – não há maior preocupação com a atuação partidária nazista no Brasil, pois o trabalho dedica-se, sobretudo, às relações formais entre Alemanha e Brasil, de 1933 a 1942, a tese de René Gertz (1987) – defendida em 1980 – deve ser o primeiro estudo acadêmico desenvolvido por um brasileiro dedicado à difusão partidária no país. Segundo ele, “não há indícios consistentes de que a Alemanha nazista tenha elaborado planos para uma estratégia político-militar no sul do Brasil”; “a atividade partidária parece ter-se restringido a alguns elementos não integrados nas zonas de colonização alemã”; “tanto a atividade partidária quanto o reavivamento do movimento germanista devem ser vistos sob o pano de fundo das relações germano-brasileiras”, muito amigáveis, desde 1933; por tudo isso, “[aquil]o que aconteceu nas regiões de colonização alemã não deve ser explicado, primordialmente, por fatores exógenos, mas pelo contexto interno” (p. 108).

Na sequência, Danilo Bartel (1991) defendeu dissertação de mestrado na Universidade Livre de Berlim que trata expressamente da atuação da Organização do Exterior do partido nazista no Brasil. Tendo em vista as dificuldades de acesso a esse trabalho, cabe indicar artigo publicado dois anos depois, resumindo-o (BARTEL, 1993). A referência a esse texto justifica-se, adicionalmente, pelo fato de o próprio título refletir a conclusão do estudo: “‘Quinta-coluna’ sem plano”.³

Mesmo não polemizando, expressamente, com Gertz, não há dúvida de que o quadro desenhado por Bartel sugere que o “perigo nazista” foi maior que aquele proposto pelo autor anterior. Ainda que reconheça as trapalhadas iniciais na ação da Organização do Exterior em relação ao Brasil, afirma que, no decorrer do tempo, os atritos com a comunidade “alemã” local longamente estabelecida diminuiram; que a

³ Originária da Espanha dos anos 1930, a expressão “quinta-coluna” refere-se a agentes estabelecidos numa região que podem ajudar forças vindas de fora a tomar o poder ou conquistar território.

tentativa de exercer influência através dos diversos “departamentos” (Frente Alemã de Trabalho [DAF]⁴, Mulheres Nacional-Socialistas, Juventude Teuto-Brasileira [DBJ]⁵, Associação de Professores) atingiu um número não totalmente desprezível de pessoas.

Do ponto de vista numérico sobre filiados diretos ao partido, apresenta o dado tradicional, constante em relatório de 1937 da própria AO – 2.903 “partidários”. Relativiza o destaque muito difundido de que o Brasil teria abrigado o maior contingente de filiados no exterior, ponderando que, pelo fato de que o país abrigava uma grande “colônia alemã” (a segunda maior das Américas), seu peso relativo foi até modesto – apenas 3% dos alemães aderiram, contra, por exemplo, 18% no Chile (p. 10).

Nas conclusões, pergunta se a AO efetivamente representou uma “quinta-coluna” para o Brasil? “Ela teria gostado de sê-lo, mas ela nunca conseguiu sê-lo”. “A maioria dos teuto-brasileiros não estava disposta a exercer este papel. Ela exercia alguma influência, mas não era aceita sem restrições, não tinha dinheiro, funcionários e competência suficientes para pensar em transformar as colônias em linha de frente de uma política de ocupação ou de separatismo” (p. 32).

Novo passo importante foi dado por Luís Edmundo de Souza Moraes (2005), em uma tese de doutorado defendida na Universidade Técnica de Berlim, em 2002. É um estudo comparado entre os núcleos nazistas de Blumenau e Rio de Janeiro, numa crítica a estudos anteriores, que faziam avaliações gerais sem considerar especificidades locais – é evidente que a “colônia” Blumenau e a “colônia” Rio de Janeiro representavam realidades muito diferentes. Considerando que aqui interessam, em especial, conclusões mais gerais, Moraes não deixa de dar contribuição importante, nessa direção.

Em primeiro lugar, cabem algumas palavras sobre o número de filiados no país como um todo. O autor, naturalmente, conhece a cifra de 2.903 publicada em 1937 pelo próprio partido. Mas destaca que outras fontes apontam para números maiores, chegando a um máximo de 4.935 (p. 166). Inversamente, porém, alerta que esses

⁴ *Deutsche Arbeitsfront.*

⁵ *Deutsch-Brasilianische Jugend.*

dados, baseados em listas produzidas pelos Aliados, no pós-guerra, certamente, contêm nomes de filiados que, em algum momento, estiveram no Brasil, mas em estadas breves, de forma que o número indicado não pode ser visto como definitivo – de fato, deve ser menor. Na página 171, apresenta outra observação a ser levada em conta: baseado no censo de 1940, que indicou 89.071 cidadãos alemães no Brasil – e não 100.000, como pressuposto por outros autores –, afirma que, no mínimo, 3,25% e, no máximo, 5,6% deles aderiram ao partido. Independente do significado da pressuposição desse número menor de cidadãos alemães em 1940, os percentuais relativizam a insistência de que, no Brasil, existiu o maior número de partidários fora da Alemanha. É que nesse país existiam mais alemães – repita-se: enquanto aqui aderiram, no máximo, 5,6%, no Chile aderiram, no mínimo, 18%.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração quando se trata de números que refletiriam a aceitação (ou não) da atividade partidária, são os “departamentos” vinculados: departamento feminino, associação de professores, Juventude Hitlerista (que teria funcionado sob o disfarce de Juventude Teuto-Brasileira, DBJ), Frente Alemã de Trabalho. Moraes destaca que apenas a última apresenta uma difusão mais generalizada pelo país afora, enquanto os outros três “departamentos” são citados apenas em alguns lugares – mesmo que isso não seja prova de que não tenham existido (p. 148).

Para o nosso propósito, a tese de Moraes propõe algumas alterações, mas não invalida o cerne das conclusões de René Gertz e de Danilo Bartel, pois não aponta para um sucesso estrondoso, com domínio absoluto sobre a “colônia alemã” no Brasil. Tanto em Blumenau quanto no Rio de Janeiro, as atividades desapareceram após a implantação de medidas repressivas do governo brasileiro, a partir do final de 1937, mostrando a fragilidade da organização. Logo na introdução, o autor explica que o objetivo da ação da AO era estruturar e controlar a “comunidade étnica” [*Volksgemeinschaft*] alemã, indicando que o problema geral enfrentado estava no fato de que essa “comunidade alemã no Brasil simplesmente não era um povo sem limites internos – como o partido imaginava. E justamente o partido representava um desses limites” (p. 12).

Em 2007, foi defendida, na Universidade de São Paulo, tese de doutorado de Ana Maria Dietrich, sob o título *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*.

Mesmo que nem sempre seja fácil seguir a lógica da argumentação sobre a alegada "tropicalização", e que haja contradições entre informações, ao longo do texto, o trabalho também está centrado na atuação da Organização do Exterior no Brasil. Um dos aspectos relevantes para o nosso objetivo é o destaque dado – em especial, na versão original levada à banca – às dimensões da adesão. Ainda que em relação ao número de filiados diretos ao partido cite o dado "clássico" de 2.903, insiste que os quatro "departamentos" ligados ao partido abrigavam mais gente. Segundo ela, a Frente Alemã de Trabalho tinha 6.401 filiados, o departamento feminino, 2.020; a associação de professores, 100; quanto à juventude, não apresenta números, mas como conheceu e cita, com frequência, o trabalho de Luís Edmundo de Souza Moraes, pode-se partir do pressuposto de que endosse a cifra apresentada por ele: 550. Com isto, a rigor, o número de aderentes – e, portanto, o sucesso – não teria ficado entre 3% e 5%, mas, sim, em 12% dos cidadãos alemães então existentes no Brasil, já que a soma dos parciais indicados aponta para um total de 11.974.

No mesmo ano do surgimento da tese de doutorado de Ana Maria Dietrich, foi defendida uma dissertação de mestrado sobre a atuação nazista no Paraná (ATHAÍDES, 2007). O trabalho não se distingue, de forma fundamental, daqueles dos autores até aqui arrolados. Como no Paraná havia menos "alemães" que no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina, é lógico que tenha havido menos "partidários". O autor cita duas fontes divergentes – enquanto uma aponta para 185, outra indica 192 filiados à NSDAP. Informa sobre a existência da Frente Alemã de Trabalho, das mulheres nazistas, da Juventude Teuto-Brasileira e da associação de professores, destacando que sobre a última foi encontrada apenas uma referência. Não fornece números sobre os "departamentos", mas observa que fontes historiográficas clássicas apontam para 100.000 "alemães" (cidadãos e descendentes) no estado, na época – caso em que 0,18% teriam aderido; outras fontes sinalizam para um número menor, caso em que se chegaria a 0,7%. Por tudo isso, Athaídes conclui que "nas fontes, a rejeição é mais visível que a aceitação" (p. 75-76).

Diante desse quadro, cabe reproduzir um trecho da conclusão:

Pudemos constatar também, nesse sentido, que parte dos teuto-brasileiros e alemães com raízes mais profundas no Brasil e imbuídos de uma ideia de

pertença a um *establishment* na nova nação, recusaram a novidade do nazismo, na medida em que entendiam os jovens partidários como *outsiders* tentando cruzar as fronteiras protetoras do grupo, construídas desde o século XIX (p. 166).

Chama atenção para o fato de que, até final de 1937, tanto o governo federal quanto o estadual do Paraná permitiram que “proliferassem os círculos do NSDAP”, mas que, com as medidas adotadas após a decretação do Estado Novo, a atividade cessou, pois o DOPS, após essa data, “cumpria a função de vigilância sobre os ex-militantes, mapeando suas trajetórias e convocando alguns para prestar esclarecimentos” (p. 166). Não há registros de resistência ou de novas atividades, a parti de então, eventualmente clandestinas.

Em 2011, Taís Campelo Lucas defendeu tese de doutorado sobre o nazismo no Rio Grande do Sul. Possivelmente, este seja o trabalho no qual transparece o quadro menos “ameaçador” da atividade da AO no Brasil. Estima que o número de filiados no estado deva ter sido maior que os 439 apontados por Moraes, já que, contando os “núcleos” e “pontos de apoio” dados como existentes no estado, multiplicando-os pelo mínimo de membros necessários para sua constituição, segundo diretrizes da AO, chega a um número mínimo de 645 partidários. Apesar disso, sua avaliação geral é a seguinte: “Tendo em vista que o objetivo principal do partido nazista no exterior foi a congregação de todos os cidadãos alemães [...], seu insucesso [no Rio Grande do Sul] foi alarmante”. “Apesar da visibilidade ganha através das atividades públicas e da propaganda, o grau de inserção do partido nazista [...], traduzido em filiação efetiva junto ao movimento, foi baixíssimo entre os *Reichsdeutsche*”, isto é, os cidadãos alemães (p. 142-143).

Refere-se aos “departamentos” do partido, citando 40 mulheres, 151 membros da DAF, 276 da DBJ (p. 135-137). Como René Gertz e Ana Maria Dietrich, dedica espaço às possíveis relações de nazismo e integralismo, mas critica a autora anterior por sua interpretação de que este teria sido utilizado, de forma premeditada, para a “tropicalização” do nazismo no Brasil, destacando que, se é verdade que houve aproximações pontuais, os distanciamentos foram mais marcantes (p. 159-160). Inclusive, judeus e negros não teriam sido os inimigos mais combatidos: “No Rio Grande do Sul, as manifestações dos nazistas contra judeus e negros foram bastante

comedidas. Ações de coação e amedrontamento eram, por outro lado, direcionadas aos cidadãos alemães contrários a Hitler e ao nazismo" (p. 163). Num trecho em que são abordados atos de espionagem, após a proibição da atividade nazista, em 1938, mas, sobretudo, no contexto da guerra, não é estabelecida qualquer vinculação entre a ação anterior – legal – da AO e aquilo que aconteceu nesse segundo momento (p. 178-193).

A lista de trabalhos acadêmicos dos últimos 40 anos poderia ser complementada por autores que incluíram o Brasil em estudos envolvendo outros países da América Latina. Abstraindo de antecessores, caberia considerar Jürgen Müller (1997) e a dupla Olaf Gaudig e Peter Veit (2004). Mas o resultado não seria diferente daquele até aqui apresentado. Os últimos dois autores afirmam que a "população alemã no Brasil tinha vivências bem diferentes que em outros países (Argentina e Chile). A NSDAP aqui só conseguiu impor sua influência sobre a vida da população de origem alemã e dominar suas instituições de maneira formal-organizacional em sentido muito limitado" (p. 81).

Por tudo isso, a referenciação bibliográfica feita até esse ponto permite concluir que, mesmo tomando os números mais altos sugeridos por Ana Maria Dietrich, teríamos – arredondando para mais – algo como 15.000 "nazistas" no Brasil.⁶ Isso são 15% dos pressupostos 100.000 cidadãos alemães que viviam no país – esses números e esses percentuais não deixam dúvidas: os 85% que não se filiaram ao partido são bem mais que os 15% que aderiram.

Ainda que não referido ao longo do texto, outro aspecto que pode ser derivado dos números apresentados pelos autores tem a ver com a muito difundida avaliação de que o nazismo no país teria relação com a existência de "quistos étnicos". Na utilização dessa expressão, fica claro que ela refere-se a uma população completamente alienada, segregada, ignorante da língua e dos "costumes" nacionais brasileiros, a ponto de nem saber que vivia num país chamado Brasil – caracterização que remete, sobretudo, aos "colonos". isto é, à população rural.

⁶ Admitamos 5.000 filiados ao partido (número máximo citado – ainda que não endossado – por Moraes); 6.500 membros da DAF; 2.050 "mulheres nazistas"; 550 na DBJ; 100 na associação de professores – resultando numa soma de 14.200. Lembramos que aqui não se leva em conta o fato de que, evidentemente, havia sobreposições, no sentido de que um filiado à DAF podia ser, ao mesmo tempo, filiado ao partido.

Ana Maria Dietrich (2007, p. 167) escreveu que, nas comunidades agrícolas em que "se estabelecia uma célula do partido nazista era grande o grau de infiltração destas ideias [nazistas], dado o contexto de que se constituíam em unidades mais fechadas do que na vida na cidade". Em contradição flagrante com essa afirmação, a autora afirma, na página 227, ao referir-se ao sul do Brasil: "Com a chegada dos representantes do partido nazista local na década de 1930, a região, que por todas as características culturais de preservação do germanismo seria o melhor local para a difusão das ideias nazistas, foi palco de grandes conflitos".

Luís Edmundo de Souza Moraes (2005, p. 167) mostra que, na lista de 1937, da própria AO, com seus 2.903 nomes, há apenas 324 "agricultores/plantadores", enquanto haveria 752 artesãos, 515 comerciantes autônomos, 418 empregados do comércio. Com uma proporção ínfima no conjunto da sociedade – na comparação com os "colonos" – são citados 140 professores, 102 engenheiros, 51 médicos. Taís Campelo Lucas (2011, p. 151), por sua vez, apresenta uma lista da polícia gaúcha com 175 "partidários", dos quais apenas dois são classificados como "colonos" – em contraposição, há 29 comerciantes/industriais; 27 engenheiros, 12 pastores, oito professores, cinco médicos, quatro dentistas. Esse dado sobre a baixa representação dos "colonos" parece refletir-se na própria distribuição dos "partidários" pelos estados brasileiros: enquanto São Paulo e Rio de Janeiro – decididamente estados sem significativos contingentes de "colonos" – somavam 1.232, os dois estados mais tipicamente "colonos" (RS e SC) somaram apenas 967 filiados (DIETRICH, 2007, p. 319-320). Conclusão: o nazismo no Brasil teve muito pouco a ver com os famigerados "quistos étnicos", isto é, com "colonos".

Outra observação é que, apesar de que as simpatias de governos estaduais e de figuras de destaque do governo federal não sejam aprofundadas nos estudos citados, vários deles referem-se a essa realidade – fator que, sem dúvida, poderia ter sido importante para a difusão do partido no Brasil, já que potenciais aderentes se sentiriam incentivados por manifestações benevolentes desse tipo. Não há dúvida de que, em SC, o governo estadual, desde 1930, não via com bons olhos a população "alemã" como um todo, motivo pelo qual seria pouco provável a manifestação de simpatias à atividade nazista. No Rio Grande do Sul, porém, dava-se o inverso. E aqui cabe uma nota historiográfica em causa própria. No livrinho *O perigo alemão* (GERTZ,

1991, p. 54), afirmou-se que o governador Flores da Cunha em pessoa participou dos conhecidos festejos do 1º de maio de 1937, no campo do Renner, em Porto Alegre, que esteve acompanhado do comandante militar regional, representando Getúlio Vargas. Essa festa está registrada em muitas fotografias. O livrinho foi publicado numa série que dispensava a indicação de fontes, mas, por alguma razão não lembrada, em escrito mais recente (GERTZ, 2014, p. 7), “revogou-se” essa afirmação, informando que esteve presente *apenas* um representante do governador (bem como representantes de outras autoridades). Na revisão bibliográfica para esse texto, constatou-se, porém, que Ana Maria Dietrich (2007, p. 173) afirma que o governador fez-se presente e discursou – como fonte, é citada a revista *Der Auslanddeutsche*, Stuttgart, ano 20, referente a outubro de 1937. Em função da pandemia do coronavírus, não foi possível buscar novas fontes para esclarecer o episódio – de qualquer forma, a afirmação da revista reflete, no mínimo, a percepção subjetiva que se tinha sobre a benevolência do governador gaúcho para com o nazismo.

Antes de prosseguir, é necessário fazer referência – ainda que muito breve – à historiografia que aborda um tema conexo: as verdadeiras intenções nazistas para com o Brasil. Dawid Bartel antepôs, como epígrafe de seu texto aqui citado, a seguinte frase:

Nós vamos criar ali uma nova Alemanha. [...]. Ali haveria as pré-condições para uma revolução. Que, em poucos decênios, transformaria um Estado mestiço corrupto em um domínio alemão. Nós lhes daremos duas coisas: capital e espírito de iniciativa. Nós lhes daremos uma terceira coisa: nossa visão de mundo. Precisamos de dois movimentos, no exterior, um legal e outro revolucionário. [...]. Nós não faremos como Guilherme, o Conquistador, desembarcando tropas armadas no Brasil. As armas que nós temos não se enxerga.

Esse é um famoso trecho do livro de Hermann Rauschning chamado *Gespräche mit Hitler* [Diálogos com Hitler], mas que, em uma versão para o português, foi publicado como *Hitler me disse*. Rauschning foi, inicialmente, colaborador do nazismo, tendo sido “prefeito” de Danzig, mas, depois, afastou-se e

acabou publicando esse livro-denúncia, que teve enorme repercussão no mundo todo. Aqui no Brasil, chegou a ser oferecido em livrarias do Rio de Janeiro em, no mínimo, quatro versões (GERTZ, 2014, p. 8).

É a *única* fonte até hoje arrolada em que Hitler teria se referido a intenções imperialistas-anexionistas em relação ao sul do Brasil, via “quinta-colunismo” – em vez da conquista através de armas, a utilização da população “alemã” aqui estabelecida. Desde a década de 1970, historiadores alemães vinham levantando suspeitas sobre a confiabilidade dessa “fonte”. Na década de 1980, ela foi desmascarada como fraude.⁷

Segundo Bartel (1993, p. 34), não se sabe o que Hitler pensava sobre a América Latina, mas, no caso do Brasil, não há dúvida de que seguia antes a linha legalista do Ministério das Relações Exteriores que a ilegal do partido. “Pois não só as matérias-primas do Brasil eram cada vez mais importantes; também um clima político positivo se apresentava como mais importante que nunca; Hitler deveria preocupar-se, sobretudo, em manter a neutralidade dos países da América Latina. O continente americano deveria ser mantido fora de ‘sua’ guerra, concebida como guerra prioritariamente europeia”.

Dawid Bartel (1993, p. 4-6) e Luís Edmundo de Souza Moraes (2005, p. 12-17) apresentam um resumo compacto da bibliografia sobre interesses imperialistas-anexionistas da Alemanha em relação ao Brasil, mostrando que, durante a guerra e nos anos posteriores, essa visão foi amplamente propagada – até em trabalhos acadêmicos, sobretudo, na República Democrática Alemã –, mas que, gradativamente, foi sendo abandonada e, na atualidade, não é mais sustentada por nenhum historiador que possa ser levado a sério. Motivo pelo qual não se dedicará maior espaço a esse assunto.

Em publicação recente, Luís Edmundo de Souza Moraes e Igor Gak (2015, p. 231) foram claros: “De toda a massa documental de acervos diversos investigados, nos últimos 70 anos, nem um único documento existe que possa servir de indício de que um plano assim tivesse sido sequer elaborado, quanto mais [que tenha] pautado ações de agências de Estado ou de grupos partidários”. Referem-se a afirmações de

⁷A esse respeito, confira entrevista de Luís Edmundo de Souza Moraes: <https://www.cafehistoria.com.br/o-partido-nazista-no-brasil/> (acessado em 28/1/2022).

que “o partido nazista funcionava aqui como uma quinta coluna com [o] propósito [de] facilitar a invasão do Brasil pela Alemanha nazista”.

Acrescente-se, aqui, uma curiosidade que, talvez, explique a manifestação de Rauschning. Após a Primeira Guerra Mundial, aportou no Brasil um jurista alemão chamado Martin Fischer (GERTZ, 2002, p. 39-50). Durante a década de 1920, trabalhou no jornal *Deutsche Post*, da família Rotermund, em São Leopoldo. Nos anos 1930 – mesmo não tendo feito oposição inicial ao nazismo –, acabou entrando em atrito com “partidários” daqui. Faleceu em 1979, em Ijuí, onde foi responsável pela organização do Museu Antropológico Doutor Pestana, da UNIJUÍ. Durante manejo de seu acervo pessoal, constatou-se que era primo de Hermann Rauschning, com quem mantinha correspondência. É plausível que este, eventualmente, tenha se lembrado de registrar uma passagem sobre intenções macabras dos nazistas no Brasil para desagrar seu parente.

Naturalmente, o quadro traçado apresenta um problema que não poderá ser solucionado. A maioria dos autores restringiu-se a abordar o nazismo. Apenas três deles fizeram referência ao integralismo, que, sem dúvida, teve presença significativa nas “colônias alemãs” (e “italianas”), no sul do Brasil, em especial, em Santa Catarina. René Gertz (1987, p. 172-202) apresenta explicação plausível sobre sua difusão em Santa Catarina, mostrando que havia uma tendência de crítica aos “teuto-brasileiros” que ali aderiram à AIB, por parte de instâncias nazistas na Alemanha, mas que houve casos de “partidários” locais que se envolveram na política local – ao contrário daquilo que determinava o vade-mécum da AO. O integralismo nessas regiões, porém, não seria prova da existência de “quistos étnicos” completamente alienados da realidade brasileira, mas, pelo contrário, prova do envolvimento com a realidade do país. Taís Campelo Lucas (2011, p. 160-161) minimizou as relações entre os dois movimentos, destacando que, na prática, havia maior número de casos de distanciamento que de aproximação. Em sentido oposto, Ana Maria Dietrich (2007, p. 206-217) destaca a colaboração, apresentando o envolvimento com a AIB como política premeditada daquilo que denomina “tropicalização” do nazismo.

Essa discussão não é fútil, pois a opinião pública brasileira (e internacional) que, em última análise, está no centro das conjecturações deste texto, pode não ter

feito distinção entre “nazistas” e “integralistas” – afinal, ambos eram “fascistas” –, de forma que o “perigo nazista” pode ter parecido bem maior que os escassos “partidários” que circulavam por aqui. Essas considerações adquirem peso, tendo em vista indícios neste sentido, quando, no livro-denúncia *O punhal nazista no coração do Brasil*, da polícia catarinense (DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL ..., 1944, p. 119-183), há um capítulo dedicado ao “integralismo nazifascista em Santa Catarina”. Interessante é que esse capítulo ocupa 46% do total do texto propriamente dito do livro, enquanto o primeiro faz um relato sobre a estrutura do partido nazista no país e no estado, sobre seu funcionamento interno e seu envolvimento nas instituições específicas das comunidades de origem alemã, o segundo apresenta um apanhado do processo de colonização com alemães e descendentes. A rigor, nenhum desses dois capítulos revela fatos que pudessem ser, clara e objetivamente, classificados como grandes atentados ao Brasil. Estes estão mais presentes no terceiro e último capítulo, dedicado ao integralismo.

Inversamente, deve-se destacar que esta parece ser uma situação específica de Santa Catarina, já que, nos dois conhecidos volumes da polícia do Rio Grande do Sul (PY, 1942; [1942]), *A quinta coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul* e *O nazismo no Rio Grande do Sul – 2º relatório*, o integralismo é citado de forma marginal.

Em 1943, a União Nacional dos Estudantes publicou panfleto intitulado *Quinta coluna e integralismo*, onde se lê que “o centro e o núcleo da quinta-coluna em nosso país sempre foi e ainda é a Ação Integralista Brasileira”; “quer como movimento de ideias quer como organização político-partidária, foram os integralistas a vanguarda do fascismo internacional incrustada em nosso organismo de nação”. A seguir, o texto faz ressalvas a manifestações de policiais gaúchos de que só haveria quinta-colunismo entre alemães, italianos e japoneses (p. 9).⁸ Depois, lê-se que “em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, após ligeiras ‘divergências teóricas’, o Partido Nacional Socialista troca a camisa parda pela verde” (p. 18). Interessantemente, em Porto Alegre, a colaboração entre integralismo e nazismo seria chefiada pelo negro Dario de Bittencourt (p. 23).

⁸ O texto não está paginado, mas as referências encontram-se, efetivamente, nas páginas indicadas.

Em tese de doutorado recente, Leandro Mayer (2021) mostra que a quase totalidade dos “alemães” denunciados ao Tribunal de Segurança Nacional, durante a guerra, no oeste de Santa Catarina, tinha sido integralista e que, nas acusações, aparece, de forma recorrente, o argumento de que a AIB constituía “biombo da espionagem nazifascista” (p. 198). Não há como avaliar a importância do integralismo na configuração da opinião pública brasileira em relação à “quinta-coluna” no país. Cabe apenas destacar que Ana Maria Dietrich (2007) – apesar de defensora exatamente dessa tese – acentua que instâncias nazistas na Alemanha desaprovavam a adesão de “alemães” ao integralismo (p. 163, 206, 210, 212), além disso, não se encontraram fontes de eventual apoio formal ou ajuda financeira da Alemanha da época para com o integralismo. Esse fato sugere que a iniciativa para o conluio entre AIB e NSDAP em Santa Catarina não partiu de instâncias nazistas fora do Brasil, mas muito mais de integralistas, sejam de descendência alemã ou não, e de membros da seção brasileira do partido nazista.

*

Como se sabe, após a Segunda Guerra Mundial, nazistas fugiram da Alemanha para a América Latina, com destaque para a Argentina. Alguns deles deslocaram-se para o Brasil, cabendo lembrar nomes como Franz Stangl, Gustav Wagner, Herbert Çucurs, Joseph Mengele. A presença deles deu origem a um imaginário fértil, com elocubrações de que os “velhos” nazistas aqui estabelecidos, desde antes da guerra, deram abrigo, naquele momento, a milhares de companheiros em fuga, instalando-se um caldo de nazificação generalizada, no sul do Brasil. Como esse tema foi estudado, de forma competente, por Marcos Eduardo Meinerz (2013; 2018), que descreveu não só o imaginário, mas também efeitos práticos, isto é, ações de caça a nazistas, por exemplo, esse aspecto não será retomado. Apenas cabe reforçar a persistência desse imaginário frente a evidências em contrário, em alguns casos. Para exemplificar, desde, no mínimo, a década de 1970, há especulações sobre presença maciça de nazistas em Ibirubá, Rio Grande do Sul. Mais recentemente, chegaram a ser divulgados “túneis nazistas” como atração turística, na cidade. E nesse contexto, afirmou-se que Martin Bormann esteve no município, onde teria feito cirurgia plástica. Em sentido contrário, a Alemanha Ocidental declarou, oficialmente,

em 1973, que sua morte, em 1945, foi comprovada por evidências físicas, fato referendado, mais recentemente, por exames de DNA.

Na falta de espaço para ampliar o leque de casos, serão relatados, naquilo que segue, apenas três rápidos episódios que ilustram a sobrevivência de desconfianças profundas contra as populações das "colônias alemãs", porque o nazismo continuaria muito vivo, por aqui.

A primeira historinha a ser contada poderia intitular-se "como um evento cultural acabou em nazismo". Em junho de 1977, aconteceu uma feira do livro no Colégio Evangélico Augusto Pestana (CEAP) de Ijuí. Na abertura solene, estiveram presentes e usaram da palavra o prefeito Wilson Mânica, a secretária de educação Hilda Durigon, o promotor Tupinambá de Azevedo e o escritor Deonísio da Silva, palestrante propriamente dito. O *Correio Serrano*, importante jornal local, anunciou, em primeira página, no dia 11/7/1977, que Deonísio da Silva falou sobre o tema censura, tendo denunciado que ela "fará fogueira de três obras que tratam da nossa realidade". No dia 14 de junho, o mesmo jornal publicou matéria relativamente extensa mancheteando que "diretor do CEAP diz que não houve boicote contra Deonísio da Silva". É que, ao final da feira, se constatara que não havia sido vendido um único exemplar do livro *Exposição de motivos*, do escritor, quando haviam sido encaminhados exemplares por uma livraria. Esse fato motivou a suspeita de boicote.

Pouco mais de um ano depois, em julho de 1978, o diretor do CEAP, Richard Steinke, faleceu. Na mesma época, começaram a aparecer suásticas desenhadas pela cidade, e o falecido teria sido apontado como um dos líderes de núcleos nazistas que existiriam em Ijuí. Em desagravo ao morto, o *Correio Serrano* de 5/8/1978 publicou manifestação sob o título "Um professor, uma escola ... uma calúnia", mas sem referir nomes. Matéria de *Zero Hora*, de Porto Alegre, do dia 9/8/1978, repercutiu o clima criado em Ijuí, afirmando que calúnias contra o diretor teriam sido proferidas pelo jornalista local Emílio Penent e pelo escritor Deonísio da Silva, o qual, em represália, teria sido ameaçado de ser declarado *persona non grata* no município. Texto de *Zero Hora* do dia 10/8/1978 trouxe defesa do jornalista e do escritor, negando terem difamado a memória do diretor, mas reafirmando a existência de núcleos nazistas no município. No mesmo dia, o *Jornal da Manhã*, de Ijuí, publicou abaixo-assinado de, no mínimo, 14 professores do CEAP "em defesa do professor".

Em 16/8/1978, o *Correio do Povo* repercutiu declaração do deputado Rubi Diehl em defesa do diretor e do colégio, apontando para possíveis "interesses escusos" envolvidos no episódio. Finalmente, notícia de *Zero Hora* de 23/8/1978 deu conta de que, por iniciativa de vereadores da ARENA, foi aprovada, na Câmara de Vereadores de Ijuí, por 9 votos a 8, moção de repúdio às declarações contra o professor Steinke. Informou ainda que a planejada iniciativa de declarar Deonísio da Silva *persona non grata* foi abandonada. Ele teria sido alvo de manifestações de solidariedade, entre outros, de Josué Guimarães, Guilhermino César, Mário Quintana, Décio Freitas, Luiz Fernando Veríssimo, Rubens Fonseca, Inácio Loyola.

Este é o episódio. Quanto às pichações de suásticas, deve-se destacar que elas não se restringiram a Ijuí nem foram temporalmente limitadas – apareceram, durante dias, num território amplo que vai de Ijuí a Santa Rosa (100 km) e produziram, no mínimo, duas publicações a respeito, fora do estado. No dia 5 de agosto de 1978, a então conhecida revista *Manchete*, do Rio de Janeiro, apresentou matéria de duas páginas (122-123) sob o título "Propaganda nazista avança no Rio Grande do Sul e as lojas começam a vender cruz gamada". Ali, lê-se que o famoso caçador de nazistas Simon Wiesenthal considerava que "os estados sulinos [do Brasil] são o maior esconderijo de criminosos de guerra do III *Reich* em todo mundo". O antropólogo Eliezer Pacheco apontou como causa da "identificação maior dos colonos alemães com sua antiga pátria" – explicação para a suposta ou efetiva existência do nazismo manifesto nas pichações – o fato de que "não houve miscigenação". Enquanto o prefeito de Santo Ângelo afirmou que "tudo não passa de uma brincadeira", *Manchete* terminou a matéria com sua própria explicação: "cinquenta por cento da população de Santo Ângelo [...] descende de alemães".

Dois anos depois desses acontecimentos, foi publicado um livro sobre *Os senhores da direita* (LIMA, 1980). Num capítulo chamado "Uma saudade muito louca" (p. 103-132), o autor informa que, no mesmo ano de 1978, realizou-se em Iraí (norte do RS) uma reunião do Movimento de Reorganização Nazista. Ao referir-se à pichação de suásticas em Santa Rosa, cuja população seria majoritariamente de descendência alemã, ressalva que "não seria correto suspeitar do patriotismo da boa gente da terra". Essa observação absolutória, porém, fica neutralizada, logo a seguir,

quando se lê: “a provocação não era privilégio do município. Em sete outras cidades da zona de colonização germânica, com menor ou maior intensidade, foi o mesmo escarcéu de nazismo”.

Sem dúvida, naquilo que tange ao Rio Grande do Sul, esse foi o mais rumoroso “episódio nazista” de toda a segunda metade do século XX, envolvendo coletividades. Independente daquilo que tenha acontecido, e independente da “verdade” daquilo que foi narrado, um professor da UNIJUÍ estava conversando, muitos anos depois, com um grupo de pessoas, quando lembrou a “onda nazista” de 1978, com a pichação maciça de suásticas. Um dos presentes informou que a maioria delas, no lugar em que se encontravam, fora desenhada por ele, então com quinze anos. Explicou que a pichação, em toda a região, fora decidida e executada pela “juventude comunista-brasileira-revolucionária”, isto é, por jovens do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

O segundo episódio que reflete a forma pela qual a “colônia alemã” costuma ser vinculada ao nazismo aconteceu em junho de 2018. Nos dias 6 a 9 daquele mês, o *Jornal da Band* transmitiu uma série de quatro reportagens sobre supostas ou efetivas presença e ação nazistas em São Francisco do Sul, Santa Catarina. Segundo a reportagem, um grupo que contaria com o apoio de uma professora-jurista da Universidade de São Paulo estaria encaminhando uma ação para exigir indenização da Alemanha por “danos ambientais de guerra”.

Trata-se do seguinte: no começo do século XX, foi construída uma estrada de ferro que atravessava um braço de mar, no município, por uma ponte. Em janeiro de 1931, pilares dessa ponte registraram instabilidade. A solução encontrada não foi a reforma dos pilares e da ponte ou a construção de uma nova, mas o aterro do braço de mar, para que a estrada passasse sobre “terra firme”. Essa solução foi adotada em março de 1933. Uma das questões em discussão na reportagem refere-se a danos ambientais que esse aterramento teria causado, no longo prazo. E a justificativa para o pedido de indenização à Alemanha é a de que foram nazistas que construíram essa estrada, para transportar armas – ainda que não fique claro de onde para onde, nem com que finalidade ou por quem.

Além da estrada, nazistas são acusados, na reportagem, de terem construído, na Ilha da Rita, uma base naval, que, entre várias outras finalidades, teria a função de

abastecer submarinos alemães. São mostradas fotos de Getúlio Vargas inspecionando a construção, depois inaugurando a base. Como a reportagem afirma, de forma categórica, que ela foi construída por nazistas, Vargas – de forma implícita – é classificado como marionete do nazismo. A opinião do repórter, porém, enfrenta um pequeno problema. A dissertação de mestrado de Roberta Nabuco de Oliveira (2013, p. 7), sobre a base, aponta em outra direção:

O cruzamento dessas informações possibilitou apontar elementos que atestam que as preocupações relacionadas à ideia de um “perigo alemão” no Brasil culminaram em ações das Forças Armadas [brasileiras] para com a região Nordeste de Santa Catarina, na primeira metade do século XX, sendo a idealização e concretização da Base Naval da Ilha da Rita parte da emergência dessa preocupação com os núcleos germânicos no sul do país.

Mais uma vez, não cabe aqui decidir sobre “verdade” ou não da reportagem – ainda que os fatos narrados indiquem, claramente, em uma direção. No nosso contexto, interessa, sobretudo, uma passagem em que a câmera foca um prédio e o repórter diz: “Uma das sedes mais importantes do partido [nazista] ficava aqui, justamente na cidade de São Francisco do Sul, nesta casa, que continua de pé”. Nesse momento, a imagem gira para o entorno do prédio, uma área abandonada, cinzenta, disforme – e a voz continua: “A má fama do endereço assombra a rua, até hoje. Os terrenos vizinhos nunca foram ocupados”.⁹ Essa cena sugere, claramente, que o nazismo em São Francisco do Sul não só afetou pessoas e suas mentes, para toda eternidade, criando uma indelével “cultura nazista”, mas contaminou o próprio solo, a natureza inanimada.

Finalmente, um terceiro exemplo, um fato que pode ser apresentado como auge e “fechamento” do ciclo de episódios nazistas (reais ou fictícios), ao longo da segunda metade do século XX. Sem dúvida, é o caso mais efetivamente nazista. Trata-se da atuação da Editora Revisão, em Porto Alegre – grosso modo, entre 1985 e 2000. Fundada e mantida pelo gaúcho Siegfried Ellwanger Castan, especializou-se

⁹ <https://bandnewstv.band.uol.com.br/videos/serie-marcas-do-nazismo-uma-base-nazista-construida-em-solo-brasileiro-16455709> (acessado em 23/2/2022).

em produzir, traduzir e divulgar material revisionista e negacionista sobre o nazismo e a Segunda Guerra Mundial – motivo pelo qual não há como negar a inspiração nazista. Talvez em função de sua atuação prolongada e sua visibilidade, foi alvo de manifestações oposicionistas, mas também de vários estudos acadêmicos. Neste sentido, uma auto-apresentação está em *A história do livro mais perseguido do Brasil* (1991); referências à luta contra ela estão em Jair Krischke (2000). Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus (2006) fez um estudo de sua trajetória, ao longo do tempo; Paula Casari Cundari (2006) utilizou o caso para avaliar limites da liberdade de expressão; como exemplo de uma visão conspiratória da História, ela aparece em Douglas Antônio Rocha Pinheiro (2013); o impacto do episódio sobre o Direito brasileiro foi analisado por João Luís Mousinho dos Santos Monteiro Violante (2010).

Esses são apenas alguns exemplos de bibliografia sobre o tema. Pela quantidade e densidade das publicações, não é possível tentar um resumo. Por esse motivo, aqui só se remeterá a um trabalho acadêmico no qual transparece uma visão mais ampla sobre a importância atribuída ao contexto em que a editora – supostamente ou de fato – surgiu e desenvolveu-se, a “colônia alemã” local. Nenhum dos estudos citados apresenta dados sobre a origem do dinheiro que sustentou a editora, nenhum deles apresenta quaisquer informações sobre o público “consumidor” (por região, faixa etária, religião, etnia, gênero). Mas o estudo a ser citado apresenta uma interpretação “lógica” para sua existência. Como se trata de um trabalho acadêmico, pode-se partir do pressuposto de que na opinião pública vigorasse uma visão, uma “lógica”, que atribuía à “colônia alemã” papel ainda mais relevante.

É importante salientar que o proprietário da editora, Siegfried Ellwanger Castan, é um descendente de alemães, sendo, portanto, necessário incluir a presença de colônias alemãs no sul do Brasil. Este dado traz uma questão crucial: o cultivo do germanismo, ou seja, da cultura alemã, no sul do país. Parto da hipótese de que o germanismo é um componente essencial para explicar tanto a emergência de um fenômeno como a Editora Revisão – sua presença pode ser percebida pela pretensa defesa que Castan faz do “povo alemão” – quanto as alterações a ele aportadas por Castan (CRUZ, 1997, p. 3).

Está claro que essa “lógica” não constitui nenhuma novidade. Não pode haver qualquer dúvida de que a massa dos cientistas sociais e historiadores brasileiros a subscreveria. Assim como formulada, parece óbvia – no entanto, numa análise mais rigorosa, não prova nada nem é refutável, no sentido de Karl Popper.

Neonazismo

Mesmo que em situações transcorridas na segunda metade do século XX envolvendo manifestações ou atos ligados ao nazismo tenha sido utilizada a palavra “neonazismo”, convencionou-se, aqui, falar de “nazismo”, pelo simples fato de tratar-se de ecos mais diretos daquilo que aconteceu nos anos 1930/1940. Ellwanger, por exemplo, nasceu em 1928, de forma que, em 1945, tinha 17 anos, podendo ter agido em função de lembranças da guerra, de eventos negativos com sua família. Independente daquilo que tenha efetivamente pensado e feito, o diretor do CEAT, em Ijuí, tinha estudado no Instituto Pré-Teológico, em São Leopoldo de 1939 a 1942, tendo assumido como “pastor” a comunidade luterana de Horizontina em 1944, quando deveria ter pouco mais de 20 anos. O caso de São Francisco do Sul tem tudo a ver com o entorno da Segunda Guerra Mundial. Em contraposição, manifestações e atos acontecidos do final do século XX para cá envolvem, tendencialmente, uma geração mais nova, que não teve contato com o “original” – um dos motivos para falar de “neos”. Infelizmente – assim como aconteceu na seção anterior –, não será possível fazer outra coisa que uma referência muito breve a três episódios que ilustram ou exemplificam a opinião amplamente difundida sobre a “colônia alemã” frente a supostas ou efetivas situações neonazistas.

O primeiro caso: no contexto de manifestações e atos neonazistas acontecidos pelo país afora, desde a última década do século XX, a região metropolitana de Porto Alegre registrou, no mínimo, desde 2003, a presença de uma banda chamada *Zurzir*, que executava músicas enaltecendo Hitler. Em 2005, pessoas ligadas a esse grupo participaram de um ataque, na Cidade Baixa, Porto Alegre, contra três rapazes tidos como judeus, por usarem quipá. Um dos atacados quase foi morto. Nos anos seguintes, aconteceram outros atos de violência, praticados pelo

mesmo grupo e por eventuais grupos vinculados ou paralelos. Quase todos os casos ocorreram na região metropolitana de Porto Alegre, à exceção de alguns – já nos anos de 2008/2009 – verificados em Caxias do Sul (casualmente, os dois maiores aglomerados urbanos do estado).

Em 20 de abril de 2009, dia em que Hitler faria 120 anos, aconteceu, nos arredores de Curitiba, uma reunião de neonazistas vindos de diversos estados brasileiros. Divergências internas levaram ao assassinato de um casal vindo de Minas Gerais. Poucas semanas depois, um paranaense que trabalhava em Teutônia, RS, Jairo Maciel Fischer, foi preso, acusado do assassinato. Com essa prisão, o noticiário sobre o neonazismo, pela primeira vez, atingiu uma "colônia alemã" típica. Reações "óbvias" diante do fato, na opinião pública, podiam ser vistas nos comentários deixados nos órgãos de comunicação que noticiaram o acontecido. Na edição on-line de *Zero Hora* do dia 19 de maio, havia, por exemplo, observações como: "O problema é que o povo de lá pensa que é alemão; nasceram no Brasil e se dizem alemães"; "pensam que são alemães, não passam de caboclos, assim como nós, bando de babacas"; "nasceram no Brasil, falam português (o alemão que falam não existe, é apenas uma piada), e acham que são alemães; acordem para a realidade!"; "acham que o negro é menos que branco, falam alemão na tua cara, e riem, e outras atitudes discriminatórias; não adianta estudo, precisam aprender a aceitar as diferenças, o que eles mais têm (falam português errado)"; "talvez crianças que cresçam numa sociedade assim acabem por se tornarem esses idiotas neonazistas".

Alguns dias depois, a deputada federal gaúcha Maria do Rosário Nunes criou uma Comissão Externa na Câmara de Deputados "para acompanhar as investigações a respeito da quadrilha de neonazistas desbaratada no estado do Rio Grande do Sul". Esta comissão realizou sua primeira reunião pública em Porto Alegre, no dia 13 de julho de 2009. Na transcrição das falas dos diferentes "convidados", há gente que, toda vez em que aparece um (dos raros) sobrenomes alemães envolvidos em supostas ou efetivas atividades neonazistas, o soletra, como a querer indicar aos ouvintes que não tivessem dúvida de qual a sua "origem". Um dos convidados verbalizou o clima contra "alemães" e "italianos" que vigorou na reunião: "O Rio Grande do Sul tem esse histórico de colonização italiana, alemã, mas eu fiz uma

pesquisa nesse material que a deputada tem. [...] Só de analisar os sobrenomes de todos os indiciados dá para ver que não tem nenhuma raça pura".¹⁰ Resultado sintomático do enfoque dado por esta comissão ao tema neonazismo foi o fato de não ter produzido relatório – em consulta ao presidente da Câmara, em 2016, este informou, por escrito, que a comissão não apresentou relatório.¹¹

O segundo caso: pouco mais de um ano depois desse episódio, em agosto de 2010, placas de trânsito e paradas de ônibus, numa estrada que atravessa o mesmo município de Teutônia, apareceram pichadas com suásticas e frases racistas. O delegado de polícia local, Mauro José Barcellos Mallmann, e o delegado porto-alegrense, Paulo César Jardim, festejado como maior conhecedor do neonazismo no Brasil, em âmbito policial, classificaram o fato, respectivamente, como "molecagem" e "invenção" – Jardim, inclusive, alertando para os perigos de uma "invenção" desse tipo.

Apesar disso, o procurador da República da área do Vale do Rio Taquari, com sede em Lajeado, por estar convicto de que populações "originárias de colonização germânica apresentam uma tendência" ao neonazismo (fl. 13)¹², desencadeou uma campanha de desnazificação – mesmo que não tenha dado esse nome à coisa –, entre todos os 350.000 habitantes do "Vale" (não só os de Teutônia!). Para nosso propósito, mais importante que detalhar manifestações do procurador, é lançar um olhar sobre um parecer – solicitado por ele em 21/9/2010 e datado de 31/1/2011 – elaborado por uma técnica-pericial em Antropologia do próprio MPF-RS, doutora na área pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Estudos relatam que o pensamento nazista estendeu-se para além das fronteiras nacionais da Alemanha do século XX, constatando-se evidência do mesmo aqui no Brasil – mais especificamente na região sul – que tem destacado histórico de imigração europeia nos três estados. [A seguir, a antropóloga remete ao livro de Aurélio Py (1942), que traria] documentos, fotos, cartas, entre outros materiais,

¹⁰ <https://www.renegertz.com/arquivos/baixar/Banz.pdf> (acessado em 3/2/2022).

¹¹ <https://www.renegertz.com/arquivos/Grana.pdf> (acessado em 3/2/2022).

¹² A fonte para o relato desse caso é o Procedimento Administrativo nº 1.29.014.00016/2010-94, aberto pelo então procurador da República em Lajeado. O original deve estar arquivado no Ministério Público Federal. O autor deste texto possui cópia. A indicação da(s) folha(s) [fl.] refere-se a este documento.

que ilustram a força desse movimento na região. [Sem afirmar, expressamente, que isto tenha algo a ver com o neonazismo atual, a técnica-pericial recomenda]: além das medidas de repressão das referidas ações detectadas isoladamente ..., é de suma importância não nos descuidarmos da dimensão de prevenção que a situação exige e de modo a *não focar unicamente na dimensão individual dos comportamentos desviantes, e que fragilizaram o conjunto da sociedade* (fl. 115 e 117-118).

Para a doutora-antropóloga, não havia dúvida, se Aurélio da Silva Py, nos anos 1940, sugeriu que todos os "alemães" do Rio Grande do Sul eram nazistas, a pichação de suásticas em Teutônia, 65 anos depois da guerra, constitui prova de que todos os teutonienses, netos e bisnetos daqueles de 1942, são neonazistas – potenciais ou efetivos. O procurador da República tirou as consequências, e resolveu desnazificar não só Teutônia, mas, sim, a população de toda a região que abrange sua área de atuação, 36 municípios, com cerca de 350.000 indivíduos.

O terceiro caso: em 2007, Adriana Abreu Magalhães Dias defendeu dissertação de mestrado em Antropologia sobre o neonazismo no Brasil. Em duas passagens (p. 35 e 106), encontram-se afirmações praticamente idênticas informando que "as estatísticas dos movimentos antirracistas apontam para o fato de que pelo menos *noventa mil pessoas* estejam diretamente envolvidas em grupos neonazistas, *cerca de metade disto apenas no Estado de Santa Catarina*" (p. 35). Nas páginas 106 e 107, a autora apresenta explicações para o suposto ou efetivo alto índice de neonazistas em SC. Citemos uma:

após 1829, quando aconteceu a chegada do primeiro grupo de imigrantes de origem alemã em Santa Catarina, surgiram muitas iniciativas, particulares, de empreendimentos escolares, hospitalares e recreativos na região. Demarcados pelo uso da língua alemã, esses empreendimentos teriam fortalecido laços culturais e sociais, elemento que também baliza a imprensa local (p. 107).

A partir desse trabalho, a autora ficou conhecida, na imprensa, como maior conhecedora de neonazismo no Brasil. Mais recentemente, já como doutora na mesma área (DIAS, 2018), fez reiteradas declarações alertando para suposto ou

efetivo crescimento vertiginoso do neonazismo no país. Em declaração feita em novembro de 2019, ao IHU/UNISINOS – onde se lê que “a antropóloga Adriana Dias se tornou a *maior especialista em movimentos neonazistas no Brasil*” –, afirmou que os neonazistas “que praticam em células mesmo são de 4 mil a 5 mil pessoas”. Ainda que tivesse acrescentado que “em torno delas há muita gente para ajudar”, esse número fica numa distância astronômica em relação aos 90.000 declarados no longínquo ano de 2007, sobretudo, quando se leva em conta que o título da matéria no órgão de divulgação do Instituto Humanitas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos afirma que “é preciso soar alarme sobre a *expansão* do neonazismo no Brasil”, já que ela considerou que o crescimento foi *constante*, desde o tempo em que começou seus estudos, e a curva ascensional se teria tornado quase vertical na “era Bolsonaro”. Lembre-se que, entre 2007 (ano da conclusão da dissertação) e 2019, transcorreu um espaço temporal de 12 anos.¹³

Mesmo que localize 99 células em São Paulo, contra 69 em Santa Catarina, este estado continua sendo, de longe, a mais frequente referência de Adriana Dias, quando se refere a neonazismo no Brasil. A explicação para essa suposta ou efetiva presença maciça no estado sulino pode variar um pouco, mas acaba sempre desembocando numa mesma direção. Vejamos:

Enquanto a Alemanha depois da guerra fez todo um processo de “desnazificação”, ninguém nunca “desnazificou” Santa Catarina. [...]. É primordial que o Estado estivesse à frente de um processo de “desnazificação”, de investimento na história. E, ao contrário, os [sic] professores de Blumenau são hitleristas, negacionistas do Holocausto.¹⁴

O mais importante não é o fato de ter uma ascendência alemã forte. Para mim, o mais importante é o fato de Santa Catarina ter permanecido um estado branco, expulsando ou tornando incômoda a presença do sujeito não branco no estado. Para além da comunidade alemã, é uma cultura muito clara de que “nós somos brancos”. Claro que houveram [sic] outras influências, como o movimento

¹³ <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594557-e-preciso-soar-alarme-sobre-a-expansao-do-neonazismo-no-brasil-entrevista-com-a-antropologa-adriana-dias> (acessado em 3/2/2022).

¹⁴ <https://revistaforum.com.br/brasil/estado-de-santa-catarina-agora-e-governado-por-filha-de-admirador-de-hitler/> (acessado em 4/2/2022).

nazista em Blumenau, o fato de grandes professores de História serem revisionistas históricos e hitleristas. Eles formaram muita gente no estado. [...]. Não vai haver nenhuma forma de Santa Catarina resolver essa questão sem o Estado enegrecer.¹⁵

Santa Catarina é bastante rural, com muitas cidades pequenas, que têm tendência de serem homogêneas, com uma só etnia. O "outro" é visto como elemento que contamina a sociedade. Nesses lugares, sempre proliferaram o racismo e a eugenia.¹⁶

Essas citações merecem algumas poucas observações. A referência aos professores de Blumenau – onde todos devem ser considerados hitleristas e negacionistas, já que a autora usa o artigo definido ("os") – constitui uma incógnita, pois nem o pai da vice-governadora (referido na matéria) nem o famigerado "professor com suástica na piscina" são, ou foram, professores no município. A expressão "movimento nazista em Blumenau" também é estranha, pois núcleos do partido nazista existiram em muitos outros lugares de Santa Catarina, e em 16 (!) outros estados brasileiros. A referência às áreas rurais é uma evidente sobrevivência da ideia de "quistos étnicos", amplamente propalada no contexto da Segunda Guerra Mundial. Mas, da mesma forma que o nazismo no Brasil, nos anos 1930/40, teve muito pouco a ver com camponeses, também os neonazistas atuais têm muito pouco a ver com "colonos".

Mas considerando que o próprio IHU/UNISINOS atestou a Adriana Dias a condição de "*maior* especialista em movimentos neonazistas no Brasil" e que vários órgãos de imprensa a tem apresentado como "*da UNICAMP*" – expressão que *sugere* que seja professora ou pesquisadora dessa instituição, qualificativo que, inclusive, aparece explícito¹⁷ –, é compreensível que a antropóloga tenha conquistado,

¹⁵ <https://www.vozdaresistencia.com.br/2021/06/18/adriana-dias-o-que-ha-de-semelhantes-grupos-e-que-eles-odeiam/> (acessado em 4/2/2022).

¹⁶ <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2020/10/29/caso-do-pai-da-governadora-e-so-a-face-mais-visivel-do-nazismo-em-sc/> (acessado em 4/2/2022).

¹⁷ <https://cartacampinas.com.br/2021/07/pesquisadora-de-campinas-descobre-prova-que-mostra-relacao-de-bolsonaro-com-nazistas/> (acessado em 4/2/2022). A matéria deste site começa com as seguintes palavras: "a pesquisadora e antropóloga Adriana Dias, *professora da Unicamp*, encontrou prova da relação existente entre o atual presidente Jair Bolsonaro com nazistas brasileiros há décadas". A data de publicação é 28/7/2021. <https://br.noticias.yahoo.com/crescimento-neonazismo-brasil-entrevista-adriana-dias-unicamp-115802446.html> (acessado em 3/2/2022).

praticamente, o monopólio absoluto sobre a difusão de notícias referentes a neonazismo, no país – sobretudo, quando se trata de notícias comentadas ou “interpretativas”.

A estranha dança ou variação dos números sobre neonazistas, bem como muitas das afirmações qualitativas da antropóloga, no entanto, recomendam cautela a pessoas que se consideram responsáveis pelos destinos do Brasil. Após consolidar sua posição nos meios de comunicação, Adriana Dias parece investir, agora, sobre o aparelho judiciário. Em matéria publicada em 18/6/2021, na qual, mais uma vez, referiu-se ao povo de Santa Catarina, afirmou que “foi criado um grupo no Ministério Público [SC], *que eu estou auxiliando*”.¹⁸

Neste sentido, cabe referir uma última situação, que até pode ser invocada como justificativa para este texto, para o enfoque aqui adotado. A juíza da 7ª vara federal de Florianópolis, Cláudia Maria Dadico, fez referência, recentemente, em público, aos “achados de pesquisa da professora Adriana Dias”, considerada, por ela, a “*maior autoridade brasileira em pesquisas de movimentos nazistas e neonazistas no Brasil*”. A seguir, apresentou dados numéricos sobre neonazismo em Santa Catarina – mesmo não indicando fonte, não há dúvida de que foram buscados em publicações da antropóloga –, para concluir que “o estado de Santa Catarina se notabiliza por essa movimentação muito grande” de neonazistas.¹⁹

A manifestação da magistrada não foi feita *ex cathedra*, mas em público – está na internet. Não sou jurista, e do ponto de vista jurídico-formal pode não haver qualquer problema nessa situação. Mas o “bom senso comum” tem direito de imaginar a seguinte situação: o MPF ajuíza uma ação contra professores de Blumenau, por terem sido declarados hitleristas e negacionistas do Holocausto, por Adriana Dias (suas afirmações públicas são claras: “os [!] professores de Blumenau são hitleristas, negacionistas do Holocausto”) – provavelmente, escolas em que eles trabalham seriam incluídas na ação. A pergunta que se coloca é se a juíza teria condições de decidir contra a demanda, pois, se – segundo sua própria afirmação –

Nessa matéria, trata-se de “números, obtidos pela antropóloga e professora da Unicamp Adriana Dias”. A matéria é datada de 18/1/2022.

¹⁸ <https://www.vozdaresistencia.com.br/2021/06/18/adriana-dias-o-que-ha-de-semelhantes-grupos-e-que-eles-odeiam/> (acessado em 18/2/2022).

¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=yvITIP8MnuM> (acessado em 4/2/2002).

Adriana Dias é a "maior autoridade brasileira em pesquisas de movimentos nazistas e neonazistas no Brasil", não faria qualquer sentido buscar a opinião de "autoridades menores" que, eventualmente, defendam posição divergente, ou até oposta? Não estaríamos diante de um caso de "pré-julgamento"?

Repita-se: essa situação, por si só, justifica a publicação deste texto. A discussão a respeito daquilo que aqui foi abordado não é nada bizantina.

Referências bibliográficas

A HISTÓRIA do livro mais perseguido do Brasil. Porto Alegre: Revisão, 1991.

ARBIVOHN [Raimundo Bandeira]. *O perigo prussiano no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1914.

ATHAÍDES, Rafael. *Zu Studienzwecken in Paraná: a ação do círculo paranaense do Partido Nazista (1933-1942)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, 2007.

BARTELT, Dawid Danilo. *Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien im Rahmen der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1931 bis 1939*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Livre de Berlim, 1991.

BARTELT, Dawid Danilo. "Fünfte Kolonne" ohne Plan. *Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien, 1931-1939. Ibero-Amerikanisches Archiv*, Berlim, vol. 19, n. 1-2, p. 3-35, 1993.

BERTONHA, João Fábio; ATHAÍDES, Rafael. *O nazismo e as comunidades alemãs no exterior – o caso da América Latina: história, historiografia e guia de referências bibliográficas (1932-2020)*. Maringá: Edições Diálogos, 2021.

BRUNN, Gerhard. *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*. Colônia: Böhlau Verlag, 1971.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *A colônia alemã de Santos e a construção do "perigo alemão": da formação ao expurgo*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1997.

CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.

CRUZ, Natalia dos Reis. *Negando a História: a Editora Revisão e o neonazismo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

CUNDARI, Paula Casari. *Limites da liberdade de expressão: imprensa e judiciário no "caso Editora Revisão"*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DARCANCHY, Raul. *O pangermanismo no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: s. e., 1915.

DELAMARE, Alcebiádes. *As duas bandeiras: catholicismo e brasilidade*. Rio de Janeiro: Centro D. Vital/Anuário do Brasil, 1924.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA (Ed.). *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1944.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Campinas, 2007.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Campinas, 2018.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2007.

FERNANDES, Leonardo Nunes Pereira. *"Perigo alemão" ou "germanofobia"?: os alemães em São Paulo entre 1889 e 1918*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. *Hakenkreuz über Südamerika. Ideologie, Politik, Militär*. Berlim: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2004.

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul da década de 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GERTZ, René E. Considerações sobre opiniões e estudos em torno de nazismo e "neonazismo" no Brasil. [2014]. Disponível em: <https://www.renegertz.com/arquivos/baixar/Opinioao.pdf> (acessado em 31/1/2022).

HELL, Jürgen. *Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilien in ein überseeisches Neudeutschland (1890-1914)*. Rostock: Universidade de Rostock, 1966.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

KRIEGESMANN, Karina. *Feindbild Fremde: Xenophobie als mediale Praxis in Brasilien (1870-1930)*. Frankfurt/M: Campus Verlag, 2020.

KRISCHKE, Jair. O Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a luta contra a Editora Revisão no Brasil: relato da minha militância. In: MILMAN, Luís; VIZENTINI, Paulo Fagundes (Orgs.). *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS/CORAG, 2000, p. 207-216.

LIMA, Delcio Monteiro de. *Os senhores da direita*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1980.

LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MAYER, Leandro. *"Politicalha de aldeia": os criminalizados no Estado Novo no oeste de Santa Catarina à luz dos processos-crime do Tribunal de Segurança Nacional*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2021.

MEINERZ, Marcos Eduardo. *O imaginário da formação do IV Reich na América Latina após a Segunda Guerra Mundial (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MEINERZ, Marcos Eduardo. *"O Reich de mil anos": o imaginário conspiratório da sobrevivência nazista após a Segunda Guerra Mundial*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung. Die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und in Rio de Janeiro*. Berlim: Metropol Verlag, 2005.

MORAES, Luís Edmundo de Souza; GAK, Igor. O Partido Nazista e o mito da quinta coluna no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, Niterói: UFF, vol. 7, n. 14, p. 197-235, 2015.

MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexico, 1931-1945*. Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz, 1997.

OLIVEIRA, Roberta Nabuco de. *O patrimônio cultural da base naval da Ilha da Rita/SFS: defesa, segurança nacional e perigo alemão na primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, 2013.

PINHEIRO, Douglas Antônio Rocha. *Às margens do caso Ellwanger: visão conspiracionista da História, ecos tardios do integralismo e judicialização do passado*. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, 2013.

PY, Aurélio da Silva. *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1942.

PY, Aurélio da Silva. *O nazismo no Rio Grande do Sul – 2º relatório*. [Sem indicações], [1942].

ROMÉRO, Sylvio. *O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro & C., 1906.

SCHULZE, Frederik. *Auswanderung als nationalistisches Projekt: "Deutschtum" und Kolonialdiskurse im südlichen Brasilien (1824-1941)*. Colônia: Böhlau Verlag, 2016.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (Ed.). *Quinta coluna e integralismo*. Rio de Janeiro: UNE, 1943.

VIOLANTE, João Luís Mousinho dos Santos Monteiro. *O caso Ellwanger e seu impacto no direito brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de São Paulo, 2010.

Sobre os autores

Eugene Cassidy é PhD em História pela Universidade do Michigan (EUA). Sua tese de doutorado focaliza a intersecção entre o desenvolvimento do colonialismo alemão europeu e representações que circulavam na Alemanha sobre a suposta experiência dos colonos alemães no Rio Grande do Sul no século XIX. Sua pesquisa se concentrou especialmente em afirmações sobre o impacto da escravidão no Brasil e a construção dos alemães no Brasil como uma influência "civilizadora." Depois de se doutorar, Eugene tornou-se professor de história nas escolas independentes no estado de Connecticut, onde seu ensino centrado no aluno e contribuições para a inovação educacional foram reconhecidos com prêmios locais e nacionais.

Fernando Diehl, doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é professor substituto de sociologia do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Pesquisador vinculado ao grupo de pesquisa Identidades Étnicas e Racismo do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Tem experiência de pesquisa na área de Sociologia, com ênfase em sociologia das migrações, atuando principalmente nos seguintes temas: imigração, etnicidade, xenofobia, racismo e redes migratórias. Entre suas produções, destacam-se: "'Igreja e Germanidade estão ligados na vida e na morte' a articulação do pastor luterano alemão Wilhelm Rotermund no fomento da etnicidade teuto-brasileira"; "O Fenômeno da Estigmatização dos Imigrantes Haitianos em Lajeado no Rio Grande do Sul"; "Nova imigração Sul-Sul e a diáspora haitiana para o Rio Grande do Sul"; "A construção social do racismo e a sua resignificação contra os imigrantes haitianos"; e "A reprodução da etnicidade teuto-brasileira nas Oktoberfest".

Joana Bahia, doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/PPGAS/UFRJ, é professora titular de Sociologia e Antropologia dos programas de pós-graduação em História Social e em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Também coordena o Lärm (Laboratório Interdisciplinar das Religiões e dos Movimentos Migratórios) e, é pesquisadora associada do Niem (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios). Tem experiência nos seguintes temas:

identidade étnica, imigração alemã, minorias étnicas e Estado nacional, migrações e religiosidades e transnacionalização religiosa. Trabalha atualmente com comunidades afro religiosas e mídia, conservadorismo religioso e intolerância religiosa, e a transnacionalização das religiões brasileiras na Europa. Publicou os livros *"O tiro da Bruxa". Identidade, magia e religião na imigração alemã* (Garamond, 2011) e *Global trajectories of Brazilian religion. Lusospheres*. (Bloomsbury, 2020), juntamente com Linda Van de Kamp (Universidade de Amsterdã) e Martijn Oosterbahn (Universidade de Utrecht). Desenvolveu projetos financiados pela Faperj/RJ e pela Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal.

Karl Monsma, PhD em Sociologia pela Universidade de Michigan (EUA), é professor titular de Sociologia na UFRGS. Sua pesquisa se concentra na sociologia histórica das migrações e do racismo, principalmente no Brasil, com algumas comparações com outros países. É autor de *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914* (São Carlos: EdUFSCar, 2016) e de vários artigos e capítulos de livros sobre racismo, migrações internacionais e inter-regionais, e teoria e métodos para a sociologia histórica. Também organizou livros ou números de revistas sobre o período pós-abolição no Brasil, sobre métodos quantitativos, sobre a sociologia do racismo e sobre migrações internacionais.

Lucas Voigt, doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor substituto de sociologia no Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Palmas. Foi pesquisador visitante na University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC). Tem interesse e experiência nos campos da sociologia das elites, sociologia da memória, sociologia histórica e sociologia da cultura, desenvolvendo pesquisas sobre o fenômeno da germanidade no Brasil nas suas mais diversas formas de expressão e manifestação, tais como a memória, a identidade, as tradições, o folclore e os museus. É autor do livro *O devir e os sentidos das memórias de descendentes de alemães em Santa Catarina: um esboço de sociologia da memória* (Luminária Academia, 2017), além de vários capítulos de livro e artigos científicos publicados em periódicos especializados.

Marcos Antônio Witt, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, é professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Também é associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo. Pesquisa temas vinculados à história das migrações, com ênfase na história da imigração alemã. É autor do livro *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (Imigração alemã - Rio Grande do Sul - século XIX)*. 2.ed. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2015.

Patrícia Bosenbecker, doutora em Sociologia pela UFRGS, atualmente é professora substituta na Faculdade de Ciências Humanas, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Tem experiência de pesquisa na área de sociologia histórica das migrações, com interesse em imigração alemã, colonização privada, redes imigrantes, elites imigrantes e empreendedorismo. Publicou recentemente o livro *Uma colônia cercada de estâncias: a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857-. 1877)* (Ed. UFPel, 2020).

René E. Gertz é doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim. Atualmente aposentado, foi professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS. Suas principais áreas de pesquisa são a história da imigração e da colonização alemãs, além da história política do Rio Grande do Sul, no século XX. Entre suas publicações, estão: *O fascismo no sul do Brasil: nazismo, germanismo, integralismo* (Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987), *O perigo alemão* (Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991), *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002), *O neonazismo no Rio Grande do Sul* (Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2013).

Rodrigo Luis dos Santos é doutor em História (2021) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Atualmente é Professor Substituto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) - Campus São Borja. Também é associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL). Publicou o ebook *Tramas enlaçadas: política, religião e educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX* (Editora Fi/2019) e o livro *Contra o mal que vem do estrangeiro: a*

Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e as questões de nacionalismo e imigração no Brasil (1932 – 1949) (Oikos, prelo). Interessa-se pelos seguintes temas: imigração e sua contextualização social e política; Brasil e Rio Grande do Sul republicano (Primeira República e Período Vargas); Estado Novo, nacionalismo e ações de nacionalização; patrimônio, museus e acervos documentais e históricos; história da educação; biografia histórica e trajetória; ensino de História e uso de fontes audiovisuais e impressas em sala de aula.

